

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE TECNOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MARINA GOLDFARB DE OLIVEIRA

ARQUITETURA PARA UMA NOVA ESCOLA:

Modernização da arquitetura escolar de João Pessoa (1930-1939)

João Pessoa

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE TECNOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MARINA GOLDFARB DE OLIVEIRA

ARQUITETURA PARA UMA NOVA ESCOLA:

Modernização da arquitetura escolar de João Pessoa (1930-1939)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba, como exigência para obtenção do título de mestre em arquitetura e urbanismo.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Nelci Tinem.

João Pessoa

2013

O48a Oliveira, Marina Goldfarb de.
Arquitetura para uma nova escola: modernização da
arquitetura escolar de João Pessoa (1930-1939) / Marina
Goldfarb de Oliveira.- João Pessoa, 2013.
186f. : il.
Orientadora: Nelci Tinem
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CT
1. Arquitetura e urbanismo. 2. Arquitetura escolar - João
Pessoa-PB. 3. Escola Nova - movimento pedagógico.
4. Modernização - espaço escolar.

UFPB/BC

CDU: 72+711(043)

MARINA GOLDFARB DE OLIVEIRA

ARQUITETURA PARA UMA NOVA ESCOLA:

Modernização da arquitetura escolar de João Pessoa (1930-1939)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba, como exigência para obtenção do título de mestre em arquitetura e urbanismo.

Orientadora:



Prof.ª Dr.ª Nelci Tinem
UFPB

Banca Examinadora:

Prof.ª Dr.ª Maria Berthilde Moura Filha
UFPB



Prof. Dr. Márcio Cotrim
UFPB



Prof. Dr. Francisco Sales Trajano Filho
IAU-USP

AGRADECIMENTOS

À professora Nelci Tinem, por me orientar nesta pesquisa com paciência e dedicação, e por me fazer acreditar nas minhas próprias ideias, estimulando sempre a reflexão.

Aos professores Maria Berthilde Moura Filha e Márcio Cotrim, que estiveram nas bancas desde o primeiro seminário de dissertação e proporcionaram contribuições valiosíssimas para o desenvolvimento desta pesquisa. Ao avaliador externo, Francisco Sales Trajano Filho, que na qualificação levantou questionamentos importantes para o trabalho, além de ser solícito em fornecer informações desde o início.

Às professoras Sônia Marques, Doralice Maia e Regina Célia Gonçalves, pelas aulas maravilhosas.

Aos professores Antonio Carlos Pinheiro e Wojciech Andrzej Kulesza, que me indicaram caminhos para a pesquisa sobre a história da educação.

Ao Secretário do PPGAU/UFPB, Sinval Maciel, sempre gentil e disposto a nos ajudar.

Aos funcionários da COTese, em especial à Rosane Toscano de Theorga Freire.

A Rayssa Raphaelle Martins, pela ajuda na padronização das plantas de análise.

A Aléia Araújo e Wallison Medeiros que me disponibilizaram a maquete eletrônica do Lyceu Paraibano.

Aos meus pais Raquel e Júlio César, pelo amor e apoio.

À minha irmã, Juju, pelo companheirismo.

A Caio, pelo estímulo e por tornar tudo mais leve.

Aos meus amigos, que tornaram os momentos de descanso mais divertidos e entenderam minha ausência, para a conclusão do trabalho.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é verificar como se produziu a modernização da arquitetura escolar de João Pessoa na década de 1930, com a adoção das idéias do movimento pedagógico Escola Nova. Nesse sentido, foi selecionado para análise o complexo educacional correspondente ao antigo Instituto de Educação da Paraíba, composto por três edifícios: o Edifício Central (onde era promovido o ensino secundário e a formação de professores), o Jardim da Infância e a Escola de Aplicação. Esta instituição foi projetada como modelo do sistema educacional paraibano, previsto pelo Plano de Reforma da Instrução Pública de 1935, que propôs novas diretrizes para construção de edifícios escolares. O presente trabalho foi estruturado em três capítulos, em que, no primeiro, é apresentado como era, em João Pessoa, o ambiente escolar antes de existir uma arquitetura específica para a função educativa e como foram as primeiras escolas construídas para este fim; o segundo expõe a nova arquitetura escolar que surgiu com as reformas educacionais no Rio de Janeiro, em São Paulo e na Paraíba, cujas diretrizes para a arquitetura escolar se basearam na dos dois estados citados; o terceiro expõe a análise dos edifícios do Instituto de Educação da Paraíba, analisando sua arquitetura através da relação das idéias pedagógicas do movimento Escola Nova, com a modernização de seu espaço escolar.

Palavras-chave: Arquitetura Escolar; Escola Nova; Modernização; João Pessoa.

ABSTRACT

The main goal of this work is to study how was the developing of the modernization of the scholar architecture on João Pessoa in the 1930 years, with the adoption of the ideas of the New School pedagogic movement. In this sense, was selected for analysis the educational complex corresponding to the once called Institute of Education of Paraíba, formed by three buildings: the Central Building (where was promoted the secondary school and teacher's formation), the "Infancy Garden" and the "School of Application". This institution was planned as a model of the educational system of the Paraíba, predicted by the Plan of Reform of the Public Institution in 1935, which proposed new directives for the construction of new scholar buildings. This work is organized in three chapters, where the first presents how was the scholar environment in João Pessoa before the existence of an architecture specific for educational purposes and how was the first schools built to this end; the second chapter presents the new scholar architecture that took place with the educational reforms in Rio de Janeiro, São Paulo and Paraíba, whose directives were based on the two first States; the third chapter analyzes the buildings of the "Institute of Education of Paraíba" and its architecture through the relation of the pedagogic ideas of the movement "New School" with the modernization of the scholar environment.

Keywords: Scholar Architecture; New School; Modernization; João Pessoa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Matéria “A nossa Urbs e o modernismo”, revista Era Nova (1921)	23
Figura 02. Lyceu Parahybano em 1878 (antigo Convento dos Jesuítas)	34
Figura 03. Lyceu Parahybano na década de 1920	34
Figura 04. Foto atual (2012) do Edifício onde funcionou o Lyceu Parahybano até 1939	34
Figura 05. Colégio de N. S ^a . das Neves em 1906	35
Figura 06. Colégio de N. S ^a . das Neves, década de 1920.....	35
Figura 07. Colégio de N. S ^a . das Neves, década de 1930.....	36
Figura 08. Primeiro edifício que abrigou a Escola Normal.....	37
Figura 09. Segundo edifício onde funcionou a Escola Normal	37
Figura 10. Colégio Diocesano Pio X em 1903	38
Figura 11. Colégio Diocesano Pio X em 1922, após a reforma.....	38
Figura 12. Praça Felizardo Leite (atual Praça João Pessoa), 1930	44
Figura 13: Vista da Praça Venâncio Neiva	45
Figura 14. Edifício do Tribunal de justiça da Paraíba	46
Figura 15. Planta Baixa do Grupo Escolar Thomas Mindello	49
Figura 16. Grupo Escolar Thomas Mindello na década de 1920 e 1930.....	50
Figura 17. Situação atual do edifício do Grupo Escolar Thomas Mindello	50
Figura 18. Planta Baixa do térreo do Grupo Escolar Epitácio Pessoa	51
Figura 19. Grupo Escolar Epitácio Pessoa em 1920	52
Figura 20. Grupo Escolar Epitácio Pessoa em 1937	52
Figuras 21 e 22. Grupo Escolar Epitácio Pessoa, antes e após a ampliação, em 1937	52
Figura 23. Fotografia atual do Grupo Escolar Epitácio Pessoa (2012).....	52
Figura 24 Grupo Escolar Antônio Pessoa em 1923.....	53
Figura 25. Grupo Escolar Antônio Pessoa atualmente (2012)	53
Figura 26. Planta baixa do Grupo Escolar Antônio Pessoa.....	54
Figura 27. Grupo Isabel Maria das Neves em 1923	54
Figura 28. Grupo Isabel Maria das Neves atualmente (2012)	54
Figura 29. Fachada lateral do Grupo Isabel Maria das Neves	55
Figura 30. Interior de uma sala de aula do Grupo Isabel Maria das Neves	55
Figura 31. Planta baixa do térreo do Grupo Escolar Isabel Maria das Neves	55
Figura 32. Grupo Escolar D. Pedro Segundo	56
Figura 33. Escola de Aprendizes Artífices	56
Figuras 34 e 35. Edifícios onde a Escola de Aprendizes Artífices de João Pessoa e de Natal funcionaram.....	57
Figura 36. Vista aérea da Escola Normal do Rio de Janeiro	65
Figura 37. Pátio interno da Escola Normal do Rio de Janeiro	65
Figura 38. Perspectiva do projeto do arquiteto Enéas Silva de uma Escola Parque	69

Figura 39. Elevação principal da Escola Parque	70
Figura 40. Planta esquemática do primeiro pavimento da Escola Parque	70
Figura 41. Edifício projetado para Escola Parque, atual Escola Dom Aquino Corrêa.....	71
Figura 42. Planta da Escola Mínima, projetada por Enéas Silva.....	71
Figura 43. Perspectiva da Escola Mínima.....	71
Figura 44. Planta do pavimento térreo da Escola Nuclear ou “Escola Classe”	72
Figura 45. Fotos da Fachada da Escola Tipo Nuclear e sua entrada principal (1935).....	72
Figura 46. Foto da Escola tipo Platoon de 12 salas (1935)	74
Figura 47. Planta do térreo da Escola tipo Platoon de 12 salas	74
Figura 48. Planta do pavimento térreo da Escola tipo Platoon de 16 salas	75
Figura 49. Foto da fachada posterior da Escola tipo Platoon de 16 salas, e de seu interior	75
Figura 50. Planta da Escola tipo Platoon de 25 salas.....	76
Figura 51. Foto da Escola tipo Platoon de 25 salas (1935)	76
Figura 52. Grupo Escolar de Araraquara, São Paulo (1929).....	79
Figura 53. Relação dos prédios projetados por José Maria da Silva Neves construídos na cidade de São Paulo	85
Figura 54. Grupo Escolar Godofredo Furtado.....	85
Figura 55. Grupo Escolar Silva Jardim	85
Figura 56. Perspectiva do Grupo Escolar do Bosque da Saúde	85
Figura 57. Perspectiva do Grupo Escolar Visconde de Congonhas do Campo	86
Figura 58. Grupo Escolar Visconde de Congonhas do Campo, planta do pavimento térreo	87
Figura 59. Grupo escolar Visconde de Congonhas do Campo, planta do primeiro pavimento.....	88
Figura 60. Grupo escolar Visconde de Congonhas do Campo, planta do segundo pavimento	88
Figura 61. Foto do Grupo Escolar Visconde de Congonhas do Campo (1938)	89
Figura 62. Fachada de novo grupo escolar projetado pela DVOP	99
Figura 63. Grupo escolar de Santa Rita (1938)	100
Figura 64. Grupo escolar de Picuí (1938)	100
Figura 65. Grupo escolar de Serraria (1938)	101
Figura 66. Edifício da Secretaria de Finanças em 1933	105
Figura 67. Estúdio da Rádio Tabajara (1938).....	105
Figura 68. Vista do Park-way da lagoa, com o Instituto de Educação ainda em construção (1938)....	107
Figura 69. Perspectiva geral do Instituto de Educação (1938)	108
Figura 70. Croqui da primeira implantação prevista para o Instituto de Educação da Paraíba	108
Figura 71. Croqui das quadras que seriam ocupadas pelo Instituto de Educação da Paraíba.....	109
Figura 72. Implantação do Instituto de Educação da Paraíba que foi executada	110
Figura 73. Vista aérea aérea do Parque-way da lagoa	111
Figura 74. Vista do Parque-way da lagoa em 1939	111
Figura 75. Vista do Parque Solon de Lucena recém inaugurado (1939).....	111
Figuras 76 e 77. Comparação entre as aberturas das janelas da antiga Escola Normal e do antigo Edifício Central do Instituto de Educação da Paraíba.....	119

Figura 78. Modelos de janelas adotadas nos edifícios do Instituto de Educação da Paraíba	121
Figura 79. Vista do Edifício Central do Instituto de Educação (1939)	125
Figura 80. Plantas de Setorização do térreo e 1º pavimento do Edifício Central	126
Figura 81. Plantas de Setorização do 2º e 3º pavimentos do Edifício Central	127
Figura 82. Planta de organização espacial do Edifício Central	130
Figura 83. Planta de organização espacial da escola Platoon de 25 salas	131
Figura 84. Plantas de acessos e circulação do Edifício Central	132
Figura 85. Acessos principais do Edifício Central	133
Figura 86. Vista do Edifício Central a partir da rampa	133
Figura 87. Acessos localizados na parte posterior do Edifício Central	134
Figuras 88 e 89. Principais meios de circulação vertical do Edifício Central	135
Figura 90. Área central descoberta e hall do setor administrativo do Edifício Central	136
Figura 91. Uma das varandas de circulação do Edifício Central	136
Figura 92. Plantas de orientação solar (trajetória do sol no verão) e ventilação do 1º e 2º pavimento do Edifício Central	137
Figura 93. Elementos de proteção ao excesso de insolação na fachada norte do Edifício Central	139
Figura 94. Elementos de proteção a insolação na fachada sul do Edifício Central	139
Figura 95. Vista a partir da varanda do segundo pavimento (fachada Sul)	140
Figura 96. Vista do interior do antigo museu e do auditório (Edifício Central)	140
Figura 97. Edifício Central do Instituto de Educação, atualmente, Lyceu Paraibano (2012)	141
Figura 98. Volumes do Edifício Central (fachada norte)	142
Figura 99. Volumes do Edifício Central (fachada sul)	142
Figura 100. Maquete eletrônica do Edifício Central do Instituto de Educação	143
Figura 101. Edifício Central do Instituto de Educação, atualmente, Lyceu Paraibano	143
Figura 102. Vitrais do Edifício Central do Instituto de Educação	144
Figura 103. Villa Poiret, obra de Robert Mallet Stevens	145
Figura 104. Construção do Edifício Central do Instituto de Educação, foto de 1937	146
Figura 105. Parte anterior do Edifício Central em construção, foto de 1938	146
Figura 106. Parte posterior do Edifício Central em construção, foto de 1938	146
Figura 107. Vista do terraço superior do Edifício Central, recém-construído, em 1939	147
Figura 108. Vista do Edifício Central, onde se vê o pilotis que sustenta a rampa e a varanda	148
Figura 109. Planta baixa do anteprojeto do segundo pavimento do Edifício Central (1936)	149
Figura 110. Perspectiva do projeto original do Edifício Central do Instituto de Educação	150
Figura 111. Perspectiva eletrônica do Edifício Central do Instituto de Educação	150
Figura 112. Perspectiva do projeto original do Edifício Central do Instituto de Educação	151
Figura 113. Perspectiva eletrônica do Edifício Central do Instituto de Educação	151
Figura 114. Edifício projetado para a Escola de Aplicação (anos 1960)	152
Figura 115. Edifício projetado para a Escola de Aplicação, atualmente (2013)	152
Figura 116. Plantas de Setorização do térreo e do 1º pavimento da Escola de Aplicação	153
Figura 117. Planta de organização espacial da Escola de Aplicação	154

Figura 118. Plantas de acessos e circulação da Escola de Aplicação	155 e 156
Figuras 119 e 120. Corredores de circulação da Escola de Aplicação: térreo e primeiro pavimento ..	157
Figuras 121 e 122. Escadarias da Escola de Aplicação	157
Figura 123. Plantas de orientação solar e ventilação da Escola de Aplicação	158
Figura 124. Volumes da Escola de Aplicação.....	159
Figura 125. Edifício projetado para a Escola de Aplicação (2013)	160
Figura 126. Maquete eletrônica da Escola de Aplicação	160
Figura 127. Perspectiva do anteprojeto original da Escola de Aplicação	162
Figura 128. Maquete eletrônica do edifício da Escola de Aplicação	162
Figura 129. Perspectiva do Jardim da Infância, representada em seu anteprojeto	163
Figura 130. Maquete eletrônica do Jardim da Infância	164
Figura 131. Planta de setorização do Jardim da Infância	164
Figura 132. Planta de organização espacial do Jardim da Infância	165
Figura 133. Planta de acessos e circulação do Jardim da Infância.....	166
Figura 134. Vistas da maquete eletrônica do Jardim da Infância	167
Figura 135. Planta de orientação solar e ventilação do Jardim da Infância	168
Figura 136. Volumes do Jardim da Infância.....	169
Figuras 137 e 138. Edifício do Jardim da Infância, com detalhe da marquise do auditório	170
Figura 139. Construção do Jardim da Infância do Instituto de Educação, em 1937 e 1938	170
Figura 140. Construção do Jardim da Infância do Instituto de Educação, em 1938	170
Figura 141. Vista posterior do Jardim da Infância em construção.....	171
Figura 142. Fachada principal do Jardim da Infância, representada em seu anteprojeto	171
Figura 143. Fachada principal do edifício do Jardim da Infância, como foi construído	171
Figura 144. Atual Instituto de Educação	173
Figura 145. Croqui da implantação atual do Instituto de Educação da Paraíba.....	174
Figura 146. Anexo da Escola Argentina Pereira Gomes, antigo Jardim da Infância.....	174
Figuras 147 e 148. Anexos da Escola Argentina Pereira Gomes.....	175
Figuras 149 e 150. Anexo que serve ao Lyceu Paraibano e à Escola Argentina Pereira Gomes	175
Figuras 151 e 152. Ginásio de esportes construído posteriormente	175

LISTA DE SIGLAS

COTese – Coordenadoria Técnica para Serviços de Engenharia

DVOP – Diretoria de Viação e Obras Públicas da Paraíba

FUNESC – Fundação Espaço Cultural

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 ARQUITETURA ESCOLAR EM JOÃO PESSOA NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	30
1.1 A inexistência de edifícios específicos para a atividade escolar.....	31
1.2 Ideais do “nacionalismo-patriótico” para a educação da recém- instalada República.....	39
1.3 As Escolas Normais, os Grupos Escolares e as Escolas de Aprendizes e Artífices	43
2 A ESCOLA NOVA NO BRASIL E A ADOÇÃO DO MOVIMENTO MODERNO PELA ARQUITETURA ESCOLAR.....	59
2.1 A Escola Nova no Brasil e as reformas do sistema educacional.....	60
2.2 Distrito Federal: As ideias de Anísio Teixeira para educação e arquitetura escolar	64
2.3 São Paulo: Novas diretrizes para os edifícios escolares	78
2.4 Paraíba: Os novos Grupos Escolares e o Instituto de Educação	90
3 ARQUITETURA MODERNA PARA UMA NOVA ESCOLA: O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA	103
3.1 Um novo espaço urbano e implantação de uma nova escola	106
3.2 Uma arquitetura moderna para o novo sentido da educação.....	113
3.3 O Edifício Central	124
3.4 A Escola de Aplicação	151
3.5 O Jardim da Infância	163
3.6 Alterações ao Plano inicial do Instituto de Educação	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
REFERÊNCIAS.....	182

INTRODUÇÃO

Durante o século XIX, o sistema de ensino no Brasil era descentralizado e fragmentado em uma pluralidade de sistemas regionais incompletos (AZEVEDO, 1976 *apud* OLIVEIRA, 2007). Com a proclamação da República, a situação pouco se altera, e a escola ainda era para a formação de poucos, atendendo somente aos privilégios de uma pequena classe dominante (SAVIANI, 2004).

Entretanto, como explica NAGLE (1974: 239) a partir da década de 1920, as ideias do movimento Escola Nova¹ se difundem, resultando em vários projetos de reforma educacional pelo país. Nesse momento, o “escolanovismo” domina o debate educacional brasileiro colocando a “escola tradicional” no pólo oposto. Correspondendo à parte de um amplo movimento de modernização da sociedade brasileira, as “novas ideias” não se limitaram à escola, tiveram em mira todas as instituições sociais.

A ciência desembarcava na área educacional, mas não somente através da psicologia. A antropologia, a sociologia, o próprio direito, a medicina através da higiene e da educação física, a arquitetura, procuravam conformar a “nova escola”, adequando-a aos tempos modernos. (KULESZA, 2002: 86).

Como marco dos ideais desse período, houve a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Este manifesto foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por vários intelectuais brasileiros da época. Defendia que a educação deveria ser uma função essencialmente pública, a escola deveria ser única e comum a ambos os sexos, sem privilégios econômicos de uma minoria, e o ensino laico, gratuito e obrigatório. As diretrizes do manifesto influenciaram a Constituição de 1934, que trouxe um inteiro capítulo dedicado à Educação e Cultura. Nela constava que a União deveria fixar um Plano Nacional de Educação, compreendendo todos os níveis de ensino e tornando o ensino primário obrigatório e gratuito. A Constituição ainda afirmava a responsabilidade dos estados de organizar

¹ O movimento Escola Nova pregava o ensino gratuito, sem orientação religiosa e voltado para o processo de conhecimento do educando, ao contrário do que era praticado até então.

e manter sistemas de educação em seus territórios, de acordo com as diretrizes da União. Entretanto o Plano Nacional que deveria ser instituído não chegou a ser concluído, foi abandonado com a imposição do regime ditatorial do Estado Novo (VIDAL, 2008).

Na Paraíba, o ideário pedagógico dos movimentos da Escola Nova também começa a ser discutido com maior ênfase na década de 1920, resultando na Reforma da Instrução Pública, aprovada pelo governador Argemiro de Figueiredo, pela lei n. 16, de 13 de dezembro de 1935. Instituída pelo professor José Baptista de Mello, diretor da Instrução Pública da Paraíba, pretendia:

[...] alterar todo o edifício educativo, da base ao vértice, attingindo methodos, processos e systemas pedagogicos rompendo com a rotina e projectando-se mais além, em realizações novas e fecundas, com a educação technica, profissional e agrícola. (MELLO, 1936).

O plano de reforma estadual estabelecia a criação do Departamento de Educação, e previa a renovação do mobiliário e das instalações escolares, a construção de novos grupos escolares e a criação, em João Pessoa, do Instituto de Educação da Paraíba. Logo, a arquitetura escolar, mais do que exibir suas características estéticas, passa a refletir “a presença do Estado e de seus propósitos de contribuir para a formação da sociedade” (OLIVEIRA, 2007).

Relacionando com a temática abordada acima, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: Como se caracterizou a arquitetura escolar em João Pessoa com a adoção das ideias do movimento Escola Nova? Portanto, temos a premissa de que a arquitetura escolar de João Pessoa se modernizou com a adoção das ideias do movimento Escola Nova, que estavam sendo debatidas em todo o país, no início do século XX, incitando diversas reformas pedagógicas.

O recorte temporal (década de 1930) foi adotado por incluir o período de difusão na Paraíba das ideias da Escola Nova, efetivadas com o “Plano de Reforma da Instrução Pública, aprovado pela lei n. 16, de 13 de dezembro de 1935, assinada pelo governador Argemiro de Figueiredo” (MELLO, 1936). Este também corresponde a um período de busca pela modernização urbana e da arquitetura, entre as edificações ecléticas de cunho historicista, construções neocoloniais, *art déco* e as

primeiras manifestações pertencentes ao movimento moderno. Para TRAJANO FILHO (2005: 05), a década de 1930 representou um “momento de experimentação, marcado pela dispersão de iniciativas e a diversidade de posturas e manifestações de modernidade arquitetônica, em plena e acirrada disputa pelo espaço arquitetural”. Com isso, o recorte temporal adotado propicia à pesquisa examinar como entre diversas manifestações estilísticas da arquitetura local, o movimento moderno foi sendo adotado pelas instituições escolares.

Quanto ao recorte geográfico, escolheu-se trabalhar com João Pessoa por esta ser a capital do Estado, ou seja, a cidade que tinha que apresentar uma imagem moderna, e que teve maior número de escolas construídas durante o período pesquisado. A escolha de João Pessoa, também se deve ao acesso às fontes de pesquisa.

Este trabalho tem por objetivo geral verificar como se produziu a modernização da arquitetura escolar de João Pessoa na década de 30 do século XX, com a adoção das ideias do movimento Escola Nova.

As instituições escolares públicas de João Pessoa foram “parte do projeto de implementação da modernidade a ser efetivada, proporcionando ao mesmo tempo o embelezamento da cidade” (PINHEIRO, 2002). Logo, é possível avaliar através delas qual era o papel do Estado na promoção da modernização de João Pessoa, e como a educação, considerada uma alavanca para o progresso, também vai influir nesse processo de modernização, almejado por todo país durante este período.

Esta pesquisa adotou como objeto de estudo empírico o complexo educacional do antigo Instituto de Educação da Paraíba. Optou-se por esta instituição porque ela foi projetada como modelo do novo arranjo do sistema educacional paraibano previsto pelo Plano de Reforma da Instrução Pública de 1935. No memorial da obra, intitulado *Sobre o plano do Instituto de Educação (1937)*, de autoria do engenheiro Ítalo Joffily Pereira da Costa, diretor da Diretoria de Viação e Obras Públicas (DVOP) da Paraíba, se constatou que sua concepção foi permeada pelo ideário pedagógico escolanovista (TRAJANO FILHO, 2005). Este memorial foi uma importante fonte para esta pesquisa, visto que para sua redação, Joffily foi conhecer *in loco* os programas de construção escolar de Pernambuco,

Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Inclusive, a publicação da Diretoria e Obras Públicas paulista, *Novos prédios para grupos escolares* (1936), foi fonte de informação citada no memorial. Entre as escolas locais é o Instituto de Educação da Paraíba que melhor representa a relação da busca por modernização com a aplicação de novas ideias pedagógicas em sua arquitetura.

Pesquisas sobre instituições escolares, já se estabeleceram no âmbito das pós-graduações na área de educação, mas ainda são escassas no campo da arquitetura. De acordo com BUFFA (2008) “a preocupação com o estudo da arquitetura dos edifícios escolares tem crescido muito ultimamente”, o que demonstra que se trata de um tema atual, e de interesse em mais de uma área do conhecimento. Além de contribuir para a historiografia da arquitetura, esta pesquisa colabora com a história da educação na Paraíba, que a partir do estudo das escolas públicas de diferentes regiões concorre para a construção da história da educação nacional.

A tarefa de investigar a história da escola pública no Brasil é de tal magnitude que só poderá ser cumprida satisfatoriamente instaurando-se um coletivo nacional de pesquisa que articule os esforços de estudiosos das diferentes regiões do país. (SAVIANI, 2005 apud LIMA, 2010).

Como o intuito desta pesquisa é analisar a atuação da Escola Nova na modernização da arquitetura escolar, é importante conhecer o que foi este movimento pedagógico.

A expressão “Escola Nova” é como se denominou o movimento de renovação do ensino, que surgiu na Europa e Estados Unidos, no fim do século XIX. De acordo com GADOTTI (2005: 142), a Escola Nova representa o mais vigoroso movimento de renovação da educação depois da criação da escola pública burguesa, ao dialogar com a sociologia da educação e da psicologia educacional, com ideias que valorizavam a auto-formação e a atividade espontânea da criança. “A teoria da Escola Nova propunha que a educação fosse instigadora da mudança social e, ao mesmo tempo, se transformasse porque a sociedade estava em mudança” (GADOTTI, 2005: 142).

Constituiu-se como um movimento de reação à educação tradicional², cujas características de intelectualismo e individualismo não eram compatíveis com o ideal de uma ordem social democrática e dinâmica que se desejava naquele período. A pedagogia deveria se adaptar ao emergente universo urbano-industrial, atualizando as instituições escolares à modernidade capitalista (MONARCHA, 1989).

Neste novo modelo, o ensino deveria ser articulado com o processo de desenvolvimento da ciência, dando-lhe sentido vivo e ativo. Enquanto que na escola tradicional a iniciativa cabia ao professor que era, ao mesmo tempo, o sujeito do processo e o elemento decisivo, na pedagogia nova a iniciativa desloca-se para o aluno, centrando a ação educativa na relação professor-aluno, portanto a relação interpessoal, intersubjetiva (SAVIANI, 2004).

Para o “escolanovismo” o processo do conhecimento é mais importante do que o produto. O conteúdo, que é objeto de aprendizagem, precisa ser compreendido, não decorado, e o aprendizado deve ocorrer através da experiência prática e intuitiva, respeitando a individualidade do sujeito. Também são características do movimento “Escola Nova”: o respeito às normas higiênicas, a valorização do corpo por meio das atividades de educação física, e a disciplina como meio de estimular a responsabilidade e a capacidade de crítica (ARANHA, 1996).

Um dos pensadores pioneiros da Escola Nova foi o educador suíço Adolphe Ferrière (1879 -1960), um dos divulgadores mais entusiasmado das ideias do movimento. Para Ferrière, o “impulso vital espiritual” é a raiz da vida, fonte de toda atividade, e o dever da educação seria conservar e aumentar esse impulso de vida. Defendia a “escola ativa”, ou seja, a educação através da atividade espontânea, pessoal e produtiva. Afirmava que a escola tradicional havia substituído a alegria de

² Na Escola Tradicional, a escola se organiza como uma agência centrada no professor, o qual transmite, segundo uma gradação lógica, seu saber aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos (SAVIANI, 2009:06). Em relação ao conteúdo transmitido, dá-se ênfase ao esforço intelectual e à assimilação de conhecimentos (com distanciamento dos problemas cotidianos e atuais). A metodologia de ensino correspondia a leituras repetidas e cópias constantes, e havia uma valorização da disciplina, considerada característica do amadurecimento moral que leva a verdadeira formação do caráter (ARANHA, 1996). Para os signatários do Manifesto da Educação Nova, a Escola Tradicional possuía “tendências exclusivamente passivas, intelectualistas e verbalistas” (MANIFESTO..., 1932).

viver pela inquietude, o regozijo pela gravidade, o movimento espontâneo pela imobilidade, as risadas pelo silêncio (GADOTTI, 2005: 143).

Ferrière foi fundador do Birô Internacional das Escolas Novas, criado em 1899, sediado em Genebra. Este congresso definiu os itens considerados básicos para a nova pedagogia, em suas variadas correntes. A Escola Nova defenderia a educação integral (no sentido de ser intelectual, moral e física), ativa, prática (com trabalhos manuais obrigatórios, individualizada) e autônoma. (GADOTTI, 2005: 143).

O grande nome do movimento na América foi o filósofo e pedagogo John Dewey (1859-1952), que considerava a educação uma necessidade social. Para Dewey, “o objeto da educação é o homem, que, num mundo em permanente mudança, não pode atuar sem direção e consciência.” Para ele, com as experiências positivas proporcionadas pela educação, a vida teria mais sentido, segurança e coerência (MONARCHA, 1989).

Dewey defendia que o ensino deveria acontecer pela ação. Acreditava que através dos princípios da iniciativa, originalidade e cooperação, as potencialidades do indivíduo seriam estimuladas, gerando uma ordem social que, em vez de ser mudada, deveria ser progressivamente aperfeiçoada. Via a educação como processo de reconstrução da experiência e de melhoria permanente da eficiência individual (GADOTTI, 2005: 148).

Outro importante teórico da Escola Nova foi o psicólogo e pedagogo suíço Édouard Claparède (1873-1940). Segundo Gadotti (2005: 153), Claparède repetiu na Europa a atuação que John Dewey teve na América, sendo ambos considerados expoentes da pedagogia da ação. Para Claparède, a pedagogia deveria basear-se no estudo da criança, que possuía um conjunto de possibilidades criativas que não deveriam ser abafadas. Assim, argumentava que todo ser humano tem necessidade vital de saber, de pesquisar, de trabalhar. Claparède criou um método, denominado *educação funcional*, que procurava desenvolver as aptidões individuais e encaminhá-las para o interesse comum, dentro do conceito democrático de vida social.

O movimento Escola Nova pretendia, portanto, impulsionar a modernização no âmbito pedagógico em relação às práticas do ensino tradicional. Nessa perspectiva, para que as propostas oferecidas pela Escola Nova fossem implementadas, uma das possíveis maneiras seria a de adequar a modernização também para a arquitetura escolar. Contudo, é preciso elucidar o conceito de modernização, que será exposto adiante, através de discussões levantadas por Le Goff e Marshall Berman.

Tomando como partida as idéias de Le Goff (1990) em sua obra *História e Memória*, a discussão com relação à modernização aparece em meio das questões referentes ao par antigo/moderno.

De acordo com Le Goff (1990: 167), “O par antigo/moderno está ligado à história do Ocidente [...]”, porém, esses termos passaram por diferentes significados ou sentidos ao longo do tempo. A “[...] consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado”, experimentado pelas sociedades históricas nas grandes viradas da história. (LE GOFF, 1990: 169).

O termo “moderno” surgiu no século V, com a queda do Império Romano, e durante a Idade Média, só tinha o sentido de “recente”. No século XVI, os termos “antigo” e “moderno” ganham mais um sentido, ao serem adotados na periodização da história em antiga, medieval e moderna. (LE GOFF, 1990: 169; 170).

O “moderno” também se relaciona com o progresso, que passa a ser exaltado com o iluminismo, quando é substituída “[...] a idéia de um tempo cíclico, que torna efêmera a superioridade dos antigos sobre os modernos, pela idéia de um progresso linear que privilegia sistematicamente o moderno.” (LE GOFF, 1990: 179).

Na metade do século XIX, com a revolução industrial, se transforma “radicalmente os termos da oposição no par antigo/moderno” (LE GOFF, 1990: 179), com isso, surgem novos conceitos relacionados ao “moderno”.

O conceito de “modernidade” é lançado por Théophile Gautier e Baudelaire³ “na França do Segundo Império, quando a Revolução Industrial está se impondo” (LE GOFF, 1990: 169; 170). Trata-se de uma “reação ambígua da cultura à agressão do mundo industrial”, que liga o moderno aos comportamentos, costumes e decoração.

O termo “modernismo” surgiu na passagem do século XIX para o XX, quando movimentos literários, artísticos e religiosos adotaram esta denominação ou assim foram rotulados.

Outro termo que apareceu após a revolução industrial é “modernização”, que de acordo com Le Goff (1990: 167), ocorre quando o moderno, já generalizado na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, “[...] é introduzido em outros locais, principalmente no Terceiro Mundo, privilegiando a idéia de 'modernização', nascida do contato com o Ocidente”. Nesse contexto, “o problema do moderno foi posto paralelamente ao da identidade nacional” (LE GOFF, 1990: 185).

A modernização econômica e técnica poderia se desenvolver em âmbitos diferentes da modernização social e cultural. Le Goff (1990: 185) distingue três tipos de modernização:

a) a modernização equilibrada, em que o êxito da penetração do “moderno” não destruiu os valores do “antigo”; b) a modernização conflitual que, atingindo apenas uma parte da sociedade, ao tender para o “moderno”, criou conflitos graves com as tradições antigas; c) a modernização por tentativas que, sob diversas formas, procura conciliar “moderno” e “antigo”, não através de um novo equilíbrio geral, mas por tentativas parciais.

Uma característica intrínseca da modernidade é sua ambiguidade, pois, “O moderno tende, acima de tudo, a se negar e destruir” (LE GOFF, 1990: 197).

O moderno adquiriu um ritmo de aceleração desenfreado. Deve ser cada vez mais moderno: daí um vertiginoso turbilhão de modernidade. Outro paradoxo, ou ambigüidade: o moderno, à beira do abismo do presente,

³ “O termo 'modernidade' foi lançado por Baudelaire no artigo *Le peintre de la vie moderne*, escrito na sua maior parte em 1860 e publicado em 1863”. (LE GOFF, 1990: 188).

volta-se para o passado. Se, por um lado, recusa o antigo, tende a refugiar-se na história. (LE GOFF, 1990: 198).

Enquanto Le Goff apresenta o surgimento e as transformações de sentido dos termos “moderno” e “antigo” ao longo da história, Marshall Berman, em seu livro *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade* constrói suas definições sobre o que é ser moderno, o que é a modernização, e o modernismo.

[...] ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos (BERMAN, 1982: 24).

Assim como Le Goff, Berman considera a experiência da modernidade paradoxal e repleta de ambiguidades:

[...] despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 1982: 24).

Segundo Berman (1982: 25), o turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, a industrialização da produção, a descomunal explosão demográfica, o rápido crescimento urbano, entre outras. Sendo assim, denomina “modernização” estes processos sociais que provocam esse turbilhão. O “modernismo” é definido como a resposta cultural da sociedade à modernização, na tentativa de se expressar e apreender o mundo moderno.

A história da modernidade é dividida por Berman (1982: 25-26) em três fases: a primeira começa no início do século XVI e se estende até o fim do século XVIII, a segunda fase começa com a Revolução Francesa e suas reverberações e vai até o século XX, quando se inicia a terceira fase, que perdura até o momento atual: “o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento”.

No Brasil, o fenômeno da modernização passa a se delinear com maior ênfase na passagem do século XIX para o XX, já se configurando de modo claro ao longo das décadas de vinte e trinta do século XX. (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994: 10).

Enquanto na virada do século XIX para o XX a palavra de ordem é “civilizar”, isto é, ficar em pé de igualdade com a Europa no que se refere a cotidiano, instituições, economia, ideias liberais, etc., nos anos 30 a questão fundamental é realizar uma espécie de ajuste de contas entre o conjunto das ideias modernas e a realidade institucional do país; ou seja, adequar esta modernidade a um quadro institucional possível. (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994: 12)

Com a proclamação da República, o Estado brasileiro procurou superar o “atraso colonial”, através da adequação às transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas na Europa no último quartel do século XIX. (1994: 26). Tal transformação do país se assentou em formas de saber especializado, pois a ciência passava a ser considerada crucial para progresso da nação. De acordo com HERSCHMANN; PEREIRA (1994: 13):

[...] a medicina (normatizando o corpo), a educação (conformando as ‘mentalidades’) e a engenharia (organizando o espaço) [...] elaboraram o paradigma moderno que se cristaliza na década de 30 [do século XX].

Relacionando esta periodização com o recorte temporal da pesquisa, a modernidade de João Pessoa nas primeiras décadas do século XX se apresentava ainda semelhante à descrição da segunda fase descrita por Berman, quando discorre sobre a segunda metade do século XIX:

[...] o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. É dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a idéia de modernismo e modernização. (BERMAN, 1982: 26)

Nossos pensadores do século XIX eram simultaneamente entusiastas e inimigos da vida moderna, lutando desesperados contra suas ambigüidades e contradições; sua auto-ironia e suas tensões íntimas constituíam as fontes primárias de seu poder criativo. (BERMAN, 1982: 35)

Assim, em João Pessoa, localizada em uma nação considerada periférica em relação às potências econômicas da época, os processos sociais que impulsionaram sua modernização, como a industrialização e urbanização, chegaram mais tarde.

A respeito pode-se tomar como exemplo a matéria “A nossa urbs e o modernismo”, da primeira edição da revista quinzenal paraibana Era Nova, publicada em março de 1921. Nela, a modernização que provoca “o movimento transformador de nossa urbs, accentuado nestes últimos tempos de modo notável”, é percebida de maneira dúbia, desejada e condenada, em um local que ainda não é moderno por inteiro:

A cidade está mudando sensivelmente de aspecto. Perde sua feição colonial para vestir a máscara da civilização.

[...] Todos os prédios antigos devem ser demolidos, ou pelo menos transformados, vestidos á moderna, hediondez para qual a esthetica já não tem qualificativo.

Para essa nevrose de modernismo não há remédio. Ella tem causas profundas complexas e variadas.

[...] Acceitemos as creações modernas em todos os ramos da actividade, ellas são as expressões naturaes do nosso tempo e se impõem tyrannicamente. (REVISTA ERA NOVA, Ed.1, 1921.)

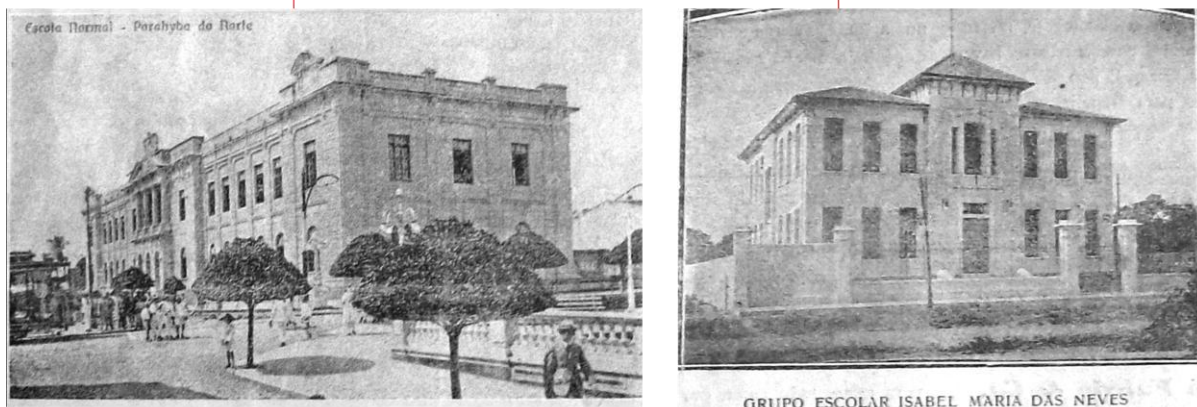


Figura 01: Matéria “A nossa Urbs e o modernismo” publicada na revista Era Nova (1921), ilustrada pela Escola Normal e pelo Grupo Escolar Isabel Maria das Neves. Fonte: Revista Era Nova, Parahyba, Ed.1, mar. 1921.

Essa característica da modernidade de poder apresentar diferentes temporalidades é para Simmel:

[...] a idéia de uma modernidade multifacetada, isto é, de uma modernidade que é multi- temporal e heterogênea, e que se expressa também nas temporalidades diversas dos processos de modernização (SIMMEL, 1970 *apud*. FREIRE, 2010).

A notícia tratada acima, que é ilustrada por dois edifícios escolares, a Escola Normal e o Grupo Escolar Isabel Maria das Neves, mostra que estes exemplares expressavam a modernidade da cidade da Parahyba do Norte naquele momento. Dessa maneira, relacionando as instituições escolares com o fenômeno da modernização, LIMA (2010) define:

[...] se insere a escola e seus elementos constitutivos, como instituição mediadora da relação homem/modernidade, capaz de inter-relacionar novos conhecimentos e condutas, a ser sistematizada pela sociedade que se pretendia moderna.

Nessa época, acreditava-se que a modernização traria para a cidade uma função pedagógica para seus cidadãos, que aprenderiam a ser modernos ao se adequarem ao espaço urbano. Assim, também atuaria a arquitetura escolar, mas de maneira mais decisiva, por sua função de abrigar atividades educativas:

A cidade, com sua organização físico-espacial, seus rituais de “progresso” [...] passa a ter um caráter pedagógico. Torna-se símbolo por excelência de um tempo de aprendizagem, de internalização de modelos.

[...] Da mesma maneira, a arquitetura escolar neste momento também possuía uma intenção pedagógica e representava instrumento de modernização do país. (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994: 27).

A relação da modernização no início do século XX com o espaço escolar é um tema de interesse recente, porém, já foi tratado em trabalhos de pós-graduação no campo de pesquisa da história da arquitetura.

Arquitetura escolar paulista nos anos 30 (OLIVEIRA, 2007), aborda a arquitetura de prédios escolares públicos de São Paulo, construídos na década de 1930, a partir de diretrizes baseadas nos ideais e propostas pedagógicas em discussão naquele momento, destacando o desenvolvimento formal e estético dos prédios escolares; os partidos e programas arquitetônicos adotados a partir das novas diretrizes para educação pública e a introdução de novas técnicas construtivas e materiais de construção.

Arquitetura Escolar Carioca: edificações construídas entre 1930 e 1960 (FERNANDES, 2006), estuda edificações escolares por meio da interdisciplinaridade

aproximando a arquitetura da educação, através da análise dos projetos escolares e sua simbiose com os projetos pedagógicos, percorrendo a trilha da produção arquitetônica oficial neste período.

Anísio Teixeira e a Arquitetura Escolar: planejando escolas, construindo sonhos (DÓREA, 2003), trata-se de uma tese que discute as propostas para uma nova arquitetura escolar, pensadas pelo educador Anísio Teixeira, durante sua administração na Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal (na época, o Rio de Janeiro) entre 1931 a 1935.

Como pesquisa de pós-graduação em História e Historiografia da Educação, a dissertação **História & Arquitetura escolar: os prédios escolares públicos de Curitiba (1943 -1953)** (CORREIA, 2004), trata da história das instituições educacionais, investigando os principais debates e ações que desencadearam as políticas de construção dos edifícios destinados às escolas em Curitiba de 1943 a 1953. Privilegiou-se, ainda, a localização espacial das instituições e o vínculo com o planejamento urbano da cidade de Curitiba.

Além de dissertações e teses, foi feita uma revisão da bibliografia existente sobre arquitetura escolar do início do século XX. Sobre o tema, podem ser encontrados vários livros, que apresentam os trabalhos produzidos em grupos de pesquisas na área de história da educação.

- **Arquitetura e Educação: Organização do Espaço e Propostas Pedagógicas dos Grupos Escolares Paulistas, 1893/1971.** (BUFFA & PINTO, 2002).

Este livro, por se tratar de uma pesquisa em conjunto de uma pedagoga e um arquiteto, realiza uma boa articulação entre as propostas pedagógicas e seu reflexo na arquitetura dos grupos escolares de São Paulo, apoiado por desenhos dos projetos e fotografias. Compreende um amplo recorte temporal (73 anos), que se inicia com a construção do primeiro grupo escolar em 1873 e vai até 1971, ano em que uma lei federal extingue os grupos escolares. Este longo período de abrangência mostra como se desenvolveu a arquitetura escolar em São Paulo, entretanto, torna a análise de seus projetos superficiais.

- **História da educação, arquitetura e espaço escolar.** (BENCOSTA org., 2005).

Este é um livro composto por oito artigos de autores nacionais e internacionais, que propõe discutir a educação brasileira através da compreensão do seu espaço escolar. Os dois primeiros artigos tratam da arquitetura escolar na Europa do final do século XIX e início do século XX. A partir do terceiro artigo, as discussões tem como tema os espaços escolares no Brasil, mais especificamente no Paraná, pois são resultado das pesquisas realizadas pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, especificamente voltadas para a pesquisa da História e Historiografia da Educação.

Na Paraíba, tratam deste tema o Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba (UFPB), liderado por Antonio Carlos Ferreira Pinheiro e o grupo Ciência, Educação e Sociedade (UFPB) liderado por Wojciech Andrzej Kulesza. Tais grupos de pesquisa produziram diversos artigos, e os livros abaixo.

- **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba.** (PINHEIRO, 2002)

O livro, resultado da tese de doutorado defendida na UNICAMP, analisa o processo de implantação e expansão do ensino primário público na Paraíba, de 1849 até 1949. Identifica dois períodos distintos na organização escolar paraibana, que foram denominados como a Era das Cadeiras Isoladas e a Era dos Grupos Escolares. As cadeiras isoladas foi um modelo de organização escolar que teve, na Paraíba, um ritmo oscilante por causa dos interesses oligárquicos. Predominou como modelo educacional até 1916, quando foi criado o Grupo Escolar Dr. Thomaz Mindello, que inaugurou a Era dos Grupos Escolares, modelo de organização escolar que era considerado, de início, instrumento da elite política, econômica e intelectual para modernizar o Estado da Paraíba. A partir da década de 1930, a disseminação de grupos escolares foi intensificada em toda Paraíba, com o objetivo de implantar o projeto de criação do sistema nacional de educação, pautado nos ideais da Escola Nova e diminuir os altos índices de analfabetismo registrados em todo o Brasil.

- **Um Roteiro Histórico Educacional na Cidade de João Pessoa (em textos e imagens).** (PINHEIRO, 2008).

Do mesmo autor do livro anterior, este pretende apresentar os edifícios escolares de João Pessoa como monumentos importantes que guardam a memória de cada época da cidade. É dividido em duas partes, a primeira corresponde ao texto, que traz um histórico da organização escolar em João Pessoa a partir do período colonial. A segunda parte trata-se de um roteiro por João Pessoa, ilustrado com imagens antigas e recentes, com paradas nos principais edifícios em que funcionaram atividades escolares, desde os mais antigos como o Convento Santo Antonio, até os grupos escolares, as escolas normais, Instituto de educação, e as escolas de ensino superior.

- **A escola e a Igreja nas Ruas da Cidade.** (CARDOSO; KULESZA org., 2010).

Este livro é composto por nove artigos, que tratam da relação das instituições escolares e religiosas com a cidade de João Pessoa. São resultado das pesquisas do grupo “Ciência, Educação e Sociedade” da UFPB.

A partir do embasamento resultante da fundamentação teórica e revisão bibliográfica, se desenvolveram os procedimentos metodológicos que a pesquisa adotou para atender ao seu objetivo:

1- Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que se organizou em três fases: a) pesquisa sobre os conceitos em que a pesquisa se fundamenta – Escola Nova e modernização/modernidade. b) pesquisa sobre a Escola Nova e as reformas pedagógicas no início do século XX no Brasil, com suas propostas de novas diretrizes para construções escolares, e sobre o mesmo tema em relação às instituições escolares de João Pessoa. c) Busca por estudos semelhantes, outras dissertações e teses que tratam da modernização da arquitetura escolar no início do século XX.

2- Pesquisa documental: trata-se da busca por fontes primárias, como documentos oficiais, notícias de revistas e jornais, fotografias antigas e projetos arquitetônicos. Foi realizada através de visitas em acervos particulares e nas

seguintes instituições – Arquivo Histórico da Paraíba, da Fundação Espaço Cultural (FUNESC), Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Coordenadoria Técnica para Serviços de Engenharia (COTESE) da Secretaria de Educação. Na COTESE, foram encontrados os projetos arquitetônicos das instituições escolares. Nas demais instituições, foram procurados documentos e fotografias antigas, e no Arquivo Histórico da FUNESC e no IHGP, além disso, foram pesquisados os periódicos Revista Era Nova (publicada de 1921 a 1925), Revista do Ensino (publicada entre 1930 a 1932) e o Jornal O Educador (circulou no ano de 1922), e edições do Jornal A UNIÃO, da década de 1930.

3- Pesquisa de campo: corresponde ao reconhecimento e observação dos edifícios escolares incluídos no recorte temporal. Também foram identificadas *in loco* possíveis alterações nos edifícios em relação ao projeto original, e foi realizado um levantamento fotográfico.

4- Interpretação e análise dos dados: esta fase foi concebida à luz do embasamento teórico. Foi constituída pelas seguintes etapas: na primeira foi caracterizada a arquitetura das escolas de João Pessoa construídas antes da Reforma da Instrução pública da Paraíba, de 1935. Depois, foi estudado como as reformas educacionais agiram e resultaram em novas propostas de edifícios escolares para o Rio de Janeiro e São Paulo, e como isto ocorreu na Paraíba. Por fim, foi analisado o complexo educativo do Instituto de Educação da Paraíba, através da identificação dos ideais da Escola Nova no seu projeto arquitetônico, procurando comparar com os edifícios escolares de João Pessoa anteriores à reforma educacional de 1935, para identificar quais foram as mudanças e inovações na arquitetura, ou seja, em que pontos a Escola Nova influenciou em um novo modelo de edificação escolar moderna. Nesta ultima fase de análise foram utilizados o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* de 1932 (elaborado por intelectuais da área de pedagogia, defendia um ensino nacional unificado, baseado na Escola Nova) e o memorial da construção do Instituto de Educação da Paraíba, publicado

no jornal A UNIÃO em 1937, sob o título: *Sobre o Plano do Instituto de Educação*, de autoria de Italo Joffily.

5- Redação final: Após a análise foram feitas as conclusões resultantes da pesquisa, e surgiram questionamentos para futuras pesquisas.

O trabalho foi estruturado da seguinte maneira:

O primeiro capítulo, *Arquitetura escolar em João Pessoa no início do século XX*, mostra como, em João Pessoa, o ambiente onde ocorriam as atividades escolares vai se desenvolvendo, do funcionamento em edifícios religiosos ou administrativos adaptados, e improvisação nas residências dos professores, à edifícios especialmente projetados para funcionarem como escolas.

O segundo capítulo demonstra como, no Rio de Janeiro (que era o Distrito Federal na época analisada) e em São Paulo, as reformas de modernização do ensino para implantação dos ideais escolanovistas, resultam na criação de novos tipos de edifícios escolares, procurando quais as diretrizes que orientaram a construção das novas escolas nesses estados. Com isso, será mostrado como o mesmo processo ocorreu com a arquitetura escolar de João Pessoa, após a Reforma da Instrução Pública da Paraíba de 1935, que propôs novas diretrizes para construção de edifícios escolares, com inspiração nas diretrizes adotadas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

O terceiro capítulo trata do projeto do complexo educacional do Instituto de Educação da Paraíba, analisando sua arquitetura através da relação das idéias pedagógicas do movimento Escola Nova, com a modernização de seu espaço escolar. Para isso, recorre a comparações entre este complexo e os edifícios escolares de João Pessoa anteriores à reforma educacional de 1935.

1 • ARQUITETURA ESCOLAR EM JOÃO PESSOA NO INÍCIO DO SÉCULO XX



Neste capítulo, será apresentado um panorama da arquitetura escolar em João Pessoa, mostrando inicialmente seus antecedentes, quando ainda não existiam projetos voltados para edifício escolares e nem mesmo preocupação em desenvolver uma arquitetura específica para ambientes de ensino. Com o passar do tempo e suas transformações sociais, veremos que foram surgindo novas idéias pedagógicas que pregavam a necessidade de um espaço especialmente destinado ao ensino.

1.1 A inexistência de edifícios específicos para a atividade escolar

A preocupação com uma arquitetura especialmente destinada à atividade escolar é recente, no quadro da história da arquitetura nacional. Só se começa a debater tal preocupação com a implantação da Primeira Republica (1889), quando se inicia a construção de edifícios próprios para o funcionamento de escolas públicas (BENCOSTTA, 2005: 07). Antes disso, as atividades de ensino ocorriam primeiramente em edificações religiosas (igrejas, seminários e conventos) e também na própria casa dos professores, onde funcionavam pelo sistema de organização escolar das cadeiras isoladas, em que todos os alunos, ainda que estivessem em diferentes níveis de aprendizado, assistiam aula no mesmo ambiente e com um único professor ou professora. Este modelo de ensino “predominou nos períodos colonial e imperial e perdurou até às primeiras décadas da República Velha”. (PINHEIRO, 2002: 42).

A primeira lei geral do ensino no Brasil foi o Decreto das Escolas de Primeiras Letras, promulgado em 15 de outubro de 1827. Tal decreto promoveu a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Implementou o método e o currículo das escolas e também o ensino para o sexo feminino, que era desconsiderado nas escolas até então. Com esta lei, se estabeleceu diretrizes para criação de escolas e para as disciplinas a serem ministradas. (OLIVEIRA, 2007).

Após sete anos, houve a publicação do Ato Adicional de 12 de agosto 1834, em que foi determinado que, educação primária e secundária ficaria a cargo das províncias, restando para administração nacional prover somente o ensino superior.

Esta medida levou a uma descentralização, que trouxe prejuízos para a educação popular (ALMEIDA, 1993 *apud* PINHEIRO, 2002).

Na Paraíba, durante a primeira metade do século XIX, os gestores públicos tinham a opinião de que as Províncias não deveriam fornecer seus recursos para aluguel ou compra de edificações para funcionamento de escolas, conforme anunciado pelo presidente da Província em 1838:

Me parece justo que o Thesouro Publico não dispenda com casas para o ensino de 1ª letras, principalmente nos lugares do Centro, e fora da Capital. (PARAHYBA DO NORTE, 1838: 18-19 *apud* PINHEIRO, 2002: 72).

Sendo assim, as atividades de ensino, que ocorriam pelo modelo de cadeiras isoladas, funcionavam, na maioria dos casos, nas residências dos próprios professores.

[...] salas de visita de casas particulares, salões de casas-grandes de engenho e alpendres de sítios eram alguns dos espaços em que meninos e meninas viviam suas experiências de escolarização. (GALVÃO, 1998: 122 *apud* PINHEIRO, 2002: 72).

Logo, percebe-se que até então não havia nenhuma preocupação em projetar espaços específicos para o desenvolvimento de atividades de ensino. Nesse momento, as escolas públicas brasileiras, não só na Paraíba, funcionavam em acomodações precárias, muitas vezes instaladas na casa do próprio professor, ou então improvisadas em edifícios religiosos, edificações públicas construídas para outras funções, ou em locais alugados, que eram de acordo com Bencostta (2005: 07), pouco apropriados: “pardieiros sem ar, iluminação adequada, mobiliário e higiene”.

A ocorrência do ensino na residência dos professores gerava inúmeros inconvenientes, tanto de ordem administrativa, quanto pedagógica. Além disso, alguns gestores da instrução pública consideravam “promíscua” a convivência entre os alunos e a família do professor (PINHEIRO, 2002: 72-73). Em 1854, o diretor da instrução pública da Paraíba, já diagnosticava:

Tenho insistido para que se separe da residencia dos Professores as cazas das escolas, cujo alugueis devem correr por conta das rendas publicas, e não como presentemente, a cargo dos mesmos Professores cujos mesquinhos ordenados não podem supportar sem inconveniente e clamorosa injustiça deste onus que não he ligeiro. (RELATORIO, 1854 *apud* PINHEIRO, 2002:101)

Em fins da década de 1840 a organização escolar paraibana ainda era incipiente, sendo assim, a educação era promovida prioritariamente pela iniciativa particular e de professores, em grande parte, autodidatas e mal remunerados. Como medida para melhorar a situação da instrução pública, foi criada em 1848, a Diretoria da Instrução Pública (lei nº 14, de 4 de outubro) pelo presidente da Província, João Antonio de Vasconcelos. (PINHEIRO, 2002: 26).

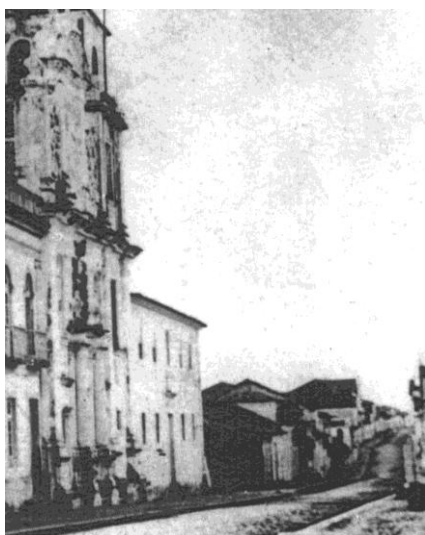
De acordo com Pinheiro (2008: 15), em meados do século XIX, foram tomadas medidas importantes para a história da educação em João Pessoa, em que são identificados dois movimentos. O primeiro foi caracterizado pelo processo de ordenamento administrativo, com a publicação de leis, regulamentos, decretos, com a intenção de organizar a instrução pública e particular, como a criação da Diretoria da Instrução Pública.

O segundo movimento corresponde à criação de instituições escolares: o Lyceu Parahybano, o Colégio de Nossa Senhora das Neves, a Escola Normal, e o Colégio Diocesano Pio X. Estas escolas foram criadas para atender as demandas da elite local.

Estas instituições ainda não contavam com prédios projetados para o uso educacional, sendo instalados em edifícios construídos com a intenção de servirem a outras funções, e só posteriormente foram transferidas para locais adequados, ou os edifícios que ocuparam inicialmente foram reformados para adequarem-se às atividades de ensino. Mesmo com a criação dessas instituições de ensino, a educação ainda continuava acontecendo através de cadeiras isoladas, que eram ministradas em vários pontos do estado paraibano, ao mesmo tempo em que novas instituições iam sendo instaladas.

O Lyceu Parahybano (instituído pela lei Nº. 11, de 24 de março de 1836) foi criado como escola de ensino secundário voltada para a elite masculina que pretendia se preparar para o ensino superior. Ocupou vários edifícios que não foram construídos para funcionar como escola, no entanto, sua criação constituiu um significativo avanço na educação paraibana, pois até então, para cursar o ensino secundário era preciso se deslocar para Recife ou Olinda, cidades mais próximas da Paraíba onde era ministrado o ensino nesse grau.

O Lyceu Parahybano instalou-se inicialmente de maneira provisória no Convento São Gonçalo, erguido pelos Jesuítas. Depois, ocupou o andar térreo da Tesouraria da Fazenda (edifício que ficava na atual Praça Rio Branco), o térreo do Palácio do Governo, e em 1839 se transferiu para o antigo Convento dos Jesuítas, local que ocupou até 1939 (KULESZA; CARDOSO, 2010).



Figuras 02, 03 e 04: Da esquerda para direita – Convento dos Jesuítas onde funcionou o Lyceu Parahybano em 1878; na década de 1920, após reforma que lhe deu uma fachada neoclássica; e atualmente, ainda mantendo a aparência que recebeu em mais uma reforma nos anos 1930. Fonte: Arquivo do IHGP; Revista Era Nova, 1923; Acervo pessoal, 2012.

Outra importante instituição escolar da cidade foi o Colégio Nossa Senhora das Neves. Este colégio foi criado pelo Presidente da província Henrique de Beaurepaire Rohan, através da Lei nº 13 de 04 de Novembro de 1858, para atender à educação da elite feminina.

[...] visava atender às meninas da elite local, pois, até essa época não tinha – na região – nenhuma instituição destinada à educação de meninas. Vale salientar que, normalmente, as práticas educativas destinadas às meninas

ocorriam pelo trabalho de tutoras ou preceptoras que ensinavam no espaço doméstico, principalmente, as primeiras letras e prendas domésticas. (EGITO, 2008 *apud* PINHEIRO, 2008: 17).

O Colégio foi instalado em uma edificação próxima à Igreja Matriz de N. Senhora das Neves, entretanto, fechou suas portas em 1860, dois anos após sua inauguração, por motivos de economia. Só foi reativado em 1895, por Dom Adauto, pois via a necessidade da cidade possuir uma escola de instrução feminina ligada à Igreja (PINHEIRO, 2008: 17).



Figura 05: Colégio de N. S^a. das Neves, ao centro, em 1906. Fonte: Stuckert Filho, 2003.

O edifício do Colégio passou por ampliações e reformas, concluídas em fevereiro de 1910, para adequá-lo ao seu uso e ganhou novas feições. Em 1929, sua edificação recebe nova ampliação com a incorporação de uma casa vizinha, e sua planta passa a ter a forma de “U”, com pátio interno.



Figura 06: Colégio de N. S^a. das Neves em 1920. Fonte: Stuckert Filho, 2003.

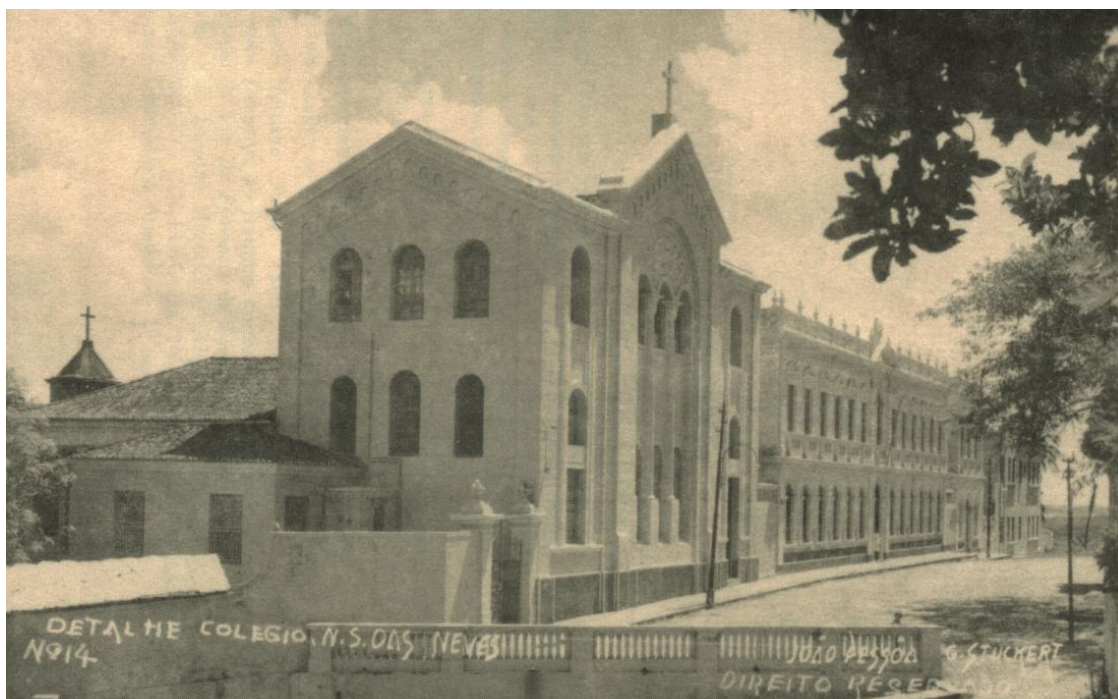


Figura 07: Colégio de N. S^a. das Neves, década de 1930. Fonte: Stuckert Filho, 2003.

Uma das mais importantes instituições escolares implantadas nesse período foi a Escola Normal, pois esta tinha o objetivo de formar professoras para o ensino primário. Na Paraíba, esta instituição foi criada em 1884, porém já era há décadas considerada uma necessidade pelos gestores.

Vinte anos antes, ou seja, em 1864, o diretor da Instrução Pública já chamava a atenção para a problemática da carência de professores adequadamente qualificados para o magistério.

[...] A urgência quanto à criação de uma escola normal na Parahyba do Norte era, portanto, tema recorrente nos discursos oficiais, que também continham duras críticas ao professorado [...]. (PINHEIRO, 2002: 76-77).

A demora em sua implantação se deveu “à minguada arrecadação da Província” que não disponibilizava recursos suficientes para área de educação pública. (PINHEIRO, 2002: 78).

A institucionalização da Escola Normal na Parahyba havia se dado no final do Império quando, através da lei nº 761 sancionada pelo presidente José Ayres do Nascimento em 7 de dezembro de 1883, o Liceu foi convertido numa “escola normal de dois graus”, sendo o primeiro grau compreendido pelo ensino elementar destinado à formação de professor e o segundo grau,

correspondente ao currículo do ensino secundário em geral. Essa absorção do vetusto Liceu pela Escola Normal durou pouco e já em 1885 o Liceu foi restaurado, sendo criado um Externato Normal só para o sexo feminino (KULESZA et al, 1998).

Desde que foi criada, a Escola Normal, assim como as outras instituições já mencionadas, também passou por várias localidades. Primeiramente, instalou-se na antiga Rua Nova (atualmente, Av. General Osório), em um edifício onde iria funcionar uma escola primária, que teve sua construção iniciada em 26 de Março de 1874. Em Dezembro de 1875, as obras foram interrompidas, mas retornaram com a intenção do edifício abrigar a função de Escola Normal. (MOURA FILHA *et AL*, 1985). Só foi inaugurado em 1886, apresentando características do neoclássico (Sua construção abriga atualmente a Biblioteca Pública do Estado).

Posteriormente, em 1915, a Escola Normal foi transferida para o antigo Palacete Presidencial, (construído em 1909, atual prédio do Núcleo de Arte Contemporânea) onde permaneceu até 1919, quando foi inaugurado um grande edifício projetado especialmente para sua utilização.

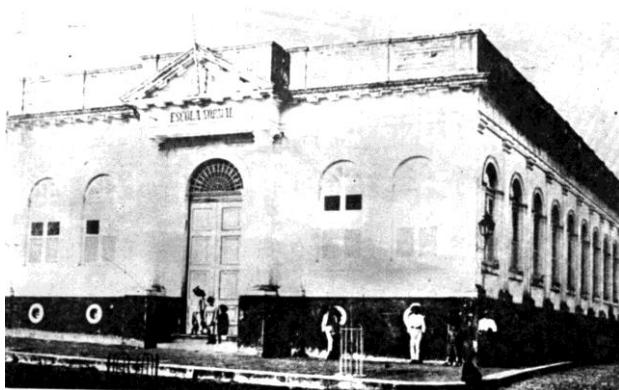


Figura 08: Primeiro edifício que abrigou a Escola Normal de 1886 a 1915. Fonte: Disponível em: <<http://memorialvirtual.tjpb.jus.br/textos/por-onde-andou-o-tribunal/por-onde-andou-o-tribunal-6/>>. Acesso em: 07/2012.

Figura 09: Segundo edifício onde funcionou a escola Normal, entre 1915 e 1919. Acervo pessoal, 2012.

Já no fim do século XIX, no ano de 1884, foi fundado por D. Adauto o Colégio Diocesano Pio X, que se instalou no palacete do Barão do Abiahy, na Rua das Trincheiras, mas ainda no mesmo ano, o colégio foi transferido para o convento de Santo Antônio. Em 1897, passa a funcionar onde haviam três casas localizadas à Praça de São Francisco, que foram reformadas para abrigar o colégio.



Figura 10: Colégio Diocesano Pio X (edificação à direita), em sua segunda locação, na Praça de São Francisco, 1903. Fonte: Stuckert Filho, 2003.

O prédio do colégio passou por uma grande reforma e ampliação, projeto elaborado pelo engenheiro paraibano Dr. Mateus de Oliveira, que em 1910 já tinha sido concluída. Com ela, ganhou mais um pavimento e um aspecto imponente, perdendo a aparência de construção colonial que possuía antes. Este colégio sempre pertenceu à Diocese, mas esteve sob a direção dos Irmãos Maristas por dois períodos: de 1926 a 1934 e de 1942 a 1952; e ainda, sob a administração da ordem holandesa do Sagrado Coração de Jesus, entre os anos de 1939 e 1942. (MOURA FILHA *et AL*, 1985).



Figura 11: Colégio Diocesano Pio X após a reforma. Fonte: Revista Era Nova, ano 2, 1922.

As edificações onde ocorria o ensino das cadeiras isoladas ainda apresentavam inúmeros problemas, durante o período anterior a proclamação da república. Em 1884, Toscano de Brito, diretor da Instrução Pública, descreveu as instalações físicas onde eram ministradas as aulas neste modelo de ensino:

As escolas primarias da Provincia continuam [...] a funcionar em casas improprias sem comodidades, sem hygiene, sem utensilios. Principiando por esta Capital as aulas publicas funcctionam em casas más, em pequenas salas onde se aglomeram 50, 80 e mais alumnos, que ahi passam 4 e 5 horas por dia respirando um ar viciado e sob a pressão de um calor muitas vezes insuportável. (PARAHYBA DO NORTE, Provincia da, 1884: 60 *apud* PINHEIRO, 2002: 74-75).

As cadeiras isoladas funcionaram ainda durante muito tempo em casas alugadas. Segundo Pinheiro (2002: 75), os edifícios escolares só passaram a pertencer ao patrimônio público a partir do momento em que o modelo de organização escolar das cadeiras isoladas foi sendo modificado e substituído pelo modelo dos grupos escolares.

1.2 Ideais do “nacionalismo-patriótico” para a educação da recém-instalada República

Com a proclamação da República em 1889, a educação vai ganhando mais espaço entre as preocupações políticas, pois passa a ser considerada fator de reforma social, manutenção do novo regime político e modernização do país.

A escola primária republicana tinha a função de formar o caráter e desenvolver virtudes morais, sentimento patriótico e disciplinar as crianças. Esse viés civilizador se dirigia a um público interno à escola, constituído basicamente por alunos que transfeririam seu aprendizado às suas famílias, estendendo-se para fora dos muros escolares, de modo a atingir a sociedade como um todo (SCHUELER & MAGALDI, 2009). Adquiria assim, um caráter positivista, onde a instrução era ponte para o progresso da nação.

Nagle (1974: 232) explica que nesse momento o nacionalismo foi um componente importante do clima social do país, trazendo uma intensa preocupação com a educação e escolarização que se transformavam em instrumentos para dar solidez às bases de patriotismo, com a formação do “caráter nacional” e a tarefa de “abrasileirar o brasileiro”.

Na Paraíba, no início do século XX, a educação também vai passando a ter maior importância, ao propagar valores de patriotismo e disciplina para constituição de cidadãos civilizados, conforme pode-se constatar na seguinte mensagem do governador Camillo de Holanda, datada de 01 de setembro de 1917:

A instrução publica tem sido o objecto principal dos meus cuidados, pois, como sabeis, é da resolução desse magno problema que deriva directamente o aperfeiçoamento dos povos.

[...] Não basta crear escolas mas cabe provel-as paralellamente de professores capazes para a missão eminentemente civica de construir a base intellectual e profissional da nação. (PARAÍBA, 1917: 08).

Com a intenção de dar mais homogeneidade à educação que era promovida pelo Estado, Camillo de Holanda realiza uma reforma de ensino, neste mesmo ano de 1917. Entre os pontos importantes relatados pelo Diretor da Instrução Pública, professor José Francisco de Moura, o governador cita em sua mensagem os seguintes: o ensino moral, o ensino cívico e a educação física.

Sobre o ensino moral, foi debatida na mensagem de 1917, a questão da laicidade do ensino público paraibano. No Brasil, e do mesmo modo na Paraíba, as disputas pelo controle da educação entre a Igreja e o Estado se intensificaram com a implantação do regime republicano, que separou constitucionalmente a Igreja do Estado, e assim, determinou que o ensino público deva ser laico. Com isso, a Igreja parte para o investimento em instituições de ensino privadas (PINHEIRO, 2008: 13), que no caso local corresponderam ao Colégio N. S. das Neves e ao Colégio Diocesano Pio X, conforme foi visto.

No entanto, a transição para um ensino público laico foi gradual, pois havia ainda o peso da educação estatal profundamente católica que era praticada até então (PINHEIRO, 2008: 13).

Na Paraíba, identificou-se que em meio aos ideais republicanos que passaram a ser buscados, ainda eram valorizados os ensinamentos da religião católica, justificados pela importância de uma boa educação moral, conforme se observa no relato de Camillo de Holanda:

Como todo ensino, o da moral deve ser methodizado, começando por despertar os bons sentimentos das creanças, acostumando-as, á obediência, ao respeito e ao reconhecimento, induzindo-as aos hábitos de temperança, prudência, trabalho e coragem, até fazel-as conhecer os deveres de justiça e de caridade, os da família e da sociedade.

As leis nº 360 de 14 de outubro de 1911 e nº 388 de 7 e outubro e 1913 determinam que o ensino seja leigo, disposição esta que se filia ao art. 72 da Constituição da Republica. Sem offença ao dispositivo legal e ao preceito constitucional, mas considerando a influencia natural da religião na educação e ensino geral do povo, tem o govêrno deste Estado, a exemplo dos de outros Estados, permittido o ensino de cathecismo, feito por sacerdotes catholicos no recinto das escolas do ensino primario official, sem detrimento dos exercicios escolares, nem constrangimento da liberdade de consciencia dos alumnos, com annuencia voluntaria dos seus paes ou tutores e sem a intervenção alguma official. (PARAÍBA, 1917: 21).

O ensino paraibano desta época pregava para o comportamento infantil a obediência, prudência e respeito. Nesse âmbito, era valorizado pelos ideais republicanos o ensino cívico. O governador Camillo de Holanda o considerava de suma importância, para que as crianças se tornassem futuros cidadãos patriotas.

Parece-me também deficiente o ensino cívico nas escolas [...]. Entretanto, tendo em vista preparar na creança o futuro cidadão, este ensino não póde prescindir das noções da organização civil, dos deveres e direitos constitucionais, dos preceitos de civilidade; noções estas que devem ser ministradas por um methodo simples, que as gradúe e torne assimilaveis, sem desprezar qualquer oportunidade de despertar nas creanças os sentimentos de nacionalidade e de patriotismo (PARAÍBA, 1917: 22).

Outra preocupação era a inserção de atividades de educação física nas escolas paraibanas, que não ocorriam por falta de espaço adequado.

Póde dizer-se que nas nossas escolas primarias a educação physica está fora do programma de ensino. Destinada a desenvolver gradual e

harmonicamente o organismo, ao qual communica actividade e vigor, o seu methodo na escola não vai além da gymnastica sueca [...] Quando o edificio escolar dispõe de uma área sufficiente, arborizada ou ajardinada, usa-se o que os pedagogistas chamam gymnastica natural, para a qual são aproveitados os jogos e os exercicios habituaes das creanças durante o recreio.

Na construção dos edificios escolares deve-se ter em vista esta necessidade, sem o que a educação physica nas escolas continuará a ser uma abstracção (PARAÍBA, 1917: 22-23).

Logo, pode-se observar que o discurso dos governantes foi aos poucos reconhecendo a importancia de uma arquitetura específica para o espaço escolar, pois a educação tornou-se mais valorizada com a instauração da república.

Outra mensagem do governador Camillo de Holanda, de setembro de 1918, revela a importância que a educação pública passa a tomar, além do reconhecimento que para seu desenvolvimento deveriam ser levados em conta os edificios escolares:

Um dos firmes propósitos que trouxe para a administração do Estado, foi o de ser útil á instrucção publica, por comprehendel-a como o unico ponto de partida para a bôa e definitiva organização de uma sociedade.

[...] Um dos pontos capitaes do meu programma de governo em relação ao ensino, foi o da construcção de predios escolares. Não se comprehenderia o proposito de fazer da instrucção primaria um facto verdadeiramente sério, sem se tomar em consideração os predios destinados ás escolas, a principiari por aquelle onde se diplomam os professores. Dada esta orientação e aproveitando os superavits do orçamento do Estado, fiz construir um vasto predio para a Escola Normal, outros para os grupos Epitacio Pessoa, aqui na capital, e Padre Ibiapina, na cidade de Itabayanna. Adquiri, no Espirito Santo um predio de bôa construcção e adaptei-o para escolas reunidas, um outro para a escola mista de Cabedello e está em construcção o grupo Antonio Pessoa. (PARAÍBA, 1918: 23, 25).

Com uma maior valorização do ensino, foram ocorrendo mudanças no âmbito da educação pública, com a difusão de novas idéias pedagógicas que se

consolidaram com o surgimento de diferentes tipos de instituições escolares, que serão apresentadas a seguir.

1.3 As Escolas Normais, os Grupos Escolares e as Escolas de Aprendizes e Artífices

As escolas normais tinham grande importância, pois foram responsáveis pela formação dos professores, sendo assim, seus alunos saíam aptos para ensinar nos grupos escolares. No processo republicano de organização da instrução pública nacional, as Escolas Normais “constituíram o palco privilegiado do debate educacional e acabaram por impor normas não só ao ensino elementar, mas também ao ensino secundário e mesmo superior”. (KULESZA, 1998: 69).

A Escola Normal de João Pessoa, após ocupar diversos imóveis (como foi mencionado no tópico anterior), se transferiu para um edifício projetado para ser sua sede em 30 de março de 1919, sendo considerada na época uma das mais bem instaladas do Brasil.

Sua construção se iniciou em 1917, seguindo o projeto do arquiteto Otávio Freire. Sobre o projeto do novo edifício da Escola Normal, foi publicada uma matéria do Jornal “A UNIÃO”, em 19 de maio de 1917, com os seguintes comentários:

Todo o edifício está, a rigor, estilizado com a beleza e majestade do dórico moderno. Obedeceu a um plano consciencioso artisticamente elaborado de par com a técnica. A simples visão agrada e se define, tal é a correção e boa medida de suas linhas. Não terá os excessos de ornamentação nem tampouco a policromia que tanto mal nos faz a vista e ao espírito, extrapolando-nos o senso estético; talvez, por isso, a alguém possa desagradar. [...] É bem de ver-se, ele o elaborou, não só tendo em vista dotar esta cidade de uma bela obra arquitetônica, mas de resolver com o maior critério pedagógico a disposição interior à semelhança dos melhores estabelecimentos congêneres. Assim a futura Escola Normal será dotada de um sistema de ventilação consoante as prescrições da higiene escolar precisamente tropical [...]. O local foi acertadamente escolhido e está, parece-me, fadado a enfaixar as melhores obras, fazendo ângulo com dois lindos jardins, que concorrerão grandemente para aumentar o arejamento. (JORNAL “A UNIAO”, 19 DE MAIO DE 1917).

Percebe-se na matéria acima, que a construção da nova Escola Normal, tinha a intenção de contribuir com o embelezamento da cidade, através de um edifício majestoso. Além disso, seu projeto já demonstrava a preocupação com os critérios pedagógicos, que influiriam na divisão interna do edifício como ocorreu com as melhores escolas normais do país. Com isso, constata-se também que a preocupação com a estética do edifício era trabalhada em suas fachadas, que eram desvinculadas da “disposição interior” (nas palavras da matéria do jornal) do edifício. Outra grande preocupação na construção das escolas nesse momento, segundo a matéria, é a questão de higiene e salubridade do edifício.

A nova Escola Normal foi construída em local de destaque da cidade que se transformava, através dos ideais do urbanismo sanitaria, de embelezamento, e saneamento. Instalou-se junto a dois novos espaços públicos – em frente à Praça Felizardo Leite, antigo Jardim Público (atual Praça João Pessoa), com a lateral voltada para a Praça Venâncio Neiva. Dessa maneira, a nova localização da Escola Normal pode demonstrar como a Escola passa a ser valorizada numa cidade que ansiava por modernizar-se: ao invés da Igreja, como ocorria anteriormente, uma das instituições que passa a ocupar os locais de maior importância na cidade, é a Escola.



Figura 12: Vista da Praça Felizardo Leite (atual Praça João Pessoa), com o novo edifício da Escola Normal, em 1930. Fonte: Arquivo do IHGP.



Figura 13: Vista da Praça Venancio Neiva, podendo-se observar a lateral do edifício da Escola Normal (ainda sem o acréscimo, e com área descoberta para recreio). Fonte: Arquivo do IHGP.

Em outra informação, já após a inauguração do novo edifício da Escola Normal, encontrada em um relatório de 1920 sobre o governo de Camilo de Holanda, é mencionado que a Escola Normal foi construída em “estilo universitario”, possuía mobiliário novo e adequado, além de globos, mapas, quadros negros “e tudo mais imprescindível ao conforto e hygiene de um estabelecimento dessa natureza” (PARAÍBA, 1920: 15). Observa-se, com isso, que já havia preocupação com material didático e mobília adequada, e mais uma vez, a preocupação com a higiene.

O edifício da Escola Normal adquiriu o almejado aspecto monumental, favorecido pela arquitetura eclética. Sua planta baixa era inicialmente retangular, mas o edifício sofreu uma ampliação iniciada em 1956 e concluída no início dos anos 1960, e com isso passou a ter planta em “U”. Funcionou aí até 1939, quando foi extinta. As atividades de formação de docentes passaram a acontecer no Instituto de Educação da Paraíba, em seu Edifício Central. O edifício da Escola Normal foi ocupado, desde então, pelo Tribunal de Justiça.



Figura 14: Antigo edifício da Escola Normal, cuja construção iniciou-se em 1917, hoje Tribunal de justiça. Fonte: Acervo pessoal, 2012.

Os grupos escolares foram instituições “símbolo da República”, que possibilitaram a implantação e criação de muitas inovações didático- pedagógicas (PINHEIRO, 2008: 21). Este novo tipo de instituição escolar foi implementado no Brasil primeiramente no Estado de São Paulo, em 1894.

Superava o modelo das “cadeiras isoladas ou escolas isoladas”, cujas aulas aconteciam geralmente na casa dos professores, muitas vezes de maneira improvisada, em favor de outro, em que um único edifício abrigava várias salas de aula, onde era possível serem ministradas aulas para turmas de diferentes níveis ao mesmo tempo. Esta nova experiência educacional seria “ajustada às novas condições urbanas de concentração da população” (PINHEIRO, 2002: 124-125).

De acordo com PINHEIRO (2002:149),

[o grupo escolar era uma] forma de organização escolar mais complexa, que viria a atender as necessidades impostas pelas mudanças que estavam se processando na sociedade brasileira e paraibana. Teve como objetivo último formar novos homens e mulheres - os cidadãos.

Além disso, atenderam as exigências estéticas da elite, colaborando com a modernização e embelezamento da capital paraibana.

Os grupos escolares, de uma maneira geral, apresentavam as seguintes características físicas: prédios escolares, projetados a partir da racionalização do espaço interno, com várias salas de aula, sala da direção, sala dos professores, secretaria, laboratórios didáticos, museu, biblioteca, áreas de recreação de cuja configuração constava pátios internos, jardins, largos, refeitório e/ou cantina, quadra para jogos e, posteriormente, campo de futebol. (PINHEIRO, 2002)

O Grupo Escolar representava o local privilegiado onde as prescrições de educação, saúde e civilidade seriam adquiridas pelos futuros cidadãos que construiriam a nação brasileira.

Na Paraíba, da criação do primeiro grupo escolar, em 1916, até 1929, foram criados 14 grupos escolares, sendo que destes, cinco foram construídos na capital, João Pessoa, e os demais em cidades do interior: Umbuzeiro, Itabaiana, Guarabira, Campina Grande, Ingá, Princesa Isabel, Areia e Souza (PINHEIRO, 2002: 139).

Os grupos escolares criados em João Pessoa foram: Grupo Escolar Thomaz Mindello (1916), Grupo Escolar Epitácio Pessoa (1918), Grupo Escolar Antônio Pessoa (1920), Grupo Escolar Isabel Maria das Neves (1921) e o Grupo Escolar Dom Pedro Segundo (1925). Seus edifícios apresentam uma arquitetura eclética, monumental, que se destacava no cenário urbano de João Pessoa, e mostravam a importância dessas instituições, que serviam como modelo estético para o embelezamento da cidade.

Em 1921, foram publicadas, no jornal O Educador, prescrições técnicas e arquitetônicas exigidas para a construção de grupos escolares pelo estado.

- a) Em terreno sêcco e permeável;
- b) Numa área nunca inferior a 1.000 m²;
- c) Fora do alinhamento das ruas;
- d) Longe do ruído das oficinas;
- e) Inteiramente livres de quaisquer outros edifícios e de modo que os raios solares tangenciando a parte superior dos vãos das janelas e portas cheguem ao extremo oposto do piso;
- f) Com um aparelho sanitário e um lavatório pelo menos, para cada grupo de 30 alunos;
- g) Expostos ao nascente;

- h) Com elevação nunca inferior a 0,60 m e o piso perfeitamente impermeabilizado e livre de restas que concorram para o accumulo de sugidades;
 - i) Com cantos de paredes e alizares tanto inferiores como superiores arredondados;
 - j) Com distribuição de luz unilateral ou bilateral, neste ultimo caso a luz deve ser indirecta num dos lados;
 - k) com três salas para as escolas isoladas, seis para as escolas reunidas e nove para grupos escolares, cada um com capacidade para trinta alumnos;
 - l) com janellas e caixilhos dispostos de forma que abertas aquellas não determinem perda de espaço interior;
 - m) com material de lei;
 - n) com um compartimento para a directoria e archivo;
 - o) com área descoberta para recreio;
 - p) com fossa aseptica, nas localidades onde não houver esgotto.
- (Jornal O EDUCADOR, 14 nov.1921, p. 02).

Analizando estas prescrições para os grupos escolares paraibanos, percebe-se que a maioria delas refletem o ideário higienista, e foram pensadas exclusivamente para o espaço escolar, que passa a se diferenciar do local de moradia.

Entre os grupos escolares mencionados, somente o Grupo Escolar Isabel Maria das Neves atendeu a todas estas prescrições, que foram publicadas em 1921, quando três dos cinco grupos escolares estudados já tinham sido inaugurados. Entretanto, mesmo não seguindo completamente, muitas das determinações já apareciam nesses outros grupos.

O Grupo Escolar Thomas Mindello, foi a primeira instituição desse tipo na Paraíba, inaugurado em 09 de Setembro de 1916. Instalou-se em um edifício eclético de autoria do arquiteto italiano Pascoal Fiorillo, que não o projetou para esta função, mas para sua residência e escritório, tendo vendido o edifício para o Estado por 52 contos de réis (PINHEIRO, 2002: 140).

Para adaptar-se as atividades de ensino, o edifício do Grupo Escolar Thomas Mindello foi reformado algumas vezes, e sua reforma mais importante ocorreu em 1931. Com a necessidade de criação do pátio central, adotado pela maioria dos edifícios de grupos escolares, pois contribuía para melhor ventilação e insolação, sua planta acabou tomando a forma de “V”, devido à adequação ao terreno, o que lhe conferiu uma característica diferente em relação aos grupos escolares de todo o Brasil.

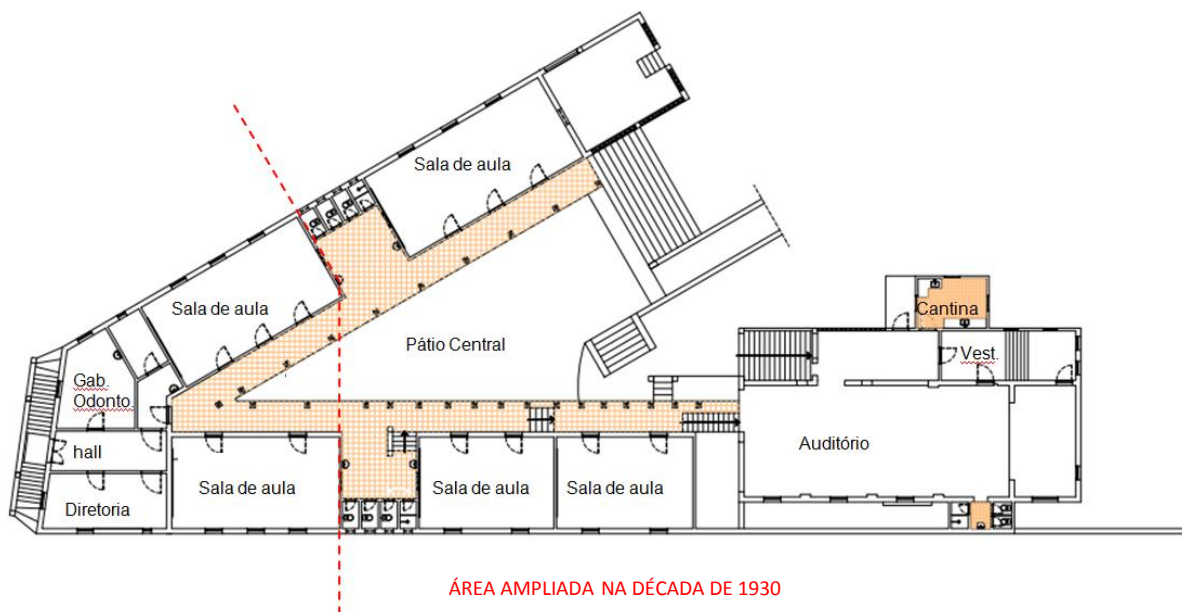


Figura 15: Planta Baixa do Grupo Escolar Thomas Mindello, reproduzindo como era o edifício após as reformas na década de 1930, já com o auditório. À direita do tracejado em vermelho, mostra a área ampliada. Fonte: Planta cedida pela COTese, digitalizada em CAD em 2006.

Tal ampliação fez a escola ganhar mais três salas de aula e um auditório que possibilitava apresentação de peças teatrais, apresentações de música e dança, e uso como local de reuniões e palestras, atendendo assim, as novas necessidades de um ensino mais ativo, que surgiam com a difusão das ideias da Escola Nova. O auditório foi equipado com vestiário, e foram acrescentadas uma seção sanitária feminina e outra masculina, cada uma com três banheiros e um chuveiro, em resposta aos requisitos higienistas. Mesmo com a reforma, o edifício manteve as mesmas características estéticas:

- O mesmo ritmo de aberturas e tipo de janelas – aberturas retangulares e verticais (cada sala de aula possuía três janelas), com esquadrias em madeira com venezianas e vidro, com moldura em alto relevo, que apresenta peitoril adornado com flores.
- O mesmo estilo arquitetônico, o ecletismo, adotando uma diversidade de ornamentos historicistas (como as colunas com capitéis coríntios que marcam a entrada, balaústres, etc.) e até de inspiração art nouveau, como os motivos florais.



Figura 16: Fotografias do Grupo Escolar Thomas Mindello: acima, na década de 1920 (a primeira de 1922; a segunda sem data) e abaixo, edifício depois da ampliação e reforma (1931, as duas fotos). Fonte: Revista Era Nova (1923) a primeira foto e Stuckert Filho (2004) as outras três fotos.

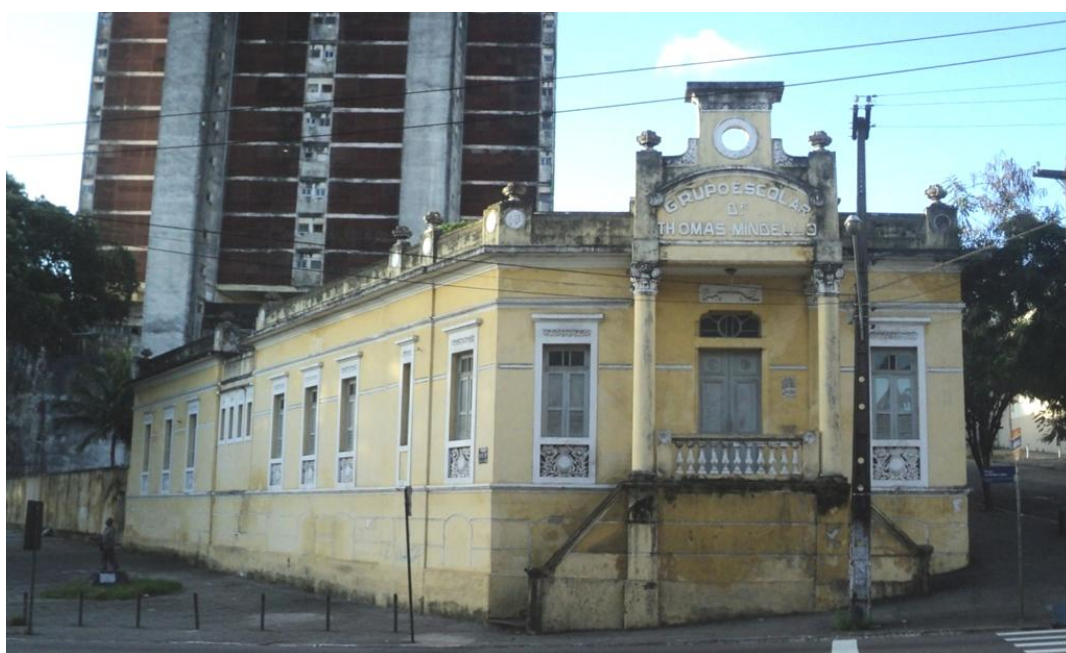


Figura 17: Grupo Escolar Thomas Mindello, atualmente. Fonte: acervo pessoal, 2012.

O Grupo Escolar Epitácio Pessoa, foi inaugurado em 24 de Fevereiro de 1918. Mais uma obra do arquiteto Pascoal Fiorillo, com construção executada pelo engenheiro Paula Machado (PARAÍBA, 1917: 14), esta já foi projetada para funcionar como instituição educativa. Tinha originalmente sete salas de aula, recepção, diretoria/ secretaria, serviço médico/ gabinete dentário, e duas seções sanitárias (uma feminina, outra masculina), tendo seus ambientes organizados em uma planta em “U”, formando um pátio central descoberto. Possuía planta e fachada simétricas.

Na administração de Gratuliano de Brito (1923/1935) passou por uma série de melhoramentos dentro do programa que visava dotar de melhores condições os estabelecimentos escolares da cidade. Entre 1936 e 1937, na gestão de Argemiro de Figueiredo, passou por uma importante reforma, com ampliação. De acordo com a publicação Realizações do Governo de Argemiro de Figueiredo (1938), o Grupo Epitácio Pessoa, que possuía apenas 406 metros quadrados, ficou com a ampliação com uma área coberta de 1121 metros quadrados, passando a dispor de Jardim da Infância, cinema educativo, biblioteca e mais quatro salas de aula, cantina e auditório.

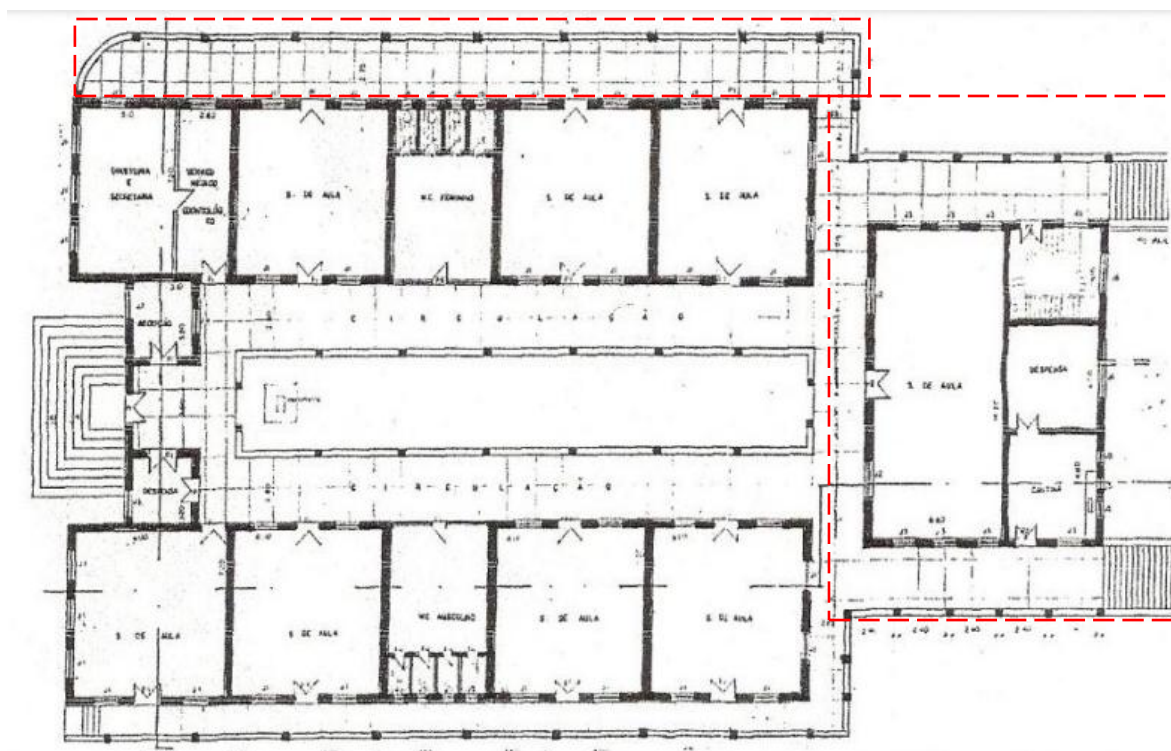


Figura 18: Planta Baixa do térreo do Grupo Escolar Epitácio Pessoa, com parte acrescentada durante o governo de Argemiro de Figueiredo destacada com tracejado vermelho. Fonte: LIMA (2010).

A inauguração da ampliação aconteceu em sete de setembro de 1937, “tudo sob os métodos mais modernos e eficientes que vem norteando a construção de edifícios escolares nos centros de civilização” (A UNIÃO, 05/07/1937). Com isso, o Grupo Escolar Epitácio Pessoa “passou a ser o melhor e o mais amplo estabelecimento de Ensino, no Estado, dotado de instalações próprias e indicadas para o gênero” (A UNIÃO, 05/07/1937) .



Figuras 19 e 20: Fotografias do Grupo Escolar Epitácio Pessoa: em 1920 e após a ampliação, em 1937. Fonte: Stuckert Filho (2003) e REALIZAÇÕES... (1938).



Figuras 21 e 22: Fotografias da parte posterior do Grupo Escolar Epitácio Pessoa, antes de iniciar as obras de ampliação, e fotografia mostrando parte posterior do edifício após a ampliação, em 1937. Fonte: REALIZAÇÕES... (1938).



Figura 23: foto atual do Grupo Escolar Epitácio Pessoa. Fonte: Acervo pessoal (2012).

O Grupo Escolar Antonio Pessoa, teve sua construção iniciada ainda em 1916, mas só foi inaugurado em 1920. Através de fotografias antigas constata-se que ficava no alinhamento da rua, tendo o espaço do entorno passado por mudanças, que possibilitou um prolongamento em seu terreno e sua inserção em meio a ele, atendendo aos requisitos higienistas.

O edifício, de estilo eclético, é simétrico, com a entrada marcada pela escadaria, colunas e frontispício. Apresentava cinco salas de aula, diretoria, cantina, e nele já aparece uma pequena biblioteca, que, no entanto, não tinha espaço para leitura. Como grupos escolares anteriores, possuía pátio central e gabinete dentário. Suas salas de aula possuem três janelas, assim como as salas do Grupo Escolar Thomas Mindello.



Figuras 24 e 25: Grupo Escolar Antônio Pessoa em 1923 e atualmente. Fonte: Revista Era Nova, (1923); Acervo pessoal, 2012.

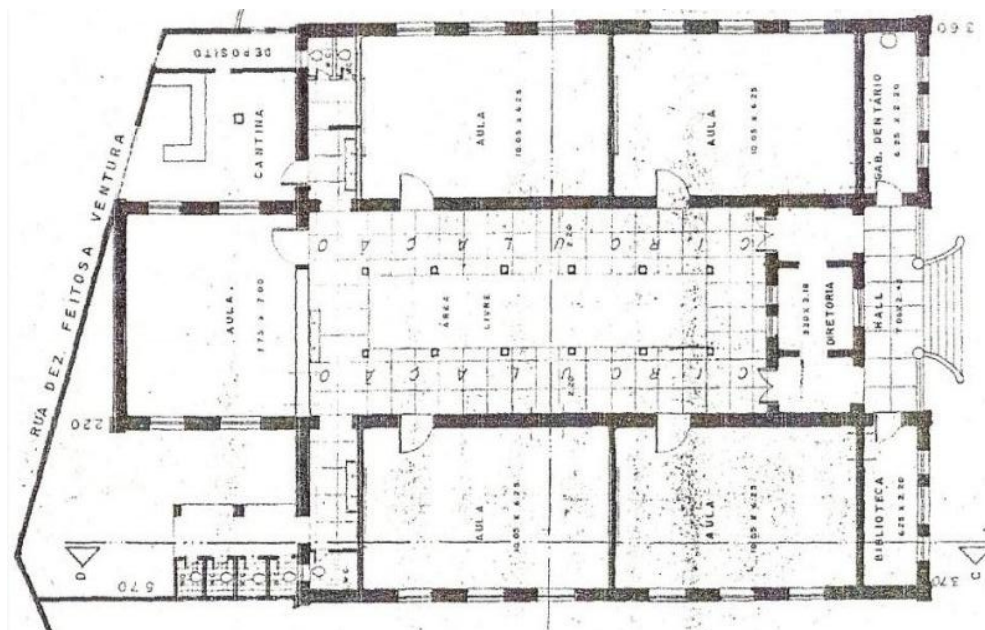


Figura 26: Planta baixa do Grupo Escolar Antônio Pessoa. Fonte: LIMA, 2010.

O Grupo Escolar Isabel Maria das Neves, foi construído na nova Avenida João Machado, que representava uma artéria de expansão da cidade de João Pessoa no período. Teve sua inauguração em 16 de Fevereiro de 1921. Obra do arquiteto italiano Hermenegildo Di Lascio, este foi o primeiro edifício que atendeu a todas as prescrições exigidas para a construção de grupos escolares pelo estado, divulgadas no Jornal O Educador em 14 de novembro de 1921.

Este edifício não possui pátio central (o pátio descoberto ficava na parte posterior do lote), nem tem planta simétrica, como os outros, apesar de apresentar simetria em sua fachada. Assim, seu volume é menos compacto. Este foi o primeiro grupo escolar da cidade a apresentar além do térreo um pavimento superior, dando-lhe um aspecto imponente. Além de ser solto dos limites de seu grande terreno, possui jardim amplo, com árvores, e parte posterior livre para recreio.



Figuras 27 e 28: Grupo Isabel Maria das Neves em 1923, e atualmente. Fonte: Revista Era Nova, 1923; Acervo Pessoal, 2012.



Figuras 29 e 30: Imagens atuais da fachada lateral do Grupo Isabel Maria das Neves, e do interior de uma sala de aula. Fonte: Acervo Pessoal, 2012.

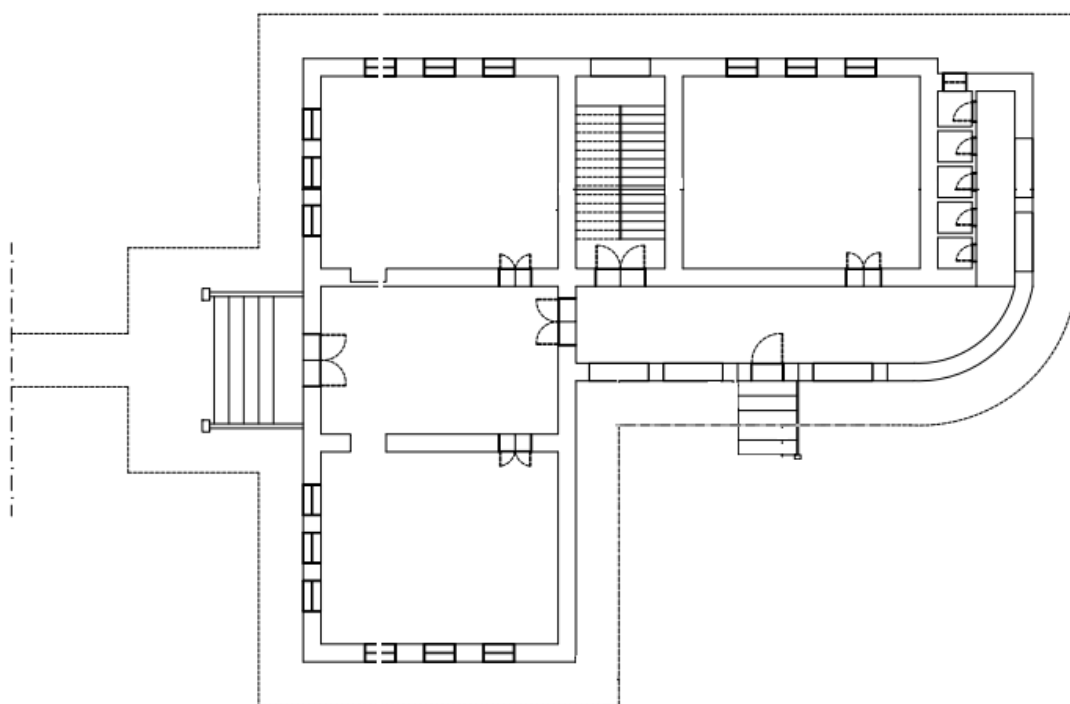


Figura 31: Planta baixa do térreo do Grupo Escolar Isabel Maria das Neves, reconstituindo como era originalmente, antes das intervenções atuais. Fonte: cedida pela COTese, 2012, editada pela autora, 2013.

O Grupo Escolar Pedro II, foi criado em 1925, e se instalou em uma edificação na Rua das Trincheiras, construída em 1919. Trata-se de uma residência adaptada para o uso escolar, em que o porão, bastante alto, acabou se transformando em salas de aula, com a abertura de janelas. Por isso, apresenta configuração diferente dos demais grupos escolares construídos no período em João Pessoa.

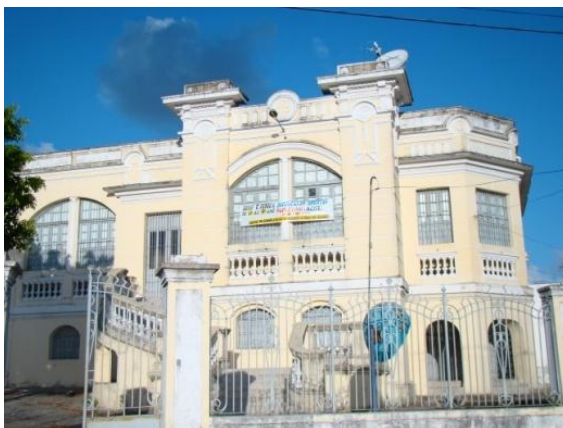


Figura 32: Grupo Escolar D. Pedro Segundo. Fonte: Acervo Pessoal, 2009.

As Escolas de Aprendizes Artífices foram criadas pelo presidente Nilo Peçanha, através do Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909. Pretendia-se a construção de 19 Escolas de Aprendizes Artífices em todo país, com o objetivo de fornecer “instrução primária e profissionalizante à criança desvalida”. Estas passaram por diversas mudanças tanto de cunho administrativo como pedagógico no decorrer da sua história. A fundação dessas Escolas marca a implantação do ensino profissional federal no Brasil.

Em João Pessoa, a Escola de Aprendizes Artífices foi inaugurada em 5 de janeiro de 1910, funcionando inicialmente nos porões do prédio que abrigava o quartel da Força Policial do Estado. Por sua localização, somada ao fato da escola ser destinada a meninos pobres, muitas vezes saídos de casas de correção, esta escola foi estigmatizada.

A Escola de Aprendizes Artífices local só foi instalar-se em edifício próprio em 1929. Sua construção de dois pavimentos é simétrica, apresenta frontão decorado com volutas marcando a parte central, onde fica a entrada, destacada por arcadas, e telhado com beirais de telha canal.



Figura 33: Escola de Aprendizes Artífices, atualmente. Acervo pessoal, 2013.

Seu projeto é semelhante à outra Escola de Aprendizes Artífices instalada em Natal (RN).



Figuras 34 e 35: Escola de Aprendizes Artífices de João Pessoa e de Natal. Fonte: Acervo pessoal, 2012.

De maneira geral, os edifícios tratados neste tópico foram projetados por arquitetos europeus como os italianos Paschoal Fiorillo e Hermenegildo di Lascio e apresentavam uma arquitetura eclética, incorporando vários elementos historicistas.

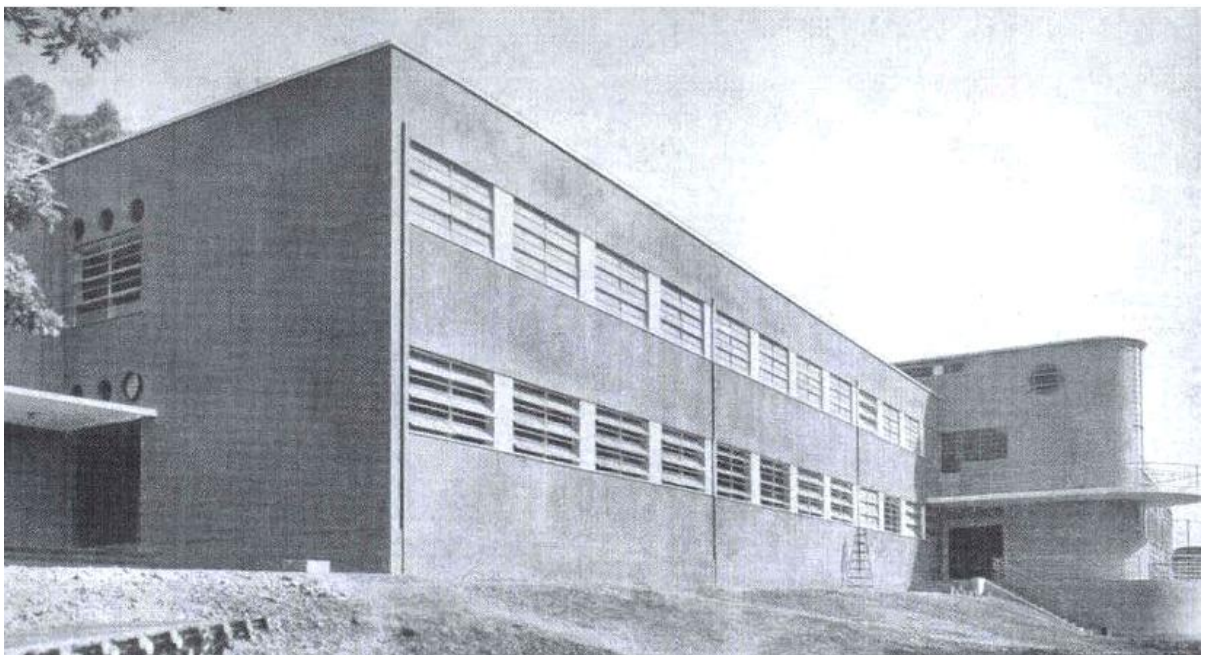
Percebe-se que tanto na Escola Normal, quanto nos grupos escolares e na Escola de Aprendizes Artífices, havia uma grande preocupação com as questões do higienismo, materializada em novos ambientes que mostravam o cuidado com a saúde dos alunos, como gabinete médico e dentário, e na busca por iluminação e ventilação através de muitas janelas, geralmente compridas, de madeira com venezianas, que possibilitavam a ventilação e iluminação mesmo se estas precisassem ser fechadas, em um momento de chuva. Além das janelas, geralmente os corredores de acesso das salas se voltavam para o pátio central, que também contribuía com a circulação do ar e a insolação dos ambientes. Os edifícios escolares locais apresentavam porão, para livrar os edifícios do contato com o solo, e assim, da umidade, causadora de ambientes insalubres. O pé-direito alto das escolas é outra característica influenciada pelas ideias higienistas, por possibilitar maior circulação do ar.

Configuravam-se como construções que buscavam a simetria, não só como requisito estético, mas para dividir a organização espacial entre a ala feminina e a ala masculina, reflexo da separação das atividades pedagógicas entre os sexos. A diretoria era posicionada junto da entrada, para maior controle de quem frequentava

a escola. As cantinas surgiam na parte posterior dos edifícios, algumas vezes por terem sido acrescentadas depois, mas também pela questão da higiene.

Identificou-se que a maioria dos grupos escolares passou por reformas ainda em meados da década de 1930, e com elas os edifícios receberam ambientes que propiciavam atividades educativas mais dinâmicas, como os auditórios, e sala para trabalhos manuais, que geralmente ficavam na parte de trás dos prédios. Mostram assim, como as novas ideias pedagógicas vão, aos poucos, transformando a arquitetura destas instituições educativas. Eram edificações que chamavam atenção pela monumentalidade, mostrando a importância dos espaços educativos para a cidade na época em que foram edificadas.

2. A ESCOLA NOVA NO BRASIL E A ADOÇÃO DO MOVIMENTO MODERNO PELA ARQUITETURA ESCOLAR



Neste capítulo, será analisado como a arquitetura dos edifícios escolares das principais cidades brasileiras se transformou com a implantação das ideias da Escola Nova, após as reformas no âmbito da instrução pública que elas sofreram. Serão apresentadas as propostas de novos tipos de escolas no Distrito Federal (que correspondia ao Rio de Janeiro na época estudada) e em São Paulo.

Foram escolhidas as propostas destas cidades por terem sido pioneiras na apresentação de uma nova linguagem na arquitetura escolar, com edifícios que pretendiam serem modelos para se seguir (CALDEIRA, 2005: 41). Além disso, tais propostas serviram de inspiração para a modernização da arquitetura escolar paraibana, conforme mostram os documentos oficiais da época que foram encontrados durante a pesquisa.

O segundo capítulo será finalizado com a apresentação da reforma da educação paraibana e suas novas propostas para a arquitetura escolar local, implementadas após o Plano de Reforma da Instrução Pública de 1935.

2.1 A Escola Nova no Brasil e as reformas do sistema educacional

Buscando solucionar os problemas da educação, durante as décadas de 1920 e 1930, se acirraram os debates sobre o tema, resultando em diversas reformas na instrução pública, em diferentes estados do país. Destacaram-se as iniciativas de Fernando de Azevedo (1927-1930) e Anísio Teixeira (1931-1935), no Rio de Janeiro; Sampaio Dória (1920), Lourenço Filho (1930-1931), Fernando de Azevedo (1933) e Almeida Jr. (1935-1936), em São Paulo; Francisco Campos (1927-1930), em Minas Gerais; Lourenço Filho (1922-1923), no Ceará; Anísio Teixeira (1925-1927), na Bahia e Carneiro Leão (1928-1930), em Pernambuco (SCHUELER & MAGALDI, 2009).

Essas reformas educacionais ocorreram em âmbito estadual, no entanto, todas tinham uma característica em comum: a implementação das ideias do movimento Escola Nova.

No Brasil, Nagle (1974: 239) considera que as ideias da Escola Nova se desenvolveram em duas fases. A primeira vai do fim do período imperial até a segunda década do século XX. Corresponde a fase antecedente de conhecimento de alguns procedimentos, ideias e princípios, pois até então, “não havia condições

sociais e pedagógicas que estimulassem o desenvolvimento da nova forma de entender a escolarização”. A educação se baseava no ideário cívico-patriótico da educação popular, com uma preocupação mais política do que pedagógica.

A segunda fase do escolanovismo no Brasil compreende a década de 1920 (NAGLE, 1974: 241). Esta é a fase da difusão sistemática e das realizações dos ideais da Escola Nova, com a aplicação do novo modo de estruturação das instituições escolares. Concretiza-se com as diferentes reformas de ensino que ocorreram em diversos Estados da Federação e no Distrito Federal. Uma particularidade na difusão deste movimento no Brasil é seu caráter público, em oposição ao desenvolvimento através do âmbito privado nos outros países.

Com as reformas da educação pública em diferentes estados brasileiros, vai sendo incluído e ganhando importância nos planos de reorganização o ensino de caráter psíquico-pedagógico que decorre de uma nova concepção de escola primária e da infância, que passa a ser compreendida e valorizada de acordo com as novas da psicologia (NAGLE, 1974: 244). Sendo assim,

[...] transforma-se o sentido das antigas práticas, aparecem novas, bem como são introduzidas outras atividades e alteradas as existentes. Com isso, se desenvolve uma nova didática ou, mais amplamente, é toda uma nova pedagogia que inicia sua trajetória no período, ao serem indicadas e ressaltadas as condições ótimas para o funcionamento do novo modelo que deve apresentar a situação ensinar-aprender. (NAGLE, 1974: 244).

Sobre as ideias propostas nas reformas educacionais dos diferentes Estados do país, Monarcha (1989) afirma que:

[...] visavam construir uma nação moderna e, nos seus termos, justa e fraterna. Para tanto, a instrução pública deveria superar os limites estreitos dos padrões cívico-nacionalistas e tornar-se estratégia de reconstrução social e regeneração social e moral. (MONARCHA, 1989).

Como afirmação das ideias do movimento Escola Nova no Brasil, houve a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, que tinha intenção de unificar as ideias de renovação do ensino que eram propagadas nas diferentes reformas da instrução pública que ocorriam pelo país, defendendo que em lugar de reformas parciais fragmentadas, deveria haver uma grande reforma educacional nacional, e com o manifesto seria dado uma noção clara e definida das aspirações de tal reforma.

Este manifesto pretendia interferir na organização da sociedade brasileira através da educação, considerada o problema nacional mais grave. Foi redigido por 26 intelectuais da elite, tendo participação principal de Fernando de Azevedo. Contou também com a participação de Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Cecília Meireles, Delgado de Carvalho, Hermes Lima, entre outros. A maioria dos assinantes do manifesto exerciam funções ligadas ao magistério, como diretores da instrução pública ou ligadas ao ensino em Escolas Normais, Colégio D. Pedro II ou ensino superior (MATE, 2002:135).

Em seu conteúdo, o Manifesto defendia que deveria ser reconstruído o sistema educacional do país, considerado fragmentado e desorganizado, principalmente por causa da falta da “determinação dos fins da educação (aspecto filosófico e social)” e da aplicação dos métodos científicos na resolução dos problemas da administração escolar.

Seria promovida a nova educação, que se apoiava no respeito da personalidade humana.

A nova doutrina, que não considera a função educacional como uma função de superposição ou de acréscimo, segundo a qual o educando é "modelado exteriormente" (escola tradicional), mas uma função complexa de ações e reações em que o espírito cresce de "dentro para fora", substitui o mecanismo pela vida (atividade funcional) e transfere para a criança e para o respeito de sua personalidade o eixo da escola e o centro de gravidade do problema da educação. (MANIFESTO..., 1932).

Dessa maneira, na pedagogia da Escola Nova a espontaneidade da criança deveria ser valorizada: “[...] a atividade que está na base de todos os seus trabalhos, é a atividade espontânea, alegre e fecunda, dirigida à satisfação das necessidades do próprio indivíduo” (MANIFESTO..., 1932).

O manifesto reivindicava que todo indivíduo tinha direito de ser educado, de acordo com suas aptidões naturais, independente de suas razões de ordem econômica e de ordem social, sendo assim, a educação atingiria a sua “verdadeira função social”, promovendo a todos os grupos sociais as mesmas oportunidades de educação. A escola não deveria ficar isolada no ambiente, como ocorria até então, mas influir e se comunicar com a sociedade. Não deveria servir à interesses de

classes, mas aos do indivíduo, tornando-se uma “escola socializada”, que harmonizaria os interesses individuais aos coletivos, já que considerava o seguinte:

[...] somos seres sociais, por isto mesmo que somos homens, e a verdade está antes em que não há ato, pensamento, desejo, atitude, resolução, que tenham em nós sós seu princípio e seu termo e que realizem em nós somente a totalidade de seus efeitos. (MANIFESTO..., 1932).

Ressalta que “é preciso fazer homens, antes de fazer instrumentos de produção”, mas reconhece o valor do trabalho, da solidariedade social e da cooperação para formação de “grandes valores permanentes que elevam a alma, enobrecem o coração e fortificam a vontade”.

De acordo com esses conceitos, foi defendida uma educação considerada uma função social eminentemente pública, e que por isso, tinha obrigação de ser promovida pelo Estado.

[...] está no dever indeclinável de não admitir, dentro do sistema escolar do Estado, quaisquer classes ou escolas, a que só tenha acesso uma minoria, por um privilegio exclusivamente econômico. (MANIFESTO..., 1932).

O ensino deveria ser laico, gratuito, obrigatório e promovido para ambos os sexos sem separações (co-educação). A defesa ao ensino laico provocou crítica forte e continuada da Igreja Católica, que na época tinha sob seu controle a propriedade e orientação de parcela expressiva das escolas da rede privada, no entanto o ensino religioso não contemplava os alunos que fossem de outras religiões além da Católica.

Dessa maneira, se fosse seguido o manifesto, todos os alunos estariam “no mesmo pé de igualdade e envolvendo todo o processo educacional”, o que demonstra por essas exigências como o ensino no Brasil ainda era para poucos, e mesmo assim, ocorria de maneira desigual aos que lhe tinham acesso.

Infelizmente, embora tenha influenciado muitas questões da educação futura, ainda hoje os pontos reivindicados pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, não chegaram a ser efetivados completamente, tendo uma grave quebra no avanço dos ideais que pregava, com o golpe militar que ocorreu em 1937, e sufocou as intenções de uma educação progressista, que pretendia comunicação com a sociedade, por um ensino baseado na rígida disciplina, obediência e adoração à pátria.

2.2 Distrito Federal: As ideias de Anísio Teixeira para educação e arquitetura escolar

A primeira reforma educacional no Rio de Janeiro que começou a trazer as ideias da escola nova foi a de Fernando de Azevedo⁴, que ocupou o cargo de Diretor do Ensino do Distrito Federal entre 1927 a 1930. Durante a sua gestão, a arquitetura das construções escolares adota de maneira enfática o “estilo tradicional brasileiro”, com a intenção de reafirmar a identidade nacional, representando a materialização do nacionalismo que era almejado na educação, e que deveria ser transmitido para as crianças (FERNANDES, 2006: 39).

Em entrevista em *A Noite* [publicada em 24/5/1927, sob o título *O ambiente nacional na escola*], o diretor da Instrução Pública esclarecia o projeto de construção de prédios escolares a ser empreendido em sua gestão e a orientação educativa nessas edificações. Defendia a construção da Escola Normal, assim como dos demais edifícios escolares, “inspirados no estilo tradicional brasileiro”, buscando “imprimir à construção, externa e internamente, os signos naturais do clima e da raça, o cunho nacional”. (DÓREA, 2003, 167).

Sendo assim, a arquitetura escolar ainda não refletia os princípios pedagógicos que começavam a ser inseridos – do escolanovismo, mas apresentava os princípios políticos da República (NAGLE, 196: 1974).

Fernando de Azevedo, contava com o apoio do arquiteto José Mariano Filho⁵, o qual recomendava que os edifícios públicos, especialmente as escolas, fossem projetados em “estilo tradicional do país” (MARIANO FILHO, 1943 *apud* DÓREA, 2003: 168).

Uma das principais obras da administração de Fernando de Azevedo foi a construção do imponente edifício da Escola Normal, inaugurado em 11 de outubro

⁴ Fernando de Azevedo (1894-1974) nasceu em São Gonçalo do Sapucaí (MG). Coursou Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de São Paulo. É considerado um dos grandes responsáveis pela reforma do ensino no país, atuando como Diretor do Ensino no Rio de Janeiro (1927-1930) e em São Paulo (1933) e como principal redator do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. Foi Secretário da Educação e Saúde do Estado de São Paulo (1947), Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, que ele instalou e organizou (1956-61), Secretário de Educação e Cultura no governo do prefeito Prestes Maia (1961) e Membro correspondente da Comissão Internacional para uma História do Desenvolvimento Científico e Cultural da Humanidade (publicação da Unesco). Também participou da criação da Sociedade Brasileira de Sociologia, de que foi presidente, desde sua fundação (1935) até 1960.

⁵ José Mariano Filho apresentou uma tese na Segunda Conferência Nacional de Educação (realizada em Belo Horizonte em novembro de 1928) intitulada “Da arquitetura, fator de nacionalização”, publicada em 1943. (DÓREA, 2003: 168).

de 1930. Foi realizado um concurso para escolha do projeto da Escola Normal, que possuía normas determinando o estilo que teria o edifício:

Vai, afinal, possuir a cidade a sua Escola Normal vazada de acordo com as necessidades pedagógicas que ela deve atender. O ilustre Snr. Fernando Azevedo estabeleceu, nas próprias condições do edital de concorrência, que o projeto deveria inspirar-se na arquitetura tradicional brasileira. É que não passou despercebida ao ilustre educador a significação cívica da escolha do estilo tradicional brasileiro num edifício onde se vai plasmar a mentalidade de milhares de jovens patrícios. (MARIANO FILHO, 1943: 50 *apud* DÓREA, 2003: 168).

O projeto, de autoria de Ângelo Bruhns e do português José Cortez, foi considerado por Bruand (2003: 56) “a mais importante realização oficial no estilo neocolonial”. Sua arquitetura, que preza pela simetria, apresenta elementos inspirados nas igrejas barrocas, como o frontispício do corpo central da fachada, suas arcadas, entalhes em pedra, óculos e o os adornos, como as volutas. O pátio interno, delimitado por arcadas, lembra os antigos colégios jesuítas. (BRUAND, 2003: 56-57).

Dois anos depois, a Escola Normal foi transformada em Instituto de Educação, pelo Decreto nº 3.810, de 19 de março de 1932, mas continuou a funcionar no mesmo prédio, que ganhou melhoramentos com o acréscimo de laboratórios, ateliês e refeitório.



Figuras 36 e 37: Foto com vista aérea da Escola Normal do Rio de Janeiro e fotografia de seu pátio interno, em 1930. Disponível em: <http://www.usp.br/niephe/publicacoes/docs/cap3_Abdala.pdf>. Acesso em: 12/2012.

Somente na reforma educacional de Anísio Teixeira⁶, (Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal em 1931) foi desenvolvido e implantado (ainda que parcialmente) um plano educacional totalmente inovador, inclusive na arquitetura escolar, sendo o primeiro a se preocupar com que a arquitetura se adequasse aos preceitos da pedagogia da Escola Nova.

Neste plano são criados novos modelos de edifícios escolares que adotam a arquitetura moderna como o melhor meio de se adequarem aos princípios pedagógicos da Escola Nova, causando admiração e estranhamento na população carioca da época, e revolta nos defensores do “estilo tradicional brasileiro”, como José Marianno Filho, que publicou vários artigos depreciando a arquitetura das novas escolas:

[...] A adoção sistemática, às populações escolares, de um gênero de arquitetura de todo estranho ao sentimento espiritual da raça constitui ao meu ver um ato criminoso. E é preciso insistir, que esse ato foi intencionalmente preparado, visando um objetivo determinado, o que lhe agrava sobretudo a intenção. Há quem ponha em prática as ideias comunistas recebendo secretamente, para tal, dinheiro dos comitês internacionais de propaganda. Anísio tem nas mãos o dinheiro da nação, para demonstrar às populações escolares que a pátria brasileira não possui arquitetura própria [...] (“Arquitetura escolar”, MARIANO FILHO, 1943:75-76 *apud* DÓREA, 2003: 169-170).

[...] Se um estilo inventado do pé para a mão, pelos prestidigitadores judeus, é, apesar demais barato, mais útil à Nação, do que os estilos que a experiência multissecular manipulou, que se adote esse estilo por economia, a título precário, por impossibilidade momentânea de se fazer melhor. Mas, em verdade, o que se passou, é bem diferente. Adotou-se por

⁶ Anísio Teixeira (1900-1971) nasceu em Caetité (BA). Graduiu-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1922. De 1925 a 1928, ocupou o cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública da Bahia. Em 1931, foi nomeado diretor de Educação do Rio de Janeiro. Em sua gestão, criou uma rede municipal de ensino completa que ia da escola primária à universidade, com a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), extinta em 1939, durante o Estado Novo. Em 1946, assumiu o cargo de conselheiro da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Em 1947, tomou posse da Secretaria de Educação da Bahia. Nos anos 50, dirigiu o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Foi também o criador e primeiro dirigente da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual CAPES). Foi um dos idealizadores do projeto da Universidade de Brasília (UnB), inaugurada em 1961, da qual veio a ser reitor em 1963, para ser afastado após o golpe militar de 1964. Em 11 de março de 1971, foi encontrado morto, segundo laudo, por acidente. Entretanto, por ter sido perseguido político, foi provavelmente, mais uma vítima da repressão do governo do general Emílio Garrastazu Médici, caso que está sendo investigado pela Comissão Nacional da Verdade, em processo aberto em novembro de 2012, que terá até maio de 2014 para apresentar os resultados.

economia um gênero de arquitetura de todo impróprio às nossas necessidades peculiares. Por inércia mental, burrice, ou malandragem (o que é mais provável), copiamos de revistas russas, e alemãs, edifícios inadaptáveis ao cenário mesológico nacional. [...] (“As maravilhas da arquitetura comunista”, MARIANO FILHO, 1943:88-89 *apud* DÓREA, 2003: 172).

Segundo Hélio Duarte (1973:11), “foi esse, possivelmente, o primeiro planejamento de prédios escolares que, em obediência aos preceitos de uma orientação educacional, se fazia no Brasil”. Anísio Teixeira desenvolve um sistema escolar com edificações de duas naturezas:

- As escolas nucleares (ou escolas classe), onde ocorreria o ensino em salas de aula, das disciplinas curriculares comuns, como português, matemática, história, geografia e ciências;
- Os parques escolares (ou escolas parque), onde aconteceriam atividades de educação física, recreação, jogos, desenho, artes industriais, música, educação social, educação da saúde.

As crianças deveriam frequentar regularmente os dois tipos de escolas, cada um em um turno, resultando em uma proposta de tempo integral de ensino “na qual teria em parte do dia a formação intelectual e na outra a cultural, física e social.” (FERNANDES, 2006:73). Anísio Teixeira explicou esse novo sistema em seu relatório administrativo, publicado em 1935:

Haverá escolas nucleares e parques escolares, obrigada a criança a frequentar regularmente as duas instalações. O sistema escolar para isso funcionará em dois turnos, para cada criança. Em dois turnos para crianças diversas de há muito vem funcionando. Agora será diferente: no primeiro turno, a criança receberá, em prédio adequado e econômico, o ensino propriamente dito; no segundo, receberá, em um parque escolar aparelhado e desenvolvido, a sua educação propriamente social, a educação física, a educação musical, a educação sanitária e a assistência alimentar.

Haverá, assim, edificações escolares de duas naturezas que se complementam e se harmonizam, integrando-se em um todo equivalente ao das melhores escolas modernas do mundo. (TEIXEIRA, 1935 *apud* OLIVEIRA, 2007:86)

Para Anísio Teixeira o sistema de ensino que desenvolveu, com as escolas classe e as escolas parque, apresentava muitas vantagens⁷. Solucionava o problema da dificuldade de encontrar em áreas urbanas grandes terrenos disponíveis para construção das escolas, pois as escolas classe necessitavam de áreas menores que as escolas tradicionais, já que as atividades educativas estariam divididas entre dois edifícios, sendo necessário só à escola parque um terreno maior, mas esta atenderia até quatro escolas classe. Aumentava a carga horária das crianças na escola (seriam quatro horas na escola classe e mais quatro horas na escola parque). Facilitava a renovação educativa, pois seriam promovidas diversos tipos de atividades na escola parque, além do ensino comum na escola classe, possibilitando aproveitar vários perfis de professores. Haveria também “oportunidade para uma renovação da arquitetura escolar, com a divisão de funções da escola e a unidade maior de cada tipo de edifício ou edifícios” (TEIXEIRA, 1948:15 *apud* ANDRADE JUNIOR, 2012: 336).

No sistema escolar desenvolvido por Anísio Teixeira, a escola classe seria a responsável por instruir a criança, mas era na escola parque que ela seria educada, do ponto de vista do convívio social, da cultura intelectual e artística, da educação física e da formação profissional (ANDRADE JUNIOR, 2012: 335).

Para a implementação desse plano de renovação escolar foi criada, dentro do departamento de Educação do Rio de Janeiro, a Divisão de Prédios e Aparelhamentos Escolares, que era responsável pela parte material do sistema de educação – os projetos e execuções de edifícios, e o mobiliário.

⁷ Quando foi Diretor da Instrução Pública na Bahia, em 1947, Anísio Teixeira implantou o sistema de escolas classe e escolas parque lá, e as edificações foram projetadas por Diógenes Rebouças, cujo projeto do Centro de Educação Elementar da Bahia se destaca, tendo sido fonte de inspiração para as escolas do “Plano para Construções Escolares para Brasília” também concebido por Anísio Teixeira, em 1957. Este plano previa a criação de 28 Centros de Educação Elementar, cada um deles formado por quatro jardins de infância; quatro escolas-classe, para “educação intelectual sistemática” de crianças de 7 a 12 anos; e uma escola-parque, com capacidade total para 2.000 alunos. Seguindo a ideia, presente no Plano Piloto de Lucio Costa, de que cada conjunto de quatro superquadras formasse uma Unidade de Vizinhança, o “Plano de Construções Escolares para Brasília” propôs para cada Unidade de Vizinhança um Centro de Educação Elementar, abrigando uma escola-parque e, em cada uma das quatro superquadras, uma escola-classe e um jardim de infância (ANDRADE JUNIOR, 2012).

Essa Divisão foi dirigida pelo arquiteto Enéas Silva⁸, arquiteto-engenheiro do Serviço de Prédios e Aparelhamentos Escolares do Distrito Federal, que projetou os diferentes tipos de edifícios escolares propostos no plano educacional. Também fizeram parte os seguintes arquitetos: Wladimir Alves de Souza, Atílio Corrêa Lima, Paulo de Camargo Almeida e Raul Penna Firme (ANDRADE JUNIOR, 2012: 304).

No Plano Educacional de Anísio Teixeira para o Rio de Janeiro, foram projetados cinco tipos de edifícios escolares, além do Parque Escolar. O Parque Escolar deveria ser implantado em áreas grandes e em pontos-chave para atenderem o entorno (FERNANDES, 2006: 76). Ocuparia uma área de 10.000 metros quadrados, em média, e atenderia a quatro escolas-classe (ANDRADE JUNIOR, 2012: 305).

O parque escolar poderia abrigar vários ambientes, com destaque para locais de atividades esportivas e artísticas: direção geral, serviço médico, auditório, refeitório, sala de música, biblioteca, sala de projeção, ginásio, estádio e pista de corrida, 14 pequenos campos para voleibol, equipamento completo para ginástica, jardim de infância e playground (OLIVEIRA, 1991:154-155 *apud* ANDRADE JUNIOR, 2012: 305).

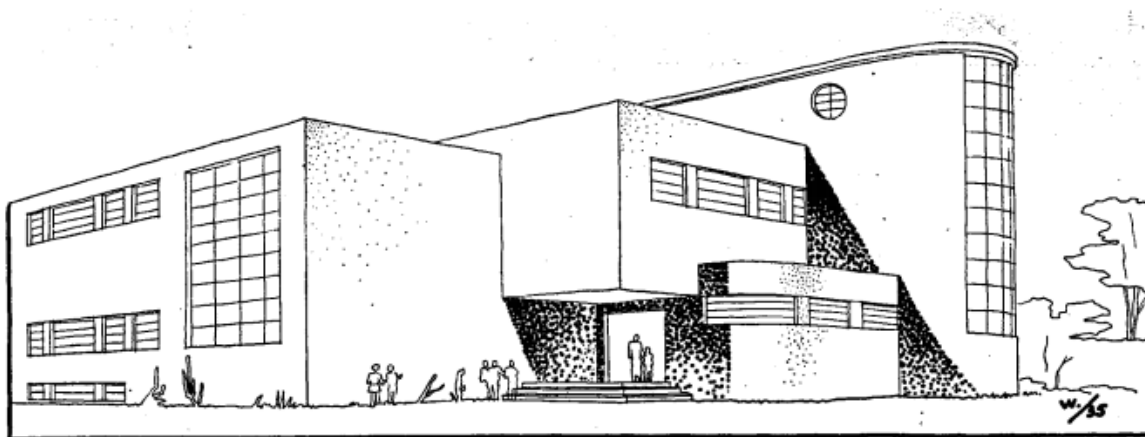


Figura 38: Perspectiva do projeto do arquiteto Enéas Silva de uma Escola Parque (1934), atual Dom Aquino Corrêa, Rio de Janeiro. Fonte: DÓREA, 2003: 129.

⁸ Enéas Trigueiro da Silva (1904-1978) nasceu em Macaé, no norte fluminense. No Distrito Federal, cursou a Escola Politécnica por três anos e, em 1926, começou a trabalhar na Prefeitura do Rio de Janeiro (onde continuou trabalhando até se aposentar). Pouco depois de ingressar na prefeitura, entrou para a Escola Nacional de Belas Artes e diplomou-se arquiteto, em 1931. Nesse mesmo ano, foi convidado por Anísio Teixeira para chefiar a Divisão de Prédios e Aparelhamentos Escolares do Rio de Janeiro, cargo que marcou sua carreira, fazendo-o discutir o problema do prédio escolar até o final de sua vida. (DÓREA, 2003: 92-93).

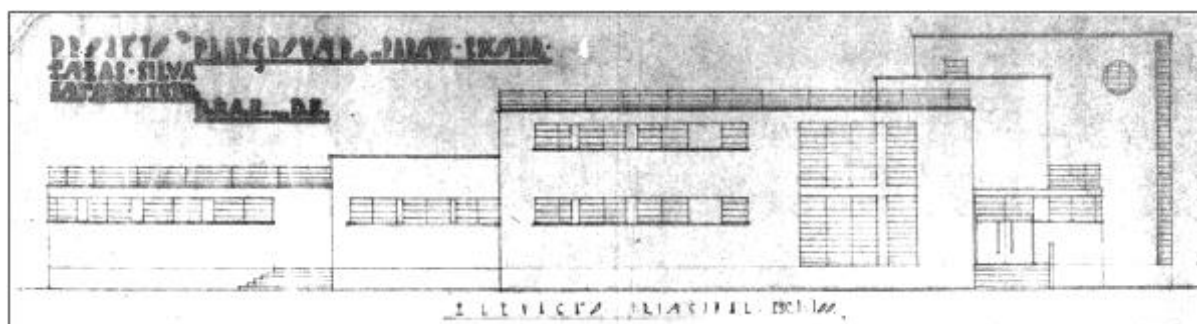


Figura 39: Elevação principal da Escola Parque, projetada por Enéas Silva (1934), atual Dom Aquino Corrêa, Rio de Janeiro. Fonte: DÓREA, 2003: 129.

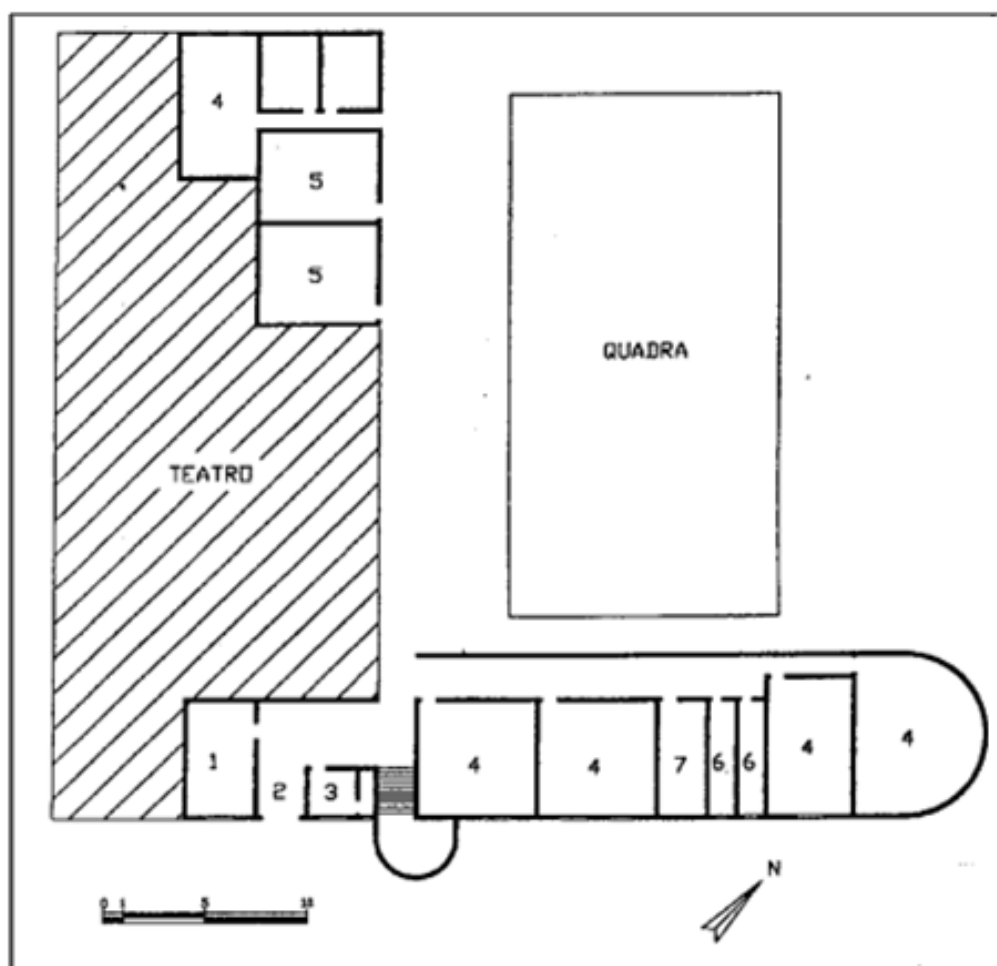


Figura 40: Planta esquemática do primeiro pavimento da Escola Parque projetada por Enéas Silva (Rio de Janeiro, 1934), atual Escola Dom Aquino Corrêa. Com a demissão de Anísio Teixeira no final de 1935, o projeto do parque-escolar foi interrompido, e as instalações para estádio, pista de corrida, campos de esportes, etc., que complementaríamos o conjunto, não foram construídas. Fonte: DÓREA, 2003: 133.

Legenda: 1. Secretaria; 2. Hall; 3. Diretoria; 4. Sala de aula; 5. Vestiário; 6. Sanitários; 7. Depósito.



Figura 41: Edifício projetado por Enéas Silva para escola parque, que abriga atualmente a Escola Dom Aquino Corrêa (Rio de Janeiro). Fonte: Imagem do Google Street View, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/maps/pVrZh>>. Acesso em: 08/2013.

Os tipos de edifícios escolares propostos com o Plano de Anísio Teixeira foram:

Escola Mínima: possuía duas salas de aula e uma sala que abrigaria atelier e oficina de artes industriais. Este tipo era destinado a regiões com população escolar em pequeno número, pois, possuía capacidade de atender só 240 alunos.

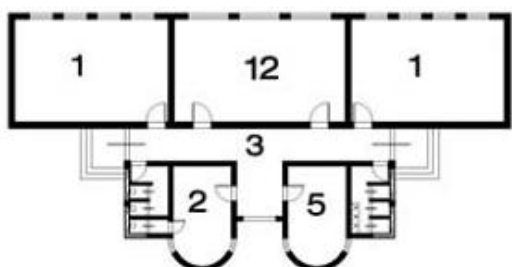


Figura 42: Planta da Escola Mínima, projetada por Enéas Silva. Fonte: ANDRADE JUNIOR, 2012:307.

Legenda: 1. Sala de aula; 2. Administração; 3. Circulação; 4. Sanitário; 5. Gabinete Médico ou Dentário; 12. Artes Industriais.



Figura 43: Perspectiva da Escola Mínima, desenho original do arquiteto Enéas Silva (20/07/1933). Fonte: FERNANDES, 2006:75.

Escola Nuclear ou “Escola Classe”: apresentava 12 salas de aula comuns, além de ambientes para administração, secretaria e biblioteca para os professores. Com capacidade para 1000 alunos, a escola nuclear deveria ser complementada

com o Parque Escolar, para o desenvolvimento do ensino integral previsto no plano, pois só continha as salas para aulas comuns.

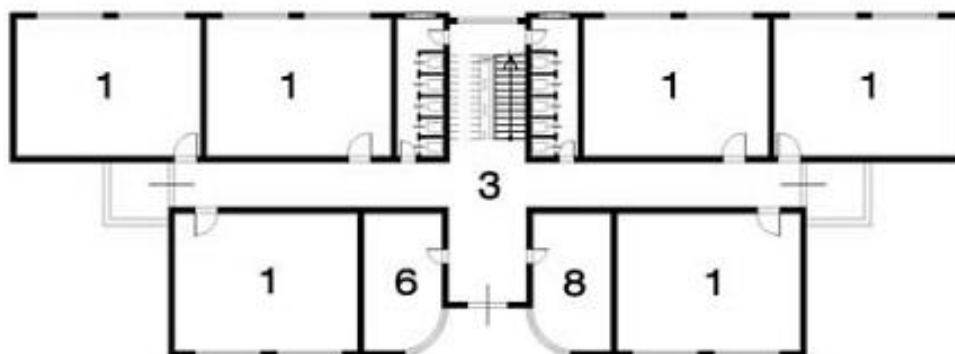


Figura 44: Planta do pavimento térreo da Escola Nuclear ou "Escola Classe", projeto de Enéas Silva. Fonte: ANDRADE JUNIOR, 2012:307.

Legenda: 1. Sala de aula; 3. Circulação; 4. Sanitário; 6. Secretaria; 8. Diretoria.

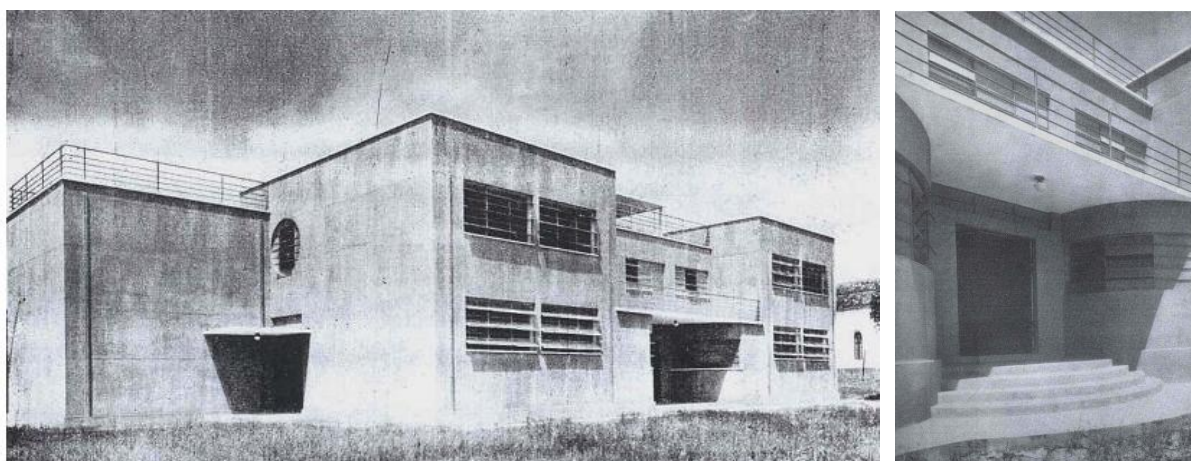


Figura 45: Fachada da Escola Tipo Nuclear ou "Escola Classe" e sua entrada principal, projeto de Enéas Silva (Rio de Janeiro, 1935). Fonte: DÓREA, 2003:75.

Os três próximos tipos de escolas que serão citadas a seguir foram projetados por Enéas Silva, para funcionarem com o sistema Platoon de administração, proposto pela primeira vez no Brasil, na então reforma escolar do Rio de Janeiro aplicada por Anísio Teixeira.

O sistema Platoon surgiu nos Estados Unidos, tendo sido implantado pela primeira vez na década de 1910, no estado de Indiana. Inspirou-se na teoria de John Dewey, que recomendava que o aluno desenvolvesse atividades de estudo, trabalho e recreação, ou seja, uma educação integral do indivíduo.

Baseado na proposta de que os alunos não teriam salas fixas, mas circulariam pela escola dentro de horários pré-estabelecidos, as turmas seriam organizadas em "pelotões" que ao longo do período escolar realizariam estudos de matérias fundamentais (leitura, escrita, matemática, entre outras) e matérias especiais (como arte, música, desenho, trabalhos manuais). Enquanto um grupo de alunos - o "pelotão" estudava as matérias fundamentais nas salas de aula comum, outro "pelotão" realizava as atividades previstas nas matérias especiais em ambientes diversificados. (OLIVEIRA, 2007: 90)

Anísio Teixeira teve conhecimento desse sistema ao viajar para os Estados Unidos com a intenção de estudar o seu sistema educacional quando estava dirigindo o departamento de Instrução Pública da Bahia. Vai pela primeira vez em 1927, e ganha uma bolsa de estudos da Universidade de Columbia, em Nova York, para realizar uma pós-graduação em Educação, que lhe permite residir nos Estados Unidos entre junho de 1928 e junho de 1929. Lá, Anísio passa a ser aluno de John Dewey, um dos mestres da Escola Nova, que lhe proporciona essa nova visão sobre a educação que o influencia em todos os seus trabalhos posteriores (ANDRADE JUNIOR, 2012: 303).

Anísio Teixeira (1928 *apud* OLIVEIRA, 2007: 90), acreditava que o sistema Platoon, além de ser mais econômico financeiramente, era o mais completo e eficiente sistema de organização escolar. Dessa forma, resolveu introduzir no Rio de Janeiro esse sistema educacional, que contou com três novos tipos de escolas, também projetadas por Enéas Silva, para seu desenvolvimento.

Escola Tipo Platoon – 12 salas: composta por 6 salas de aula comuns e 6 salas especiais: de leitura e literatura (com biblioteca anexa), de ciências sociais, de desenho e artes industriais (com oficinas), de música, de recreação e jogos, de ciências e auditório (DÓREA, 2003:78).

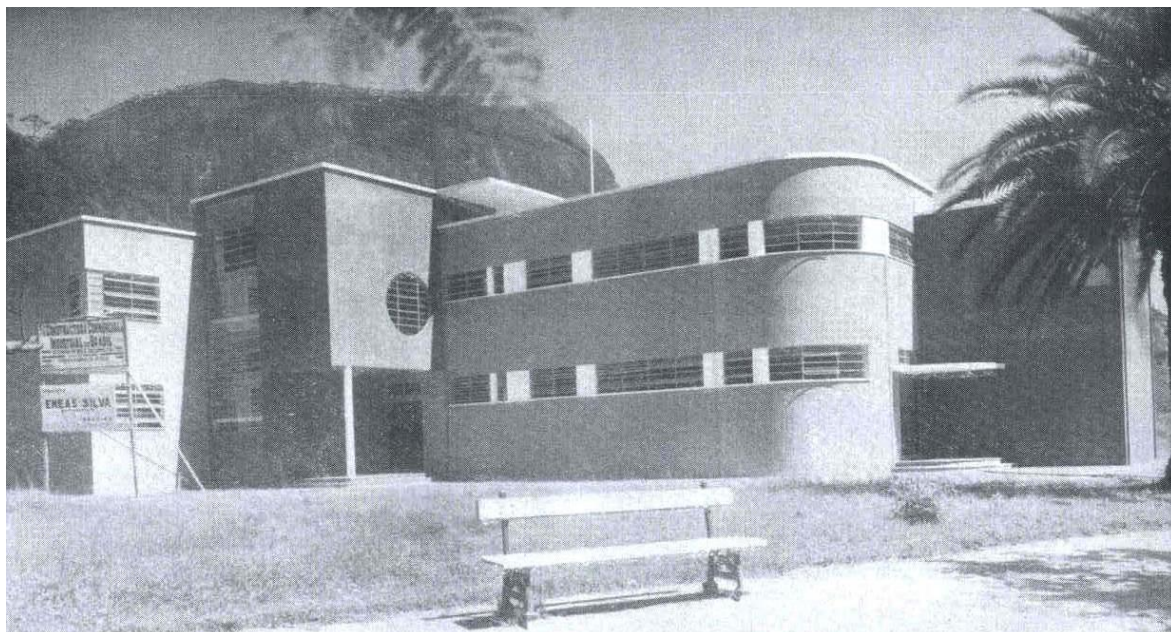


Figura 46: Escola tipo Platoon de 12 salas (Rio de Janeiro, 1935), projetada por Enéas Silva. Fonte: DÓREA, 2003:78.

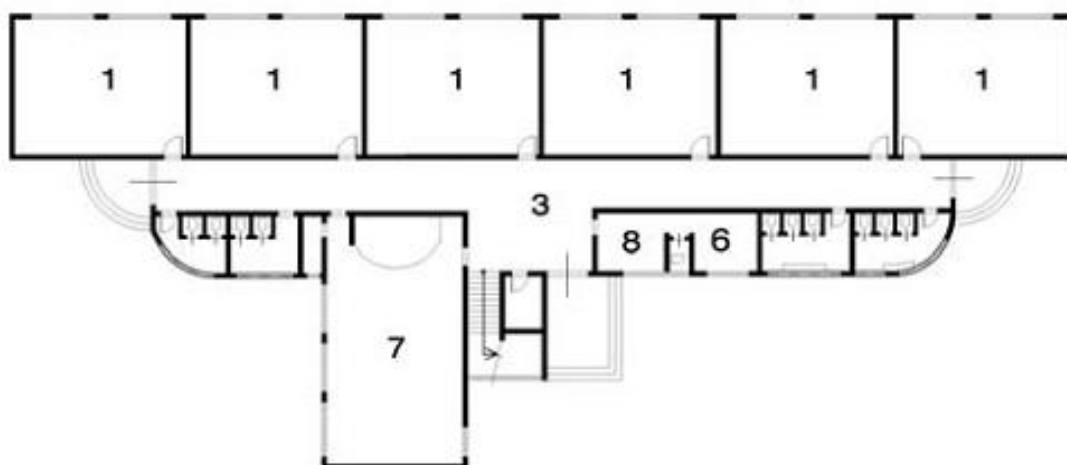


Figura 47: Planta do térreo da Escola tipo Platoon de 12 salas (cada pavimento apresenta seis salas). Fonte: ANDRADE JUNIOR, 2012:307.

Legenda: 1. Sala de aula; 3. Circulação; 4. Sanitário; 6. Secretaria; 7. Auditório; 8. Diretoria.

Escola Tipo Platoon – 16 salas: formada por 12 salas de aula comuns e quatro salas especiais, onde funcionariam auditório, atividades de música, recreação, ciências, e ciências sociais. Para TEIXEIRA (1935 *apud* DÓREA, 2003:80) este tipo de edifício poderia abrigar até 1300 alunos, e bastava-se a si mesmo, “possuindo todas as demais dependências para o funcionamento de um

verdadeiro instituto de educação”, mas ganharia sobremodo com o uso em conjunto com o Parque Escolar.

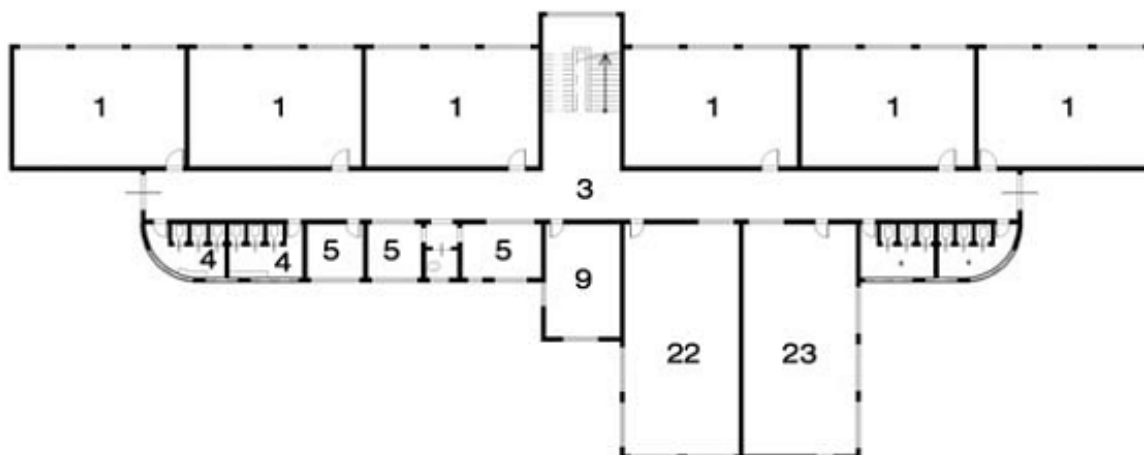


Figura 48: Planta do pavimento térreo da Escola tipo Platoon de 16 salas, apresentando 6 salas de aulas comuns e duas salas especiais (a planta se repete no andar superior) . Fonte: ANDRADE JUNIOR, 2012:307.

Legenda: 1. Sala de aula; 3. Circulação; 4. Sanitário; 5. Gabinete Médico ou Dentário; 9. Sala de Professores; 22. Música, Educação Física, Recreação e Jogos; 23. Desenho e Artes Aplicadas.

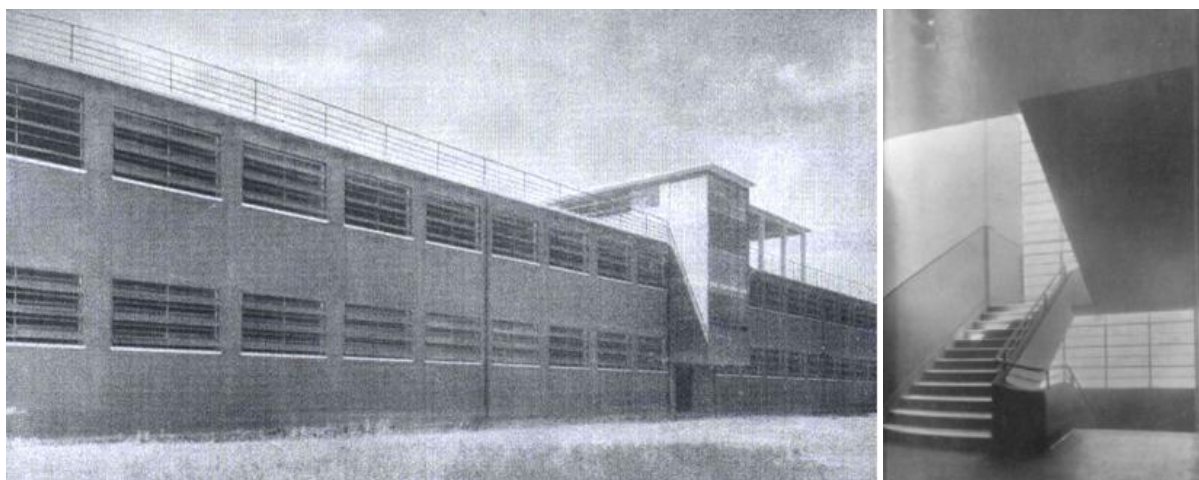


Figura 49: Vista da fachada posterior da Escola tipo Platoon de 16 salas, e vista interna da escada (fotografias de 1935, Rio de Janeiro). Fonte: ANDRADE JUNIOR, 2012:308.

Escola Tipo Platoon – 25 salas: Com capacidade para 2000 alunos, possui 12 salas de aula comuns e 12 salas especiais, amplo ginásio e todas as demais dependências de uma escola de grandes proporções. Projetado como um edifício completo, “é um predio com todas as instalações para o funcionamento regular e perfeitamente adequado do systema Platoon” (TEIXEIRA, 1935 *apud* ANDRADE JUNIOR, 2012: 306), não tendo necessidade de complemento com o Parque Escolar.



Figura 50: Planta da Escola tipo Platoon de 25 salas, projeto de Enéas Silva. Fonte: ANDRADE JUNIOR, 2012:307.

Legenda: 1. Sala de aula; 3. Circulação; 4. Sanitário; 5. Gabinete Médico ou Dentário; 6. Secretaria; 7. Auditório; 8. Diretoria; 10. Biblioteca; 11. Sala de Leitura; 12. Artes Industriais; 13. Música; 14. Artes Domésticas; 15. Desenho; 16. Oficina; 17. Geografia / História; 18. Ciências; 19. Jardim Botânico; 20. Depósito de Modelos; 21. Ginásio/Auditório.

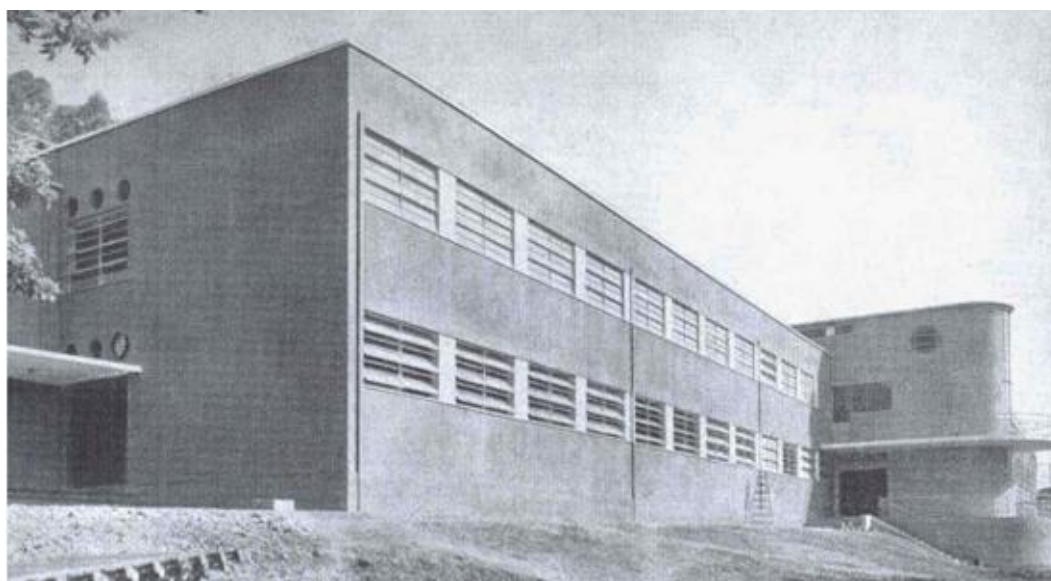


Figura 51: Escola tipo Platoon de 25 salas, projetada por Enéas Silva (fotografia de 1935, Rio de Janeiro). Fonte: DÓREA, 2003:82.

O Plano de renovação escolar de Anísio Teixeira para o Distrito Federal, com os edifícios escolares projetados por Enéas Silva, inovou de maneira decisiva a arquitetura escolar nacional.

Pela primeira vez, a arquitetura moderna foi associada a um amplo plano de reforma educacional, pois nessa reforma foi defendido por Anísio Teixeira que a arquitetura das novas escolas deveria se transformar, ser moderna, assim como a nova maneira de ensinar que elas iriam promover. Para Anísio Teixeira “sem instalações adequadas, não pode haver trabalho educativo” (TEIXEIRA, 1935 *apud* DÓREA, 2003: 73).

Sendo assim, as novas construções escolares foram projetadas de acordo com os ideais da arquitetura moderna, que se adequariam melhor a um ensino dinâmico, livre, inovador, e de bases científicas.

Pensadas para funcionarem em um sistema de ensino integral, o modelo de escolas classe e escolas parque trazia solução para a questão urbana de localização das escolas no Rio de Janeiro, além de criar edifícios escolares que não precisariam mais abrigar todas as funções em um único edifício, resultando em diferentes de construções, dependendo das atividades que iriam ser promovidas. Enquanto a escola classe apresentaria ambientes comuns às escolas tradicionais, as escolas parque trariam espaços adequados ao novo ensino do ideário escolanovista, com ateliês, oficinas, espaços para diferentes atividades esportivas serem praticadas, atividades de dança, manifestações de cultura popular, enfim, várias modalidades que caracterizam um ensino ativo, que promovessem a sociabilidade entre os alunos e mantivessem comunicação com a sociedade. Estes ambientes também estariam presentes nas escolas Platoon de 16 e 25 salas, e por isso não precisariam da escola parque.

A acção da escola, por esses tres ensinos, não se restringirá ao ambito da sua séde, mas se irradiará até a sociedade, concorrendo para a expansão e talvez a elevação de sua cultura social e artística. A de educação de habitos de recreação e jogos vae, igualmente, influir nos habitos da comunidade e, com a introducção de dansas originaes e populares, enriquecer o gosto publico e desenvolver interesse mais profundo pelas fontes naturaes da arte popular brasileira.

A obra de arte na escola primaria está, assim, a offerecer a primeira legitima oportunidade para associal-a profundamente á cultura nacional. Graças a

esses aspectos do seu programma, a escola vae deixando de ser a instituição isolada e medíocre de outros tempos, para se tornar um centro de caracter proprio, com perfeita individuação cultural e artística. (TEIXEIRA, 1935:115-116 *apud* ANDRADE JUNIOR, 2012: 304).

Foram construídas no Rio de Janeiro, 28 escolas baseadas nos novos tipos desenvolvidos na gestão de Anísio Teixeira. (DÓREA, 2003: 95).

TIPO DE ESCOLA CONSTRUÍDA	QUANTIDADE
Escola Mínima	2
Tipo Especial (6 salas)	1
“Acréscimo de 12 classes”	1
Nuclear (8 salas)	1
Nuclear (12 salas)	12
Platoon (12 salas)	5
Platoon (16 salas)	2
Platoon (25 salas)	3
Escola-parque	1

Tabela 01: Escolas construídas no Rio de Janeiro durante a administração de Anísio Teixeira (1931-1935). Fonte: DÓREA, 2003: 96-97.

As escolas projetadas por Enéas Silva apresentavam volumetria resultante de formas geometrizadas, sem adornos, com jogo de alturas, marquises, cantos arredondados e volumes semicirculares. As janelas horizontais em fita e o uso da laje superior impermeabilizada, formando um terraço, que poderia ser usado para ginástica, demonstram a intenção de seguir os preceitos arquitetônicos do movimento moderno, assim como a busca pelo baixo custo das construções e por sua funcionalidade.

2.3 São Paulo: Novas diretrizes para os edifícios escolares

As primeiras décadas do século XX, registraram duas reformas na instrução pública de São Paulo: a reforma de Sampaio Dória (1920) e a de Lourenço Filho (1930-1931), mas até então a arquitetura das instituições escolares, assim como nas primeiras reformas que ocorreram no Rio de Janeiro, pouco se transformou.

Até meados da década de 1920, se construíam imponentes escolas. Estas funcionavam em edifícios requintados, de arquitetura eclética. Entretanto, com o aumento da população e a necessidade de maior quantidade de escolas, as construções vão ficando com poucos ornamentos, para reduzir seu custo. “Do ponto de vista formal o edifício se simplifica e se aproxima da linguagem neocolonial”, mas traziam pouquíssimas inovações nas técnicas construtivas e soluções espaciais (BUFFA, 2002: 62).



Figura 52: Grupo Escolar de Araraquara, São Paulo (1929). Fonte: OLIVEIRA, 2007:48.

Em São Paulo, foi a reforma da instrução pública realizada por Fernando de Azevedo, que propôs os “princípios de uma nova linguagem” na arquitetura de seus edifícios escolares (BUFFA, 2002: 67). Mesmo permanecendo pouco tempo como Diretor Geral do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, entre janeiro e junho de 1933, Fernando de Azevedo foi responsável pela coordenação e implantação do Código de Educação (Decreto n.º 5.884, de 21 de abril de 1933). Esse Código tinha o objetivo de unificar toda a legislação escolar do estado de São Paulo, e adequá-la às novas exigências de ensino existentes naquele momento (OLIVEIRA, 2007: 62).

O novo Código de Educação da reforma paulista instituiu um Serviço de Prédios e Instalações Escolares para as construções escolares do estado. Seu objetivo era:

[...] propagar a nova política das construções escolares, ampliando em todas as camadas sociais a consciência da necessidade de cada escola possuir instalações pedagógicas que façam dela centro de saúde e alegria, ambiente de educação estética e fator de nacionalização. (CÓDIGO ..., art. 32, 1933 *apud* BUFFA, 2002:67).

Ressaltava a necessidade das escolas possuírem instalações próprias, funcionando em edificações adequadas ao ensino, com condições de salubridade (OLIVEIRA, 2007: 62), o que mostra a preocupação de evitar que as epidemias, que causavam muitas mortes, se disseminassem por tais ambientes.

O Serviço de Prédios e Instalações Escolares tinha como tarefas (OLIVEIRA, 2007):

- o estabelecimento de um plano de substituição de prédios alugados por prédios próprios;
- a análise e a elaboração de pareceres sobre as condições pedagógicas das obras de construção, reforma ou adaptação de prédios escolares;
- elaboração de plantas e orçamentos de prédios para os diferentes níveis de ensino;
- a formação e ampliação da consciência da necessidade de dotar cada escola de prédio próprio, com condições higiênico-pedagógicas;

O Serviço de Prédios e Instalações Escolares teria a responsabilidade de orientar e coordenar essas atividades através de processos racionais, com base em estudos e dados estatísticos sobre a situação das edificações de uso escolar naquele momento.

O Código de Educação também instituiu que o Diretor Geral do Departamento de Educação deveria designar:

[...] uma comissão permanente que dê parecer sobre as condições higiênico-pedagógicas dos prédios a serem construídos e organize e fiscalize a execução de um plano para a solução progressiva do problema das construções escolares. (CÓDIGO..., 1933:155 *apud* BUFFA, 2002:67).

Sendo assim, foi formada a Comissão Permanente de Prédios Escolares, composta por uma equipe com profissionais de diversas áreas – engenheiros, arquitetos, médicos, higienistas e educadores.

Através desta comissão, que reunia a Diretoria de Educação e a Diretoria de Viação e Obras Públicas, foi traçado um plano de construção e adaptação de escolas. Os estudos sobre como deveriam ser os edifícios escolares, resultantes das pesquisas e discutidos nas reuniões da comissão, foram publicados em 1936 no volume "Novos Prédios para Grupo Escolar", que mostrava os problemas das construções da época a serem resolvidos, e apresentava as novas diretrizes do programa de edificações que seria executado.

A publicação "Novos Prédios para Grupo Escolar" era um guia para elaboração de projetos de arquitetura escolar para o estado de São Paulo, de acordo com as novas diretrizes. Foi composta por nove artigos⁹ escritos por diferentes membros da Comissão Permanente de Prédios Escolares. Esses artigos podem ser analisados sob duas perspectivas: a de aplicação de conhecimentos técnico-científicos e higienistas na definição dos projetos, introduzindo ainda novos materiais construtivos e a de integração das propostas pedagógicas na concepção do espaço, que, por sua vez contribui para o processo educativo. (OLIVEIRA, 2007: 70).

Além dos nove artigos, a publicação "Novos Prédios para Grupo Escolar" continha ainda uma introdução sobre o tema, redigida por Almeida Junior (Diretor do Ensino, professor de Biologia Educacional do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo e ex-chefe do Serviço de Higiene Escolar), intitulada "Dados essenciais para a solução do problema". Nela, Almeida Junior apresentou os problemas do sistema educacional de São Paulo e sugeriu como estes poderiam ser solucionados. Sobre o sistema Platoon, considera que sua implantação em larga escala seria inviável em São Paulo, devido ao alto custo para sua realização. Entretanto sugere a construção de quatro ou cinco escolas desse tipo, para servirem de demonstração, e acrescenta que os demais edifícios novos poderiam ser adaptados para seguir o sistema Platoon no futuro, o que não chegou a acontecer. Almeida Junior defende também que o edifício escolar exige ar puro abundante, luz

⁹ Os artigos da publicação "Novos Prédios para Grupo Escolar" (1936) são os seguintes, com seus respectivos autores: Introdução - Dados essenciais para a solução do problema (Almeida Junior); A orientação dos prédios escolares (Francisco Prestes Maia); A fachada das escolas (José Maria da Silva Neves); As janelas da sala de aula (Almeida Junior); O piso nas edificações escolares e a sua estrutura (Carlos Alberto Gomes Cardim Filho); Sobre a cor das paredes das salas de aula (Moacyr Alvaro Eyck); Por que um "auditório-ginásio" no prédio escolar? (Noemi Silveira Rudolfer); Por que uma sala de leitura no prédio escolar? (Carolina Ribeiro); Instalações de assistência alimentar (Geraldo de Paula Souza); Chuveiros no grupo escolar (Almeida Junior).

solar e espaço. Deve ser construído em terreno com boa localização, ou seja, próximo a população que vai atender e longe de ruídos de trânsito e de oficinas, do movimento de feiras e mercados, do excesso de poeira. O terreno também deveria possuir uma área extensa, para abrigar espaço para educação física, pátios e jardins (BUFFA, 2002 *apud* SÃO PAULO, 1936).

Almeida Junior, ainda no mesmo texto, acrescenta que os novos edifícios escolares de São Paulo deveriam conter:

- Salas de aula amplas e pintadas com cores claras;
- Um auditório, que comportaria várias funções: sala de jogos, local para prática de educação física, aulas de canto, cinema educativo, festas da instituição, reuniões, poderia funcionar até como ambiente dos professores.
- Gabinetes de assistência médica e dentária;
- Sala de leitura, que poderia ter uso público, funcionando como biblioteca aberta à população durante a noite.

Em relação aos aspectos técnicos da arquitetura das novas escolas, a publicação "Novos Prédios para Grupo Escolar" (1936) estabeleceu diretrizes para a orientação, iluminação, ventilação natural, especificação de piso, largura dos corredores e escadas e dimensões das salas de aula, de acordo com o número de alunos.

As novas edificações escolares foram projetadas pelo engenheiro-arquiteto José Maria da Silva Neves, designado Chefe da Seção Técnica de Projetos de grupos escolares (organizada com a cooperação da Diretoria de Obras Públicas e Diretoria do Ensino). Silva Neves era também professor adjunto da Escola Politécnica e professor da Escola de Belas Artes. (OLIVEIRA, 2007:66).

O partido arquitetônico dos novos edifícios escolares deveria adotar a arquitetura moderna.

Modernismo sóbrio, discretamente sentimental, mais próximo do equilíbrio francês, do que do arrojo desconcertante das composições mexicanas. A inteligência flexível e o senso estético do jovem arquiteto paulista José Maria das Neves, que a Secretaria da Viação generosamente cedeu à Diretoria do Ensino, souberam apreender com fidelidade e projetar com arte o pensamento dominante, preocupado em idealizar casas escolares

simples, alegres e baratas, mas invariavelmente subordinadas, no seu arranjo estrutural, à educação e à higiene. (SÃO PAULO, 1936:34 *apud* OLIVEIRA, 2007:70).

José Maria da Silva Neves defendia os princípios do movimento moderno em seus projetos, como é possível constatar em seu artigo “A fachada das escolas” (SÃO PAULO, 1936), encontrado na publicação “Novos Prédios para Grupo Escolar”. Nele, Silva Neves critica o estilo neocolonial que era adotado nas construções escolares até então.

Poderíamos adotar o “colonial modernizado”, proporcionando as suas formas, aperfeiçoando a execução de ornatos e atributos arquitetônicos. Mas, nesse caso perderia a razão de ser do colonial, pois o característico do estilo, como já dissemos, reside na desproporção e ingenuidade deliciosamente pitoresca.

[...] O aspecto pesado vem da construção em taipa; os vãos estreitos, os caixilhos de correr, rótulas, embasamento em pedra, etc., são os processos construtivos e a expressão dos costumes da época.

[...] Com os novos materiais de construção, a técnica de construir de hoje, os nossos costumes modernos, isso se tornaria ridículo. (SÃO PAULO, 1936: 61 *apud* OLIVEIRA, 2007: 72-73)

Argumenta que “o exemplo universal nos aconselha a seguir os princípios da arquitetura funcional, a única resultante das conquistas da civilização moderna” (SÃO PAULO, 1936:61 *apud* OLIVEIRA, 2007:72). Nos trechos de seu citado artigo, a seguir, é possível compreender a sua opinião sobre o movimento moderno e porque este deveria ser adotado na construção de escolas.

A arquitetura escolar é quase sempre de grandes proporções. É uma arquitetura que não admite simetrias, com o sacrifício da colocação forçada de portas ou janelas.

[...] Sejam artistas do nosso tempo e teremos realizado uma nobre missão. Não podemos admitir hoje uma arquitetura que não seja racional, pois, a escola deve aproveitar de todo o conforto das construções modernas, de todas as conquistas da ciência no sentido de realizar a perfeição sob o ponto de vista da higiene pedagógica.

[...] Fazer arquitetura moderna não significa copiar o último figurino de Moscou ou de Paris. A arquitetura racional exige o emprego de materiais da

região, atendendo às condições de clima, usos, costumes, etc. Obedecendo a esses princípios básicos, criaremos um estilo original para cada povo. Não deve haver temores quanto à monotonia da arquitetura. (SÃO PAULO, 1936: 63-64 *apud* OLIVEIRA, 2007:73)

Outro requisito importante nos novos edifícios escolares, além do emprego da arquitetura moderna, era o novo modelo de implantação dos edifícios e orientação no lote associado a ela. O artigo “A orientação dos prédios escolares” (SÃO PAULO, 1936), da publicação “Novos Prédios para Grupo Escolar”, redigido pelo engenheiro Francisco Prestes Maia, apresenta um estudo minucioso, no qual avalia que a melhor implantação e orientação dos edifícios no terreno, deveria priorizar a melhor ventilação, iluminação e insolação das salas de aula, especificando como deveria ser o projeto no caso das salas especiais de laboratórios, oficinas, etc. Explicou que a melhor orientação pode conduzir a projetos com plantas variadas – alongadas, em L, em E, em Z, etc. Se diferenciaria dessa maneira, das plantas das escolas que se construíam em São Paulo até então, nas quais a busca por simetria frequentemente sacrificava a composição interna.

Foram projetados 21 edifícios escolares em São Paulo de acordo com as novas diretrizes propostas pela Comissão Permanente de Prédios Escolares, mas desses só foram construídos 11 edifícios. As verbas disponíveis continuavam a ser um obstáculo para execução do plano de construções, e com o golpe de estado, em 1937, que instaurou o Estado Novo, esse programa de construções foi interrompido (OLIVEIRA, 2007: 96).

Os grupos escolares de São Paulo que foram projetados com as novas diretrizes tiveram sua construção entre 1936 e 1938, como se pode verificar na tabela abaixo, de autoria de OLIVEIRA (2007: 104), que mostra a relação dos prédios projetados por José Maria da Silva Neves e construídos na capital. Além desses nove edifícios de autoria deste arquiteto, ainda foram construídos o Grupo Escolar Frontino Guimarães (de autoria de Jorge Mancebo), e o Grupo Escolar Prudente de Moraes, de autoria desconhecida.

Escola Estadual	Denominação Anterior	Bairro	Salas de Aula	Pavimentos	Ano do Projeto
VISCONDE DE CONGONHAS DO CAMPO	GE de Vila Gomes Cardim	Tatuapé	12	3	1936
GODOFREDO FURTADO	GE Godofredo Furtado	Jd. América	21	3	1936
SILVA JARDIM	GE do Tucuruvi	Tucuruvi	12	3	1936
DR. ANTONIO DE QUEIROZ TELLES	GE da Moóca	Moóca	20	2	1937
GOMES CARDIM	GE de Vila Deodoro/Aclimação	Aclimação	12	2	1937
JOSÉ ESCOBAR	GE do Sacomã	Sacomã	10	2	1937
PRINCESA ISABEL	GE do Bosque da Saúde	Bosque da Saúde	16	3	1937
JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA	GE João Vieira de Almeida	Vila Maria	16	2	1938
MARINA CINTRA	GE São Paulo	Consolação	18	3	1939

Figura 53: Relação dos prédios projetados por José Maria da Silva Neves construídos na cidade de São Paulo. Fonte: OLIVEIRA, 2007:104.

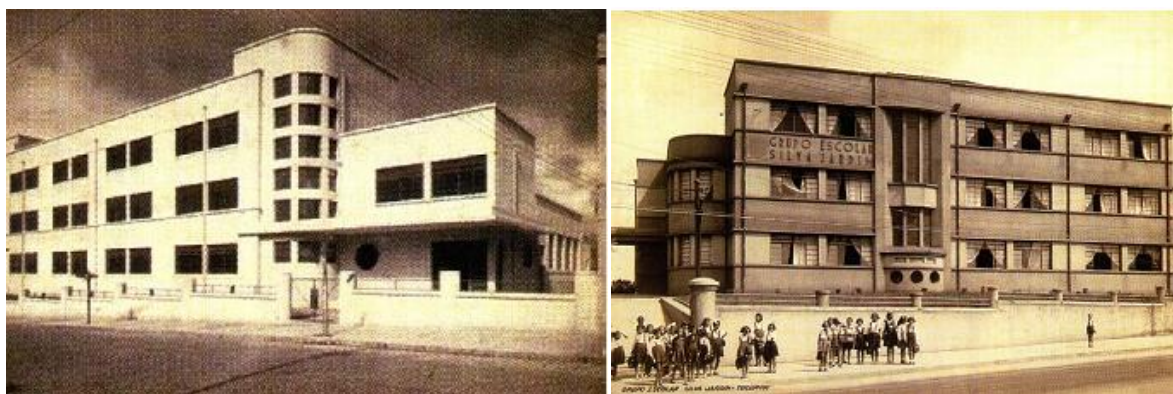


Figura 54 e 55: Grupo Escolar Godofredo Furtado e Grupo Escolar Silva Jardim, edifícios projetados por José Maria da Silva Neves em 1936. Fonte: OLIVEIRA, 2007:110, 112.

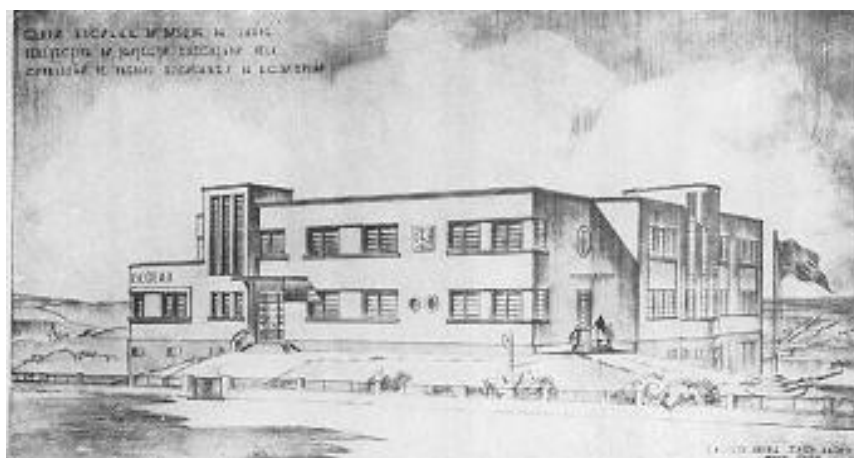


Figura 56: Perspectiva do Grupo Escolar do Bosque da Saúde, projeto de José Maria da Silva Neves, 1936 (atual Escola Estadual Princesa Isabel). Fonte: OLIVEIRA, 2007: 100.

Entre os grupos escolares construídos em São Paulo com as novas normas, um dos mais interessantes é o Grupo Escolar Visconde de Congonhas do Campo. Projetado por José Maria da Silva Neves em 1936, teve suas obras concluídas em 1936, e foi inaugurado em janeiro de 1938.

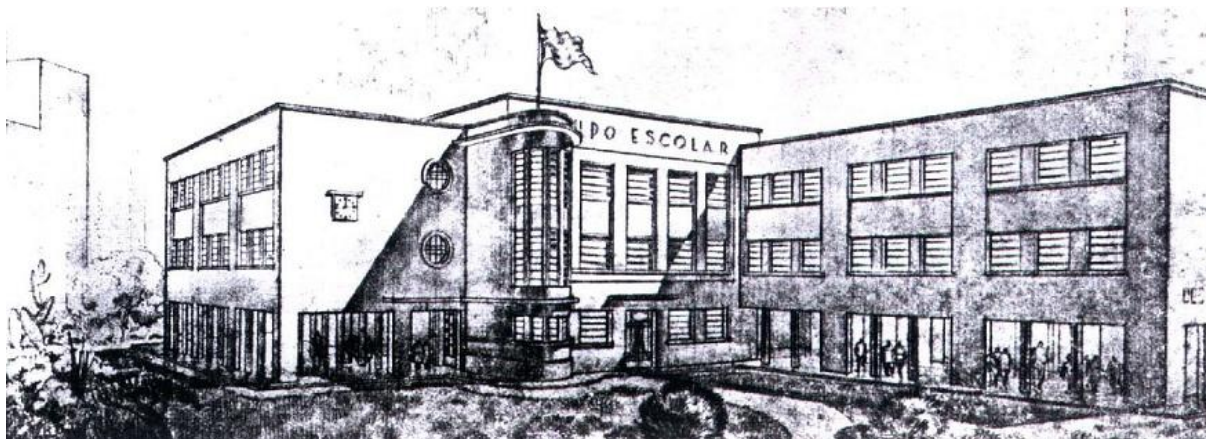


Figura 57: Perspectiva elaborada pelo arquiteto J.M da Silva Neves do Grupo Escolar Visconde de Congonhas do Campo. Fonte: BUFFA, 2002: 81.

Foi implantado no terreno diagonalmente ao eixo da rua, e sua planta tinha forma de Z, pois era a organização em planta que traria melhores condições de conforto. As salas de aula foram localizadas em um só lado do amplo corredor de circulação, para proporcionar uma melhor orientação em relação à insolação e renovação do ar destes ambientes, trazendo maior conforto aos alunos, que com as ideias da escola nova que o edifício incorpora, passaram a ser o centro dos processos didáticos.

O térreo possui dois pátios para recreio cobertos, resultantes dos pilotis que elevam as salas de aula. Embora ainda fossem originalmente divididos em pátio para meninas e outro para meninos, nesta escola o pátio já está integrado ao corpo principal do edifício, o que não ocorria com as construções mais antigas. O uso dos pilotis, ainda foi responsável por trazer leveza ao volume da edificação. No térreo, ficavam o vestíbulo de entrada, a portaria e arquivo, sala para dentista, sala para o médico e as educadoras sanitárias, vestiários e o ginásio, área coberta, que poderia funcionar como salão de festas, entre outros usos.

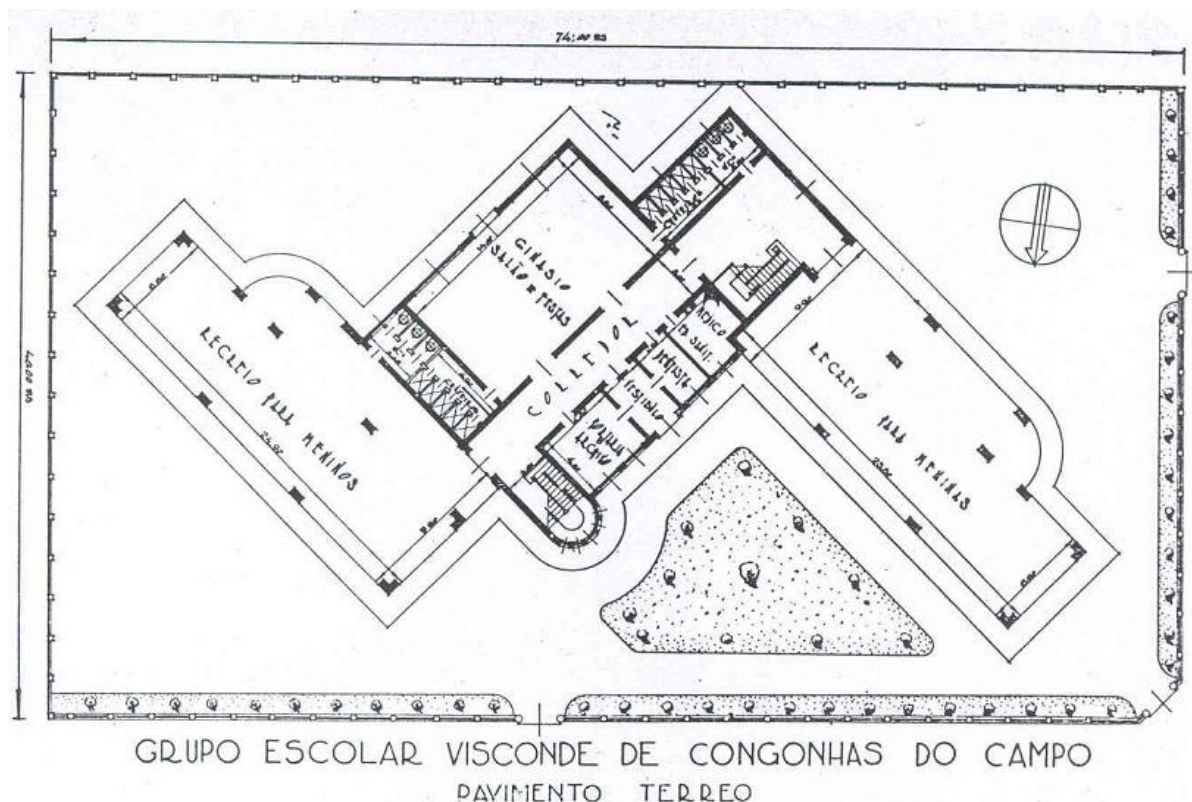


Figura 58: Grupo Escolar Visconde de Congonhas do Campo, planta do pavimento térreo.

Fonte: OLIVEIRA, 2007.

A partir do primeiro pavimento, ficando assim mais reservadas, encontravam-se as salas de aula. No primeiro pavimento, havia 6 salas de aula, sala do diretor, sala dos professores e os banheiros. No segundo pavimento, foram dispostos: 3 salas de aula, laboratório, sala de oficinas, sala de desenho e artes industriais, salão de leitura e biblioteca, além da parte de circulação e banheiros, presente em todos os pavimentos. A circulação vertical ocorre por meio de duas escadarias, como medida para diminuir o grande fluxo em uma só, mas uma delas, posicionada junto ao recreio de meninos, apresenta forma semicircular que saca ao alinhamento dos demais ambientes, ganhando destaque na volumetria que compõe o edifício, como um elemento vertical, acentuado por suas janelas verticais, estreitas e compridas.

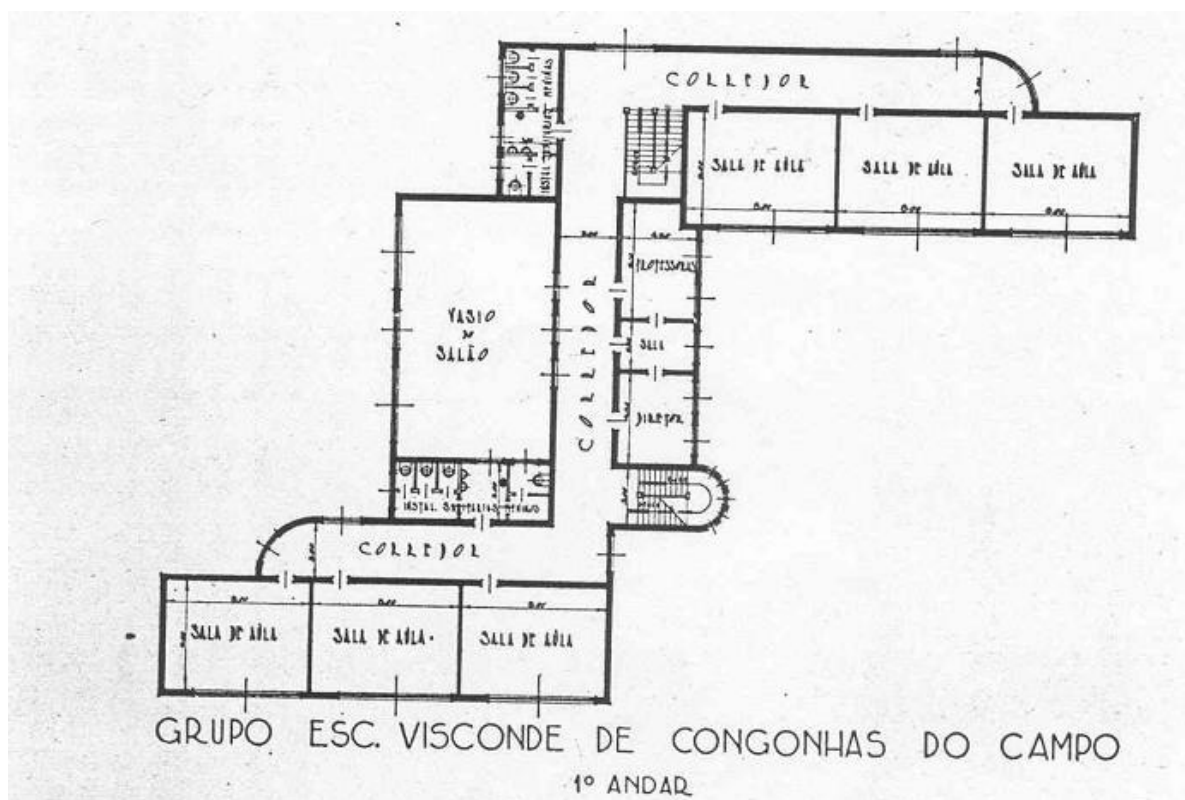


Figura 59: Grupo escolar Visconde de Congonhas do Campo, planta do primeiro pavimento.

Fonte: OLIVEIRA, 2007.

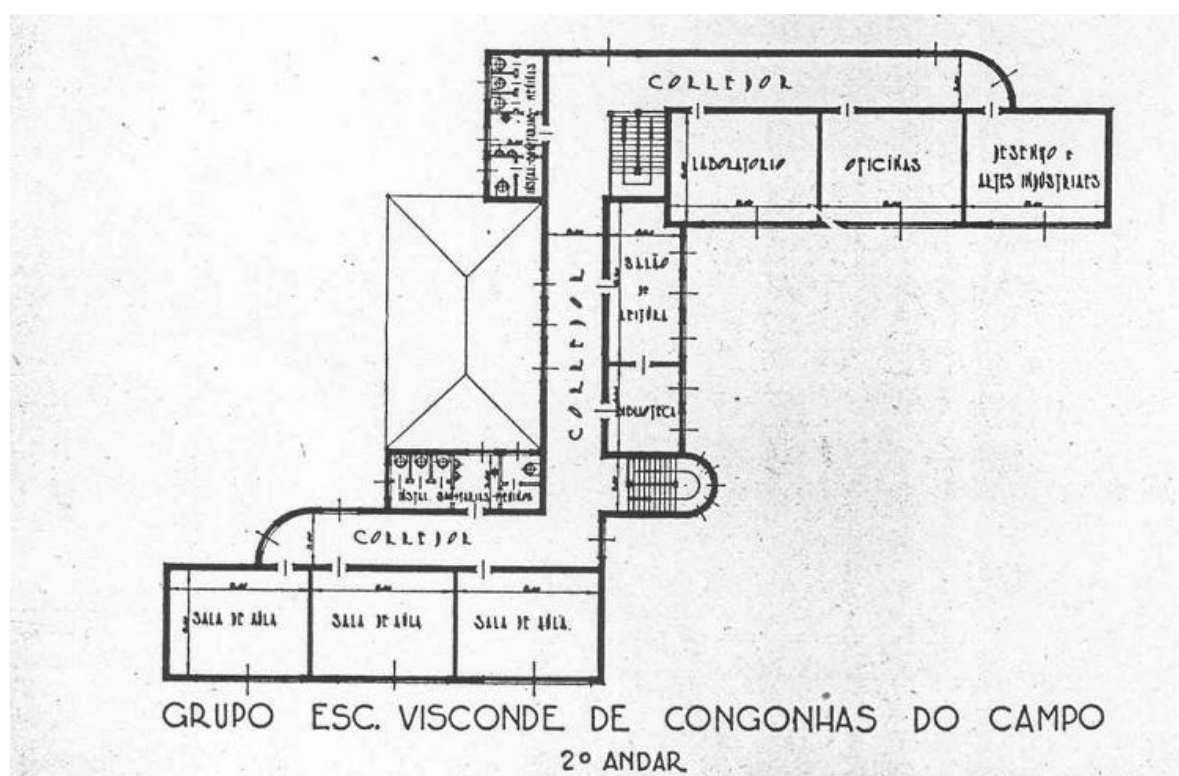


Figura 60: Grupo escolar Visconde de Congonhas do Campo, planta do segundo pavimento.

Fonte: OLIVEIRA, 2007.

O Grupo Escolar Visconde de Congonhas do Campo fez uso da tecnologia construtiva do concreto armado, o que possibilitou inserir elementos do repertório da arquitetura moderna, como os pilotis e as janelas em fita. Seu projeto buscava funcionalidade, através da adequação às necessidades pedagógicas, do conforto e do baixo custo.



Figura 61: Grupo Escolar Visconde de Congonhas do Campo, em 1938.

Fonte: OLIVEIRA, 2007.

É possível avaliar como as ideias da Escola Nova foram incorporadas às novas diretrizes para a construção dos grupos escolares de São Paulo. Ambientes como o ginásio para várias funções, sala de oficinas, de desenho e artes industriais, e os pátios integrados ao prédio, demonstram a intenção de tornar o ensino mais prático e dinâmico, e de incentivar a sociabilização das crianças.

O laboratório, sala de leitura e biblioteca, mostram o incentivo ao ensino ativo e experimental. O cuidado com a saúde e higiene percebe-se através de espaços para dentista, médico e educadoras sanitárias e vestiários com chuveiros. As amplas janelas horizontais para circulação do ar e luz refletem a busca por uma edificação “saudável” e traziam uma nova imagem para a arquitetura, assim como o volume que resultou destas preocupações, que rompe com o antigo modelo de bloco único.

2.4 Paraíba: Os novos Grupos Escolares e o Instituto de Educação

Relembrando o que foi apresentado no capítulo anterior, em João Pessoa, até o início da década de 1930, a arquitetura escolar era representada por edifícios que exibiam certa imponência, adornos diversos, tinham uma preocupação com a simetria e com as medidas do higienismo.

No entanto, a partir da década de 1930, o edifício escolar se transformou. As ideias do movimento Escola Nova, que se difundiram na Paraíba na década anterior, passaram a ser desejadas, como ponte para a modernização do ensino.

Em 1932, o Departamento da Instrução, na época sob direção de José Baptista de Mello¹⁰, cria a “Revista do Ensino”, com o intuito de comunicar aos professores da Paraíba os debates educacionais nos “centros adiantados”. No ano seguinte, com a intenção de contribuir para a renovação dos métodos e dos processos de ensino nos grupos escolares de João Pessoa, foi enviada uma comissão formada por importantes membros do magistério local, para um estágio nas escolas recifenses. Dessa excursão, a comissão trouxe para Paraíba o “melhor conhecimento dos processos da escola nova que Recife realiza, desde alguns anos” (MELLO, 1936: 98-99).

Também em 1933, se instituiu a “Semana Pedagógica”, uma reunião no fim do ano letivo com inspetores técnicos, diretores de grupos escolares e professores de vários municípios paraibanos. Como em um “congresso de ensino”, era apresentado o que haviam feito “os governos revolucionários em termos de educação”, que propagaram “um verdadeiro cunho de renovação pedagógica” (MELLO, 1936: 100).

Com essas medidas, Mello (1936:99) explica que “fomos aos poucos, dando às escolas paraibanas uma feição mais adequada à marcha que vai tendo o ensino moderno”. Para adequar-se aos novos métodos de ensino que começavam a serem implementados, os edifícios dos grupos escolares vão sofrendo reformas, e em alguns casos chegam a abrigar outras funções como ocorreu com o Grupo Escolar

¹⁰ O professor José Baptista de Mello (1895- 1973) nasceu em 22 de dezembro de 1895 em Teixeira, no estado da Paraíba. Foi um dos principais difusores dos ideais escolanovistas na Paraíba, atento aos novos processos de ensino e preocupado em dar à escola uma feição mais prática (PINHEIRO, 2002: 186). De 1931 a 1935 foi Diretor do Ensino Primário do Estado da Paraíba, e em sua gestão executou a reforma da instrução pública no Estado, de 1935. Nesta pesquisa são utilizados como fonte de sua autoria o Relatório apresentado ao Governador Argemiro de Figueiredo (1935), o Plano de Reforma para Instrução Pública da Paraíba (1935) e o livro *Evolução do Ensino na Paraíba* (1936).

Thomás Mindello, que em 1934, tem seu edifício ocupado pelo primeiro jardim de infância e pela primeira escola complementar oficial. Nesse período também surgiram os primeiros gabinetes dentários nos grupos escolares.

Os edifícios escolares de João Pessoa passavam por alterações, porém, ainda não haviam construções projetadas desde o início para atender os novos métodos pedagógicos que estavam chegando com os ideais escolanovistas, sendo assim, estes não podiam ser desenvolvidos de maneira completa e plena.

Com a posse do Governador Argemiro de Figueiredo, em 25 de janeiro de 1935, a instrução pública passou a ser uma das principais preocupações da administração estadual. Em sua primeira mensagem mandada ao legislativo, Argemiro de Figueiredo discorre:

Todos sentem a necessidade de se fazer da escola um centro maravilhoso, onde a criança aprenda a ler, escrever e contar, mas onde se prepare ao mesmo tempo para os misteres da vida, despertando-se-lhe o amor pelo trabalho, pelas artes, pelos ofícios, pelas atividades rurais (MELLO, 1936:107).

De acordo com Mello (1936: 108), o novo governador queria a escola como um centro de educação integral, que promovesse a independência intelectual, e econômica do povo. Para isso, deveria ser realizada uma reforma completa na estrutura educacional local, que fosse capaz de colocar a Paraíba em pleno destaque no movimento cultural brasileiro.

O primeiro passo tomado foi enviar o professor José Baptista de Mello, Diretor do Ensino desde 1931, para conhecer as “grandes realizações levadas a efeito nos maiores centros de educação do País”. Sendo assim, Mello viajou já em abril de 1935, para o Rio de Janeiro e São Paulo, de modo a estudar *in loco* a situação educacional dessa região.

Em 24 de julho do mesmo ano (1935), Mello apresentou ao governador o relatório de viagem com suas observações, junto com o Plano de Reforma da Instrução Pública da Paraíba.

No relatório de viagem, José Baptista de Mello informa sobre os principais pontos que observou junto aos estabelecimentos de instrução do Distrito Federal, Estado do Rio de Janeiro e São Paulo. Durante o período de estudo, conviveu com

Anísio Teixeira, Lourenço Filho, entre outros que “formam a vanguarda do movimento educacional”.

Em seu relato, conta que começou sua excursão pelo Distrito Federal, onde teve a satisfação de entrar logo em contato com o diretor do Departamento de Educação Anísio Teixeira, seu “velho amigo”, dono de um “espírito brilhante e senhor de umas das maiores capacidades de organização de que se orgulha o Brasil” (MELLO, 1935: 1).

Admira-se com a grandiosidade do aparelho educacional do Rio de Janeiro, e com o dinamismo de sua renovação escolar, que proporciona “a mocidade carioca uma educação muito diferente da que se vem processando em outros estados do Brasil”. Segundo Mello (1935: 2), a renovação ocorria em todos os seus aspectos: “desde os métodos de ensino ao aparelhamento escolar, ao prédio, à renovação do professorado, ao cuidado ingente com a saúde dos estudantes”.

As novas escolas cariocas possuíam como inovações: rádio, cinema, assistência médica e dentária, teatro, museu, biblioteca, laboratório e prática de exercícios físicos e canto orfeônico.

É analisado o sistema administrativo do setor educacional do Rio de Janeiro, descrevendo as divisões do Departamento de Educação, e explicando cada uma individualmente – Instituto de Educação, Instituto de Pesquisas Educacionais, Prédios e Aparelhamentos escolares, Biblioteca e cinema educativo, Superintendência de ensino.

O Instituto de Educação do Rio de Janeiro é descrito detalhadamente, pois era considerado “o ponto de partida de toda essa organização formidável de que se orgulha a capital federal” (MELLO, 1935: 3). Era composto por quatro escolas: Escola de professores, Escola Secundária, Escola Primária e Jardim de Infância. Por abarcar essas quatro escolas, permitia o acompanhamento dos alunos ao longo do tempo com a continuidade do ensino em todos os graus, e “a experimentação com rigoroso controle dos resultados dos processos didáticos modernos” (MELLO, 1935: 4).

Além das divisões do Departamento de Educação já citadas, o relatório ainda menciona as Escolas Secundárias Técnicas e as Escolas Experimentais.

As Escolas Experimentais são aquelas em que era praticado o Sistema Platoon. José Baptista de Mello (1935: 14) explica que “orientando o ensino nos processos da escola nova”, estas escolas especiais adquiriram “uma marcante feição renovadora”. Ressalta que possuíam “salas ambientes e aparelhamentos adequados á realização dos novos methods de educação”, sendo os primeiros estabelecimentos do gênero fundados no Brasil.

Sobre o que observou em São Paulo, Mello comentou que este estado não acompanhou a renovação escolar que acontecia no Rio de Janeiro. Entretanto, achava que sua administração encarava corajosamente o problema da educação popular, que lá era um desafio devido ao crescente aumento da população infantil, que mesmo com 500 grupos escolares no Estado, não atendia toda a população em idade escolar.

É possível que Mello tenha considerado que a renovação escolar de São Paulo não acompanhou a do Rio de Janeiro, porque a construção das novas escolas resultantes da reforma educacional paulista foram construídas após sua viagem. Mello esteve em São Paulo em 1935, e as escolas paulistas com as novas diretrizes foram projetadas entre 1936 à 1939 (como se pode verificar na figura 53), ou seja, as escolas de São Paulo foram projetadas ao mesmo tempo que as novas construções escolares resultantes da reforma de ensino paraibana. Já no Rio de Janeiro, em 1935, haviam sido inauguradas cinco escolas projetadas por Enéas Silva, inclusive algumas escolas do tipo Platoon (como a Escola Municipal México, do tipo Platoon com 12 salas), e mais outras nove escolas seriam inauguradas no mesmo ano¹¹. Embora Mello não cite qual escola visitou no Rio de Janeiro, ele comenta a respeito das escolas Platoon e considera sua aparência marcante e renovadora, adequada à Escola Nova.

A estrutura educacional de São Paulo abrigava o Instituto de Educação, as Escolas Profissionais, os Grupos escolares, o Ensino rural, centros de puericultura, cinema educativo e bibliotecas.

Sobre o que foi observado em São Paulo, Mello dá maior destaque ao Ensino Profissional e explica com minúcia o seu funcionamento. “Desde logo uma grande

¹¹ A dissertação de Fernandes (2006) apresenta um cadastro das escolas construídas com a reforma escolar de Anísio Teixeira, informando a data de inauguração da edificação e a denominação original da escola.

organização impressionou-me particularmente, na capital paulista: a das escolas profissionais”, comentou o diretor de ensino da Paraíba (MELLO, 1935: 16) em seu relatório. Constituíam-se de escolas de trabalhos manuais, de artes e ofícios, que proporcionavam “aos jovens egressos do curso primário uma profissão capaz de lhes assegurar um meio de vida operoso e honesto”.

Os estabelecimentos deste tipo mais importantes eram os Institutos Profissionais, Masculino e Feminino, que serviam de modelo e formavam professores para as escolas profissionais. Estes contavam com museus, laboratórios e bibliotecas.

Mello conclui seu relatório de viagem, informando que São Paulo vinha enfrentando sem medir sacrifícios, o grande problema nacional, que era a educação do povo.

Depois ter estudado “a organização escolar dos dois grandes centros brasileiros”, e adaptado seus feitos às condições do meio paraibano (MELLO, 1935: 19), o diretor de ensino local apresentou o Plano de Reforma da Instrução Pública da Paraíba, elaborado cuidadosamente.

O Plano de Reforma da Educação da Paraíba anunciava que ainda não era possível realizar aqui uma reforma completa como ocorreu no Rio de Janeiro e em São Paulo, devido à falta de verbas, porém, mesmo assim era preciso agir: “urge dar novos rumos à Instrução do Estado”, enfatizou José Baptista de Mello.

É explicado no plano que, o que deveria ser modificado, antes de tudo, era o ensino tradicional, “amontado de programas, sem outra finalidade que a de formar literatos e burocratas”. Em contraposição a esse modo de ensino, deveria ser incentivado o Ensino técnico profissional “que fornece meio de subsistência honesto e seguro” e também o ensino rural.

No centro da transformação estaria o professor, “o obreiro dessa tarefa grandiosa de formação social”. Este profissional receberia maior valorização e estímulo. Os professores deveriam ser qualificados, para elevar o nível de seus conhecimentos técnicos e científicos.

A reforma educacional pregava “novos horizontes devem ser abertos à educação paraibana”. Para dar novos rumos ao ensino da Paraíba, o Plano propunha:

Um serviço rigoroso de fiscalização escolar, o desenvolvimento da educação sanitária, a obrigatoriedade da educação physica, o aparelhamento de nossos actuaes estabelecimentos, o acabamento das obras iniciadas, as edificações de novas casas de ensino, a ampliação de algumas das existentes e a instalação de instituições peri- escolares, dentro de uma organização modesta mas efficiente. (MELLO, 1935: 20).

Com a reforma educacional, novos departamentos seriam criados. O Plano de Reforma da Educação da Paraíba determinou a criação do Departamento de Educação, responsável por todos os serviços da instrução pública. Este departamento seria composto pelas seções: Secretaria, Inspeção Geral do Ensino e dos Serviços de Estatística Educacionais, Biblioteca, Rádio e Cinema Educativo, Publicidade e Instituições Auxiliares de Ensino, Serviços de Prédios, Mobiliário e Almoxarifado.

Os diferentes tipos de ensino sofreriam alterações. Para “elevar o nível cultural do professor” a Escola Normal passaria por uma nova organização, e as escolas públicas do estado só admitiriam professores com formação normalista. Para isso também seria criada uma Escola Normal Rural. Também previa a criação de uma Escola Rural Modelo, para servir de campo experimental.

A preocupação com o ensino rural era reflexo da economia paraibana, ainda predominantemente baseada na agricultura e na pecuária. Segundo Pinheiro (2002, 219), a migração da população rural para as cidades atingia negativamente a estruturação e consolidação da escola pública nas regiões rurais da Paraíba. Quanto a isso, o governador Argemiro de Figueiredo destacou a necessidade de fixar as crianças no campo por meio da escola:

É doloroso ver como se avoluma cada dia a onda dos desocupados. Bem estudadas as razões do phenomeno, concluiremos que ellas residem em grande parte nas falhas dos nossos processos de ensino. São inumeros os moços, energias magnificas lançadas á dispersão que poderiam produzir os melhores fructos, se a escola os radicasse ao campo de onde sahiram ignorantes de que o labor quotidiano do camponez encerra a nobreza sem par de um edificante patriotismo. (PARAÍBA, 1935: 13 *apud* PINHEIRO, 2002, 219).

O incentivo ao ensino voltado para o meio rural pretendia qualificar o trabalhador do campo, com isso, contribuir com o desenvolvimento econômico da

Paraíba e evitar a migração dessa população para as cidades. Segundo matéria da Revista do Ensino (1938), a criação da Escola Rural Modelo resultou:

[...] [dos] princípios de uma nova mentalidade voltada para os problemas vitais de nossa vida econômica. Assim pensando, era natural que tomassemos o ensino rural como base desta campanha de progresso educativo que liga a educação aos mais positivos fatos da nossa evolução. É da terra principalmente que temos de arrancar os principais fatores da nossa riqueza e é para o estudo e amanho da terra que devemos encaminhar a juventude brasileira. Não podemos ter uma cultura superficial agrícola. Não devemos ter por simples questão de vaidade, conhecimentos especiais de agricultura; o que nos interessa é formar uma geração naturalmente apta a cultura do nosso sólo. (REVISTA DO ENSINO, 1938: 23 *apud* PINHEIRO, 2002: 221-222).

O Plano propôs a criação em João Pessoa, de uma Escola Profissional para cada sexo, pois nesse momento o trabalho ainda era segregado por atividades específicas para cada gênero. Quanto ao ensino particular, teria suas escolas registradas e fiscalizadas pelo Departamento de Educação, já que até então, não havia controle sobre o ensino particular.

Outras novas instituições foram propostas, com a intenção de tornar o ensino mais prático e dinâmico, como por exemplo: o Museu de Artes e Produtos Regionais, Clubes Agrícolas, Oficinas, Conselho de Educação, Serviços de Rádio difusão, Cinema Educativo e Instituições Auxiliares de Ensino (caixas escolares, círculos de pais e mestres, clubes de leitura, cooperativas, etc.).

Para contribuir com o bom funcionamento do sistema de educação foi sugerido a criação do recenseamento infantil, de um grupo de Educadoras Sanitárias, de serviços de fiscalização do ensino (orientados por um Inspetor Geral) e do Fundo Escolar (cujas reservas serviriam “de proteção às crianças pobres da escola”).

Para pôr em prática o Plano de Reforma, sugeria a instalação do Departamento de Educação em um dos pavimentos do Palácio das Secretarias. Já a Escola Normal, seria acrescida de mais alguns pavilhões para comportar os novos quadros criados com a reforma.

O Plano de Reforma da Instrução Pública elaborado por José Baptista de Mello foi então encaminhado e aprovado, com algumas alterações, pelo Governador Argemiro de Figueiredo em 13 de dezembro de 1935.

Uma das principais mudanças que o plano de reforma da educação inicial sofreu foi a determinação da criação do Instituto de Educação da Paraíba, que seria instalado em um novo edifício, especialmente projetado para abrigá-lo.

A proposta para a criação do Instituto de Educação foi apresentada ao Governador por José Marques da Silva Mariz, Secretário do Interior e Segurança Pública, em 23 de setembro de 1935, ou seja, dois meses antes da publicação da nova Lei de Ensino.

Em sua proposta, Mariz argumenta que o ensino normal apresenta muitas falhas, já estando ultrapassado. Defende então os novos métodos de ensino da Escola Nova, que não seriam adequados para o edifício onde funcionava a Escola Normal (inaugurado em 1919), sendo melhor opção construir um novo edifício, onde funcionaria o Instituto de Educação. Pode-se observar seu relato a seguir:

Com a escola nova, com os methods de socialização do ensino, com a feição pratica dominante na moderna pedagogia, a aprendizagem normal não comporta mais o modo empírico em que é presentemente vasado em a nossa Escola Normal Official.

O Governo que tem em vista uma completa reforma na Instruccção, estou certo, também olhará com particular interesse para esse ramo do ensino publico.

Urge a sua transformação em novos moldes, dando-se-lhe uma feição pratica que se avizinha melhor da vida como ella é realmente vivida.

Com pouco dispêndio, estou certo, V. Excia. O alcançará, comissionando um nosso educador para no Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas aperfeiçoar-se nesses assumptos.

Dada que seja essa orientação no ensino normal é de ver que o prédio em que elle funciona não se adaptará ás suas novas necessidades.

Assim, se depararia ao Governo optima occasião de resolver com pouco dispêndio a localização do nosso Forun.

Com efeito, o prédio da Escola se presta admiravelmente, no meu entender, para abrigar os departamentos judiciários do Estado.

E o Governo, forrando-se de gastar centenas de contos numa construção para esses departamentos, construiria, neste caso, um prédio destinado ao “Instituto de Educação”, como se vem fazendo nas capitais onde se cuida de solucionar o caso do ensino público. (MARIZ, 1935: 11-12)

Sendo assim, sua sugestão é acatada, e passa a integrar a nova Lei número 16 – a Lei do Ensino, que “colocava o Estado em posição vantajosa no conceito das demais Unidades Federativas” (MELLO, 1936: 114). A nova legislação do ensino pretendia:

[...] alterar todo o edifício educativo, da base ao vértice, atingindo métodos, processos e sistemas pedagógicos, rompendo com a rotina e projetando-se mais além, em realizações novas e fecundas, com a educação técnica, profissional e agrícola. (MELLO, 1936: 115).

Como foi observado no relatório de Mariz e nesta citação de Mello, neste momento percebe-se a necessidade de construir novos edifícios escolares, que se adequassem aos métodos de ensino da Escola Nova, já que os edifícios antigos não mais se adequavam as novas necessidades do ensino daquele momento.

O estabelecimento da nova lei cria oficialmente o Departamento de Educação, que passa a ser dividido em: I) Secretaria, II) Inspetoria geral, III) Instituto de Educação, IV) Escola Normal Rural, V) Escola Rural Modelo, VI) Escolas Profissionais, VII) Ensino Primário em geral.

O quadro educacional da Paraíba recebeu também uma “Biblioteca Central dos Professores”, foi inaugurado o Centro de Atividades Rurais, foram implementados novos programas de ensino e promovidos cursos de estudos pedagógicos.

Com a reforma da instrução pública construiu-se ainda 21 grupos escolares no interior do estado, ampliou-se outros e inúmeros edifícios escolares receberam reparos. Todos os grupos escolares de João Pessoa ganharam cinema educativo, e passou-se a ter mais cuidado na conservação dos prédios escolares.

Além disso, a Diretoria de Viação e Obras Públicas da Paraíba projetou novos modelos de edifícios para grupos escolares “obedecendo às últimas prescrições da arquitetura escolar”. A publicação “Realizações do governo Argemiro de Figueiredo”, do ano de 1938, trata dos novos grupos escolares como um dos principais serviços de responsabilidade da DVOP, entre 1935 e 1937.

Todos os grupos escolares vêm tendo completo acabamento e as suas instalações de água, esgoto e luz obedecem às indicações modernas, tudo se tendo previsto no sentido de assegurar aos educandos, mesmo no mais remoto sertão, a maior soma possível de conforto, no propósito de levar aos mais afastados recantos do Estado realizações que por si mesmas contribuirão notavelmente na formação das novas gerações, pois **o edifício da escola irá exercer também a sua função educativa dando, não só aos alunos como á população das localidades beneficiadas, modernas noções de bem estar e higiene.** (REALIZAÇÕES DO GOVERNO..., 1938. *Grifo nosso.*).

Iniciou-se a construção, na segunda metade do ano de 1937, de grupos escolares seguindo as novas diretrizes nas seguintes localidades da Paraíba: Santa Rita (com 6 salas de aula), Picuí (com 4 salas de aula), Serraria (com 4 salas de aula), Taperoá (com 4 salas de aula) e em Cabaceiras (com 2 salas de aula). Estes novos grupos escolares possuíam: “gabinetes médicos e odontológicos, salas para diretoria e professores, pavilhão de recreio, etc”.

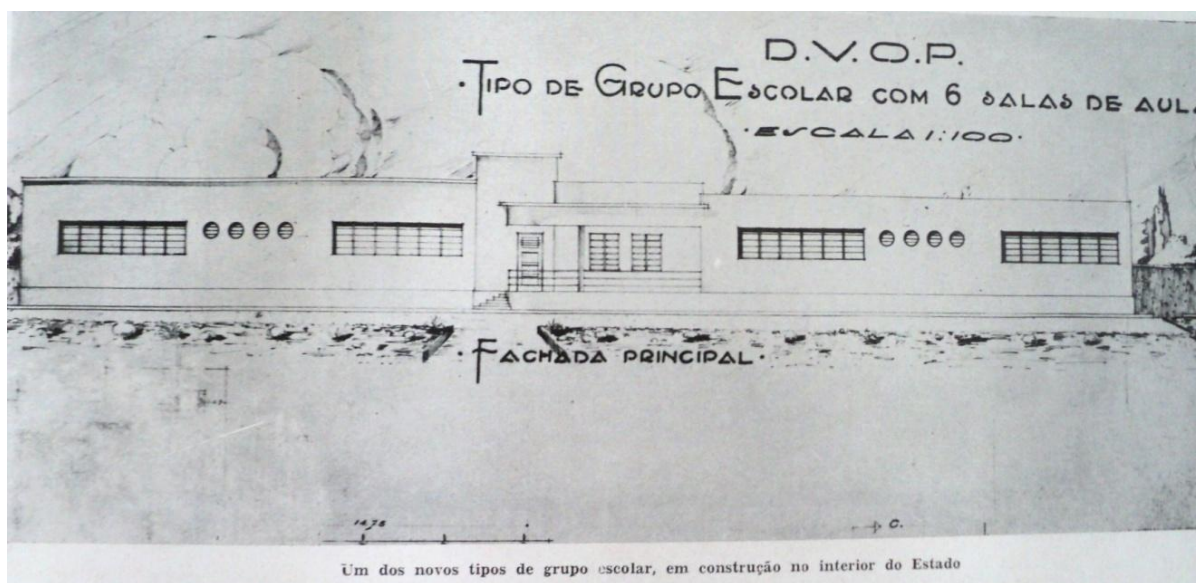


Figura 62: Um dos novos grupos escolares projetados pela DVOP, com 6 salas de aula. Fonte: REALIZAÇÕES DO GOVERNO..., 1938.

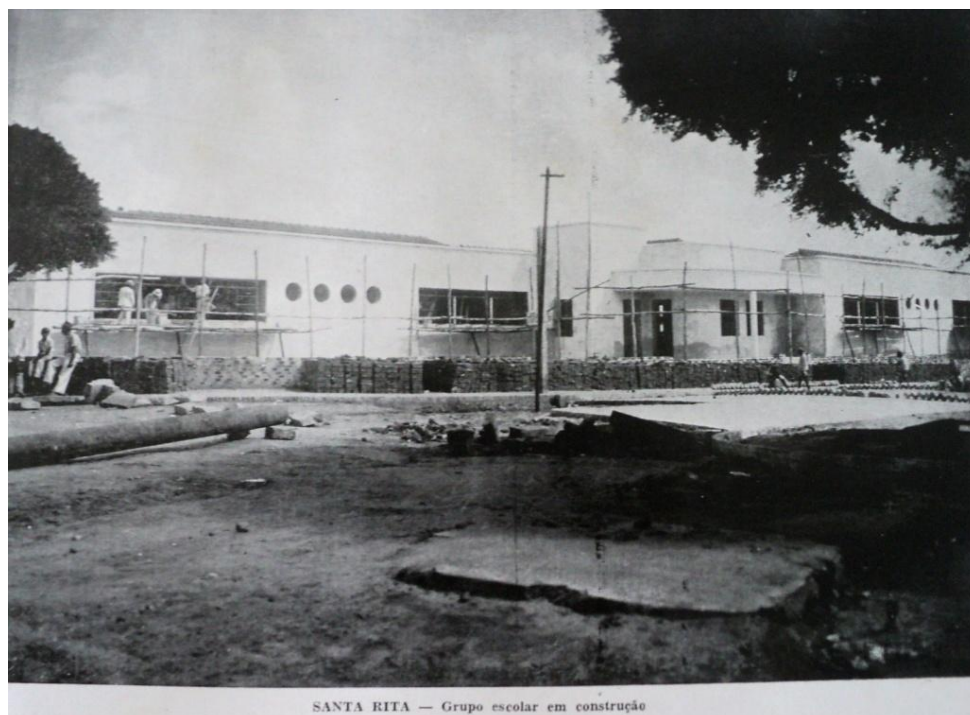


Figura 63: Grupo escolar de Santa Rita, seguindo o novo modelo, ainda construção em 1938. Fonte: REALIZAÇÕES DO GOVERNO...,1938.

Pretendia-se que, em pouco tempo, com a construção de novos edifícios, todas as sedes de municípios e vilas da Paraíba estivessem providas de prédios escolares adequados ao ensino.



Figura 64: Grupo escolar de Picuí (4 salas de aula), seguindo o novo modelo, ainda construção em 1938. Fonte: REALIZAÇÕES DO GOVERNO...,1938.



Figura 65: Grupo escolar de Serraria (4 salas de aula), ainda construção em 1938. Fonte: REALIZAÇÕES DO GOVERNO..., 1938.

A arquitetura dos novos grupos escolares construídos após a reforma da instrução pública se diferenciava completamente dos antigos grupos escolares construídos antes dela.

Ao invés de apresentar o estilo eclético como os antigos edifícios escolares, suas formas exibiam a racionalidade da arquitetura moderna, sem ornamentos, com seu resultado formal fruto do atendimento das funções do edifício. Possuíam marquises de concreto que promoviam sombra e suas janelas deixam de ser verticais e passam a ser horizontais, permitindo maior luminosidade para as salas de aula.

Os novos espaços tinham também a função de educar toda a população, através das noções modernas de bem-estar e higiene que eles proporcionavam. Mesmo estes pequenos grupos escolares, com poucas salas, pretendiam levar uma arquitetura inovadora e de qualidade para a população de municípios pobres, que dificilmente poderiam usufruir na época, se não houvesse esta oportunidade.

Neste capítulo foi apresentado como as reformas na educação pública que traziam as ideias pedagógicas da Escola Nova, foram responsáveis por instaurar uma nova linguagem na arquitetura dos edifícios escolares, pela introdução de novos ambientes e a utilização dos princípios do movimento moderno.

Foi mostrado como ocorreu esse processo no Rio de Janeiro e em São Paulo, pela renovação do sistema educacional destes locais terem servido de inspiração para a reforma da instrução pública que ocorreu na Paraíba. Assim como nesses grandes centros nacionais, a reforma fez surgir na Paraíba novos edifícios escolares, tendo como principal exemplo, devido a sua importância, o Instituto de Educação, que será, por isto, analisado cuidadosamente no capítulo seguinte.

3. ARQUITETURA MODERNA PARA UMA NOVA ESCOLA: O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA



Na Paraíba, tem-se como fruto do processo de modernização do ensino, a reforma da instrução pública de 1935, promovida por José B. de Mello, diretor do ensino estadual nessa época. Para ele, o ponto de partida para “a grande obra que tantos benefícios trouxe à coletividade” (MELLO, 1936: 115) foi a criação do Instituto de Educação.

Para implementar uma nova maneira de ensinar, era necessário modificar a formação de professores, que antes da reforma do ensino público de 1935, ocorria através da Escola Normal. Com a reforma da educação pública paraibana, os métodos da Escola Normal são considerados ultrapassados, pois, como explicou Claparède (um dos grandes teóricos da Escola Nova), na nova concepção da educação a função do mestre é inteiramente outra, devendo ser um estimulador de interesses, despertando as necessidades intelectuais e morais dos alunos. Sendo assim, uma nova concepção de escola implicaria numa transformação completa na formação de professores (CLAPARÈDE, 1958 *apud* GADOTTI, 2005: 155).

Passava a ser necessário que os professores possuissem maior embasamento científico e que conhecessem os novos métodos da Escola Nova. Por isso, foi criado o Instituto de Educação da Paraíba, um complexo educacional que formaria professores aptos para o ensino moderno.

A criação do Instituto de Educação da Paraíba condizia com os quadros das reformas “escolanovistas” realizadas em diferentes estados brasileiros, que deram destaque primordial à questão da formação de professores, sendo criadas instituições para tal fim (SCHUELER & MAGALDI, 2009).

De acordo com KULESZA (2002) tem-se, na década de 1930, o auge do escolanovismo nos Institutos de Educação, criados exatamente para adequar a formação das normalistas ao desenvolvimento das ciências da educação e que deram origem às atuais Faculdades e Centros de Educação. Considera que os Institutos de Educação são o *locus* de formação do educador profissional capaz de praticar o escolanovismo em seu magistério.

Ao Instituto de Educação da Paraíba, caberia a função chave de formar professores qualificados para suprir a demanda dos diversos grupos escolares da capital e do interior do estado, que seriam ampliados em sua quantidade e

abrangência com o programa de construção escolar que a Diretoria de Viação e Obras Públicas (DVOP) começaria a partir de 1936 (TRAJANO FILHO, 2005).

A execução do Instituto de Educação ficou a encargo da Diretoria de Viação e Obras Públicas da Paraíba, repartição que era encarregada de todo desenvolvimento das obras públicas, desde a elaboração de projetos e do cálculo estrutural até a construção, em alguns casos, do mobiliário que seria usado. Ainda era de sua responsabilidade a conservação dos prédios públicos, a execução de pontes, estradas e a abertura e ampliação de novas vias pelas cidades. (TRAJANO FILHO, 1999: 60).

A DVOP teve uma grande importância na implantação da arquitetura moderna na Paraíba, com a construção de edificações como a Secretaria de Finanças (1933-1935) e a Estação de Rádio Tabajara (1937-1939). Em João Pessoa, os trabalhos dessa repartição demonstravam o desejo do governador Argemiro de Figueiredo em transformar a capital em uma cidade moderna, através de obras de infraestrutura urbana, como calçamento e alargamento de ruas, serviços de iluminação, novas linhas de bonde e também da construção de edifícios públicos que pretendiam seguir princípios do movimento moderno, ocorrência que se tornará comum ao desenvolvimento da arquitetura moderna brasileira – ser promovida pelo Estado através de importantes edifícios públicos.



Figuras 66 e 67: Edifício da Secretaria de Finanças (1933), e do Estúdio da Rádio Tabajara (1938).
Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega.

O projeto do Instituto de Educação é de autoria do arquiteto da DVOP Clodoaldo Gouveia⁸, com a colaboração do engenheiro e chefe da repartição, Ítalo Joffily. O projeto foi desenvolvido em 1936, tendo sido considerado na época de sua construção “um notável empreendimento, não só para Paraíba como para todo o Brasil”. (REALIZAÇÕES DO GOVERNO..., 1938.)

A inauguração do Instituto de Educação ocorreu em 19 de abril de 1939, juntamente com a inauguração do “park-way” da lagoa (atual Avenida Getúlio Vargas), data escolhida por ser o aniversário do presidente do país, na época sob o regime ditatorial de Getúlio Vargas.

O Plano inicial do Instituto previa a construção de três edifícios para atividades educacionais, que proporcionariam a formação da criança ao longo de seu desenvolvimento, até passarem da posição de alunos à de educadores: um edifício para o Jardim da Infância, o edifício central, onde funcionaria a Escola Secundária e a Escola de Professores e outro para a Escola de Aplicação. Além desses três edifícios, ainda deveria fazer parte do Instituto uma Escola de Puericultura⁹, um estádio, um ginásio e uma piscina, entretanto estes não foram construídos e nem ao menos chegaram a ser projetados.

3.1. Um novo espaço urbano e implantação de uma nova escola

O novo complexo educacional se instalou em um amplo terreno localizado às margens do recém-inaugurado “park-way” da lagoa, avenida que foi sendo urbanizada ao mesmo tempo em que os edifícios eram construídos. Fruto do plano de remodelação urbana de Nestor de Figueiredo, essa avenida, com cinquenta metros de largura, partia da lagoa, área considerada insalubre e feia até então, mas que ao ser urbanizada, passou a representar o eixo de desenvolvimento da cidade (VIDAL, 2004:71).

O park-way da lagoa, juntamente com o Parque Solon de Lucena, que englobava a lagoa e arredores, criando um passeio público, traziam para João

⁸ Clodoaldo Gouveia nasceu em Vitória (ES), mas é filho de paraibanos. Graduiu-se na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro em fins da década de 1910 e logo depois veio trabalhar em João Pessoa, atuando tanto no setor público, como no privado. (Ver Trajano Filho, 1999).

⁹ A Puericultura é definida como o conjunto de técnicas empregadas para assegurar o perfeito desenvolvimento físico e mental da criança, desde o período de gestação até a idade de 4 ou 5 anos, e, por extensão, da gestação à puberdade (BONILHA; RIVORÉDO, 2005: 07).

Pessoa a imagem de cidade moderna que a administração pública ansiava em promover.



Figura 68: Vista do Park-way da lagoa e ao fundo o Parque Solon de Lucena, com o Edifício central do Instituto de Educação ainda em construção, na esquerda da foto (1938). Fonte: Arquivo do IHGP.

A primeira implantação prevista para os edifícios do Instituto de Educação em seu anteprojeto de 1936¹⁰ ocorreria em um lote delimitado pelo “park-way” da lagoa (atual Avenida Getúlio Vargas) e pelas avenidas Monteiro da Franca (que não existe mais), Tiradentes (atual Camilo de Holanda) e Tabajaras (ver figura 71).

¹⁰ A implantação do Instituto de Educação foi representada em uma perspectiva de seu anteprojeto (elaborado em 1936) e apresentada em 1938 (figura 71), no relatório Realizações do Governo Argemiro de Figueiredo, que pode ser encontrado atualmente no arquivo do IHGP.

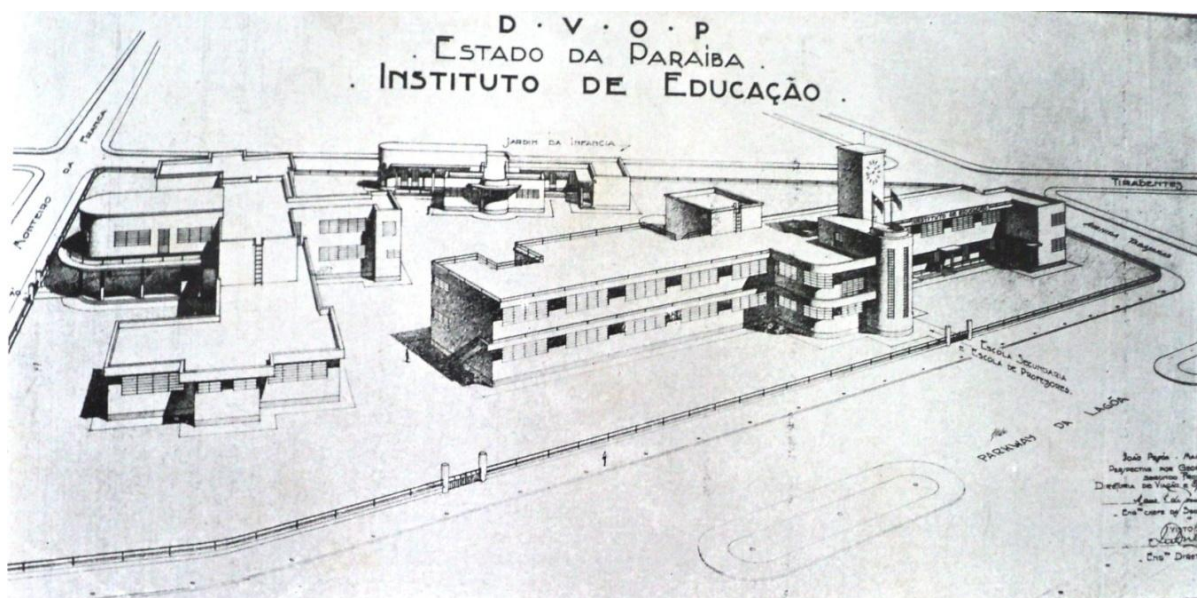


Figura 69: Perspectiva geral do Instituto de Educação. Fonte: REALIZAÇÕES DO GOVERNO...,1938.

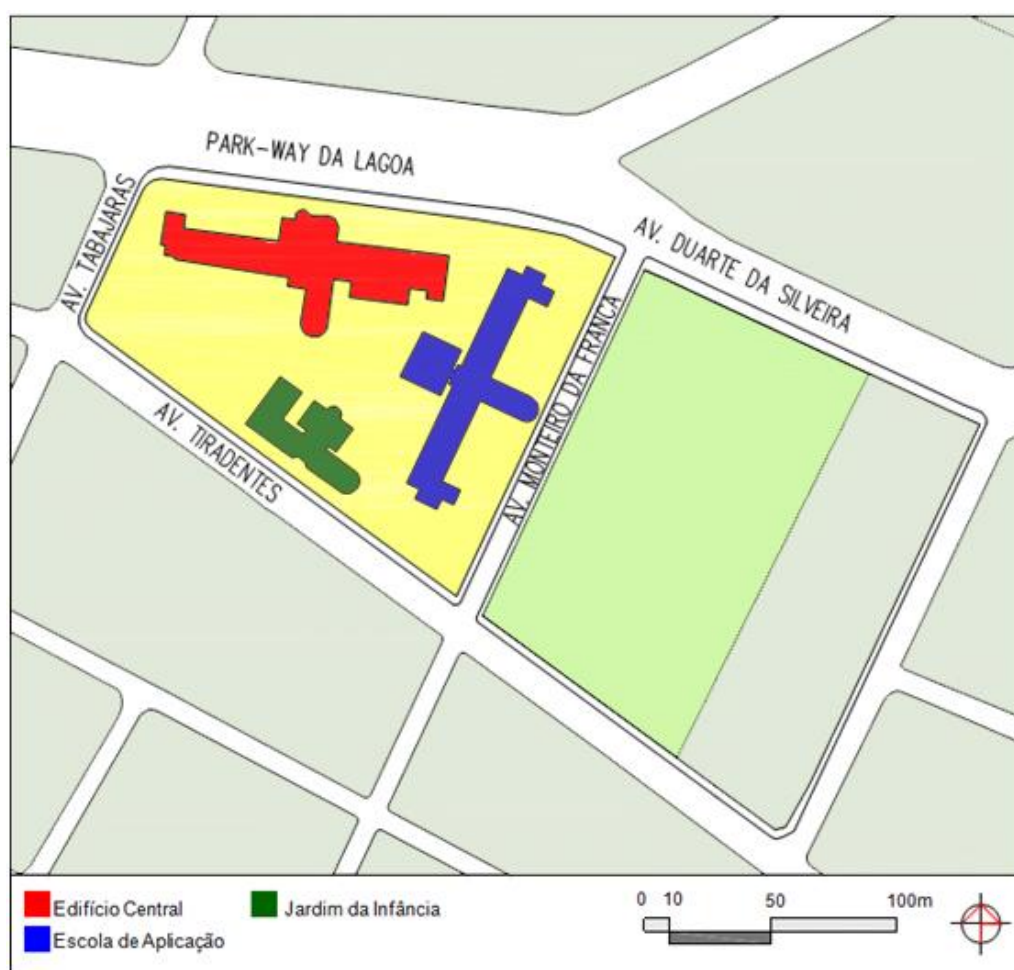


Figura 70: Croqui de como seria a primeira implantação prevista para o Instituto de Educação da Paraíba. Em verde claro, o terreno comprado posteriormente e incorporado ao lote inicial. Fonte: Elaborado pela autora à partir de planta da PMJP, 2013.

Já no memorial do projeto redigido por Joffily, publicado no jornal A União em 24 de outubro de 1937, com o título *Sobre o Plano do Instituto de Educação*, é relatado que o Instituto seria implantado em dois terrenos – o primeiro, limitado pelo futuro “park-way” da lagoa, e pelas avenidas Duarte da Silveira, Monteiro da Franca, Tiradentes (atual Camilo de Holanda) e Tabajaras, onde se instalariam o Edifício Central, a Escola de Puericultura, o Jardim da Infância e o Ginásio. Em um terreno vizinho, entre as avenidas Monteiro da Franca, Duarte da Silveira e Tiradentes, se localizariam a Escola de Aplicação e o Estádio (ver figura 71) ¹¹.



Figura 71: Croqui mostrando as quadras (em amarelo), que seriam ocupadas pelo Instituto de Educação da Paraíba (cortornado com tracejado vermelho, numerados o primeiro e o segundo terreno). Em verde a Av. Tabajaras, em vermelho a Av. Monteiro da Franca (hoje inexistente), em azul a Av. Coremas e em Laranja a Av. Duarte da Silveira (a planta de 1923 foi adotada por mostrar a Av. Monteiro da Franca, quando ainda não havia sido urbanizado o park-way da Lagoa). Fonte: Elaborado pela autora à partir de Planta da Cidade da Parahyba, de 1923 encontrada em VIDAL, 2004.

Na implantação que foi executada, a Escola de Aplicação fica voltada para a Avenida Duarte da Silveira, diferentemente da perspectiva, que mostrava este

¹¹ Trajano Filho (2003: 145), informou que “Sua [do Instituto de Educação] construção se deu num grande terreno delimitado pelas avenidas Monteiro da França, Tiradentes (atual Camilo de Holanda), Tabajaras, Duarte da Silveira e pela *park-way* da lagoa (...)”. No entanto, a documentação encontrada e o memorial escrito por Joffily, mostram que este era o terreno da proposta inicial, tendo sido adquirido além desse, parte de outro terreno do outro lado da Av. Monteiro da Franca para a instalação do Instituto.

edifício voltado para a Avenida Monteiro da Franca (avenida que não existe mais e teve parte incorporada ao lote do Instituto).

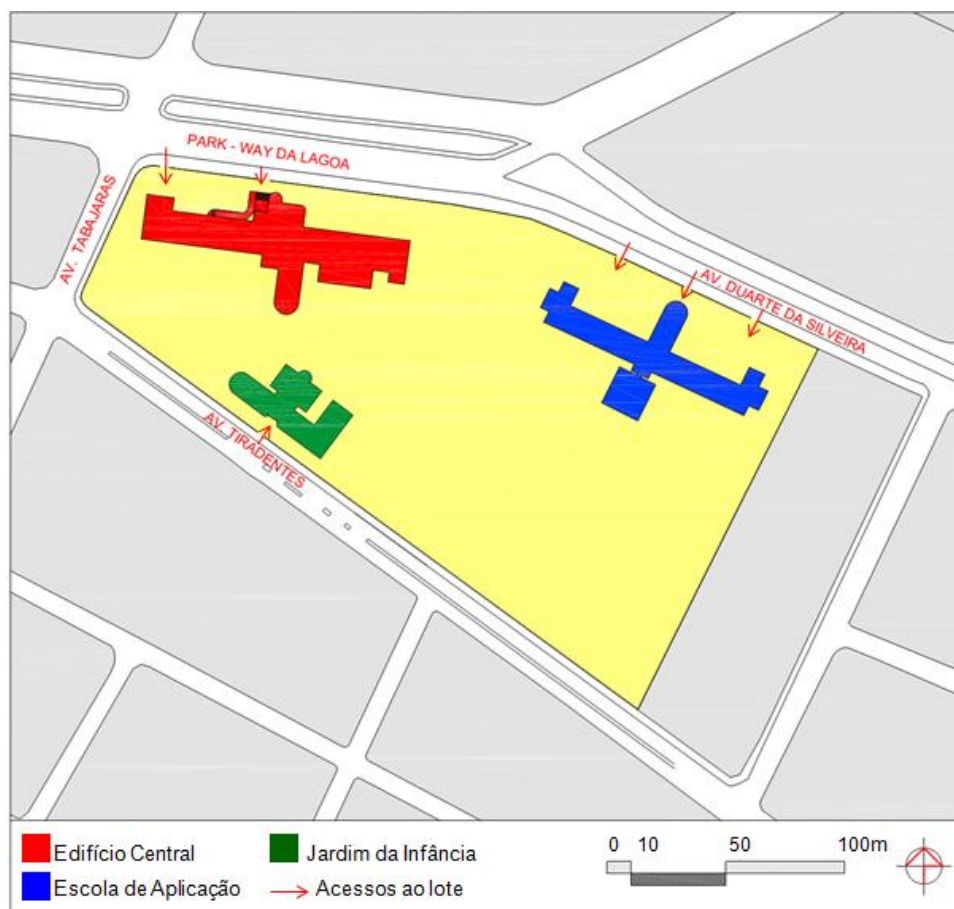


Figura 72: Implantação do Instituto de Educação da Paraíba no lote de acordo com o que foi executada. Fonte: Elaborado pela autora à partir de planta da PMJP.

Essa alteração no plano inicial aconteceu para que a Escola de Aplicação obtivesse maior conforto térmico, como explicou Joffily (1937: 02) no memorial do complexo educativo:

Na disposição original do conjunto de edificios do Instituto, o predio destinado á ESCOLA DE APPLICAÇÃO, forçado pelas contingencias do terreno até então adquirido pelo Estado, ficaria em posição sobremodo desfavoravel, do ponto de vista da insolação, pois as salas de aula voltariam as janellas em cheio para o poente motivo por que sugeri a aquisição de uma faixa complementar, não só com o intuito de melhorar a posição do alludido predio como para obter espaço, onde de futuro se posssa construir o campo de jogos do Instituto. O Govêrno, attendendo ao ponto de vista da Directoria adquiriu parte de uma quadra visinha, do outro lado da avenida Monteiro da Franca, o que permittirá a construcção da ESCOLA DE

APPLICAÇÃO com a face principal voltada para uma das avenidas em que futuramente se bifurcará o grande park way da Lagoa, havendo, então, apenas necessidade de adoptar no projecto do edificio dispositivos que melhor o protejam das chuvas.

Apesar da preocupação, a Escola de Aplicação não foi construída juntamente com os outros dois edificios do Instituto, durante o governo de Argemiro de Figueiredo. A construção de seu edificio só ocorreu em meados dos anos 1950, iniciada na gestão de José Américo (1951-1956) e concluída no governo de Flavio Ribeiro (1956-1958).

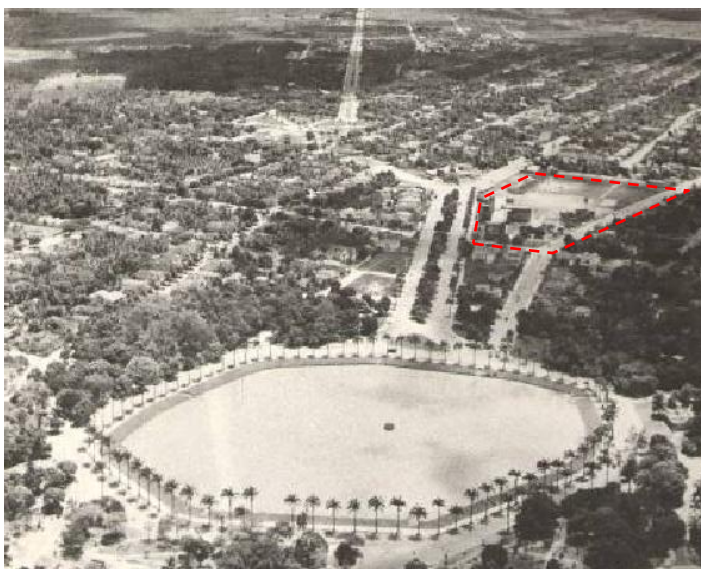


Figura 73: Vista aérea do Parque-way da lagoa, vendo-se, em destaque, o terreno do Instituto de Educação, ainda sem o edificio da Escola de Aplicação. Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega.

A disposição dos edificios do Instituto em seu lote é uma das grandes inovações do projeto deste complexo educacional para a época em que foi construído. A implantação moderna dos seus edificios complementava a imagem que se desejava para a área em que o Instituto foi locado, uma nova área da cidade, o park-way da lagoa, que já se tornava símbolo do progresso de João Pessoa.



Figura 74: Vista do Parque-way da lagoa em 1939, com o Parque Solon de Lucena ao fundo (Percebe-se o canteiro central, com cactos, agaves e bromélias). Fonte: Arquivo do IHGP.



Figura 75: Vista do Parque Solon de Lucena recém inaugurado, em 1939. Fonte: Arquivo do IHGP.

O próprio formato irregular e a grande extensão do lote destinado ao Instituto (49.375 m²) já se diferenciavam do parcelamento urbano de maior parte da cidade, o que possibilitou mais liberdade volumétrica aos seus três edifícios do que se estivesse isolado em um terreno retangular, o que provavelmente ocorreria caso tivesse sido escolhido para instalação do Instituto um lote nas partes mais antigas da cidade.

O plano do Instituto previu, desde o início, que seus edifícios estariam soltos dos limites do lote, e entre eles haveria uma ampla área vaga, que poderia ser ocupada posteriormente caso os edifícios necessitassem de expansão, como realmente chegou a ocorrer.

A implantação dos edifícios do Instituto foi projetada buscando a ventilação e insolação mais adequadas aos seus ambientes.

Por estarem em meio ao lote, seus edifícios abandonam o tradicional formalismo de privilegiar somente a fachada de frente, em favor de um tratamento plástico homogêneo, de todas as elevações. Dessa maneira buscou-se nas construções do Instituto uma expressão estética que fosse resultante da função de cada edifício do complexo escolar, como informou Joffily (1937: 02) no memorial da obra:

Cada um dos edificios possuirá o seu caracter architectonico, estando dispostos de tal modo que de futuro será facil amplia-los. Guardarão entre si cunho individual bem accentuado, de accôrdo com a finalidade de cada um, sem prejuizo da interdependencia necessaria no sentido de, em conjunto, contribuirem para a finalidade geral do Instituto.

Mesmo que cada um dos edifícios do Instituto de Educação apresente um caráter próprio, que torna fácil reconhecê-los e distingui-los, não deixam de possuir uma identidade de conjunto, por seguirem a mesma linguagem arquitetônica e terem sido construídos a partir dos mesmos princípios.

No entanto, a ampla área desocupada do lote não recebeu tratamento paisagístico, e não foram criadas áreas de convivência para os alunos. Essa ausência de um tratamento urbanístico no lote, não condizia com o “novo sentido da educação” buscado por Joffily (1937:01), que devia orientar o projeto, ou seja, com as ideias da Escola Nova que pregavam o estímulo à sociabilidade entre os alunos e professores, numa relação de troca de aprendizado. O vazio interno do terreno

poderia ter sido utilizado para criação de praças, e áreas de convívio onde poderiam ocorrer até aulas fora das classes, incentivando a curiosidade dos alunos, que Joffily (1937:01) mencionou ser buscada na nova educação promovida pelo Instituto: “[...] conferem na verdade ao educando um novo ambiente de estudos onde a sua curiosidade natural de conhecimento encontra o campo mais favorável”. Este seu pensamento, faz parte da crença que se tinha nessa época da importância do espaço físico sobre as atividades que se realizariam nele.

Também poderia ter sido construído um playground próximo ao jardim de infância, que já eram utilizados nas Escolas Parque, propostas por Anísio Teixeira no Rio de Janeiro, que foram visitadas por Mello, o diretor da educação local. É possível que caso o plano do Instituto fosse finalizado, tivesse recebido maior cuidado com o entorno dos edifícios, porém não há nenhum registro em desenho ou memorial relatando a necessidade de agenciamento das áreas vagas do lote.

3.2. Uma arquitetura moderna para o novo sentido da educação

No memorial do Instituto de Educação da Paraíba, Joffily (1937:01) começa o texto informando que a iniciativa da construção deste complexo escolar é resultante do “novo sentido da educação”, que:

[...] veio indicar como medida das mais imediatas a construção de novos edifícios onde possa funcionar com eficiencia o Instituto de Educação [...] tão rapido vem sendo o progresso do Estado e tão profundas e numerosas as innovações em materia pedagogica.

Portanto, desde o início já é esclarecida a intenção do plano original do Instituto de seguir os princípios pedagógicos “que rapidamente se impõem em todo o mundo”, ou seja, os princípios da Escola Nova. Sendo assim, Joffily explica que um dos principais pontos em comum entre as diversas correntes dessa nova pedagogia que seria proposta era uma maneira diferente de se relacionar com os alunos:

[...] considerar o educando, desde as classes mais rudimentares do ensino, de uma maneira profundamente diversa da de alguns annos atrás. Creou-se, póde-se dizer, uma nova dignidade do alumno, que já não é, como antigamente, méro depositario das ideias e conhecimentos do mestre, porém elemento que vive e contribue activamente, de sua parte, na educação geral do povo (JOFFILY, 1937:01).

Interessante perceber que essa explicação de Joffily reproduz as ideias do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Sampaio Doria, autores desse Manifesto, encontraram com Joffily no Rio de Janeiro e em São Paulo, em 1935.

A nova doutrina, que não considera a função educacional como uma função de superposição ou de acréscimo, segundo a qual o educando é 'modelado exteriormente' (escola tradicional), mas uma função complexa de ações e reações em que o espírito cresce de 'dentro para fora', substitui o mecanismo pela vida (atividade funcional) e transfere para a criança e para o respeito de sua personalidade o eixo da escola e o centro de gravidade do problema da educação (MANIFESTO..., 1932).

Joffily (1937:01) considerava que “as escolas pedagógicas [...] conferem na verdade ao educando um novo ambiente de estudos onde a sua curiosidade natural de conhecimento encontra o campo mais favorável”. Tais ideias também evocam as palavras do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, como se percebe no seguinte trecho, que defende o aprendizado infantil por meio da atividade e da experiência:

A escola, vista desse ângulo novo que nos dá o conceito funcional da educação, deve oferecer à criança um meio vivo e natural, 'favorável ao intercâmbio de reações e experiências', em que ela, vivendo a sua vida própria, generosa e bela de criança, seja levada 'ao trabalho e à ação por meios naturais que a vida suscita quando o trabalho e a ação convêm aos seus interesses e às suas necessidades'. (MANIFESTO..., 1932)

Um novo ambiente escolar passa a ser imprescindível para a plena realização das ideias escolanovistas, “A função do edifício é decisiva no êxito dos empreendimentos pois lhes dá o ambiente material indispensável. A casa exerce também a sua missão educativa” (JOFFILY, 1937:01). Na publicação Realizações do Governo de Argemiro de Figueiredo, ao tratar dos novos grupos escolares da Paraíba, novamente foi evocado o sentido educativo do edifício escolar, não só sobre os alunos que o frequentam, mas sobre toda a população do local onde o edifício se instalará, como foi visto no capítulo anterior.

Consequentemente, o projeto do Instituto de Educação da Paraíba foi elaborado de acordo com princípios novos, que fossem apropriados à educação que seria promovida, seguindo a orientação racional da “nova architectura”, ou seja, dos

princípios da arquitetura moderna, os quais Joffily (1937:01) explica e defende serem os mais adequados ao novo complexo educacional.

Informa que o projeto do instituto seguirá com a continuidade aos preceitos da “verdadeira architectura moderna” introduzidos na Paraíba pela DVOP com o prédio da Secretaria da Fazenda, e que estava sendo aplicado em “tantas outras obras...”.

Os edifícios deveriam atender exclusivamente ao seu caráter funcional, com a maior eficiência possível, “procurando atender sobretudo às reais necessidades do futuro estabelecimento de ensino, louvando-se em indicações que recebera do Departamento de Educação” (JOFFILY, 1937:01).

Para Joffily, era importante esclarecer “certos detalhes e normas da moderna architectura”, e como sua base racional, teria transformado “em sciencia a clássica arte de projectar”. Pode-se fazer um paralelo desse comentário com a pedagogia da Escola Nova, pois também havia, nesse momento, uma valorização e busca por uma maior cientifização dos métodos educativos, assim como na arquitetura, como se constata nos seguintes trechos do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*:

Os trabalhos científicos no ramo da educação já nos faziam sentir, em toda a sua força reconstrutora, o axioma de que se pode ser tão científico no estudo e na resolução dos problemas educativos, como nos da engenharia e das finanças.

[...] se tem um espírito científico, empregará os métodos comuns a todo gênero de investigação científica, podendo recorrer a técnicas mais ou menos elaboradas e dominar a situação, realizando experiências e medindo os resultados de toda e qualquer modificação nos processos e nas técnicas, que se desenvolveram sob o impulso dos trabalhos científicos na administração dos serviços escolares. (MANIFESTO..., 1932).

Joffily (1937:01) define a arquitetura moderna como “uma esplendida applicação do bom senso com o auxílio dos numerosos subsídios que a sciencia da construcção hoje faculta ao engenheiro e ao architecto”. No entanto, ressalva que a “verdadeira architectura moderna” não deveria ser confundida com o “falso moderno”, que é uma tendência, “onde á simplicidade das linhas de conjuncto se accrescentam detalhes decorativos, [...] que apenas traduzem uma preocupação desnecessaria de vestir os edificios [...]”.

Para conceituar a “verdadeira architectura moderna”, termo usado diversas vezes no memorial para enfatizar sua adoção no projeto do instituto, Joffily recorre a citações de Le Corbusier e Lúcio Costa, além de mencionar Adolf Loos. De acordo com esses arquitetos:

O edifício e o mobiliário devem conter o absolutamente necessario, tirando-se todo o partido dos actuaes recursos technicos, desde o concreto armado da estrutura à indústria do acabamento. (JOFFILY, 1937: 01)

Além dos requisitos de racionalidade, funcionalidade e eficiência, mencionados frequentemente por Joffily ao apresentar o plano do Instituto, para a execução da “verdadeira architectura moderna” era preciso adaptar as construções ao clima e as demais condições locais. “[...] a architectura precisa ser encarada essencialmente como uma interpretação scientifica das condições locais, harmonizando as influencias mais diversas”. Tal adaptação poderia resultar na criação de normas específicas para cada região.

Para legitimar sua afirmação, Joffily recorre ao artigo de autoria do arquiteto chefe da Seção Técnica de Projetos de grupos escolares, José Maria da Silva Neves, encontrado na publicação “Novos prédios para grupo escolar”, produzida pela Comissão Permanente de prédios escolares de São Paulo:

Fazer architectura moderna não significa copiar o ultimo figurino de Moscou ou de Paris. A architectura moderna exige o emprego de materiaes da região, attendendo as condições de clima, usos, costumes, etc. Obedecendo a esses princípios básicos crearemos um estylo regional para cada povo. Não deve haver temores quanto à monotonia da architectura. A architectura nacional brasileira virá naturalmente, apresentando aspectos característicos de cada Estado. (SÃO PAULO, 1936: 64 *apud* JOFFILY, 1937:01)

No trecho do artigo de José Maria da Silva Neves citado por Joffily no memorial percebe-se que há ainda uma procura por uma identidade nacional na produção da arquitetura moderna brasileira e aponta como caminho para encontrá-la a adaptação da arquitetura ao clima local.

Outro princípio adotado no projeto do Instituto de Educação é a possibilidade de expansão futura de seus edifícios, de maneira fácil e econômica. Esta é considerada mais uma vantagem do emprego da arquitetura moderna nas edificações escolares, que não era encontrada antes, nos edifícios escolares

tradicionais, que eram projetados como um todo, restrito, sem a previsão de ampliação. Como exemplo, pode-se citar os grupos escolares construídos em João Pessoa antes da reforma da educação de 1935.

O caráter de “obra inacabada” era ainda mais importante para as edificações escolares, já que possibilitaria a expansão da construção de acordo com o aumento da população em idade escolar. Essa característica da edificação escolar era defendida por Lourenço Filho, reformador do ensino de São Paulo:

De resto, é mais uma vantagem da moderna architectura facilitar o crescimento natural do predio, não o subordinando, desde a sua fórmula inicial, aos limites academicos da symetria, não o considerando *acabado*. Nas edificações escolares, então, sóbe de importancia o assumpto; são aquellas, talvez, que mais necessidade têm de crescer. O prof. Lourenço Filho diz expressivamente que caracter essencial ao edificio escolar é ser *obra inacabada*. (JOFFILY, 1937:04).

O projeto do Instituto de Educação procurou introduzir em seus edifícios “as modernas indicações da architectura escolar”. Para Joffily (1937:01), estas indicações esclareciam os elementos essenciais que os novos edifícios deveriam possuir.

O primeiro elemento a ser citado é o auditório. Espaço que não fazia parte do antigo programa de edificações escolares, com as novas ideias pedagógicas trazidas com a Escola Nova passa a ser valorizado no ambiente escolar, conforme afirmou o diretor da DVOP – “Auditorio: É hoje uma peça essencial nos edificios escolares de certo vulto, na qual se centraliza o movimento artistico, social e recreativo dos educandos” (JOFFILY, 1937:01).

Para o Edifício Central e para Escola de Aplicação foram projetados auditórios e no edifício do Jardim da Infância foi criado um salão de festas que seria usado com função semelhante. Todos possuíam palco e nos três edifícios o auditório de cada um ganhou destaque na volumetria, sendo identificado externamente pelo formato semicircular que adquiria o volume devido ao formato do palco. Pela especificidade desse item do programa também teve atenção especial o tratamento acústico desse ambiente.

Em segundo lugar é mencionada a importância das janelas nos edifícios escolares modernos. Segundo Joffily (1937:01), “Um dos caracteres dominantes no

projecto do Instituto de Educação é, com efeito, a disposição das janelas, em que se teve o cuidado de seguir as mais modernas normas sobre o assumpto”. A janela, portanto, era considerada, antes de tudo, um elemento a ser utilizado para proporcionar aos edifícios um caráter moderno. Le Corbusier, em *Por uma arquitetura*, discorreu sobre a importância das janelas para a renovação da arquitetura:

Por que essas raras janelas em forma de pequenos quadrados? [...] Suas janelas são incômodas para abrir. Não há os pequenos basculantes para ventilar como os há em todos os vagões-restaurante.

[...] [As habitações deveriam ter] Uma parede toda de janelas abrindo, se possível, para um terraço (...). Exijam basculantes nas janelas de todas as suas peças. (LE CORBUSIER, 1973: 77, 85).

As janelas eram muito importantes pela sua influência no conforto ambiental das salas de aula. O projeto adequado para as zonas tropicais deveria conciliar a necessidade de luz natural e ventilação com a redução ao mínimo do calor que poderia atingir as salas.

Para o projeto das janelas do Instituto de Educação da Paraíba, foram estudadas prescrições norte-americanas e do Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1920, através de críticas e sugestões específicas para edifícios escolares propostas por Almeida Junior em seu artigo “As janelas da sala de aula” presente na publicação *Novos Prédios para Grupo Escolar* (1936), de autoria da Comissão Permanente de Prédios Escolares de São Paulo. Com isso, as salas de aulas receberiam amplos vãos envidraçados, onde seriam reduzidos ao mínimo os montantes intermediários entre eles. Dessa maneira, Joffily (1937:01) ressalta que “Foi posto de parte o typo commun de janellas deixando entre si grandes intervallos”, em favor da janela horizontal, a *fenêtre en longueur* proposta por Le Corbusier, que deixava as construções mais leves, por possibilitar predominância dos vazios sobre os cheios.

Este “typo commun de janellas” era o executado nos grupos escolares paraibanos, na Escola Normal e demais construções ecléticas que permeavam João Pessoa. Eram várias janelas retangulares, dispostas verticalmente, já que a tecnologia construtiva ainda não permitia que fossem contínuas.



Figuras 76 e 77: Comparação entre as aberturas das janelas das salas de aula da antiga Escola Normal, que possuía janelas do “typo commum”, e das salas de aula do antigo Edifício Central do Instituto de Educação da Paraíba. Fonte: Acervo da autora, 2012; editado em 2013.

No desenho das janelas dos edifícios do Instituto de Educação havia a preocupação em evitar ofuscamento nos alunos, que poderia atrapalhar as atividades educativas. Sendo assim, a janela de uma sala de aula não deveria cortar todo o vão do ambiente, mas ser posicionada a uma distância calculada para evitar a reflexão da luz nos quadros negros, “conforme vem procedendo hoje nas modernas construções escolares” (JOFFILY, 1937:02).

A altura do peitoril e da verga adotados para as janelas, também foram calculados cuidadosamente, para obter uma sala de aula mais confortável e eficiente. De acordo com o artigo de Almeida Junior usado como referência por Joffily (1937:02), as vergas se situariam próximas ao teto, para um melhor aproveitamento da luz solar, que seria assim distribuída de maneira mais completa e uniforme.

Já os peitoris deveriam ser altos, de acordo com as novas prescrições para edifícios escolares da época, pois evitariam os raios de sol que “penetram mais ou menos horizontalmente”, na altura das crianças, causando desconforto, e ofuscamento pela reflexão a luz sobre as mesas. Por isso, os peitoris do Instituto de Educação foram dispostos com 1,50m de altura, “o que está perfeitamente de accôrdo com as normas da actual architectura escolar” segundo o memorial, que faz comparações com os peitoris de outras modernas edificações escolares, como os novos edifícios escolares do Rio de Janeiro, que tinham 1,70m de altura.

Até as vidraças e caixilhos das janelas do Instituto obedeceram a desenhos especiais, que resultaram das observações de Joffily, quando este viajou para São Paulo em 1936, e pode entrar em contato com o diretor de obras públicas deste estado, Oscar Machado, quando este ainda estudava a questão para aplicação nos edifícios escolares paulistas, e lhe mostrou vários tipos e dispositivos de esquadrias. Sendo assim, foram projetadas esquadrias de madeira para as portas e com caixilhos metálicos para janelas, as quais seriam providas na parte superior de dispositivos basculantes e na parte inferior seriam usadas folhas corrediças. Na execução da obra, este modelo acabou sendo utilizado somente no Edifício principal, enquanto que na Escola de Aplicação e no Jardim da Infância as janelas foram executadas todas em basculante.



Figura 78: Edifícios correspondentes aos antigos Edifício Central, Escola de Aplicação e Jardim da Infância, e o correspondente modelo de janela adotado em cada um deles, em destaque. Fonte: Acervo da autora, 2012.

A preocupação com o desenho adequado das janelas mostra a racionalidade e o rigor científico com a construção, em que cada elemento deveria ser calculado para resultar em edifícios eficientes.

A questão do conforto ambiental nos edifícios é onde mais se expressa a busca pela racionalidade da arquitetura no Instituto de Educação. No memorial, Joffily considera a insolação e a ventilação requisitos para se levar em conta em uma construção escolar verdadeiramente moderna. A primeira medida para adequação climática no projeto deveria ser buscar a melhor orientação dos edifícios no terreno.

Assumpto de importancia capital no projecto de um edificio é a orientação que deve ser dada ás diversas peças do conjunto architectonico no sentido de se garantirem as melhores condições possiveis de conforto, tendo em vista o aproveitamento e correcção de certos factores ambientes que envolvem desde a questão das radiações solares e thermicas aos efeitos das chuvas, dos ventos, da humidade, etc. (JOFILLY, 1937:02)

Então, como já foi comentado, os três edifícios do Instituto de Educação foram locados no terreno de maneira a favorecer o conforto climático em seus ambientes, principalmente nas salas de aula, de maneira tal que levou até a compra de parte de outro lote para poder locar a Escola de Aplicação em uma orientação mais adequada. No interior dos edifícios, os ambientes também foram dispostos de modo a receberem muita ventilação, sem insolação excessiva.

Quanto à ventilação, além de ser buscada a ventilação natural através da orientação dos prédios, ainda foi cogitada a instalação de exaustores de ar nas dependências principais e até mesmo de ar-condicionado nos auditórios.

O Instituto de Educação da Paraíba deveria possuir equipamentos de educação física para que os alunos se desenvolvessem de maneira saudável e para que os esportes estimulassem a sociabilidade entre eles. Sendo assim, pretendia ser construído um ginásio de esportes próximo ao Edifício principal (que também serviria como recreio coberto), um campo de jogos e uma piscina, que ficariam atrás da Escola de Aplicação.

Após comentar sobre o ginásio do Instituto de Educação do Distrito Federal, citando inclusive considerações de Lourenço Filho (diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro na época) sobre o tema, Joffily (1937: 03) explica a escolha de construir vários equipamentos esportivos no Instituto de Educação da Paraíba:

O Instituto de Educação, no entanto, será um estabelecimento servido por um programma escolar complexo, havendo que attender á instrucção de meninas, moças e rapazes, não sendo possivel desprezar as diversas modalidades de exercicios phisicos compativeis com as differentes naturezas dos que irão frequentar. Há, porém, que distribuir pelos grupos de alumnos com affinidades phisicas e mentaes a educação gymnastica ou esportiva mais indicada para cada caso. Dahi, o gymnasio, o campo de esportes, a piscina, etc.

É possível constatar na citação acima que a escolha de se construir diferentes equipamentos esportivos no Instituto está claramente influenciada pelos princípios da Escola Nova, já que se pretendia proporcionar aos alunos a possibilidade de escolha entre as atividades físicas que mais lhes agradassem, de acordo com a afinidade física e mental de cada um, reconhecendo, desse modo, a individualidade e as diferenças dos educandos. Infelizmente, estes equipamentos esportivos não

chegaram a ser projetados, tendo sido construídos outros, décadas depois, que não levaram em conta as ideias originais.

O Instituto de Educação da Paraíba também incorporou em seu projeto espaços para assistência à saúde e higiene dos alunos. No ginásio, foi previsto vestiários e banheiros, que apareceriam também nos três edifícios educativos. No momento em que foi projetado o Instituto estes ambientes já eram considerados indispensáveis para as edificações escolares, estando previstas até para os novos tipos de grupos escolares que seriam construídos no interior do estado.

A necessidade de espaços para banho nas escolas, não era só para higiene dos alunos após a prática de educação física, mas “uma das maneiras de iniciar os educandos, principalmente os das classes pobres, na pratica do asseio corporal”. Mais uma vez, é citada a publicação paulista *Novos Prédios para Grupo Escolar* (1936), no estudo das prescrições para construção escolar que o Instituto local intencionava seguir. Joffily destaca no memorial do Instituto, um trecho do artigo de Almeida Junior “Chuveiros no grupo escolar”, em que mostra como a instalação de banheiros nas escolas era importante, principalmente para os alunos de baixa renda:

É incontavel o numero de crianças de escola que não tomam banho. Não o fazem por duas razões essenciaes: a falta de estimulo, em casa, e a defficiencia de installações de asseio. [...] Em algumas casas não há nem um modesto chuveiro, em que a criança possa de vez em quando tomar contactos mais intimos com a agua. (NOVOS PRÉDIOS..., 1936 *apud* JOFFILY, 1937:02).

O Instituto de Educação previa um serviço de assistência alimentar para os alunos, necessário para:

[...] não só corrigir a debilidade da população escolar, em geral sub-nutrida, como também ensinar-lhe a se conduzir na escolha dos elementos que assegurem a sua vitalidade organica e em consequencia melhor aproveitamento educativo. (JOFFILY, 1937:02).

Este serviço foi defendido pela apresentação das altas taxas de crianças com condições físicas abaixo do limite razoável (cerca de 80%) e de mortalidade infantil (231 por mil nascimentos), entre 1932 e 1936, em João Pessoa.

Sendo assim, o Instituto previa construção de cozinhas, cantinas e refeitórios nos três edifícios para que assim, fosse possível “um notavel melhoramento nas

condições físicas dos educandos com sensível reflexo na educação geral das diversas classes sociais” (JOFFILY, 1937:02).

Embora o projeto do Instituto de Educação da Paraíba tenha buscado com entusiasmo a construção de uma obra dentro dos princípios da “verdadeira architectura moderna”, Joffily (1937:01) reconhece que ainda tinha que enfrentar inúmeras dificuldades, como a falta de materiais e de mão de obra especializada, para sua execução na Paraíba.

A rigorosa execução da architectura moderna entre nós se depara com dificuldades às vezes impossíveis de remover. Com efeito, a deficiência de aparelhagem de certas industrias e a inexistencia de outras, todas de contribuição indispensavel, conduzem a uma situação verdadeiramente penosa todo aquelle que se propuser levar a cabo uma construcção nos moldes da nova escola. A indigencia do commercio de materiaes de construcção é desanimadora. Requer-se do responsavel pelos trabalhos uma de vontade especial no contornar as difficuldades. A falta de mão de obra habil tambem concorre de sua parte para aggravar a situação.

A execução da obra, que se deu procurando ser “bem acabada e de preço relativamente inferior ao que seria de esperar”, mesmo com as dificuldades, foi resultante do esforço da Diretoria de Viação e Obras Públicas, que empregou “uma somma consideravel de vontade e dedicação para levar a bom exito semelhante empreendimento”, conforme informou Joffily (1937:03), ao discorrer no memorial sobre os desafios enfrentados pela equipe para desenvolver a arquitetura moderna na Paraíba, ou seja, na “periferia da periferia”¹².

3.3 O Edifício Central

O edifício onde funcionaria a Escola Secundária e a Escola de Professores, pela sua importância educacional no plano da reforma educativa, foi nomeado de Edifício Central, cuja arquitetura demonstra seu protagonismo em relação aos demais edifícios do Instituto.

¹² Termo usado por Trajano Filho (2003: 12), fazendo uma analogia à menção do crítico e historiador suíço Siegfried Giedion, que considerou o Brasil como a “periferia da civilização” ao tratar da arquitetura moderna aqui desenvolvida.



Figura 79: Vista do Edifício Central do Instituto de Educação, recém-inaugurado, em 1939. Fonte: Arquivo do IHGP.

O Edifício central foi o primeiro a ser projetado e também a ter sua construção iniciada, em julho de 1936. Este edifício, que se torna o edifício escolar de maiores dimensões do estado, se destacava das demais construções escolares existentes na Paraíba, não só pelo seu grande porte, mas principalmente pela sua arquitetura inovadora em relação ao que era construído na época por essa região. Foi considerado um “soberbo edifício localizado em um dos recantos mais pitorescos da Capital” (MELLO, 1936: 115).

Devido à racionalidade buscada na construção, a configuração do Edifício Central ficou bem diferente dos antigos grupos escolares, o que já era previsto, conforme depoimento de Joffily (1937:03):

Houve no projecto a intenção de dar, não só a este edificio como aos demais, a forma que melhor atendesse á sua finalidade, facilitasse futura ampliação e ao mesmo tempo apresentasse solução mais economica, sendo assim despresado o typo classico de edificio com grande pateo central [...]

- **Setorização**

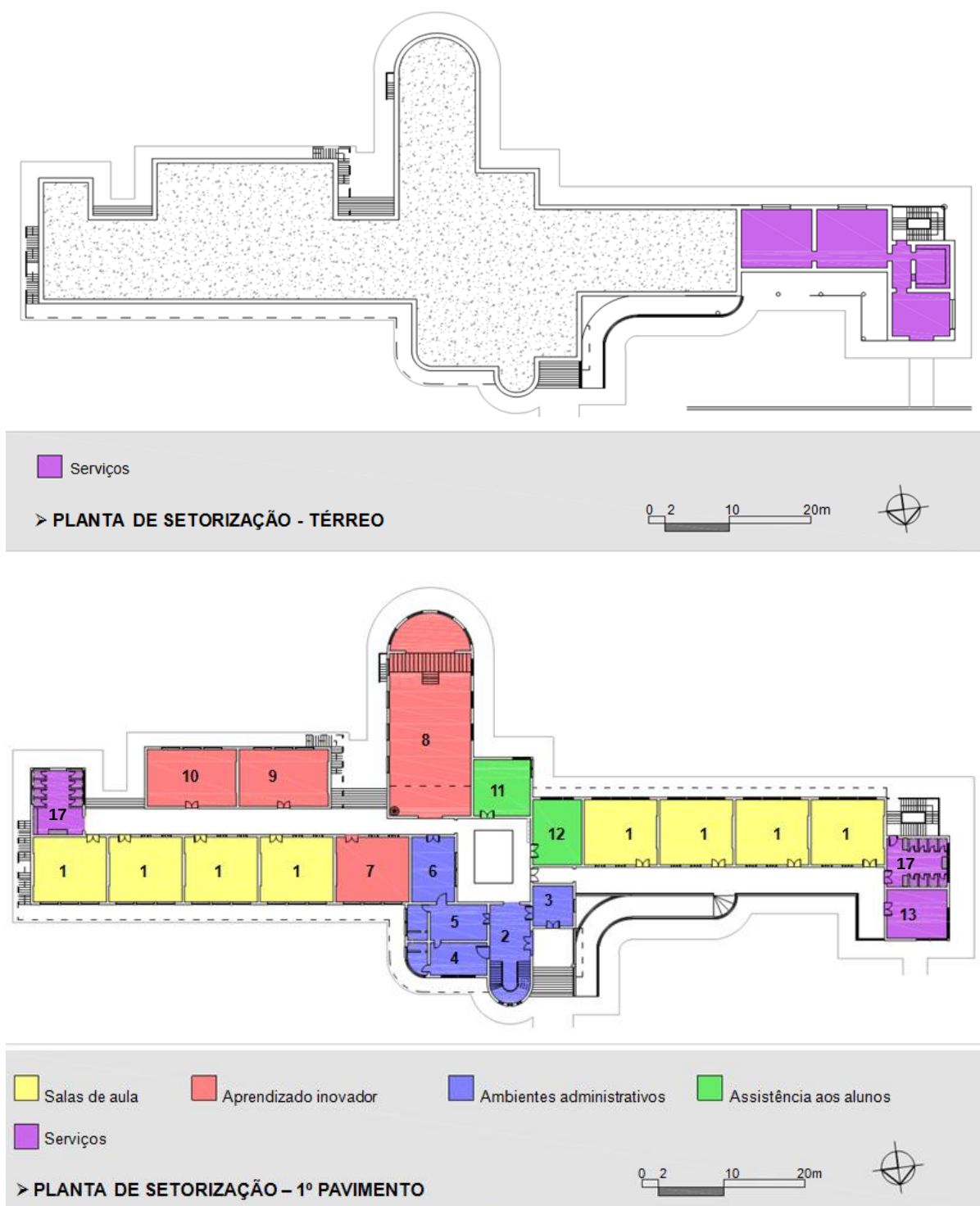


Figura 80: Plantas de Setorização do térreo e 1º pavimento do Edifício Central. Fonte: Elaborado pela autora (2013) à partir de planta cedida pela COTese.

Legenda: 1. Salas de aula; 2. Hall; 3. Inspeção; 4. Diretoria 5. Secretaria; 6. Sala de Professores; 7. Biblioteca; 8. Auditório; 9. e 10. Salas para trabalhos; 11. Sala de higiene; 12. Vestiário; 13. Sala dos Empregados; 17. Banheiros.

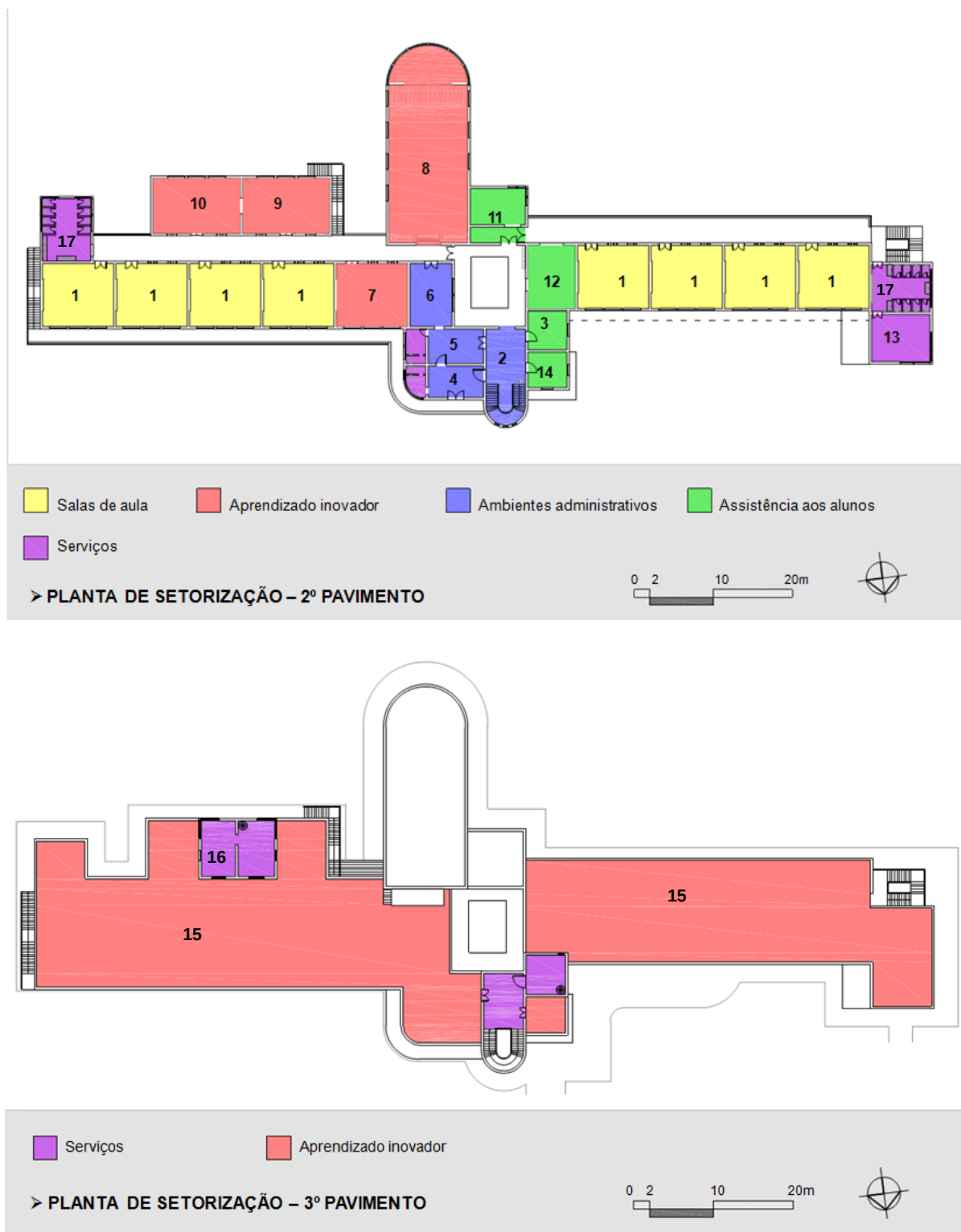


Figura 81: Plantas de Setorização do 2º e 3º pavimentos do Edifício Central. Fonte: Elaborado pela autora(2013) à partir de planta cedida pela COTese.

Legenda: 1. Salas de aula; 2. Hall; 3. Médico; 4. Diretoria 5. Secretaria; 6. Sala de Professores; 7. Biblioteca; 8. Museu; 9. Laboratório de Química; 10. Laboratório de Física; 11. Cantina; 12. Vestiário; 13. Dependência; 14. Dentista; 15. Terraço; 16. Depósito; 17. Banheiros.

O edifício central do Instituto de educação apresenta quatro pavimentos. O térreo, resultante da diferença de nível entre os extremos opostos do terreno, compreende a escadaria do acesso principal ao edifício, a rampa que leva ao primeiro pavimento e alguns espaços de serviço (uma dependência com banheiro, almoxarifado e depósito). O primeiro e o segundo pavimentos são os mais importantes, pois neles ocorrem as atividades de aprendizado, de assistência aos alunos (alimentação, higiene, saúde) e onde fica também o setor administrativo (com diretoria, secretaria e sala dos professores). O terceiro pavimento consiste no terraço superior (usado para recreação e ginástica, atividades incentivadas pelo ensino ativo escolanovista), apresenta duas salas de depósito e é onde se origina a torre do relógio.

No Edifício Central do Instituto de Educação foram construídos novos ambientes educativos, além de suas dezesseis salas de aulas comuns, onde seriam desenvolvidas atividades condizentes com o ensino escolanovista.

Entre esses novos espaços que passam a integrar o programa de edificações escolares com a Escola Nova o auditório tem papel de destaque nos edifícios do Instituto paraibano, como já foi comentado. O auditório do Edifício Central teria funções mais importantes que o dos outros dois edifícios, pois além de espaço para apresentações de teatro, cinema educativo e concertos musicais, serviria como local para assembleias e reuniões do corpo docente do Instituto.

Sendo assim, no auditório o aprendizado aconteceria de maneira dinâmica, através de atividades de artes cênicas, apresentações musicais e da utilização de um novo aparelho que, com os novos métodos pedagógicos, passaria a ser adotado para a prática educativa: o cinema. Essas atividades favoreceriam a sociabilidade entre os alunos, além de trazer novas experiências que estimulariam todos os sentidos.

Outro ambiente que ganha maior importância no âmbito escolar é a biblioteca, que aparece nos dois pavimentos, próxima das salas de aula, no Edifício Central. A inserção da biblioteca no interior das escolas refletia o pensamento que começava a ser difundido neste momento, de que saber ler não era somente estar alfabetizado, mas também poder compreender o que se lia e com isso desenvolver o gosto pela leitura e, conseqüentemente, pelo estudo. Na publicação da Comissão de Prédios Escolares de São Paulo, *Novos Prédios para Grupo Escolar (1936)*, o artigo de

Carolina Ribeiro, “Por que uma sala de leitura no prédio escolar?” trata da questão e pode ter influenciado a proposta de se inserir duas bibliotecas no Edifício Central.

Nos novos prédios escolares, que vão marcar um novo período áureo para o ensino público, não foi e nem podia ser esquecida essa importantíssima dependência escolar, para que se complete a organização de um bom estabelecimento de ensino: biblioteca ou sala de leitura, centro de recreação onde os alunos possam familiarizar-se com a essência maravilhosa que os bons livros encerram. (SÃO PAULO, 1936:97 *apud* OLIVEIRA, 2007: 82)

Para o Edifício Central foram projetados dois laboratórios, um de física e outro de química. Estes laboratórios refletem uma maior cientifização do ensino, através da valorização destas disciplinas, e uma proposta de aprendizado prático, através de experiências. O museu, outro ambiente do Edifício Central, também tem a mesma função, ao promover o aprendizado pela observação e de uma maneira que estimulasse o interesse dos educandos.

O Edifício Central ainda apresentava ambientes para práticas de higiene e saúde. Além das duas seções sanitárias (baterias de banheiros) com oito banheiros cada uma, por andar, instaladas nas extremidades de cada pavimento, e um banheiro exclusivo para diretoria e secretaria, contava com vestiário nos dois pavimentos, uma sala para serviço médico, e outra para dentista, uma sala de higiene e cantina.

Além de demonstrar uma preocupação com a saúde dos alunos, a inserção da cantina, por exemplo, resultou da intenção de prestar um serviço de assistência alimentar, que planejava sanar os males da desnutrição dos que fossem estudar lá, pois com uma alimentação adequada os alunos teriam maior vitalidade e capacidade de aprender. Esses ambientes também pretendiam influenciar na prática a criação de novos hábitos de higiene nos educandos, como o banho diário e a escovação dos dentes, por isso a inclusão no programa do vestiário com chuveiros. A construção de uma sala de higiene demonstra como era importante a transmissão dos hábitos de higiene aos alunos, que era tratada inclusive como disciplina curricular.

Outro aspecto inovador no projeto do Edifício Central foi ter reservado maior espaço para as áreas administrativas em relação às construções escolares anteriores de João Pessoa. Os dois pavimentos principais possuem sala de

secretaria, sala de diretoria e sala dos professores. Isto pode significar uma maior preocupação com a organização da escola, buscando um maior controle sobre as atividades que acontecem na instituição, além da busca troca de experiências entre os docentes e a diretoria.

- **Organização espacial**

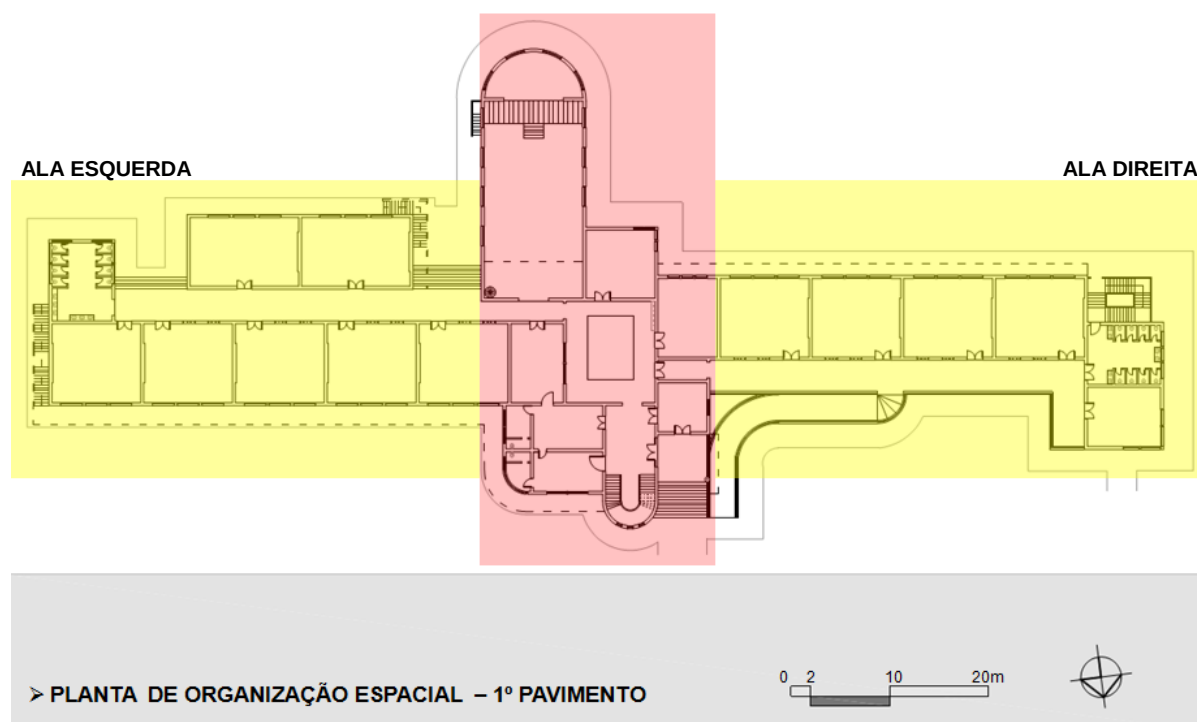


Figura 82: Planta de organização espacial do Edifício Central. Fonte: Elaborado pela autora (2013) à partir de planta cedida pela CÔTESE.

A organização espacial do Edifício Central se desenvolve através da disposição de duas alas no eixo longitudinal, cruzadas ao centro por um bloco transversal. As alas concentram os ambientes onde se realizam as atividades de aprendizado. Cada uma das alas longitudinais possui quatro salas de aula, e sessão sanitária, além disso, contam com outros espaços que contribuíam para um ensino inovador naquele momento, que ficam na ala esquerda – uma biblioteca, no primeiro e outra no segundo pavimento, duas “salas para trabalhos” (que ficam no primeiro pavimento), laboratório de física e laboratório de química (que ficam no segundo pavimento). A ala direita apresenta só salas de aula comuns e uma sala de empregados, na extremidade, junto da seção sanitária, em ambos os pavimentos.

O bloco transversal abriga os ambientes administrativos e os espaços de cuidados com a saúde e higiene dos alunos. No primeiro e no segundo pavimento, o

bloco transversal apresenta ambientes administrativos: diretoria, secretaria e sala dos professores, e também um vestiário.

Além desses espaços, o bloco transversal no primeiro pavimento ainda contém uma sala de inspeção e uma sala de higiene, e no segundo pavimento, gabinete odontológico, gabinete médico e cantina. Nesse bloco também estão situados dois espaços requisitados para o desenvolvimento do ensino escolanovista, que ocupam o mesmo volume – o auditório (no primeiro pavimento) e o museu (no segundo pavimento).

A organização espacial do edifício central do Instituto de Educação possui aspectos em comum com a de alguns dos tipos escolares projetados por Enéas Silva para a reforma educacional implementada por Anísio Teixeira no Rio de Janeiro. As escolas do tipo Platoon dispõem as salas de aula linearmente, com o auditório ou os ambientes de atividades práticas em um espaço maior que saca do alinhamento dos outros ambientes. A escola Platoon com 25 salas de aula, por exemplo, tem salas de aula arranjadas longitudinalmente e apresenta, ainda em comum, o auditório e a escadaria semicircular posicionados transversalmente, de maneira semelhante ao edifício central do Instituto paraibano.

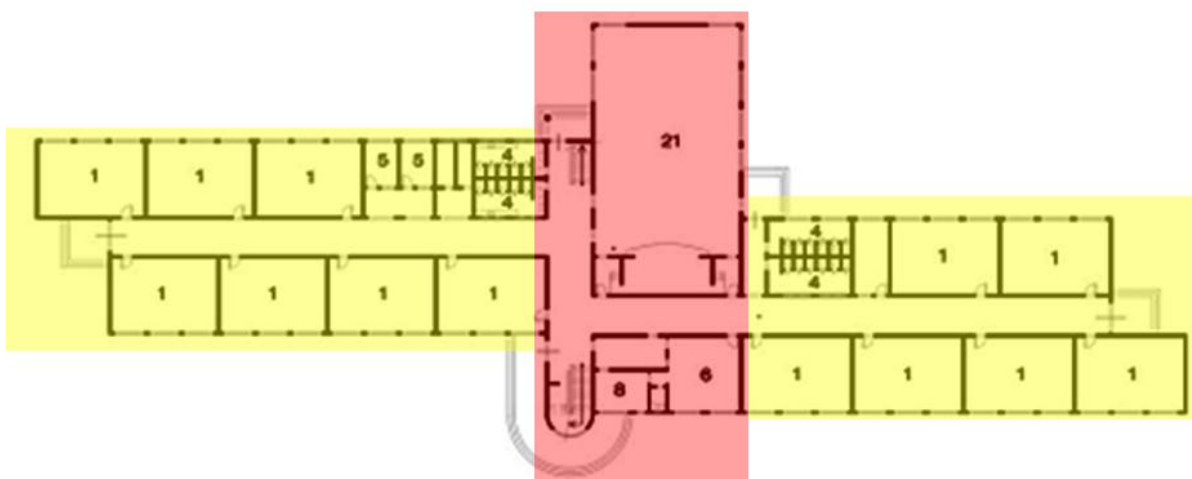


Figura 83: Planta de organização espacial da escola Platoon com 25 salas. Fonte: ANDRADE JUNIOR, 2012:307; editada pela autora, 2013.

Legenda: 1. Classe; 3. Circulação; 4. Sanitário; 5. Gabinete Médico ou Dentário; 6. Secretaria; 7. Auditório; 8. Diretoria; 10. Biblioteca; 11. Sala de Leitura; 12. Artes Industriais; 13. Música; 14. Artes Domésticas; 15. Desenho; 16. Oficina; 17. Geografia / História; 18. Ciências; 19. Jardim Botânico; 20. Depósito de Modelos; 21. Ginásio/Auditório.

- **Acessos e circulação**

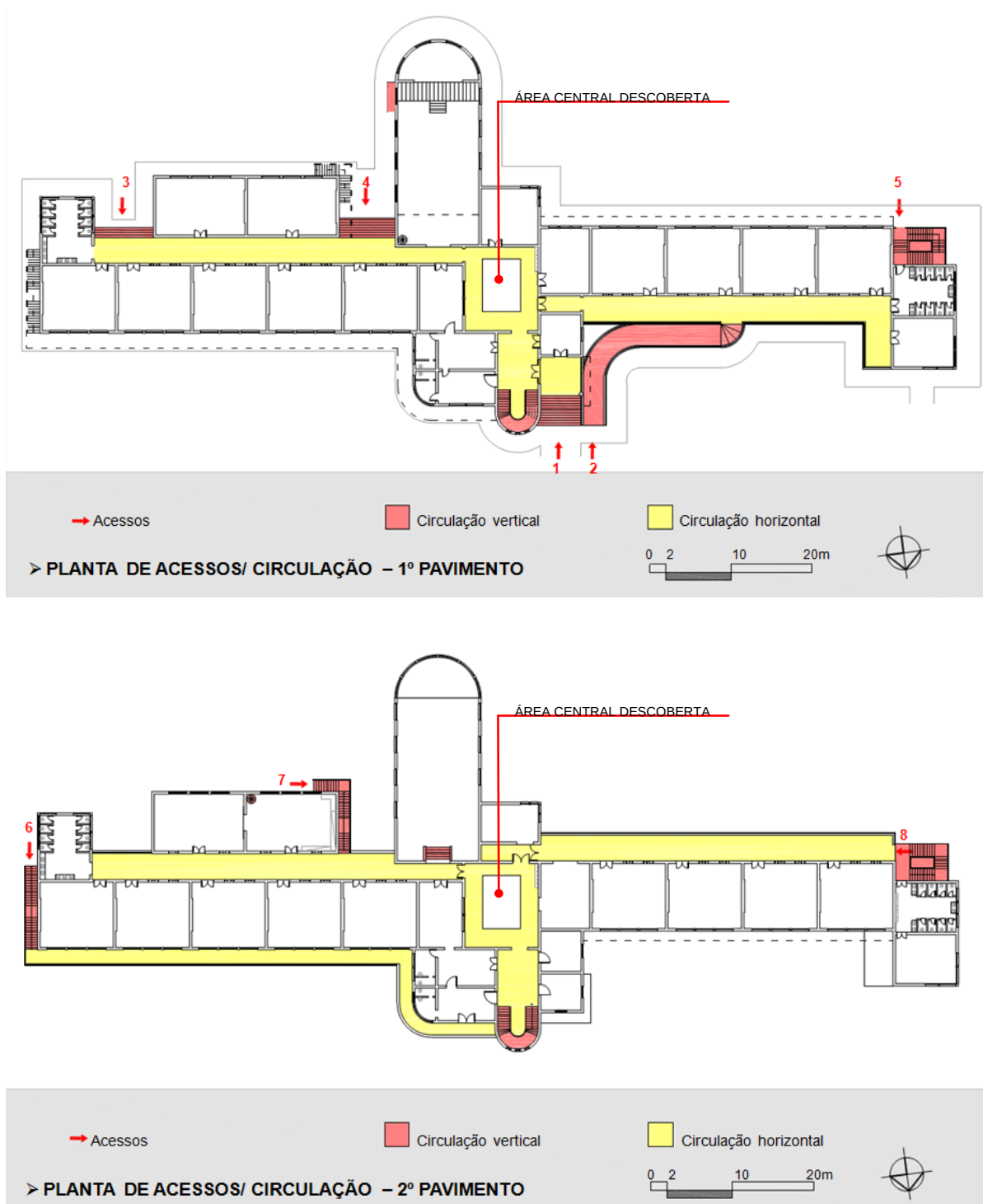


Figura 84: Plantas de acessos (numerados) e circulação do 1º e 2º pavimento do Edifício Central.
Fonte: Elaborado pela autora (2013) à partir de planta cedida pela COTese.

No Edifício Central do Instituto de Educação, o acesso principal (número 1) acontece por meio de uma escadaria posicionada no térreo em sua fachada frontal, que leva ao primeiro pavimento, chegando a um terraço, que atua como espaço de

transição entre o exterior e o interior do edifício, onde fica o portão de entrada principal, posicionado na lateral.



Figura 85: Acessos principais do Edifício Central (escadaria e rampa) e Portão de entrada principal. Fonte: Acervo da autora, 2012.

Ao lado da escadaria (o acesso principal), foi construída uma rampa (outro acesso, número 2) que leva diretamente à ala direita do primeiro pavimento, reduzindo assim, o fluxo na escadaria principal. De acordo com Joffily (1937: 03) a rampa também permitiria o



funcionamento de cursos especiais durante a noite, sem que fosse necessário utilizar o corpo central do edifício.

Figura 86: Vista do Edifício Central a partir da rampa. Fonte: Acervo da autora, 2012.

O acesso através da rampa curva promove um maior percurso e apreciação do edifício por outros pontos de vista, remetendo ao conceito de Le Corbusier de *promenade architecturale*, ou passeio arquitetural. A utilização de uma rampa de forma curva era uma inovação para a arquitetura desse período, já tinha sido adotada por Le Corbusier. No Brasil, quando o Edifício Central do Instituto foi inaugurado, a rampa curva só tinha sido apresentada no Pavilhão do Brasil na Exposição Internacional de Nova Iorque, em 1939, projetado por Lucio Costa e

Niemeyer em 1938 (BRUAND, 2003: 105). Entretanto, a rampa do Edifício Central do Instituto não foi prevista no seu projeto inicial, mas uma fotografia da sua construção tirada em setembro de 1937 mostra que a rampa curva já estava em construção, ou seja, antes mesmo do projeto do Pavilhão brasileiro da Exposição de Nova Iorque.

O primeiro pavimento ainda pode ser acessado através de três escadarias localizadas na parte posterior do edifício, duas que levam à ala esquerda (acessos 3 e 4), e outra que leva à ala direita (acesso 5). O segundo pavimento também pode ser acessado diretamente do exterior por três escadarias, uma na lateral esquerda (que chega no setor administrativo, acesso 6), outra na parte posterior que levam à ala esquerda (acesso 7), e ainda por outra que leva à ala direita (acesso 8).

A diversidade de acessos ao edifício central torna a circulação entre seus espaços mais dinâmica, inovando em relação ao modo de acesso tradicional, que era realizado só através da parte frontal da edificação, às vezes com um acesso de serviço nos fundos. A flexibilidade de acessos proporcionava mais liberdade aos alunos para entrarem e saírem do edifício, além de deixar a escola mais aberta à sociedade, o que pode estar relacionado ao ensino da Escola Nova, no entanto, a inserção de vários acessos dificultava o controle, permitindo a saída dos alunos em horário de aulas e facilitando o acesso de pessoas que não estudassem no Instituto, que poderiam ser mal intencionadas.



Figura 87: Acessos localizados na parte posterior do Edifício Central: escadaria que leva à ala direita do primeiro pavimento (acesso 3), escadaria que leva à ala direita do segundo pavimento (acesso 7) e escadaria que leva ao setor administrativo do segundo pavimento (acesso 6). Fonte: Acervo da autora, 2013.

Conforme citado no parágrafo anterior, o edifício central apresenta vários acessos realizados através de circulação vertical, devido aos desníveis do terreno e da intenção equilibrar o fluxo entre os espaços de circulação para evitar excesso de barulho. O principal meio de circulação vertical no interior do edifício é a escadaria do hall de entrada, a “escadaria nobre”, que vai do primeiro pavimento ao terceiro. Também foi construída uma escada externa, na parte posterior da ala direita, que leva do térreo ao terceiro andar, possibilitando o acesso aos três pavimentos diretamente.



Figuras 88 e 89: Principais meios de circulação vertical do Edifício Central: escadaria nobre e escadaria externa que leva aos três pavimentos. Fonte: Acervo da autora, 2013.

Em relação à circulação horizontal, o fluxo no interior do edifício foi articulado através de uma área central, que liga as duas alas longitudinais e o bloco transversal. No bloco transversal, o hall de entrada realiza a comunicação entre o setor administrativo e o acesso principal do edifício e, no primeiro pavimento, entre o setor administrativo e o setor de assistência médica e odontológica.



Figura 90: Área central descoberta vista do mezanino do segundo pavimento e hall do setor administrativo (segundo pavimento). Fonte: Acervo da autora, 2013.

A circulação em cada ala do bloco longitudinal ocorre por meio de corredores que se prolongam por toda sua extensão. O edifício possui corredores internos e outros que abrem para o exterior do edifício, funcionando como varandas. No primeiro pavimento, a ala direita pode ser percorrida por uma varanda, enquanto a ala esquerda, por um corredor interno. No segundo pavimento esse esquema de circulação se repete, com o acréscimo de mais uma varanda na ala esquerda além do corredor interno, entretanto, esta varanda¹³ que é voltada para a fachada principal do edifício, só é acessada pela diretoria e pela escadaria lateral.



Figura 91: Uma das varandas de circulação. Fonte: Acervo da autora, 2013.

De acordo com Joffily (1937: 03), a circulação de cada ala de salas de aula foi organizada de maneira a tornar os corredores independentes, para “reduzir ao mínimo os motivos de perturbação das aulas provocados pelos ruídos inevitáveis num tão grande aglomerado de pessoas”. O que demonstra que o sistema de circulação foi especialmente projetado em função de seu uso, ou seja, abrigar atividades de aprendizado, que requerem concentração. Joffily ainda comenta que

¹³ A varanda localizada na ala esquerda do segundo pavimento do Edifício Central não aparece na primeira planta baixa deste edifício (de 1936), no lugar dela o desenho mostrava uma marquise.

nas varandas “poderão permanecer os estudantes nos intervallos”, sendo assim, nos elementos de circulação eram previstos a integração entre os alunos e sua relação com o espaço edificado.

- **Conforto**

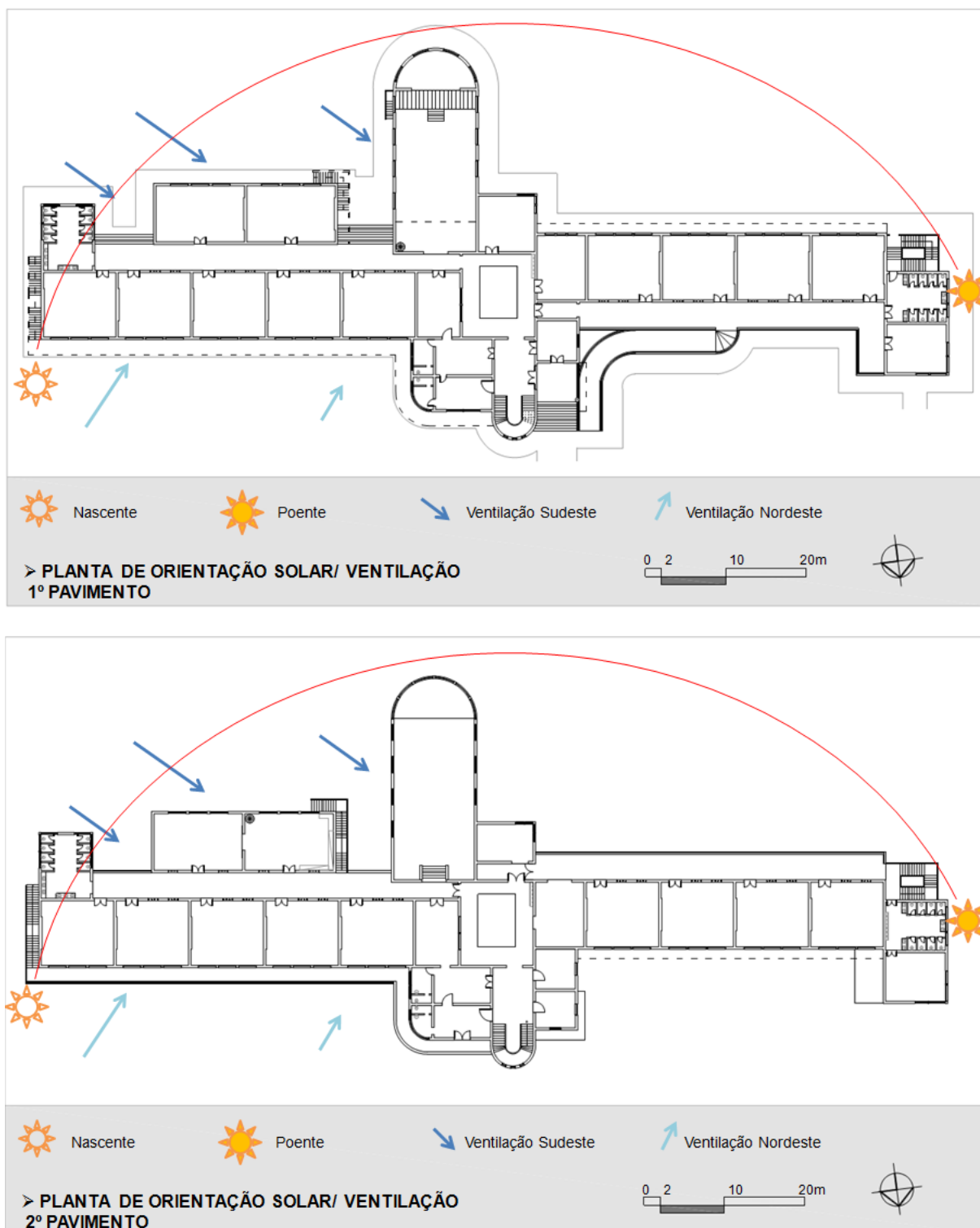


Figura 92: Plantas de orientação solar (trajetória do sol no verão) e ventilação do 1º e 2º pavimento do Edifício Central. Fonte: Elaborado pela autora (2013) à partir de planta cedida pela COTese.

As orientações construtivas dos grupos escolares anteriores à reforma educacional tinham preocupações higienistas e denotavam a necessidade de prevenção da proliferação de doenças entre as crianças. Como exemplo, a preocupação com a higiene, e a tecnologia construtiva, fazia com que os edifícios possuísssem porões para elevá-los do solo, e assim protegê-los da umidade. Havia prescrições para que fossem “Inteiramente livres de quaisquer outros edifícios” (O EDUCADOR, 1921:02), ou seja, que não fossem construções geminadas, para permitir a circulação do ar que extinguiu os “miasmas” e a entrada dos raios solares, gerando um ambiente saudável. O ideário higienista também influenciava a educação, com disciplinas e material didático voltado para o assunto.

Já no projeto do Instituto de Educação, além das preocupações higienistas, as preocupações construtivas refletem a busca pelo conforto do educando no ambiente escolar, demonstrando a nova maneira de perceber o aluno, trazida pelas ideias da Escola Nova que permearam a construção.

O edifício central foi posicionado com suas fachadas de maior área voltadas para norte (fachada principal) e sul (fachada posterior) de maneira a apresentar as melhores condições de insolação e ventilação. Em relação às condições de conforto ambiental, seu projeto privilegia as salas de aula. Local de maior permanência dos alunos e professores, as salas foram pensadas para que os educandos pudessem ter seu melhor desempenho.

A ventilação de direção sudeste, predominante na cidade de João Pessoa, é captada pelas varandas da fachada sul, e percorre as salas de aula pelo sistema de ventilação cruzada. Os laboratórios de física e química e as salas de trabalhos são bem contemplados com a ventilação sudeste, assim como o auditório e o museu, já o setor administrativo não é contemplado pela ventilação predominante, devido à sua localização na fachada norte do edifício.

Em relação à insolação, como o edifício central tem as fachadas de maior extensão voltadas para norte e para sul, não recebe a insolação oeste, indesejada, com muita intensidade, tendo sido posicionado o banheiro e a sala de empregados para essa fachada de maior incidência solar. Ainda assim, seus ambientes são protegidos da insolação excessiva, tendo sido privilegiadas, mais uma vez, as salas de aula. A fachada norte, tem sua ala esquerda protegida pelo prolongamento de 2 metros da laje de concreto do terraço superior e da laje do segundo pavimento (que

gera uma varanda). O terraço superior também se prolonga para proteger o segundo pavimento da ala direita, e este foi deslocado para frente 2,30 metros, protegendo a varanda do primeiro pavimento.

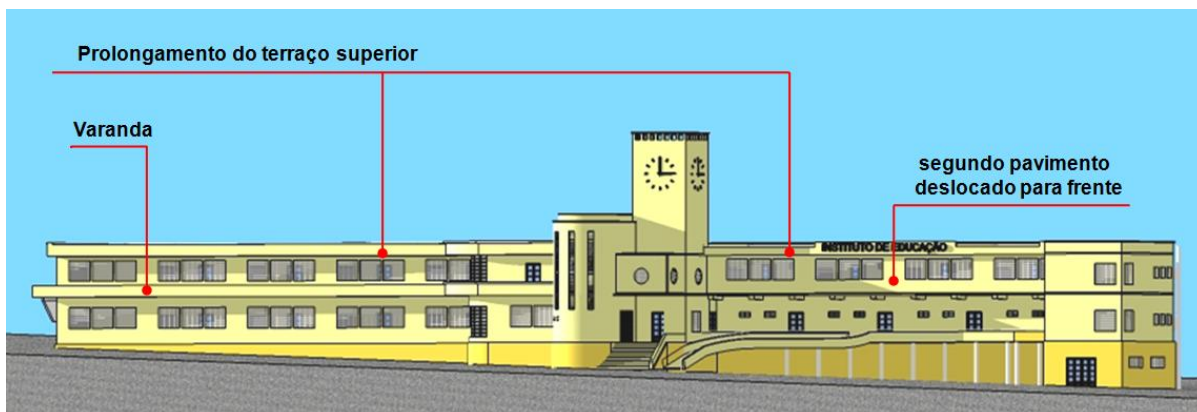


Figura 93: Elementos de proteção ao excesso de insolação na fachada norte do Edifício Central. Fonte: Elaborado pela autora (2013).

Na fachada sul as alas esquerda e direita possuem varandas com 3,20 metros de largura, que constituem os acessos às salas de aula enquanto protegem contra a chuva, sem impedir a chegada do vento sudeste. Sobre a questão de adaptação do projeto ao clima local, Joffily (1937: 03) explicou:

É preciso não esquecer a ocorrência simultanea, entre nós, principalmente nos primeiros meses do anno, de chuva e calor, donde a necessidade de assegurar o conforto procurando-se aproveitar o maximo de ventilação sem os inconvenientes da chuva.

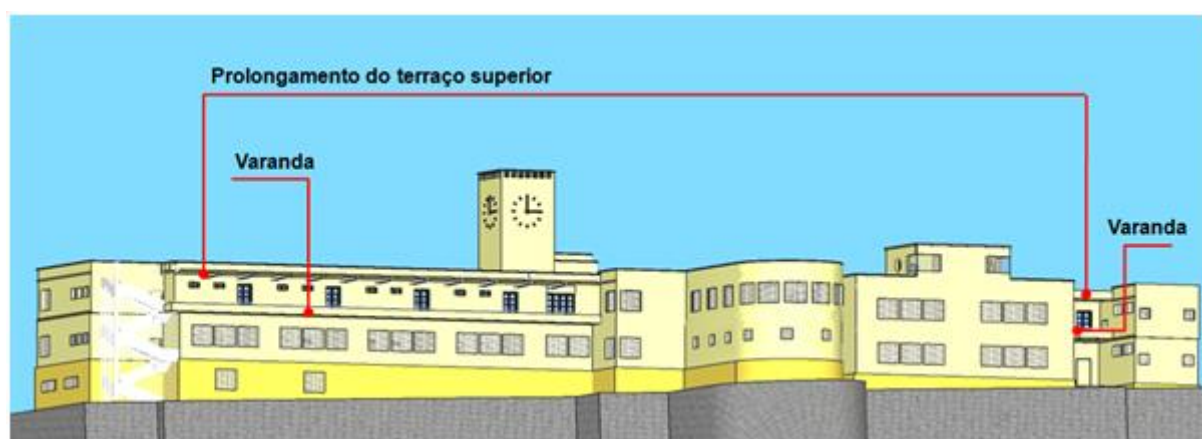


Figura 94: Elementos de proteção ao excesso de insolação na fachada sul do Edifício Central. Fonte: Elaborado pela autora (2013).

Embora projetado com todos esses cuidados, o volume que abriga o auditório e o museu é o mais prejudicado, pois recebe a insolação oeste e não possui nenhum elemento de proteção ao sol em suas aberturas, assim como a sala de

higiene e cantina, que apresentam janela voltada para oeste sem mecanismos de proteção contra a insolação. Atualmente, o auditório e o antigo museu (hoje, funciona como biblioteca) possuem ar-condicionado, e os vidros das janelas receberam película para diminuir o excesso de insolação em seu interior.



Figura 95: Vista a partir da varanda do segundo pavimento (fachada Sul) às 15h38. Percebe-se que as salas de aula ficam sombreadas, enquanto o volume do auditório e museu recebe insolação. Fonte: Acervo da autora, 2013.



Figura 96: Vista do interior do antigo museu (atualmente, biblioteca), e do auditório, que funcionam atualmente com janelas com película nas vidraças e ar-condicionado. Fonte: Acervo da autora, 2013.

- **Volumetria**

A nova disposição de planta do Edifício Central resultou em uma forma diferenciada, em relação às edificações escolares anteriores, devido ao atendimento à função do espaço escolar e suas características específicas, em que a construção era tratada como ciência.



Figura 97: Edifício Central do Instituto de Educação, atualmente, Lyceu Paraibano. Fonte: Acervo da autora, 2012.

A volumetria do Edifício Central é composta por blocos diferentes para cada conjunto de atividades. As duas alas de salas de aula têm a forma de “L” (representadas em amarelo nas figuras 98 e 99) e a elas se acoplam os demais volumes.

Na fachada norte, os seguintes volumes se agregam aos das salas de aula: o bloco semicircular que avança em relação aos outros abrigando a escadaria nobre (em verde); o setor administrativo ocupa um volume que se diferencia pela aresta curva (em marrom); o prisma retangular que se destaca em altura por conter a torre do relógio (representado em azul); e um volume de forma cúbica, elevado por um pilar, que contém a sala de dentista (em rosa).

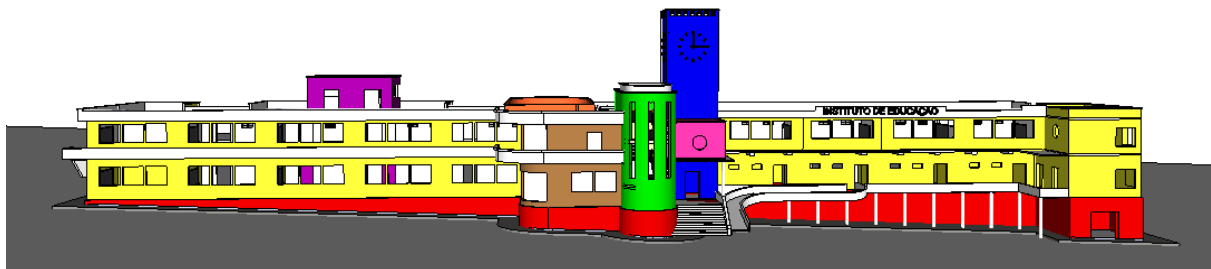


Figura 98: Volumes do Edifício Central, diferenciados por cores (fachada norte). Fonte: Elaborada por Aléia Araujo e Wallison Medeiros e editada pela autora, 2013.

Na fachada sul, outros blocos se sobressaem às alas das salas de aula (ver figura abaixo): o volume que se estende transversalmente e possui finalização semicircular que abriga o auditório e o museu (em laranja); o volume ocupado pelos laboratórios, salas de trabalho e depósito (em roxo), que apresenta maior altura que o restante; e também há o prisma retangular, onde ficam a sala de higiene e a cantina (na cor turquesa).

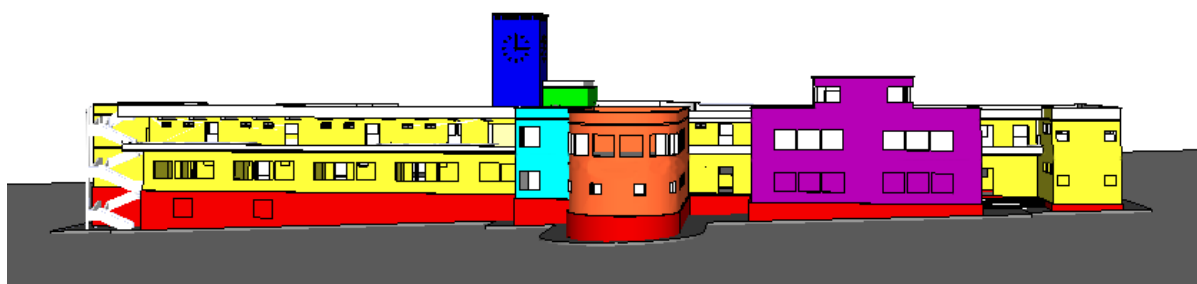


Figura 99: Volumes do Edifício Central, diferenciados por cores (fachada sul). Fonte: Elaborada por Aléia Araujo e Wallison Medeiros e editada pela autora, 2013.

Essa variedade de volumes de diferentes formas e alturas torna a composição formal do Edifício Central dinâmica, de modo que cada ângulo de observação exhibe elementos interessantes para serem visualizados.

No entanto, na composição volumétrica, o pavimento térreo (que segue a inclinação do terreno) é a base do edifício, nivelando-o visualmente ao se diferenciar do restante através de uma coloração mais escura e por sobressair 15 centímetros do alinhamento dos outros pavimentos.

O edifício central possui um aspecto horizontal, por causa da grande extensão longitudinal da disposição das salas de aula em duas alas.



Figura 100: Pode-se observar a horizontalidade da obra, com a maquete eletrônica do Edifício Central do Instituto de Educação. Fonte: Elaborada por Aléia Araujo e Wallison Medeiros, 2013.

Contrastando com a horizontalidade predominante do edifício, o volume frontal semicircular que abriga a escada, que se eleva para chegar ao terraço superior, e a torre retangular que abriga o relógio, ainda mais alta, trazem verticalidade, criando um ponto focal ao centro do edifício. Este ponto ganha ainda mais valorização pela inserção da escada externa que ladeia o volume semicircular, e pela rampa em forma curva, que leva à algumas salas de aula do primeiro pavimento, subindo de maneira suave, quebrando a rigidez geométrica do restante.



Figura 101: Edifício Central do Instituto de Educação, atualmente, Lyceu Paraibano. Fonte: Acervo da autora, 2012.

Como pontos de destaque, no volume semicircular da escada foram usados vitrais, nas três compridas e estreitas janelas que cortam o volume acentuando a verticalidade. Estes vitrais, de grande beleza, trazem cada um deles, um tema

diferente: são intitulados Letras, Ciências, e Artes. Desenhos figurativos mostram a expressão desses seguimentos ao longo da história, trazendo um colorido para a fachada frontal do Edifício Central, através de um elemento artístico, e remetendo a integração entre artes plásticas e arquitetura, recorrente na arquitetura moderna brasileira.

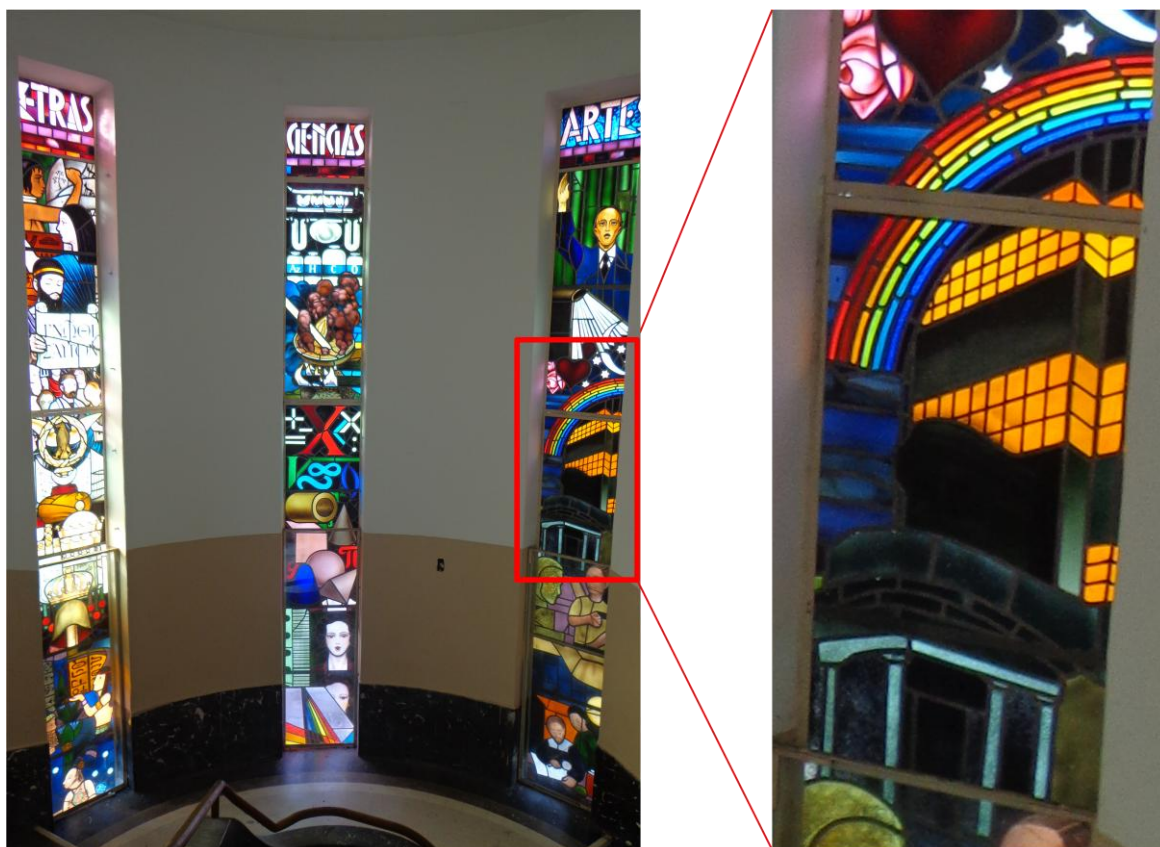


Figura 102: Vitrais do Edifício Central do Instituto de Educação, vistos do interior. Destaque para o edifício representado na primeira e ampliado na segunda foto, que remete à antiga Secretaria de Finanças. Fonte: Acervo da autora, 2012.

É possível relacionar características formais da arquitetura do edifício central com obras internacionais de importantes arquitetos como Robert Mallet-Stevens. A casa projetada por Mallet-Stevens para Paul Poiret, construída entre 1924 e 1925 na França, apresenta composição volumétrica com algumas semelhanças ao edifício central, tais como a presença de volumes secundários com diferentes alturas acoplados ao bloco principal, a horizontalidade, com ponto vertical em destaque com volume semicircular, e a presença de aberturas circulares. Essas características também foram adotadas nos edifícios escolares construídos com a reforma escolar de Anísio Teixeira no Rio de Janeiro e de Fernando de Azevedo em São Paulo.



Figura103 : Villa Poiret, obra de Robert Mallet Stevens (Mézy-sur-Seine, França). Disponível em : <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:MalletStevensMezy2.jpg>. Acesso em: 07/2013.

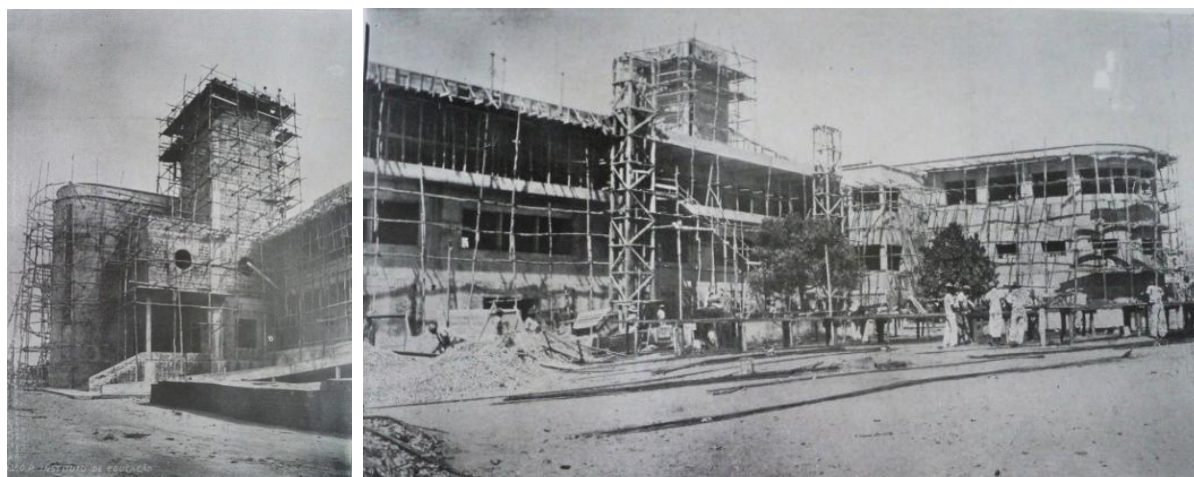
- **Materiais e sistemas construtivos**

Em relação à questão construtiva, o Edifício central foi erguido com estrutura de alvenaria de tijolos cerâmicos comprimidos e parte com estrutura de concreto armado. De concreto armado, foram construídas as lajes entre os pavimentos, o terraço superior e as marquises. A estrutura da torre desde as fundações, também é de concreto armado. De acordo com Joffily (1937:03), o uso do concreto armado foi interessante por possibilitar ao Edifício Central melhor distribuição interna e lajes em balanço:

A melhor distribuição das divisões internas, em planta e em corte, exigiu o recurso de todas as possibilidades do concreto armado, sendo numerosos no edifício os consolos e as lajes em balanço, circunstancia que veio ainda mais aumentar a responsabilidade da construção.



Figura 104: Construção do Edifício Central do Instituto de Educação, em setembro de 1937. A foto mostra a estrutura de concreto armado das lajes entre os pavimentos e da rampa. Fonte: Arquivo do IHGP.



Figuras 105 e 106: Fotografias mostrando parte anterior e a parte posterior do Edifício Central do Instituto de Educação em construção, em janeiro de 1938. Fonte: REALIZAÇÕES DO GOVERNO..., 1938.

Além disso, o uso do concreto armado possibilitou a inserção do terraço superior, aproveitando uma área que não existiria se fosse adotado o telhado tradicional inclinado. Com isso, a laje plana pôde ser utilizada para a prática de

ginástica, entre outras atividades práticas, favorecendo a interação entre os alunos que deveria ocorrer em um ensino escolanovista.

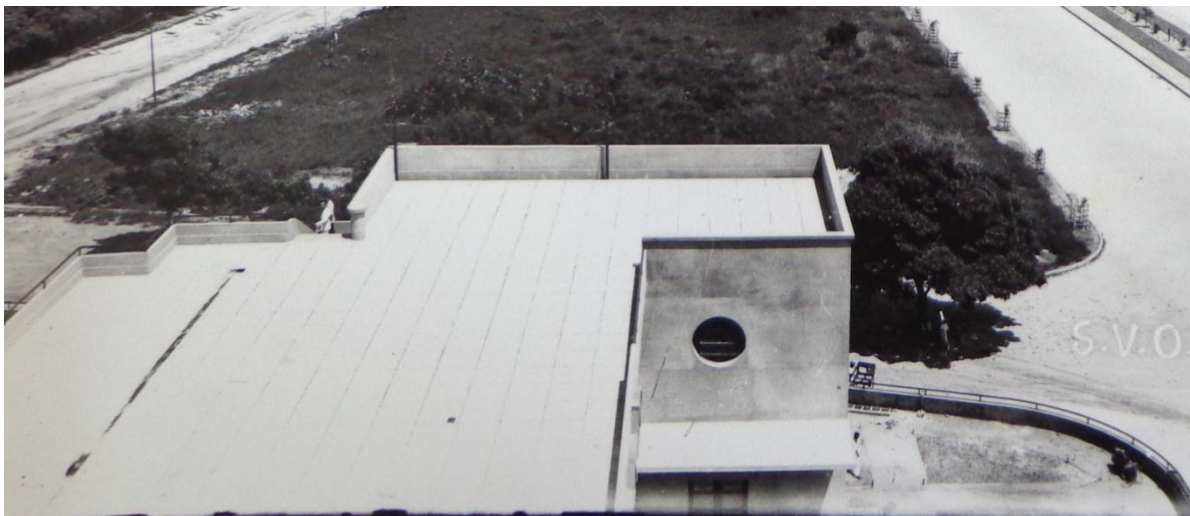


Figura 107: Vista do terraço superior do Edifício Central do Instituto de Educação, recém-construído (1939). Fonte: Arquivo do IHGP.

O terraço superior do edifício central segue o conceito de terraço-jardim desenvolvido por Le Corbusier na década de 1920:

A construção do concreto armado determinou uma revolução na estética da construção. Pela supressão do teto e sua substituição pelos terraços, o concreto armado conduz a uma nova estética da planta, desconhecida até aqui.

[...] Esta concepção significava nada menos que triplicar a superfície de circulação da cidade; era realizável, correspondia a uma necessidade, custava menos caro, era mais sadia que os hábitos insensatos atuais. (LE CORBUSIER, 1923).

Sendo assim, o terraço superior representa um dos elementos importantes da arquitetura moderna adotado pelo Instituto de Educação, que foi a primeira obra de grande porte da Paraíba a fazer uso da laje plana em concreto armado como terraço.

O uso do concreto armado no edifício central também possibilitou a inserção do pilotis, que sustenta a rampa e a varanda do primeiro pavimento e cria uma área coberta no térreo.



Figura 108: Vista do Edifício Central, onde se vê o pilotis que sustenta a rampa e a varanda e imagem fotografada embaixo do pilotis. Fonte: Acervo da autora, 2013.

Além do concreto armado, foram usados outros materiais como o ferro–utilizado em guarda-corpos, corrimãos e esquadrias – e o vidro– presente nas janelas. De acordo com o memorial da obra, as esquadrias metálicas e os gradis de ferro levaram pintura de tinta Duco¹⁴.

Para o revestimento externo do Edifício Central foi adotado o pó de pedra. No interior, as paredes foram pintadas com tinta Duco e as salas de aula receberam tinta sem brilho. As paredes dos halls e escadaria nobre foram revestidas 50 centímetros de altura com marmorite. As paredes da cantina e seções sanitárias ganharam revestimento (até a altura de 150 centímetros) de azulejos brancos guarneceados de rodapés e sanefas pretas.

O revestimento de piso da calçada em volta da construção e da rampa foi executado em ladrilho hidráulico “de tipo especial, suficientemente aspero”. No interior do edifício, há uma variedade de revestimentos de piso – nas salas de aula, setores administrativos e circulações, adotou-se granilite em quadrados brancos e pretos; nos halls da escadaria nobre foi usado mosaico cerâmico, formando flores com moldura de motivo geométrico; no auditório e no museu foram empregados tacos de madeira; nos laboratórios, seções sanitárias e demais ambientes, utilizou-se ladrilhos hidráulicos.

¹⁴ O termo Duco era utilizado coloquialmente para se referir à laca de nitrocelulose. Duco foi o nome comercial de uma linha de produtos para pintura automotiva desenvolvida pela empresa DuPont em 1920. A DuPont apresentou a primeira linha de tintas e lacas multicores com secagem rápida desenvolvida para a indústria automotiva.

- **Modificações do anteprojeto para o que foi construído**

A construção do Edifício Central sofreu algumas alterações em relação ao seu anteprojeto de 1936, mas estas só tornaram o prédio ainda mais interessante. As mudanças mais significativas estão relacionadas ao aproveitamento do desnível do terreno. Nas primeiras perspectivas e plantas apresentadas, o terreno era considerado completamente plano, no entanto havia um desnível no sentido longitudinal do terreno, que ao ser aproveitado quando se executou a obra, fez surgir um pavimento térreo, com três salas – depósito, almoxarifado e dependência, e um banheiro. Com isso, para chegar ao primeiro pavimento foi necessário construir um lance de escadas, que proporcionou maior imponência ao edifício. Além da escadaria, ainda foi acrescentada uma rampa, construída em concreto armado e sustentada por pilares cilíndricos, que se ergue de maneira sinuosa, levando diretamente as salas de aula do lado esquerdo do primeiro pavimento. Esta rampa que, por sua leveza e sinuosidade, contrapunha ao restante do prédio, contribuiu ainda mais com a plasticidade da construção.

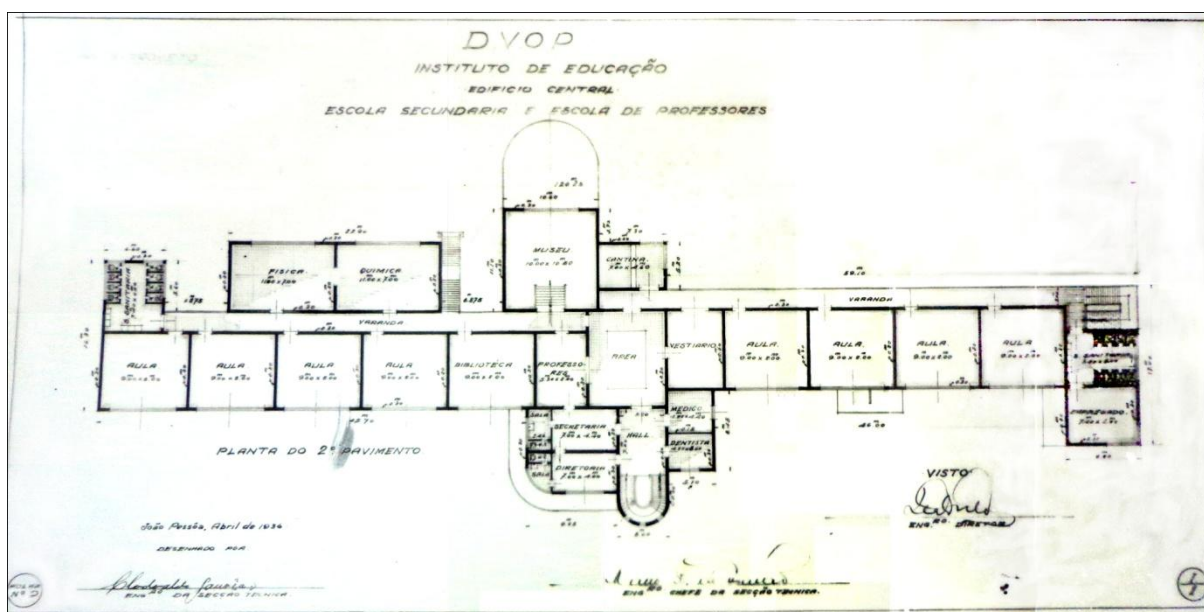


Figura 109: Planta baixa do ante-projeto do segundo pavimento do Edifício Central do Instituto de Educação da Paraíba, (1936). Nela, pode-se distinguir algumas mudanças em relação ao que foi construído, como o formato quadrado do ambiente que abrigaria o museu, a ausência da rampa, e da varanda frontal na ala esquerda, que leva ao setor administrativo. Fonte: Arquivo do IHGP.

Outra alteração da construção da obra em relação ao projeto original diz respeito ao volume que abriga o auditório no primeiro pavimento e o museu, no segundo pavimento. No projeto original, o volume correspondente ao auditório era

semicircular, mas o museu, que fica sobre ele não tinha a mesma forma, era abrigado em um volume cúbico, o que deveria gerar um aspecto fragmentado, na vista posterior do edifício. Então, com a construção, o museu foi construído seguindo a mesma elevação semicircular do auditório, resultando em um único volume semicircular, de aspecto conciso, que acabou sendo mais interessante esteticamente.

Ainda foram acrescentadas, com a execução do Edifício Central, marquises e a varanda que faz o papel de corredor externo, na ala esquerda do primeiro pavimento, janelas altas nas salas de aula na parede oposta das janelas maiores e também duas salas de depósito no terceiro pavimento, que não estavam previstas inicialmente.

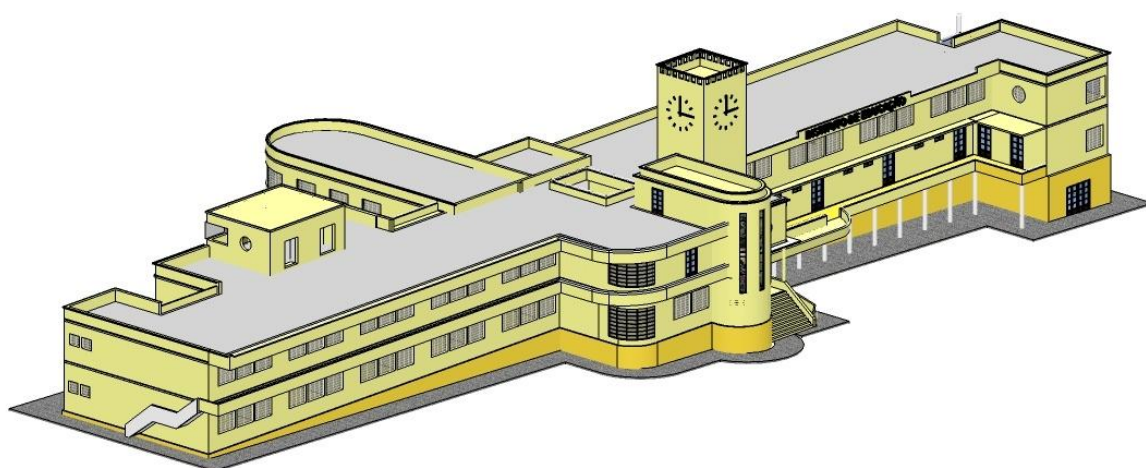
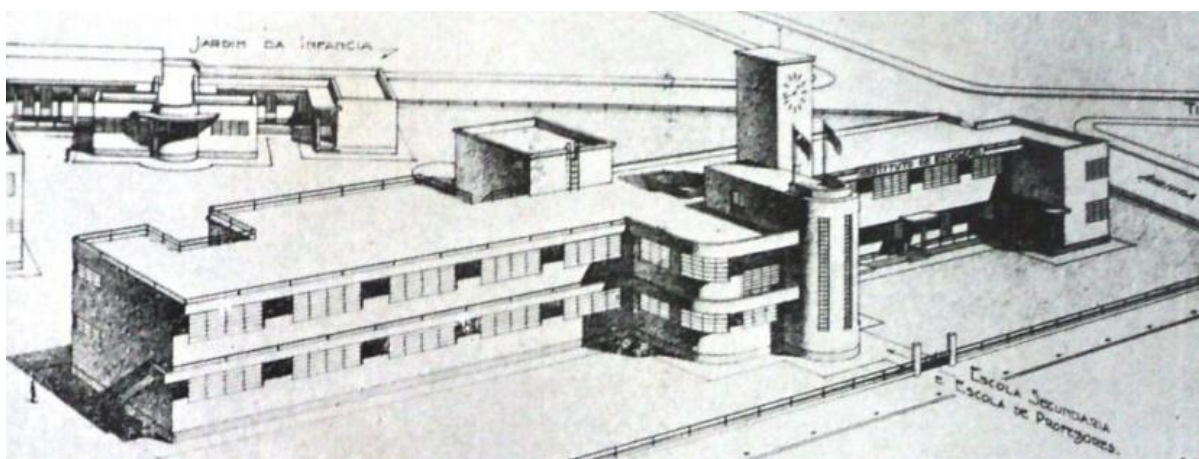


Figura 110: Acima, Perspectiva do projeto original do Edifício Central do Instituto de Educação da Paraíba, (1936). Fonte: Arquivo do IHGP.

Figura: 111: Perspectiva eletrônica do Edifício Central do Instituto de Educação da Paraíba, tal como foi construído. É possível perceber alterações do projeto de 1936 e sua execução, como o volume do museu que se torna semicircular, a implantação que se adequa ao desnível, etc. Fonte: Elaborado por Aléia Araujo e Wallison Medeiros, 2013.



Figura 112: Perspectiva do projeto original do Edifício Central do Instituto de Educação da Paraíba, (1936). Fonte: Arquivo do IHGP.

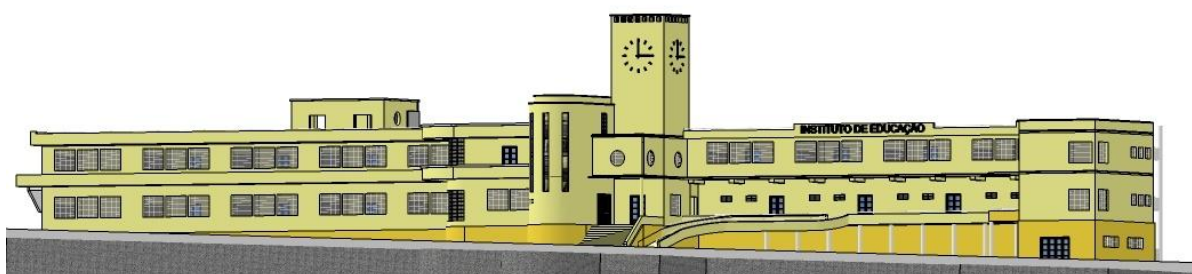


Figura 113: Perspectiva eletrônica do Edifício Central do Instituto de Educação da Paraíba, tal como foi construído. Fonte: Elaborado por Aléia Araujo e Wallison Medeiros, 2013.

3.4 A Escola de Aplicação

Além do Edifício Central, o Instituto de Educação da Paraíba foi composto por mais dois edifícios, a Escola de Aplicação e o Jardim da Infância, que juntos tornariam possível a formação dos alunos em uma mesma instituição. A arquitetura desses edifícios seguiu os mesmos princípios do projeto do Edifício Central, ou seja, são construções que buscaram funcionalidade, baixo custo, e primaram pelo conforto térmico. Durante a pesquisa documental, não foram encontradas as plantas dos projetos originais, mas com a ajuda da descrição detalhada do memorial, fotografias antigas e dos desenhos da fachada principal e de perspectivas dos projetos originais tentou-se apresentar como eram os edifícios quando foram construídos.

A Escola de Aplicação tinha a função de treinar os futuros professores que estariam se formando no Edifício Central e experimentar a aplicação dos novos métodos pedagógicos. Sua edificação só foi construída em meados dos anos 1950,

seguindo uma implantação diferente da que foi prevista no anteprojeto, para que obtivesse melhores condições climáticas, evitando que a extensa sucessão de salas de aula ficasse voltada para o oeste. No entanto, o edifício, por ter sido construído posteriormente, nunca funcionou como Escola de Aplicação para qual foi projetado. Quando construído, abrigou a Faculdade de Filosofia do Estado da Paraíba (FAFI), depois, foi ocupado pela Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE), vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba. Desde 1977 o edifício em questão abriga a Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Olivina Olívia Carneiro da Cunha.



Figura 114: Edifício projetado para a Escola de Aplicação, funcionando como Faculdade de Filosofia, na década de 1960. Fonte: PINHEIRO, 2008.



Figura 115: Edifício projetado para a Escola de Aplicação, atualmente. Fonte: Acervo da autora, 2013.

- **Setorização**

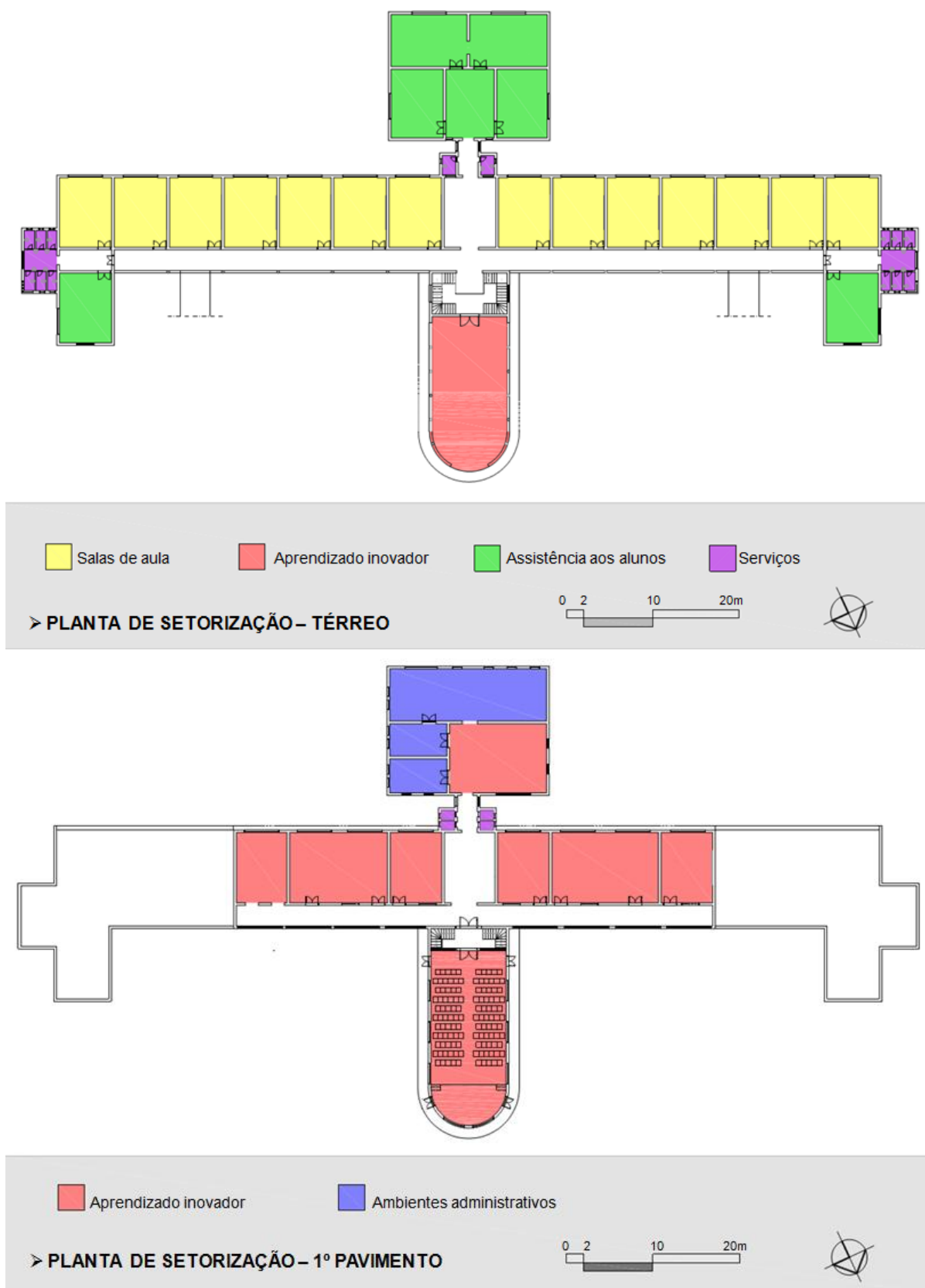


Figura 116: Plantas de Setorização do térreo e do 1º pavimento da Escola de Aplicação. Fonte: Elaborado pela autora (2013) a partir de planta cedida pela COTese.

O edifício projetado para abrigar a Escola de Aplicação apresenta dois pavimentos. No térreo se concentram os ambientes para o aprendizado comum: as salas de aulas e terraço para recreio, e também abriga os ambientes de assistência aos alunos (alimentar e de higiene), e de serviços. O primeiro pavimento foi pensado para conter os ambientes que proporcionavam novos meios de aprendizado, através da biblioteca, sala de literatura, sala de ciências, museu e auditório. Nesse pavimento ainda foi instalada a diretoria.

- **Organização espacial**

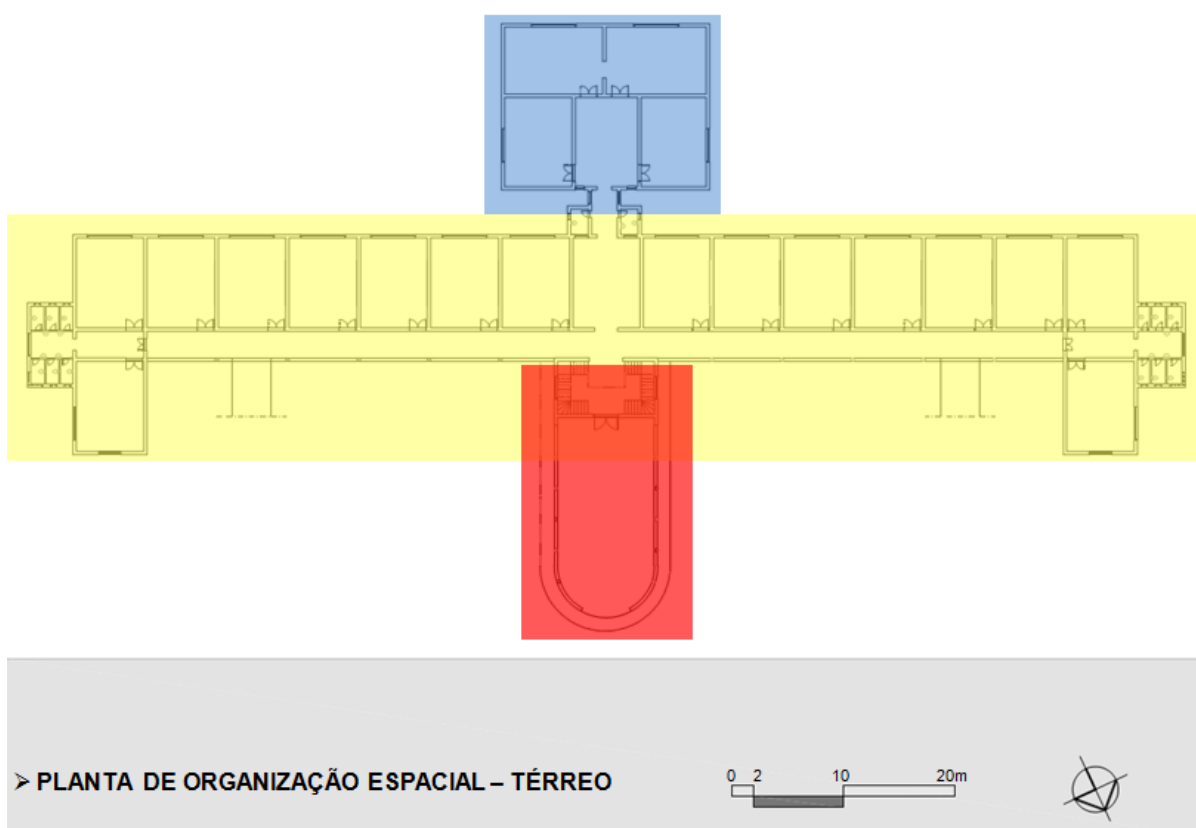


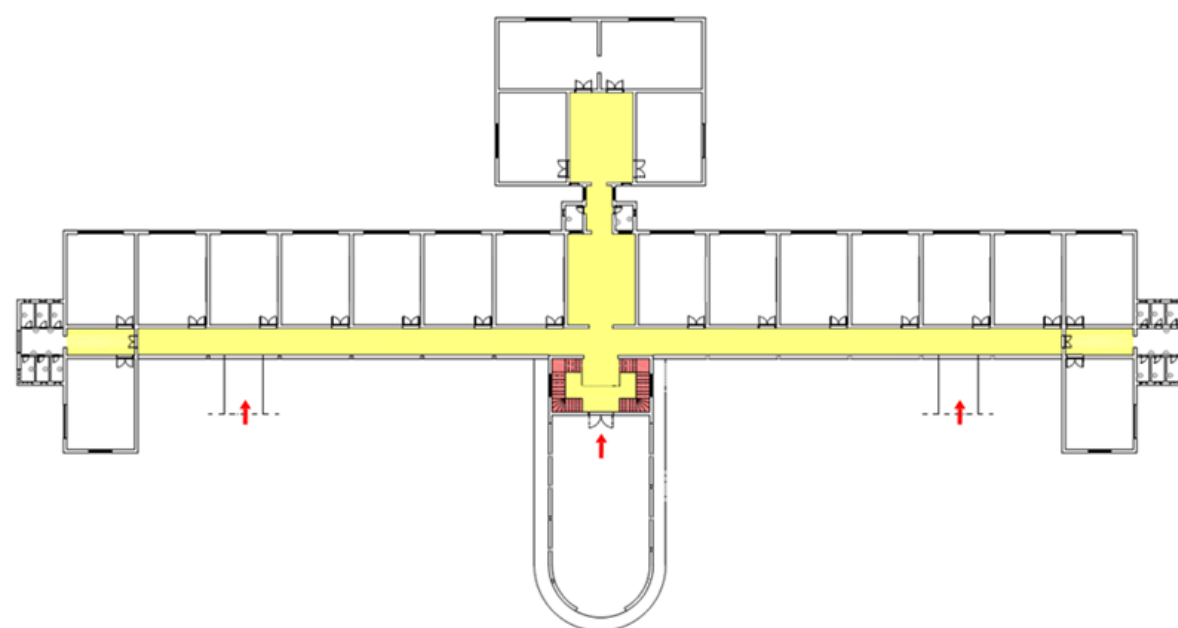
Figura 117: Planta de organização espacial da Escola de Aplicação. Fonte: Elaborado pela autora (2013) a partir de planta cedida pela COTese.

O edifício projetado para a Escola de Aplicação foi organizado em dois eixos principais. O maior, longitudinal, é composto pelas salas de aula, que da mesma maneira do Edifício Central, foram dispostas linearmente, em duas alas, mas nesse caso o edifício adquire uma configuração perfeitamente simétrica. Na extremidade de cada ala, foram dispostos uma seção sanitária e um vestiário. No sentido transversal, os espaços foram agrupados em diferentes blocos. O primeiro comporta

uma só função em cada piso – recreio no térreo e auditório no primeiro pavimento. Do primeiro bloco, percorre-se transversalmente o eixo de salas de aula até o segundo bloco, em que os ambientes são agrupados em um espaço quadrangular, voltados para uma área de circulação central.

Percebeu-se que uma das principais decisões do projeto quanto à organização espacial do edifício foi isolar os ambientes das salas de aulas das demais funções. Além disso, os ambientes de salas de aula são os que possuem maior relação com a área externa do edifício, ao contrário do segundo bloco do eixo transversal, que é mais voltado para o interior.

- **Acessos e circulação**



→ Acessos

■ Circulação vertical

■ Circulação horizontal

➤ PLANTA DE ACESSOS/ CIRCULAÇÃO – TÉRREO

0 2 10 20m



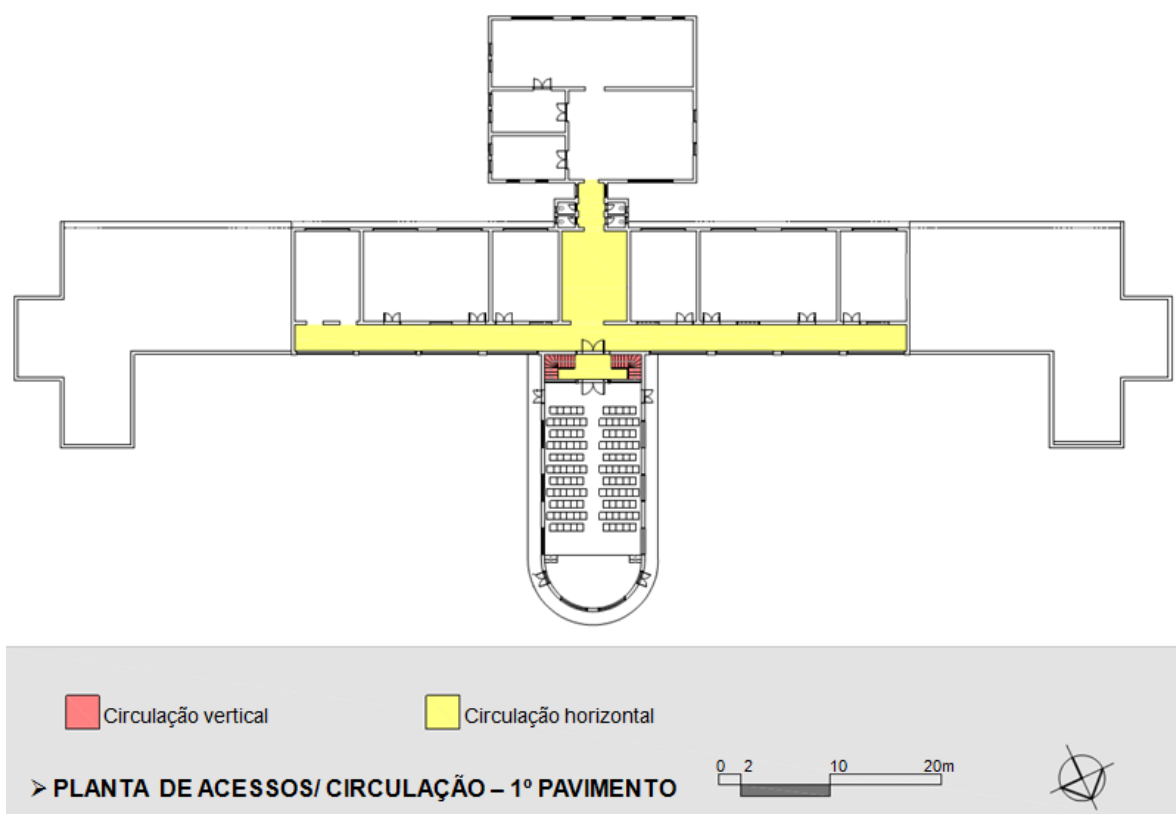


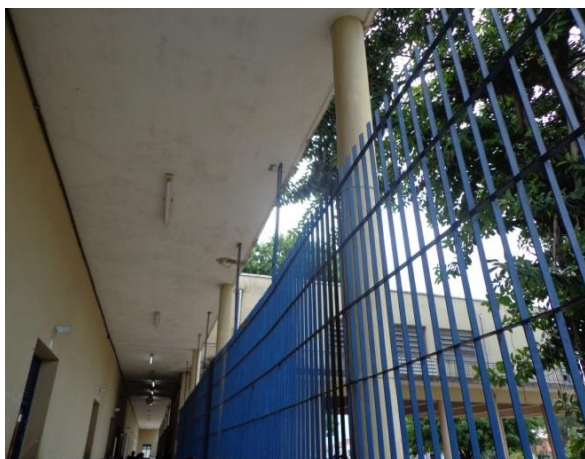
Figura 118: Plantas de acessos e circulação do térreo e do 1º pavimento da Escola de Aplicação. Fonte: Elaborado pela autora (2013) a partir de planta cedida pela COTESE.

O edifício projetado para funcionar como Escola de Aplicação possui três acessos, todos localizados em sua parte frontal, voltados para Avenida Duarte da Silveira. Cada ala de salas de aula possui um acesso, destinado aos alunos. O acesso principal se localiza no centro do edifício, sobre o pilotis da área de recreio¹⁵.

A circulação no interior da Escola de Aplicação, acompanhando sua organização espacial, foi organizada por meio do eixo longitudinal e do eixo transversal.

O percurso no eixo longitudinal serve às salas de aula no pavimento térreo e ocorre através de corredores que se abrem para o jardim de frente ao edifício (que Joffily denomina de varandas, no memorial da obra), permitindo maior contato com o exterior. No pavimento superior, este percurso é mais reservado, pois não é completamente aberto como no térreo, mas ainda assim, as grandes janelas diminuem a sensação de confinamento.

¹⁵ A porta de acesso principal, de grandes dimensões, é feita de madeira entalhada com adornos que exibem corujas sobre livros (possivelmente adotados por essa ave ser símbolo da filosofia, remetendo à primeira função que o edifício abrigou, de faculdade desta disciplina).



Figuras 119 e 120: Corredores de circulação do edifício projetado para a Escola de Aplicação no térreo, com maior contato com o jardim (o gradil é recente) e no primeiro pavimento. Fonte: Acervo da autora, 2013.

Neste edifício, a circulação vertical acontece por meio duas escadarias localizadas no hall de entrada.



Figuras 121 e 122: Escadarias do edifício projetado para funcionar a Escola de Aplicação. Fonte: Acervo da autora, 2013.

- Conforto

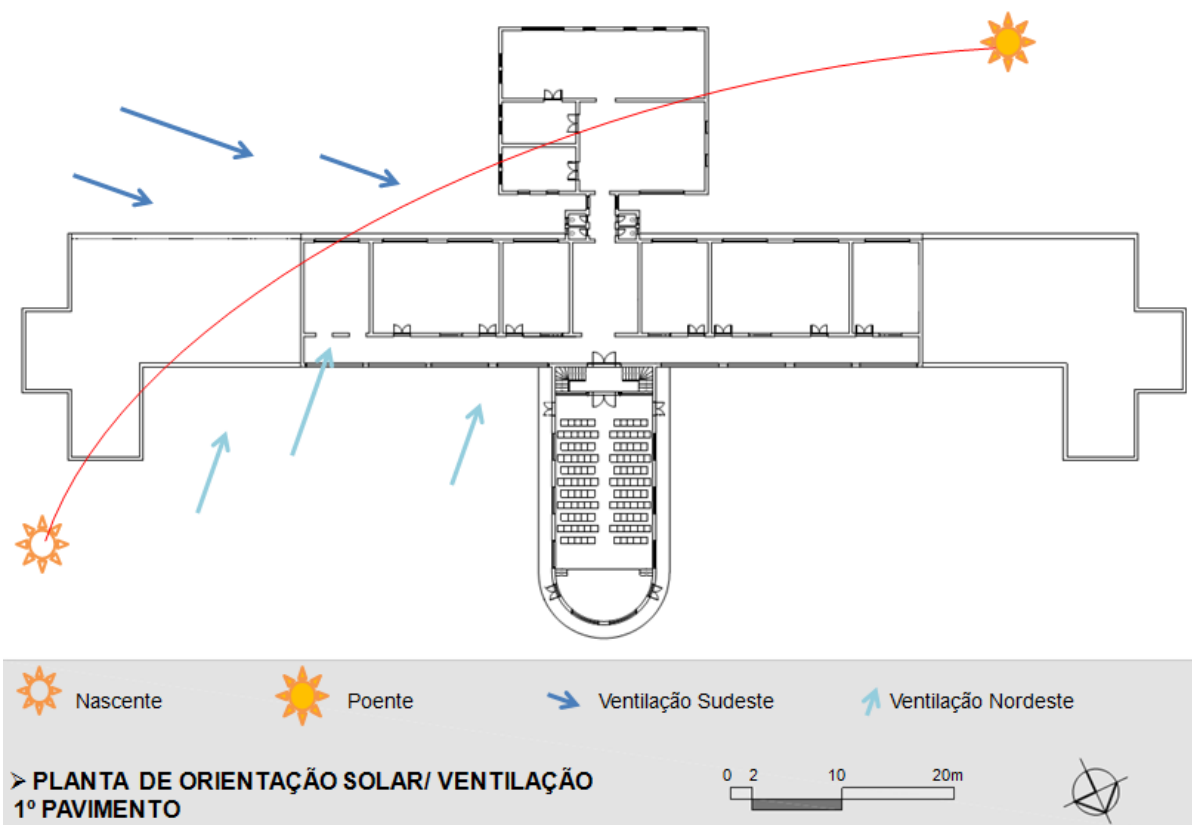
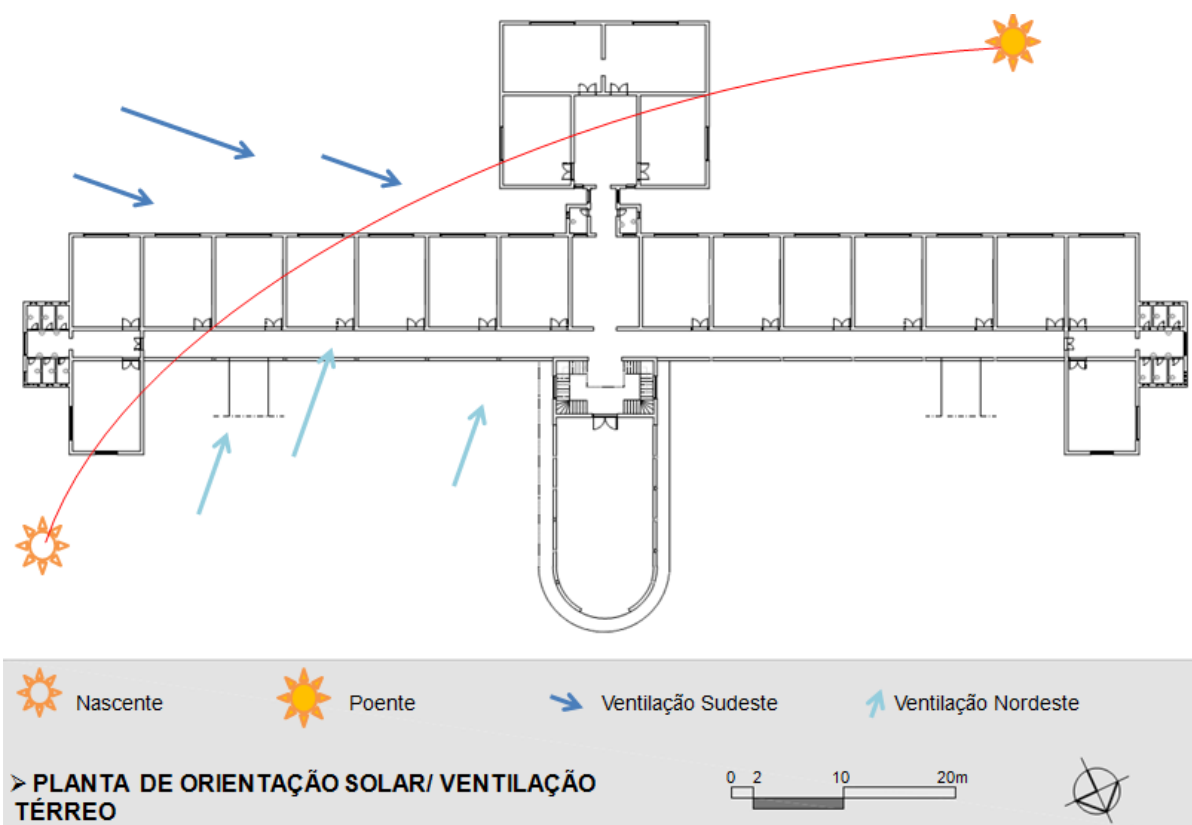


Figura123: Plantas de orientação solar (trajetória do sol no verão) e ventilação do térreo e do 1º pavimento da Escola de Aplicação. Fonte: Elaborado pela autora (2013) a partir de planta cedida pela COTese.

O edifício projetado para a Escola de Aplicação foi implantado no terreno com sua maior extensão na direção nordeste - sudoeste. As alas de salas de aula são protegidas da insolação através da varanda de circulação, localizada na fachada nordeste, que recebe maior insolação no inverno. Entretanto, a fachada sudoeste não apresenta nenhum dispositivo de proteção ao sol, e é recortada pelas amplas janelas das salas de aula (possuem 4,00m x 1,50m), que permitem a insolação do oeste penetrar no edifício nas tardes de verão.

Em relação à ventilação, as salas de aula se mantêm ventiladas, pois captam a ventilação predominante (direção sudeste), através das janelas da fachada posterior. Por não possuir proteção, a chuva atinge diretamente as aberturas da fachada sudeste, no entanto, ainda foi previsto no memorial da obra “necessidade de adoptar no projecto do edificio dispositivos que melhor o protejam das chuvas” (JOFFILY, 1937: 02), que não foram executados. Os ambientes do segundo bloco transversal também possuem aberturas nessa direção.

- **Volumetria**

A composição volumétrica da edificação projetada para a Escola de Aplicação é constituída por volumes diferentes para cada bloco de atividades. O volume formado por salas de aula juntamente com os vestiários, que avançam nas extremidades, tomam a configuração de “U”, e nesse volume outros se acoplam, como os prismas retangulares das seções sanitárias, dos banheiros de serviço e do bloco posterior que abriga ambientes da assistência alimentar, diretoria e museu.

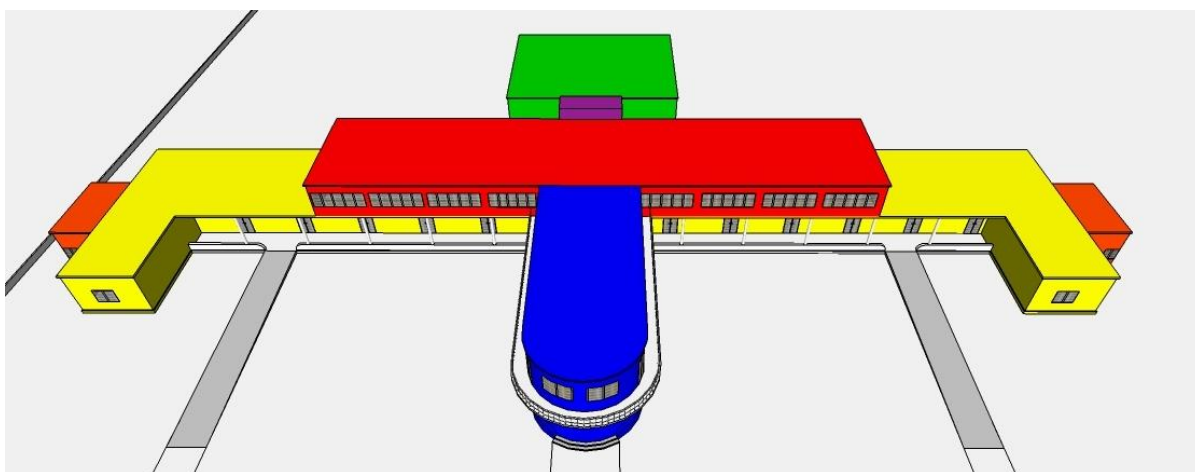


Figura 124: Volumes da Escola de Aplicação, diferenciados por cores. Fonte: Elaborada por Alexandre Castro e editada pela autora, 2013.

Foi dado destaque, no arranjo volumétrico, ao bloco que comporta o auditório, posicionado na frente e bem ao centro do edifício, avançando em relação aos demais. Além disso, o volume do auditório possui finalização semicircular (o único volume que apresenta esta forma, neste edifício, mas que, com isso, mantém relação com os outros edifícios do Instituto de Educação) e é suspenso sobre pilotis, o que proporciona leveza ao conjunto.



Figura 125: Edifício projetado para a Escola de Aplicação, onde se vê o volume do auditório avançando. Fonte: Acervo da autora, 2013.

Uma forte característica da estética do edifício que é facilmente identificada é sua simetria. Embora esse artifício fosse usado de maneira recorrente nos grupos escolares anteriores à reforma educacional, devido a separação dos edifícios em ala feminina e ala masculina e a estética tradicional que possuíam, vale lembrar que dois dos tipos de escolas projetadas por Enéas Silva para a reforma educacional promovida por Anísio Teixeira no Rio de Janeiro também eram simétricas: a Escola Tipo Mínimo e a Escola Tipo Nuclear ou “Escola Classe”.



Figura 126: Maquete eletrônica da Escola de Aplicação. Verifica-se a simetria axial do edifício. Fonte: Elaborada por Alexandre Castro e editada pela autora, 2013.

Traiano Filho (1999: 72), discorreu sobre a adoção da simetria nesta e em outras obras do arquiteto Clodoaldo Gouveia:

Este, juntamente com o projeto da cadeia pública de Campina Grande, são as únicas obra de Gouveia que apresentam essa peculiaridade. Essa solução simétrica evidencia formação dentro dos padrões clássicos que Gouveia teve na ENBA, cujas lições primavam por arranjos com esta característica. Apesar de banida da arquitetura moderna, a simetria aparece na obra de Gouveia mais como uma manifestação de caráter cumulativo que ele mantém no processo de evolução e amadurecimento de sua arquitetura do que como uma regra a ser seguida cegamente, e sua utilização não acarreta concessões ou prejuízos no funcionamento e na distribuição dos espaços internos.

- **Materiais e sistemas construtivos**

A edificação planejada para a Escola de Aplicação foi construída em alvenaria de tijolos cerâmicos comprimidos, com a estrutura da laje de cobertura e do piso dos pavimentos executada em concreto armado.

O uso do concreto armado possibilitou a inserção do pilotis na varanda de circulação do térreo, deixando-a mais aberta do que se fosse de alvenaria estrutural, trazendo assim, leveza ao prédio. Como já foi comentado, o pilotis também foi utilizado para sustentar o volume do auditório, criando o terraço usado para o recreio das crianças. A adoção do pilotis, criando uma área coberta livre, foi uma das grandes inovações da arquitetura, propiciada pela tecnologia do concreto armado, que ao ser utilizado, trazia novas possibilidades estéticas e espaciais.

Outro recurso da arquitetura moderna defendido por Le Corbusier presente no projeto da Escola de Aplicação foi a laje plana de cobertura usada como terraço; entretanto, a escada de acesso até essa laje não chegou a ser construída e o terraço nunca foi concretizado. O edifício da Escola de Aplicação ainda apresenta como materiais construtivos, o vidro, que aparece nas esquadrias, junto com a armação em ferro. Como revestimento, foi usado no piso do recreio coberto, dos halls e da escada granilite de duas tonalidades (vermelho e cinza), formando desenho quadriculado. O granilite de coloração cinza também foi aplicado nas

varandas de circulação. Nas salas de aula e demais ambientes foi utilizado ladrilho hidráulico com desenhos geométricos como revestimento de piso.

- **Modificações do anteprojeto para o que foi construído**

O edifício da Escola de Aplicação sofreu várias modificações quando construído, em relação ao seu anteprojeto, pois foi erguido mais de uma década depois de ser projetado, para abrigar outra função, de Faculdade de Filosofia.

No anteprojeto, o edifício é menor, apresenta a metade de salas de aulas do que se construiu. Além disso, o volume que abriga o auditório apresentava janelas circulares, que foram substituídas na construção por janelas retangulares em basculante, semelhante às outras janelas horizontais do edifício.



Figura 127: Perspectiva do anteprojeto original da Escola de Aplicação (1936). Fonte: Arquivo do IHGP.

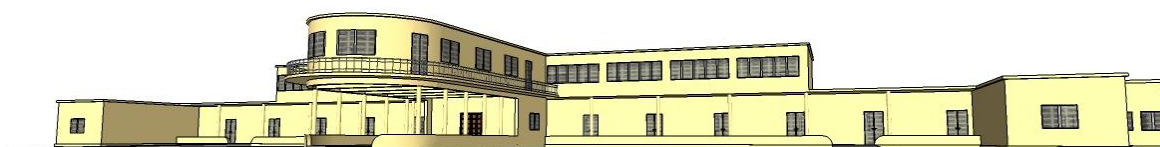


Figura 128: Maquete eletrônica do edifício da Escola de Aplicação, como foi construído. Fonte: Elaborada por Alexandre Castro, 2013.

3.5 O Jardim da Infância

O outro edifício previsto para o Instituto de Educação foi o Jardim da Infância, que foi a primeira edificação especificamente projetada para abrigar a função de jardim da infância na Paraíba.



Figura 129: Perspectiva do Jardim da Infância, representada em seu anteprojeto (1936). Fonte: FARIAS SEGUNDO, 1999.

A instituição de ensino Jardim da Infância¹⁶ tinha a função de educar crianças em idade pré-escolar, de 3 à 6 anos. Sua denominação é uma metáfora do crescimento das plantas, em que as crianças seriam como “sementinhas” que “floresceriam” com o incentivo da professora de educação infantil, a qual caberia “a tarefa de propiciar o desenvolvimento intelectual, emocional, físico, social e moral da criança, principalmente pelo uso de jogos, à semelhança de um jardineiro que cuida carinhosamente de suas plantas” (KISHIMOTO, 1988: 58).

¹⁶ O Jardim da Infância (ou *kindergarten*) foi criado por Frederico G. Froebel, em 1840, na cidade de Bad Blankenburg, na Alemanha (KISHIMOTO, 1988: 58).



Figura 130: Maquete eletrônica do Jardim da Infância. Fonte: Elaborada por Alexandre Castro, 2013.

- **Setorização**

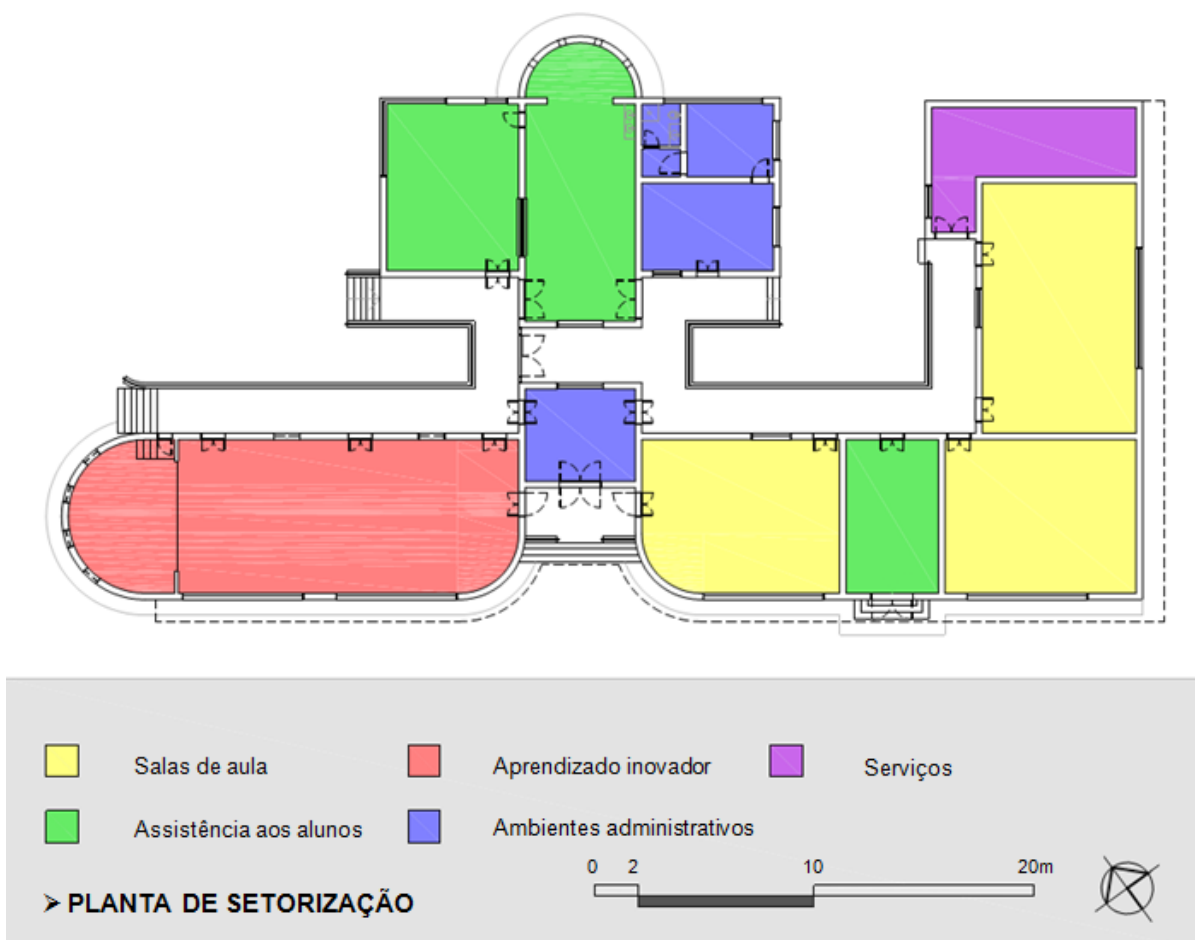
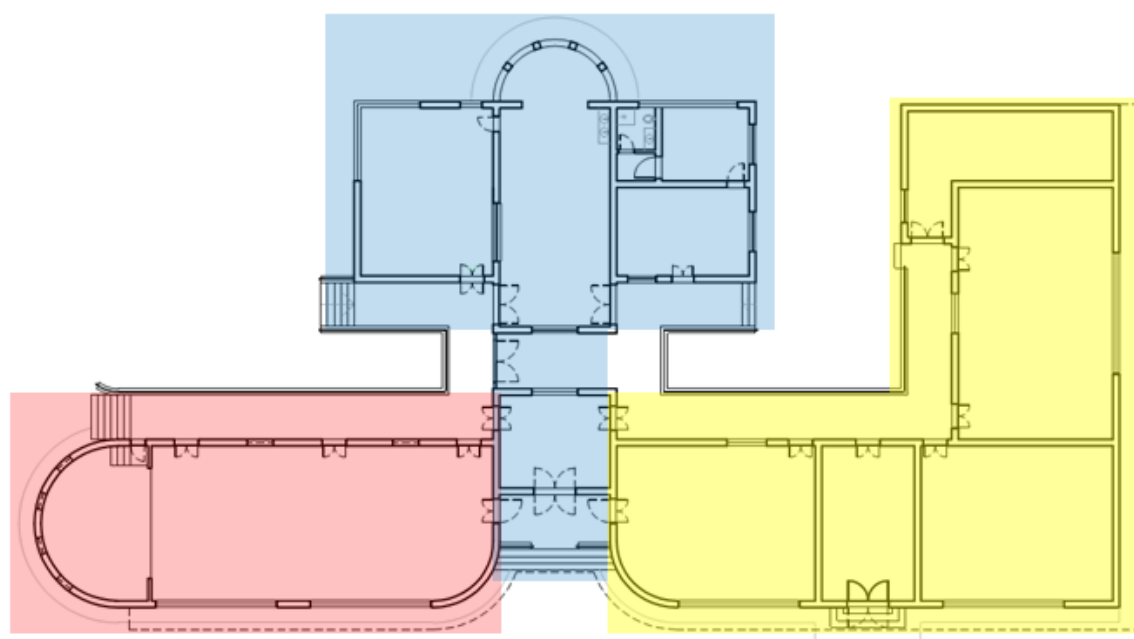


Figura 131: Planta de setorização do Jardim da Infância. Fonte: Elaborada pela autora (2013) a partir de planta cedida pela COTese.

O edifício construído para o Jardim da Infância é o único do conjunto do Instituto de Educação a possuir só o pavimento térreo, talvez, por ser destinado a crianças da primeira infância, que por serem muito novas não conseguiriam subir grandes escadarias. Este, também é o menor dos três edifícios do complexo educacional. Apresentava três salas de aula, diretoria, secretaria, vestiário, cozinha e copa, refeitório, seção sanitária e um salão para festas, que teria a função do auditório que aparece nos outros dois edifícios, ou seja, de apresentações, só que nesse caso num ambiente mais descontraído, adequado para a idade das crianças que iriam utilizá-lo.

- **Organização espacial**



➤ **PLANTA DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL**

0 2 10 20m



Figura 132: Planta de organização espacial do Jardim da Infância. Fonte: Elaborada pela autora (2013) a partir de planta cedida pela COTese.

Os ambientes do Jardim da Infância foram organizados em três blocos. As salas de aula foram dispostas em forma de “L”, com o vestiário entre elas e a seção sanitária locada na extremidade (assim como nos outros edifícios do Instituto). O auditório, que ocupa uma grande área em relação aos outros espaços da edificação, ocupa um bloco isolado. O outro bloco, que fica entre o bloco das salas de aula e o do auditório, tem a configuração de “T”, e abriga o hall de entrada, a recepção, refeitório, copa e cozinha, secretaria e diretoria.

- **Acessos e circulação**

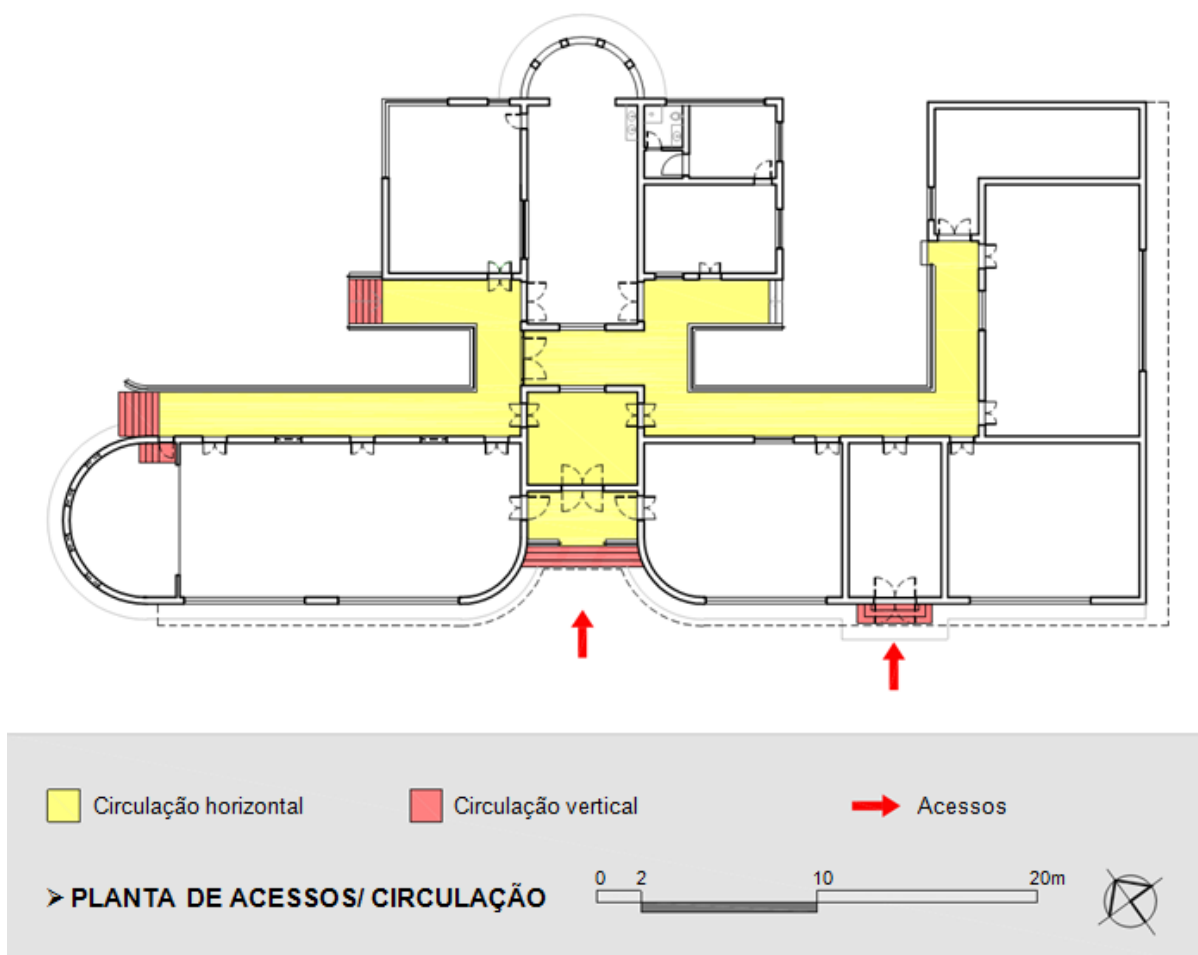


Figura 133: Planta de acessos e circulação do Jardim da Infância. Fonte: Elaborada pela autora (2013) a partir de planta cedida pela COTese.

O edifício do Jardim da Infância apresenta dois acessos, voltados para a Avenida Camillo de Holanda (antiga Avenida Tiradentes). O acesso principal ocorre

através de um pequeno hall, posicionado ao centro da fachada frontal, e leva à recepção. O outro acesso, voltado às crianças, foi posicionado entre as salas de aula, e se dá pelo vestiário. É possível que tenha sido planejada a entrada das crianças no edifício através do vestiário, por que na primeira infância as medidas de higiene eram consideradas ainda mais importantes para a manutenção da saúde.

Apesar de terem sido projetados esses acessos para quem vai entrar no Jardim da Infância vindo da rua, sua edificação é bem aberta em direção ao interior do terreno do Instituto de Educação.

A circulação entre os ambientes do Jardim da Infância acontece por meio de varandas abertas ao exterior, assim como nos outros edifícios do Instituto de Educação. No entanto, nesse caso, as varandas não se voltam para a rua, mas para o interior do lote, talvez, como uma medida de proteção às crianças mais novas. A circulação vertical, nesta edificação, corresponde somente a pequenas escadarias, necessárias devido ao desnível do terreno.

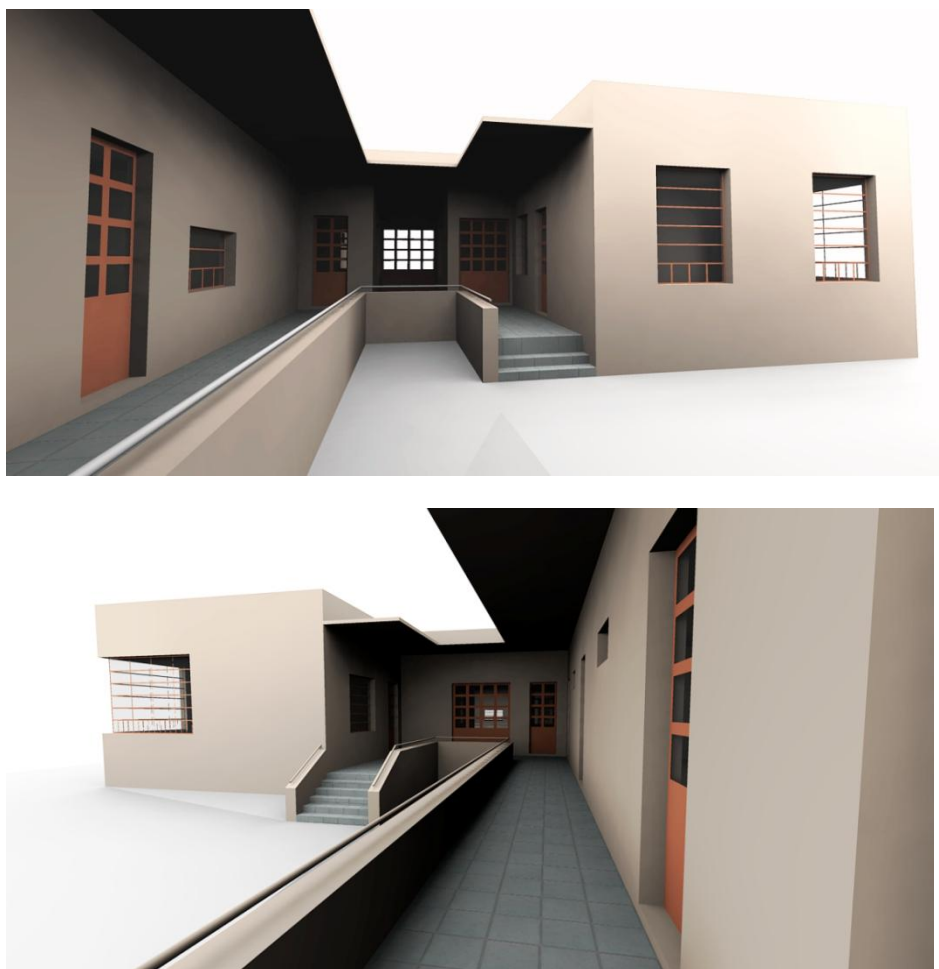


Figura 134: vistas da maquete eletrônica do Jardim da Infância mostrando as varandas de circulação. Fonte: Elaborada por Alexandre Castro, 2013.

- **Conforto**

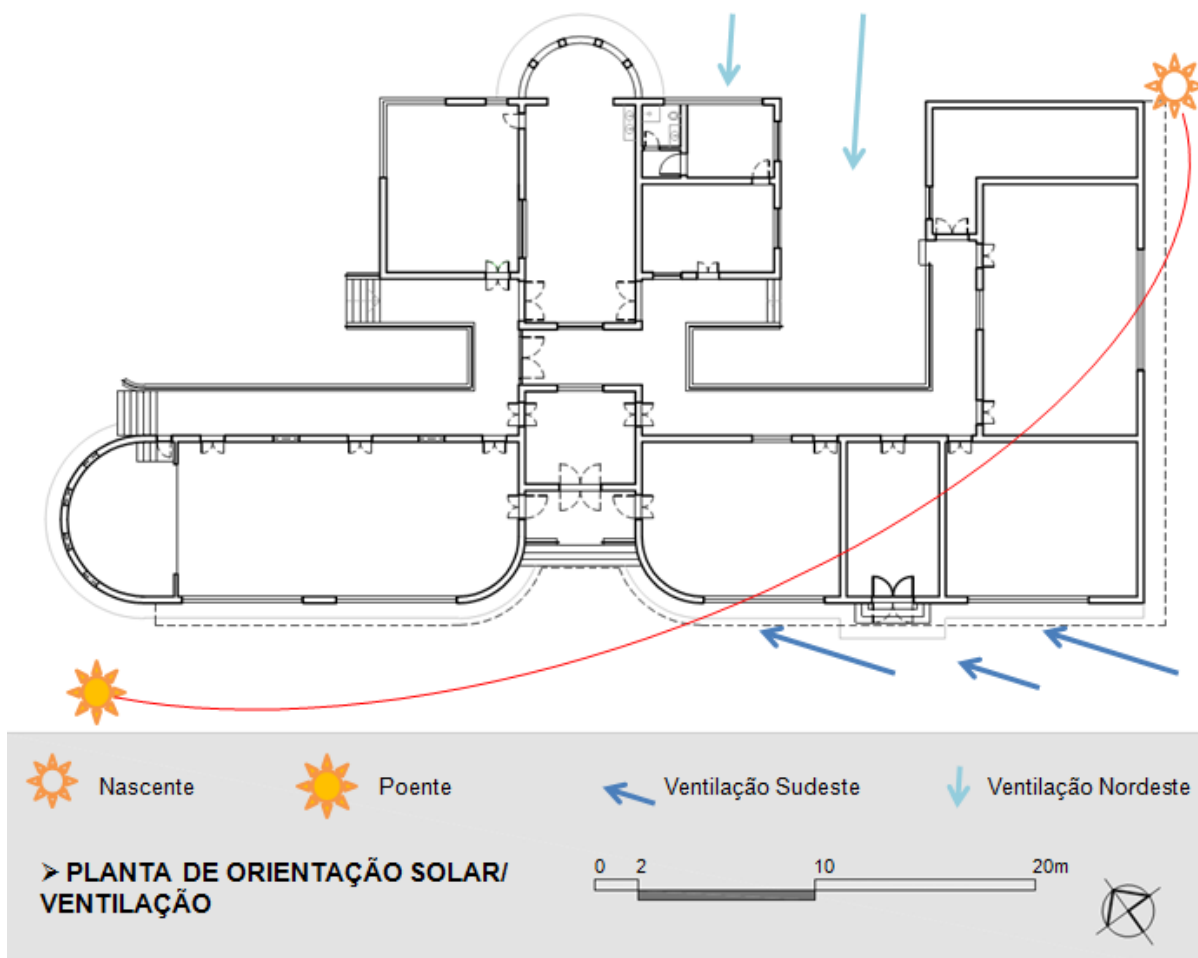


Figura 135: Planta de orientação solar (trajetória do sol no verão) e ventilação do Jardim da Infância. Fonte: Elaborada pela autora (2013) a partir de planta cedida pela COTese.

O edifício do Jardim da Infância foi posicionado com sua fachada frontal voltada para o sudoeste. Dessa maneira, em relação à insolação, o edifício não é prejudicado pela insolação oeste, porque seus ambientes foram organizados em blocos diferentes, como a menor extensão voltada nessa direção. Além disso, quase todas as fachadas possuem marquises de proteção ao sol, ou são protegidas pelas varandas de circulação.

As salas de aula são os ambientes que tem o melhor posicionamento em relação ao conforto ambiental da edificação. Recebem a ventilação predominante, sudeste, por amplas janelas horizontais e a insolação, que incide pela manhã, é contida pelas marquises que sombreiam as duas fachadas externas do bloco de aulas.

- **Volumetria**

Mesmo sendo o edifício de menores dimensões do conjunto do Instituto de Educação, o Jardim da Infância consegue apresentar uma volumetria interessante, devido à sua composição que articula diferentes blocos, gerando dinamicidade ao todo. Da mesma forma que nos outros edifícios do Instituto, neste o auditório (chamado de salão de festas) também cria um volume com finalização semicircular, sendo assim, elemento de destaque na composição volumétrica. O volume do auditório ainda apresenta uma de suas arestas curvada, assim como o bloco em “L”, marcando com isso a entrada principal. O edifício do Jardim da Infância ainda apresentava outro volume semicircular, uma pequena varanda, que foi demolida para a ampliação do edifício, quando este passou a funcionar como a Escola Argentina Pereira Gomes.

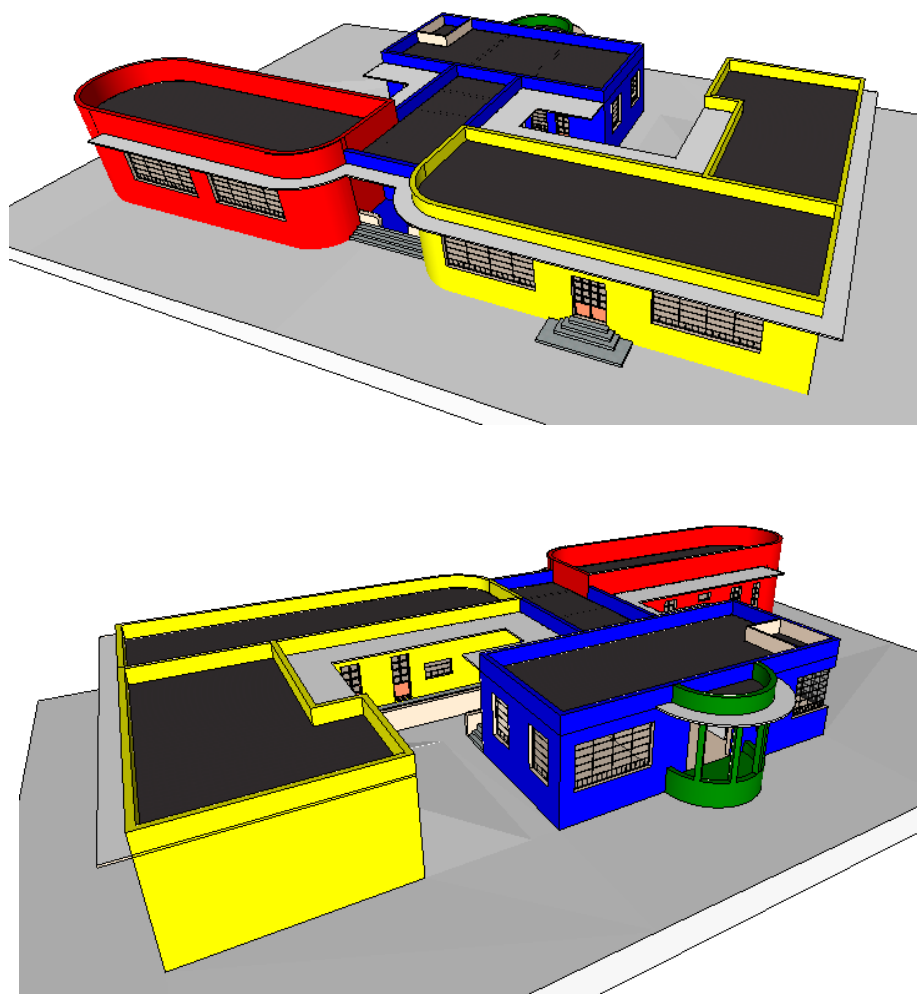


Figura 136: Volumes do Jardim da Infância, diferenciados por cores. Fonte: Elaborada por Alexandre Castro e editada pela autora, 2013.

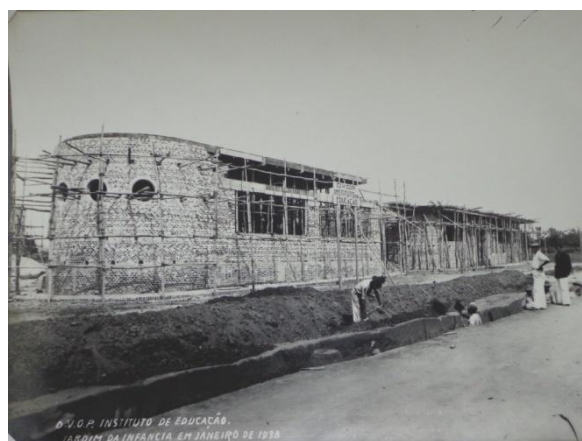
As marquises que circundam as fachadas e cobrem as varandas influem na estética do edifício, sendo a marquise que cobre a varanda que ladeia o auditório diferente das outras, pois apresenta uma pequena curvatura.



Figuras 137 e 138: Edifício do Jardim da Infância, com detalhe da marquise que ladeia o auditório. Fonte: Acervo da autora, 2013.

- **Materiais e sistema construtivo**

O edifício do Jardim da Infância fez uso do mesmo sistema construtivo dos outros prédios do Instituto: estrutura de alvenaria de tijolos cerâmicos prensados, com uso de concreto armado nas lajes e marquises.



Figuras 139 e 140: Construção do Jardim da Infância do Instituto de Educação, em setembro de 1937 e em janeiro de 1938. Fonte: Arquivo do IHGP.

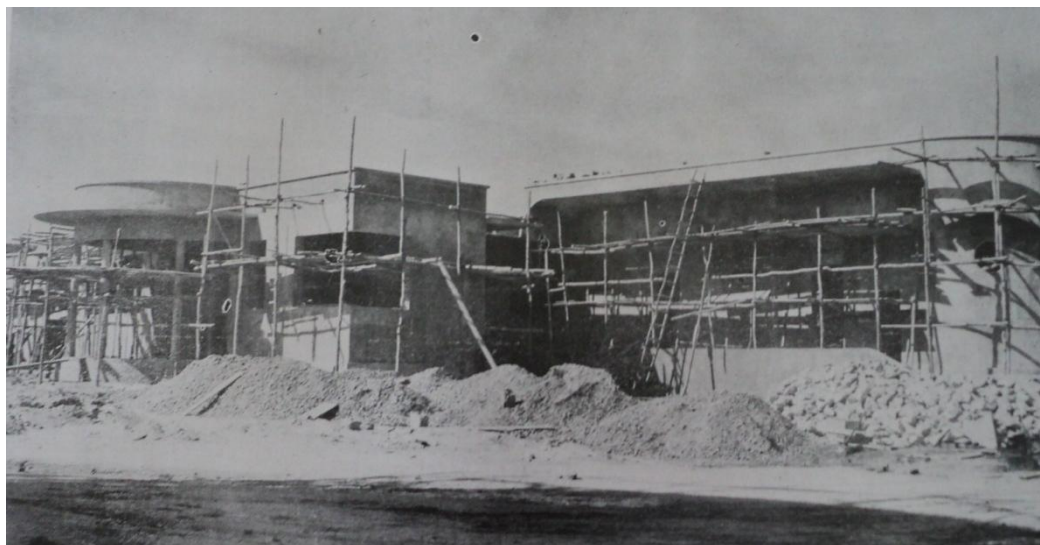


Figura 141: Vista posterior do Jardim da Infância em construção, em janeiro de 1938. Fonte: REALIZAÇÕES DO GOVERNO..., 1938.

- **Modificações do anteprojeto para o que foi construído**

O edifício do Jardim da Infância sofreu poucas mudanças em relação ao seu anteprojeto, quando foi construído. A mais significativa se refere ao posicionamento do edifício no lote, pois o edifício foi construído de maneira invertida, em relação à posição que o edifício ocupava no anteprojeto.



Figura 142: Fachada principal do Jardim da Infância, representada em seu anteprojeto (abril de 1936). Fonte: Arquivo do IHGP.

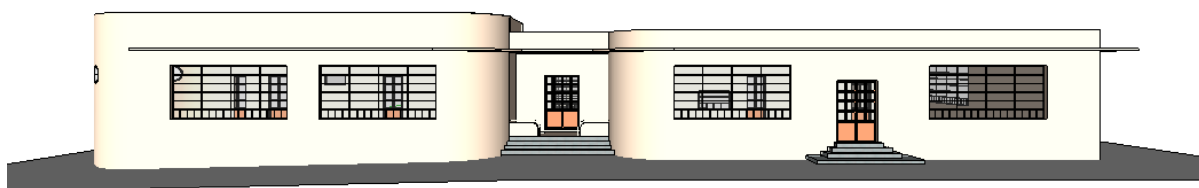


Figura 143: Fachada principal do edifício do Jardim da Infância, como foi construído. Fonte: Elaborada por Alexandre Castro, 2013.

3.6 Alterações ao Plano inicial do Instituto de Educação

Com o passar do tempo, o projeto original do Instituto foi sofrendo alterações. O plano pedagógico previsto para o Instituto foi desfigurado, devido ao advento do Estado Novo, que reprimiu o modelo de educação popular emancipadora frente às transformações da sociedade brasileira que seria promovido pelo Instituto de Educação. O autoritarismo do novo regime, com apoio decisivo da igreja, buscou silenciar os setores que repercutiriam os anseios de renovação da educação (KULESZA *et al*, 2001: 09-11).

Com isso, os edifícios projetados para o Instituto passaram a ser usados com funções diferentes do que foram pensados. O edifício central passou a abrigar o Lyceu Parahybano, já em 1939, pouco depois de ser inaugurado. O Lyceu passou a fornecer o ensino secundário, entretanto, este possuía uma proposta de ensino tradicional, baseada no ideário do ensino propedêutico e religioso. A formação de professores, função principal do Instituto, deixou de ocorrer até a criação de um novo prédio para esta função, em 1958 (KULESZA *et al*, 2001: 11).

Em 1975, o edifício do Jardim da Infância passou a abrigar a Escola Estadual de Ensino Fundamental Argentina Pereira Gomes¹⁷. O edifício da Escola de Aplicação, nunca chegou a funcionar como tal, abrigou a Faculdade de Filosofia do Estado da Paraíba, a Coordenação de Assistência ao Estudante, e em 1977, se transformou na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Olivina Olívia. Os três edifícios ocupam as últimas funções citadas até hoje.

Com as novas funções e a necessidade de servir à maior número de alunos, foram construídos no lote reservado inicialmente aos edifícios do Instituto vários anexos, em geral sem qualidade arquitetônica, e sem preocupação em manter uma comunicação com a linguagem estética dos três edifícios previstos no plano inicial. O lote também foi segregado com muros, que dividiram o espaço entre os três edifícios, intervenção que fragmentou a antiga noção do conjunto, uma característica importante do projeto original.

Em 1958, foi inaugurado um novo edifício para o Instituto de Educação (figura 144), para voltar a inserir o ensino juntamente com a formação de professores. Foi

¹⁷ Não foi identificado se o edifício teve mais alguma função além de Jardim da Infância e Escola Argentina Pereira Gomes.

instalado no mesmo lote que foi previsto o Instituto originalmente, ocupando áreas do terreno que ficaram vazias no projeto original. Este edifício foi locado paralelo à antiga Avenida Tiradentes, (atualmente denominada Avenida Camilo de Holanda), ao lado do antigo edifício do Jardim da Infância. O edifício do novo Instituto de Educação apresenta arquitetura moderna, assim como a maioria das construções públicas no período em que foi construído: tem forma de um prisma retangular, bastante horizontal, fachada principal marcada por pilares que sobressaem das paredes (resaltando sua estrutura independente em concreto armado) e cortada pelas janelas horizontais em fita, e faz uso de panos de cobogó como vedação, elemento já bastante utilizado na arquitetura moderna nacional.



Figura 144: Atual Instituto de Educação, inaugurado em 1958. Fonte: Arquivo da autora, 2013.

Além do novo Instituto de Educação e dos anexos e expansões realizadas nos edifícios previstos originalmente, ainda foram construídos no lote do complexo educativo quatro ginásios de esportes, uma quadra e um pequeno campo de futebol (suprindo a falta dos equipamentos esportivos que eram desejados originalmente, mas não tinham sido projetados), galpão de artes industriais, cantina, praça central, e aos fundos da Escola Olivina Olívia funciona a Coordenadoria técnica para Serviços de Engenharia (COTese), da Secretaria de Estado da Educação, Paraíba.

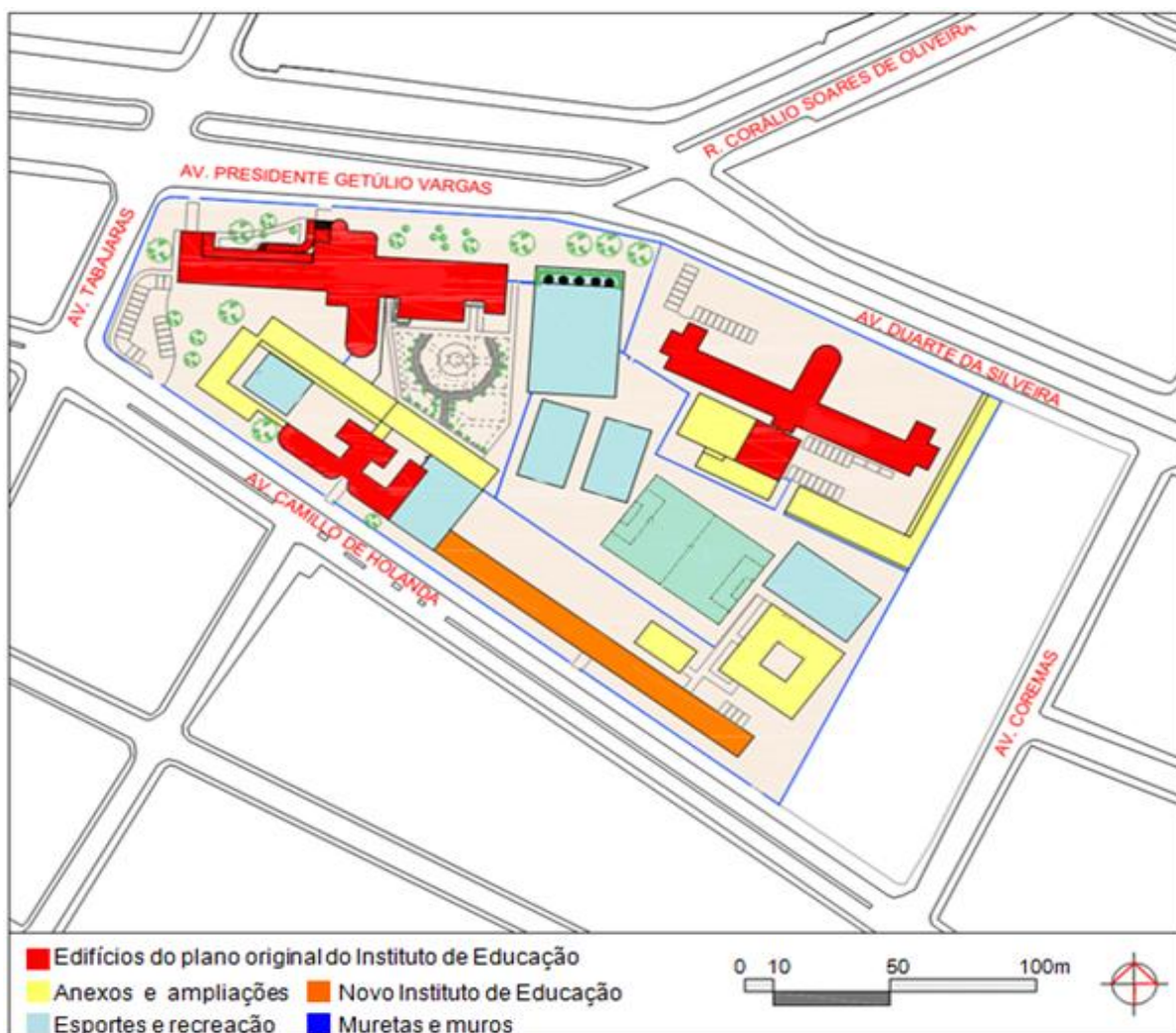


Figura 145: Croqui mostrando a implantação atual com os novos edifícios construídos no lote do antigo Instituto de Educação da Paraíba. Fonte: Elaborado pela autora à partir de planta cedida pela COTese.



Figura 146: Anexo da Escola Argentina Pereira Gomes, antigo Jardim da Infância. Percebe-se a arquitetura sem expressão do anexo, que ainda interfere na visão do antigo conjunto como um todo, escondendo parte do Edifício Central e Jardim da Infância. Fonte: Acervo da autora, 2013.



Figuras 147 e 148: Escola Argentina Pereira Gomes, antigo Jardim da Infância, onde se vê a maneira que o anexo se engasta junto ao auditório do antigo Jardim da Infância (foto esquerda), e anexo visto no interior da escola, escondendo a vista do antigo Edifício Central. Fonte: Acervo da autora, 2013.



Figuras 149 e 150: Anexo que serve ao Lyceu Paraibano e à Escola Argentina Pereira Gomes, antigos Edifício Central e antigo Jardim da Infância. Pode-se observar a presença do muro que divide a área ocupada pelo Lyceu Paraibano e pela Escola Argentina Pereira Gomes, construído entre o anexo e o volume que abrigava o auditório e o museu do antigo Instituto, quebrando com a visão da parte semicircular, que tem bastante expressão plástica, mas não pode mais ser observada por completo. Fonte: Acervo da autora, 2013.



Figuras 151 e 152: Ginásio de esportes construído posteriormente, entre os antigos edifícios do Instituto de Educação e a Escola de Aplicação. Fonte: Acervo da autora, 2013.

Cabe frisar que os edifícios que funcionavam como Edifício Central, Escola de Aplicação, e o atual Instituto de Educação da Paraíba (que não fazia parte do plano original), são tombados pelo IPHAEP através do decreto nº 8644, de 26 de agosto de 1980. Entretanto, o antigo Jardim da Infância do Instituto de Educação não está sob proteção, mesmo sendo tão antigo e importante quanto os outros no conjunto do antigo Instituto de Educação da Paraíba. Entre os edifícios do complexo escolar, é justamente este que está mais descaracterizado, com ampliações e demolição do terraço semicircular que possuía. Sendo assim, reconhecemos que todos os edifícios previstos no plano original do Instituto paraibano tinham sua importância específica dentro do novo sistema educacional para o qual foram projetados, e assim, devem ser valorizados e preservados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho optou por estudar as escolas públicas de João Pessoa construídas no início do século XX, visto que através do estudo de instituições públicas é possível verificar a atuação do Estado na modernização das mesmas, assim como, quais seriam as características de uma arquitetura verdadeiramente democrática, que atenderia todas as classes sociais, não só a elite. Nesse período, de busca por identidade nacional, a escola representava um meio de promover o progresso do Brasil, através da educação de seus cidadãos voltada para o mundo moderno.

Portanto, pretendeu-se, com a presente dissertação, investigar a influência das novas ideias pedagógicas do movimento Escola Nova, na modernização da arquitetura escolar.

Após o primeiro momento da pesquisa, adotou-se como objeto empírico o complexo escolar do Instituto de Educação da Paraíba, pois foi visto com a busca de bibliografia e documentos que esta instituição foi planejada como modelo da nova educação proposta com a reforma da instrução pública da Paraíba, ocorrida em 1935.

Através da análise do objeto empírico, foi possível confirmar a hipótese inicial, de que a arquitetura escolar de João Pessoa se modernizou com a adoção dos princípios do movimento pedagógico Escola Nova. Além disso, constatou-se como ocorreu tal modernização, nos três edifícios que compunham o antigo Instituto de Educação da Paraíba.

Desde a escolha da localização do conjunto, em uma área de expansão da cidade, a forma diferenciada do lote e a maneira que edifícios foram implantados, já demonstravam a busca por construções escolares diferentes das que existiam até então. A documentação da época mostrou que nos anos 1930, os grupos escolares não possuíam mais estrutura física adequada para o ensino que deveria ser proposto, com isso, estes tiveram que sofrer reformas, adaptando seus edifícios da maneira que fosse possível. O desejo do Governador Argemiro de Figueiredo de modernizar a capital, juntamente com as novas necessidades do ensino, levaram ao

projeto de novos tipos de grupos escolares e do Instituto de Educação da Paraíba, que possuía edificações consideradas ideais para a arquitetura escolar do período.

O memorial da obra *Sobre o plano do Instituto de Educação* foi de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa, pois mostrou o pensamento da equipe que elaborou o projeto, através do discurso do seu diretor, o engenheiro Ítalo Joffily. Neste documento, foi reafirmado em vários trechos, a intenção de realizar construções de acordo com a “verdadeira arquitetura moderna”, e enumerado a importância da aplicação dessa arquitetura para o desenvolvimento da proposta de ensino nos moldes da Escola Nova. Observou-se que havia nesse momento uma tentativa de desenvolver uma arquitetura que aliasse os princípios do movimento moderno com as singularidades do espaço escolar.

Sendo assim, cabe ressaltar que para a inserção das novas características almejadas no projeto do Instituto de Educação da Paraíba, os membros da DVOP responsáveis pela obra e do departamento de educação estadual foram em busca de conhecimento específico sobre o tema (tanto prático, como teórico), através de viagens para conhecer os novos edifícios escolares do Rio de Janeiro e de São Paulo, do estudo do guia *Novos prédios para Grupos Escolares* (publicado em 1936 pela Comissão de prédios escolares de São Paulo) que trazia normas técnicas para construção escolar desenvolvidas nos Estados Unidos, Itália e França, e de leituras sobre o movimento Escola Nova e sobre arquitetura moderna, em especial, escritos de Le Corbusier e Lucio Costa, que são citados ao longo do memorial da obra.

Com isso, foram adotados princípios que deveriam estar presentes no projeto. Estes se referiam à características de edificações escolares que serviriam a pedagogia da Escola Nova, e/ou aos princípios da arquitetura moderna.

Entre as prescrições para um espaço escolar escolanovista foram propostos ambientes que passaram a ser considerados indispensáveis: o auditório teve grande importância no projeto dos três edifícios do Instituto, e em todos se destacou volumetricamente das demais funções, através da maior área reservada e finalização semicircular. O auditório era um ambiente que possuía diversas finalidades, pois poderia abrigar apresentações de cinema, teatrais e musicais, palestras, assembleias e reuniões do corpo docente. A maior valorização da leitura levou a construção de bibliotecas no edifício central e na escola de aplicação. O

edifício central e a escola de aplicação apresentam também museu e laboratórios, que representam a busca por uma educação mais científica e prática.

Outros ambientes presentes nos três edifícios do complexo educativo são reflexo do caráter inclusivo da Escola Nova, que pretendia desenvolver um ensino gratuito e igualitário, para todas as classes sociais. Então, foram construídos espaços onde ocorreriam atividades de assistência aos alunos de família de baixa renda, como por exemplo, o provimento de alimentação, que fez surgir nas construções escolares cozinha, cantina e refeitório, a assistência médica e de dentista, onde cada profissional ocupava uma sala separada, e implantação de vestiários com chuveiros, para que os alunos pudessem desenvolver o hábito do banho diário.

Os princípios da arquitetura moderna puderam ser encontrados por todo o conjunto do Instituto de Educação, pois seu plano previu construções baseadas na funcionalidade e racionalidade. Nesse quesito, foi a busca pela adequação das obras ao clima local resultando em edifícios confortáveis que orientou grande parte das decisões projetuais. As mais representativas foram:

- A implantação no lote e o posicionamento dos ambientes em planta, pensados para obter a orientação mais adequada para receber maior ventilação e menor insolação.
- Uso de corredores de circulação abertos, como varandas.
- Adoção de janelas horizontais envidraçadas, para as salas de aula, com dimensões e posicionamento calculados para não provocar ofuscamento nas carteiras dos alunos e no quadro.
- Utilização de marquises para sombreamento das aberturas.

Além da questão do conforto climático, outras características baseadas em princípios do movimento moderno foram adotadas:

- Organização espacial baseada na funcionalidade, gerando edifícios mais dinâmicos, através da separação de funções em diferentes blocos, característica do zoneamento moderno, além da modulação das salas de aula.

- Utilização do concreto armado, que permitiu a construção de balanços, marquises, do terraço superior e a rampa curva e leve do edifício central e do pilotis na escola de aplicação.
- Repertório formal característico – ausência de ornamentos, marquises, janelas horizontais, de canto e circulares, contraste entre volumes retos e arestas curvas ou volumes semicirculares, volumes com diferença de altura.

Uma qualidade importante dos edifícios do complexo educativo é o privilégio dado às salas de aula, que são os ambientes posicionados para receber maior ventilação, são protegidos do excesso de insolação, foram dispostos separados das demais funções, com precauções até com o barulho em demasia. O cuidado no projeto das salas de aula demonstra a valorização dos educandos, prezada pela Escola Nova, pois o ambiente que ocupariam maior parte do tempo foi pensado para trazer-lhes o maior conforto possível, estimulando-os a frequentar as aulas.

Foi identificado que as edificações do Instituto de Educação da Paraíba possuem várias semelhanças com os edifícios escolares provenientes das reformas educacionais de São Paulo e principalmente do Rio de Janeiro, tal como a organização espacial com disposição das salas de aula linearmente, e auditório em sentido transversal, e a estética dos edifícios. No entanto, as construções locais são mais abertas, permeáveis. Os três edifícios possuem o diferencial da inserção de varandas como solução de circulação horizontal, criando um espaço de transição entre o exterior e o interior. Este recurso, do mesmo modo que proporciona uma boa solução para adequação climática, traz um caráter tropical às construções, não só ao edifício central, conforme Trajano Filho (2005) já havia estabelecido, mas a todo o conjunto.

Entre os edifícios do Instituto de Educação, o edifício central é o que reúne todos os conceitos pregados no memorial de maneira mais completa. A ele foi dada maior importância, tanto na composição volumétrica, como nas soluções estruturais mais ousadas que os outros, e na qualidade dos materiais construtivos adotados. Sua valorização provavelmente se deve por este ter sido projetado para abrigar a função de formar professores, sendo assim, de importância decisiva na reforma da educação.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, surgiram várias questões que podem ser discutidas em pesquisas futuras, entre elas: Qual a influência da arquitetura do Instituto de Educação na arquitetura dos edifícios escolares construídos em João Pessoa posteriormente? Qual a semelhança de sua arquitetura com a de edificações escolares construídas em outros países no mesmo período?

Por fim, percebeu-se com esta pesquisa que a arquitetura, ainda mais de edifícios públicos, não é só expressão da genialidade do arquiteto, mas, também é resultante do projeto político, da conjuntura social e da ideologia e pensamentos de uma época. Dessa forma, pode-se concluir que a construção do Instituto de Educação representou não somente uma obra de caráter social, capaz de adequar os novos princípios pedagógicos com a arquitetura, mas também, uma das que marcou o início da arquitetura moderna na Paraíba. O Instituto de Educação representava a renovação, a imagem moderna que o Estado da Paraíba queria transmitir.

REFERÊNCIAS

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. **Arquitetura moderna na Bahia, 1947-1951: uma história a contrapelo**. Doutorado (tese) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2012.

A UNIAO, JORNAL. 19 DE MAIO DE 1917.

ARANHA, Maria Lúcia de A. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

BAUDELAIRE, Charles. **O pintor da vida moderna (1863)**. In: LICHTENSTEIN, Jacqueline (org.). A pintura – Vol.4: O belo. São Paulo: Ed.34, 2004

BENCOSTA, Marcus Levy Albino (Org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez 2005. 286p.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

BONILHA LR, RIVORÊDO CR. **Puericultura: duas concepções distintas**. J Pediatr (Rio de Janeiro). 2005; 81:7-13.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003

BUFFA, Ester & PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e Educação: Organização do Espaço e Propostas Pedagógicas dos Grupos Escolares Paulistas, 1893/1971**. São Carlos: EDUFSCar/INEP, 2002.

CALDEIRA, Mário Henrique de Castro. **Arquitetura para educação: escolas públicas na cidade de São Paulo (1934-1962)**. Tese de Doutorado, FAU-USP, 2005.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim; Kulesza, Wojciech Andrzej (organizadores). **A escola e a igreja nas ruas da cidade**. João Pessoa : Editora Universitária/UFPB, 2010.

CORREIA, Ana Paula Pupo. **História & Arquitetura escolar: os prédios escolares públicos de Curitiba (1943 -1953)**. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

DÓREA, Célia Rosângela Dantas. **Anísio Teixeira e a Arquitetura Escolar: planejando escolas, construindo sonhos**. Doutorado (tese) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

FARIAS SEGUNDO, Manoel Brito de. **Conjunto Urbanístico Educacional: proposta de recuperação de um espaço moderno**. João Pessoa, TFG/CAU/UFPB, 1999.

FERNANDES, Noemia Lucia Barradas. **Arquitetura escolar Carioca: edificações construídas entre 1930 e 1960**. Dissertação (mestrado) – UFRJ/ PROARQ, 2006.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro, DP&A, 1998.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2005.

HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos A. Messeder (Org.). **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

JOFFILY, Ítalo. **Sobre o Plano do Instituto de Educação**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1937.

KULESZA, Wojciech Andezej. **Genealogia da Escola Nova no Brasil**. Revista Educação em Foco. Vol 7 n° 2 Set/fev. 2002, Juiz de Fora p. 83-92.

KULESZA, W. A. ; REGO, C. M. ; SANTOS, L. M. C. ; CARVALHO, R. C. ; ARAUJO, K. F. . **O malogro da educação popular na Paraíba (1930-1945)**. In: V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", 2001, Campinas. Anais, 2001.

KULESZA, W. A.; CARDOSO, C. A. A.. **Escola e Modernidade na Paraíba (1910-1930)**. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004, Curitiba. A Educação Escolar em Perspectiva Histórica. Curitiba: PUC/Paraná, 2004.

LE CORBUSIER, **Por uma arquitetura**. Tradução Ubirajara Rebouças. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1973.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão, et all. 2º Ed. Campinas: UNICAMP, 1990.

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. **Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello e a Cidade: espaços de difusão dos ideais modernos (1916-1935)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, 2010.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932.

MATE, Cecília Hanna. **Tempos modernos na escola: - Os anos 30 e a racionalização da educação brasileira**. EDUSC, 2002

MELLO, José Baptista de. **Relatório apresentado ao Governador Argemiro de Figueiredo**. João Pessoa, 1935.

MELLO, José Baptista de. **Plano de Reforma da Instrução Pública da Paraíba**. João Pessoa, 1935.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do Ensino na Paraíba**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1936.

MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira- A Escola Nova**. São Paulo: Cortez, 1989.

MOURA FILHA, Berthilde; MOURA, Aníbal & PORDEUS, Thelma. **Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico de João Pessoa: um pré-inventário**. Trabalho Final de Graduação. João Pessoa, CAU/UFPB, 1986.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo : EPU; Rio de Janeiro: FENAME, 1974.

O EDUCADORII. Jornal – Parahyba, Ano I; n. II; 07/11/1921

O EDUCADORII. Jornal – Parahyba, Ano I, n. XVI; 09/03/1922.

OLIVEIRA, Fabiana Valeck de. **Arquitetura escolar paulista nos anos 30**. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAU, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-20052010-152808/>>. Acesso em: 03/2012.

PARAÍBA. **Realizações do Governo Argemiro de Figueiredo**. João Pessoa: Departamento Estadual de Publicidade, 1938.

PARAÍBA, Governador Camillo de Holanda, 1917. MENSAGENS PRESIDENCIAIS.

PARAÍBA, Governador Camillo de Holanda, 1918. MENSAGENS PRESIDENCIAIS.

PARAÍBA, Governador Camillo de Holanda, 1920. MENSAGENS PRESIDENCIAIS.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Um Roteiro Histórico Educacional na Cidade de João Pessoa (em textos e imagens)**. João Pessoa, PB: Editora Universitária, 2008.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

REVISTA ERA NOVA. Ano I ao Ano V (1921 à 1925).

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 41. ed. revista. Campinas-SP, Autores Associados, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, H. M^a. B., COSTA, V. M^a. R. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.

SOUSA, Alberto; ARAÚJO, Darlene. A arquitetura do poder público e a transformação da paisagem na capital paraibana, 1915-1940. **Arquitextos**, São Paulo, 11.128. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.128/3719>>. Acesso em: 01/2013.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. **Vanguarda e Esquecimento: a obra de Clodoaldo Gouveia**. João Pessoa, TFG/CAU/UFPB, 1998.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. **D.V.O.P.: Arquitetura Moderna, Estado e Modernização (Paraíba, década de 1930)**. São Carlos: EESC-USP, 2003 (Dissertação de Mestrado).

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. **Modernidade arquitetônica e internacionalismo nos trópicos- O Edifício Central do Instituto de Educação da Paraíba (1936-1939)**. Anais do 6º Seminário DOCOMOMO Brasil. 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Modernismos, Modernidade e Educação: facetas de um debate público**. 2008. Disponível em: <www.portal.fae.ufmg.br/pensareducacao/downloads>. Acesso em: 04/2012.

VIDAL, Wynna Carlos Lima. **Transformações urbanas: a modernização da capital Paraibana e o desenho da cidade, 1910 –1940**. Dissertação (mestrado) – UFPB/CT, 2004.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa**. Tempo, Niteroi, v. 13, n. 26, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06/2012.